

Carla Luciana Silva
Gilberto Grassi Calil
Marcio Antônio Both da Silva
(organizadores)

Ditadura, Transição e Democracia: estudos sobre a dominação burguesa no Brasil contemporâneo



Ministério da
Educação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA



Ditadura, Transição e Democracia: estudos sobre a dominação burguesa no Brasil contemporâneo

Organizadores

Carla Luciana Silva

Gilberto Grassi Calil

Marcio Antônio Both da Silva

Capa:

Foto da Capa: Claudio Roberto Marquette Mauricio

Foto da Contracapa: Gilberto Calil

Diagramação e Projeto Gráfico:

COLEÇÃO BRASIL REPÚBLICA, 4

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

D615	Ditaduras Transição e Democracia: estudos sobre a dominação burguesa no Brasil contemporâneo / Organização de Carla Luciana Silva, Gilberto Grassi Calil, Marcio Antônio Both da Silva. -- Porto Alegre: FCM Editora, 2016. 250 p. ISBN 1. Ditadura. 2. Democracia. 3. Hegemonia. 4. Brasil – Política e governo. I. Silva, Carla Luciana, org. II. Calil, Gilberto Grassi, org. III. Silva, Marcio Antônio Both da, org. IV. Título. CDD – 22.ed. 321.9 321.8 CIP-NBR 12899
------	--

Ficha catalográfica elaborada por Marcia Elisa Sbaraini-Leitzke CRB-9º/539

Conselho Editorial ***Coleção Brasil República***

In Memoriam:

Dr. Ciro Flamarion Cardoso
Dr. Edmundo Fernando Dias
Dr. Octávio Ianni
Dr. René Armand Dreifuss

Coordenadores:

Dr. Mário Maestri, PPGH da UPF, Passo Fundo, RS. Secretário
Dr. David Maciel, UFG, Goiânia, GO
Dr. Gilberto Grassi Calil, UNIOESTE, M. Cândido Rondon, PR

Dr. Antonio de Pádua Bosi, UNIOESTE, M. Cândido Rondon, PR
Dr.^a Ana Luíza Reckziegel, UPF, Passo Fundo, RS
Dr.^a Carla Luciana Silva, UNIOESTE, M. Cândido Rondon, PR
Dr. Carlos Zacarias de Sena Júnior, UFBA, Salvador, BA
Dr. Claudio Lopes Maia, UFG, Goiânia, GO
Dr. David Maciel, UFG, Goiânia, GO
Dr. Diorge Konrad, UFSM, Santa Maria, RS
Dr. Enrique Padrós UFRGS, Porto Alegre, RS
Dr. Eurelino Coelho, UEFS, Feira de Santana, BA
Dr. Gelsom Rozentino de Almeida, UERJ, Rio de Janeiro, RJ
Dr. João Alberto da Costa Pinto, UFG, Goiânia, GO
Dr. Manuel Loff, Universidade do Porto, Portugal
Dr. Marcio Antônio Both da Silva, UNIOESTE, M. Cândido Rondon, PR
Dr.^a Mônica Piccolo, UEMA, São Luís, MA
Dr. Paulo Pinheiro Machado, UFSC, Florianópolis, SC
Dr. Paulo Afonso Zarth, UNIJUÍ, Ijuí, RS
Dr. Renato Lemos, UFRJ, Rio de Janeiro, RJ
Dr. Romulo Mattos, PUC-RJ, Rio de Janeiro, RJ
Dr. Sonia Regina de Mendonça, UFF, Niterói, RJ
Dr. Tiago Bernardom, UFPB, João Pessoa, PB
Dr.^a Vera Barroso, FAPA, Porto Alegre, RS
Dr.^a Virgínia Fontes, UFF / FIOCRUZ, Rio de Janeiro, RJ
Dr. Walmir Barbosa, IFG, Goiânia, GO

Sumário

APRESENTAÇÃO	9
DOIS GOLPES, DUAS DITADURAS	13
Eurelino Coelho	
CONSENSO E COERÇÃO NA DITADURA	43
Carla Luciana Silva	
ALGUNS ELEMENTOS DO AVANÇO DO CAPITAL MONOPOLISTA PARA A REGIÃO DO TOCANTINS DURANTE A DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR	65
Patricia Sposito Mechi	
CLAMOR E OS IRMÃOS JULIEN GRISONAS: A SOLIDARIEDADE CONTRA O CONDOR	83
Enrique Serra Padrós	
ENTRE A COERÇÃO E O CONSENSO: OS EMIGRADOS ARGENTINOS E A RELAÇÃO COM A DITADURA BRASILEIRA	109
Jorge Christian Fernández	
ESTADO E CLASSES DOMINANTES AGRÁRIAS NA TRANSIÇÃO BRASILEIRA	139
Sonia Regina de Mendonça	
DITADURA, TRANSIÇÃO E HEGEMONIA NEOLIBERAL NO BRASIL: ANTIGAS QUESTÕES, NOVOS DESAFIOS	161
Gelsom Rozentino de Almeida	
DITADURA MILITAR, TRANSIÇÃO POLÍTICA E HEGEMONIA NEOLIBERAL NO BRASIL	183
David Maciel	
ESTADO, CAPITALISMO E DEMOCRACIA NO BRASIL RECENTE ...	205
Gilberto Calil	
ESTADO, HEGEMONIA E CLASSE TRABALHADORA (A PARTIR DO BRASIL ATUAL)	229
Marcelo Badaró Mattos	

APRESENTAÇÃO

O movimento da história não deveria surpreender aos historiadores. Entretanto, volta e meia isso ocorre. A máxima dita pelos historiadores sobre a necessidade de estudar o passado para que ele não se repita encontra um ponto de encontro nessa obra, que é sequência de trabalhos sobre a democracia e a ditadura. Ditadura que volta ao debate atual brasileiro, com as ameaças à democracia e ataques às liberdades democráticas, cada vez mais explícitos e abertamente enunciados.

É uma característica do capitalismo a sua ideológica subsunção à história. Esta é sem dúvida uma vitória inquestionável do ponto de vista da dominação. Desde os finais da Guerra Fria a expressão capitalismo foi perdendo força, entrando no senso comum como a própria natureza da história. Vitórias para uns, derrota para outros. Mas a derrota é tamanha que a própria ideia de uma concepção contrária ao capitalismo é jogada ao campo do impossível, do não concebível, do fantasioso. É este o quadro que se aprofunda nas transições das ditaduras. Uma das principais imposições realizadas pela ditadura brasileira foi o apagamento da oposição, ejetada ao campo do esquecimento. Foi esse o modelo debatido e parcialmente implantado a partir da modélica transição espanhola. Mas, o caso brasileiro é um tanto peculiar, na medida em que a transição se deu em um campo seminado de lutas sociais. Grandes mobilizações de trabalhadores e estudantes, greves e desejo de mudanças desafiavam o roteiro da transição pelo alto. Ainda assim, tratou-se de uma transição que manteve a impunidade e a violência, tanto aquela diretamente exercida pelo Estado como a violência de classe que ele acoberta.

Olhando hoje para o passado recente vemos que as lutas do momento da transição foram sistematicamente cooptadas, inseridas dentro do campo institucional, seja pelos espaços criados pelo Estado ampliado, seja pelas opções reformistas antirrevolucionárias assumidas por antigos comunistas, o que caracteriza o chamado “encapsulamento” das esquerdas. Mas esse processo não é uma película transparente auto-explicável. Foi conflitoso, contraditório, marcado pelas lutas de classes em suas distintas etapas. De diferentes formas os autores desta obra ajudam a problematizar esse tema. Ao apresentarmos esse livro, pretendemos problematizar uma continuidade de relações sociais, com rupturas parciais ou inexistentes. Este livro é fruto de um contínuo trabalho que vem sendo realizado por diversos historiadores preocupados com a hegemonia burguesa e as formas atuais do capitalismo.

Essa obra reúne reflexões sobre a transição e suas relações com a ditadura e democracia em estudos realizados por pesquisadores historiadores, a partir da problemática e metodologia histórica. Isso não é uma questão corporativa. Mas é importante observar que a história recente da transição até o presente momento vem sendo escrita por sociólogos, cientistas políticos, filósofos e jornalistas. Em que pese os distintos percursos metodológicos e um forte peso conservador nas ciências políticas, não é esse o principal problema nessa tradição literária. O problema é o uso privilegiado desses textos para constituir uma história que se faz oficial e informadora do senso comum. A mídia privilegia essas fontes, que por sua vez acabam sendo a fonte historiográfica para os historiadores que acabam reproduzindo visões ideologizadas de origem como sendo a expressão dos processos históricos. O caso das Diretas Já e da retomada dos valores “nacionais” e patrióticos é um claro exemplo disso. Esse movimento é lembrado pela retomada das cores da bandeira nacional, ocultando-se o tanto que foi um movimento de freamento dos movimentos sociais que tomavam as ruas.

A retomada do tema da ditadura nos últimos dez anos, para além do debate historiográfico, trazia esperanças de avanço no campo social com relação ao papel social da história e dos historiadores. Nos cinquenta anos do Golpe e suas descomemorações quando falávamos da continuidade de práticas de ditadura tínhamos em mente sobretudo a violência policial contra pobres, sobretudo negros, nas periferias das grandes cidades e no campo. Práticas de tortura, repressão, ocultamento de corpos, assassinatos. Também falta de condições dignas de vida. O avanço do fascismo estava presente, mas a atualidade dos dias que correm nos obrigam a colocar esse problema de forma muito mais candente. Hoje os discursos fascistas e golpistas articulam a defesa da intensificação da repressão policial contra os mais pobres, a retirada dos direitos que restam aos trabalhadores e o ataque às liberdades democráticas que ainda que limitada e contraditoriamente foram conquistadas com as lutas sociais do final da década de 1970 e dos anos 1980.

Os textos que compõem essa obra possuem pontos de contato e unidade tais que ordená-los foi uma tarefa difícil e certamente insatisfatória, já que eles dialogam mais do que se opõem uns aos outros.

Eurelino Coelho em “Dois golpes, duas ditaduras” discute o processo de construção de uma historiografia que ameniza a ditadura e ao mesmo tempo culpabiliza aqueles que a ela resistiram. Este seria um segundo Golpe,

um ato de força produzido para legitimar o primeiro Golpe, ocorrido em 1964, retirando dele os conflitos sociais e seu caráter de classe.

Carla Silva no texto “Consenso e Coerção na Ditadura” retoma a questão da produção do consenso a partir do problema da permanência de práticas atuais de apoio à ditadura. Propõe que a retomada do estudo das formas de estabelecimento de consenso pode ajudar a dar luz ao problema. Como se colocava a ditadura de 1964 a 1985 para os distintos sujeitos que nasciam e vivam no Brasil?

Patricia Mecchi no texto “Alguns elementos do avanço do capital monopolista para a região do Tocantins durante a ditadura empresarial-militar” discute a expansão do capital monopolista e seu papel na conformação do latifúndio durante a ditadura no norte do estado de Goiás (atual Tocantins), bem como a resistência dos camponeses frente ao processo de expulsão da terra. O capítulo discute aspectos da questão agrária durante a ditadura empresarial-militar, enfocando em particular a expansão do capital monopolista para a região norte de Goiás, atual estado do Tocantins. Para isso, buscou-se recuperar aspectos da conformação do latifúndio na região e as condições de expulsão de camponeses tanto na região centro-oeste do país quanto do nordeste.

Enrique Serra Padrós no texto “Clamor e os irmãos Julien Grisonas: a solidariedade contra o *Condor*” traz elementos sobre sua pesquisa relativa ao tratamento dado pelas Ditaduras às crianças. Sobretudo na Argentina, envolvendo uma rede de outros países, crianças eram retiradas de seus pais e recoladas sob uma nova vida, o que constitui-se um drama até hoje vivido pelas famílias. Seu enfoque vai para um grupo organizado a partir do Brasil que conseguiu recuperar duas crianças uruguaias que foram encontradas no Chile.

Jorge Fernandez, em “Entre a coerção e o consenso: os emigrados argentinos e a relação com a ditadura brasileira”, traz o problema dos emigrantes argentinos que encontravam asilo no Brasil. A primeira vista pode parecer contraditório que tenham encontrado asilo na ditadura brasileira. O autor mostra que houve uma seleção dos trabalhadores qualificados que vieram para o Brasil. Poderiam vir, desde que para exercer funções de alta qualificação e não tivessem qualquer envolvimento político. O texto discute as dificuldades, temores e constrangimentos passados por estes imigrantes.

Sonia Regina Mendonça no texto “Estado e Classes Dominantes Agrárias na Transição Brasileira” coloca o problema das relações entre

Estado e burguesia agrária no Brasil no contexto da transição. A articulação das classes dominantes agrárias é parte do processo mais amplo de produção de novas formas de articulação da direita no contexto pós ditadura e na disputa sobre a forma da democracia que se instauraria. A relação entre Estado e Sociedade Civil estava uma vez mais em jogo, seja nas formas de representação, seja nas distintas formas de ampliação do Estado que se complexificariam em um momento complexo de crise de hegemonia.

Gelsom Rozentino de Almeida em “Ditadura, Transição e Hegemonia Neoliberal no Brasil: antigas questões, novos desafios”, coloca questões sobre a forma da implantação da ditadura, sua consolidação e o momento da transição. Pauta a crise de hegemonia, e os conflitos que redundariam na imposição da agenda neoliberal no Brasil.

David Maciel no texto “Ditadura Militar, transição política e hegemonia neoliberal no Brasil”, trata também das formas da transição. O autor discute a forma com que o neoliberalismo enquanto projeto social de hegemonia se construiu como possibilidade histórica desde os anos 1970, nas contradições do próprio desenvolvimento da sociedade brasileira. Foi o neoliberalismo o projeto capaz de manter a unificação da burguesia brasileira, consolidada nos anos 1990, enterrando a possibilidade de um projeto desenvolvimentista.

Gilberto Calil no texto “Estado, Capitalismo e Democracia no Brasil recente” discute a relação entre estes três termos no atual contexto político do Brasil, marcado pela crescimento organizativo da direita e pelo agravamento dos efeitos da crise econômica, colocando em bases distintas a configuração da democracia brasileira e potencializando ameaças às liberdades democráticas.

Marcelo Badaró Mattos encerra o livro com “Estado, Hegemonia e classe trabalhadora (a partir do Brasil atual)”. O texto aborda temática próxima ao texto anterior, explorando a forma como o Estado aprofunda o seu caráter de classe. As greves e a rearticulação de camadas da classe trabalhadora levam ao aprofundamento de uma estratégia contrarrevolucionária da burguesia brasileira. Um quadro ainda em aberto, mas que se aprofunda ainda mais no último período.

Carla Luciana Silva
Gilberto Grassi Calil
Marcio Antônio Both da Silva

Dois Golpes, Duas Ditaduras¹

Eurelino Coelho²

Já é quase uma tradição: a cada dez anos os historiadores sobem ao proscênio e tomam a palavra. Eles falam do golpe e da ditadura e, evidentemente, não contam a história todos do mesmo modo. Além disso, a cada década a narrativa de um mesmo autor pode adquirir novos matizes, em certos casos bastante surpreendentes. O tema é polêmico, as interpretações frequentemente chocam-se umas contra as outras. É uma boa ocasião para revisitar questões sobre o ofício de historiador que, embora antigas, não perderam sua pertinência. Uma delas poderia ser formulada assim: o que está em disputa quando historiadores lutam entre si por diferentes visões do passado?

Uma resposta adequada a essa pergunta exige a consideração de múltiplos aspectos e foge do alcance deste exercício. No entanto, o exame de algumas das posições envolvidas no contencioso historiográfico sobre o golpe e a ditadura, que é a tarefa a que nos dedicamos para conceber este texto, pode fornecer elementos valiosos para pensar ao menos um desses aspectos: a relação entre o passado, que o historiador estuda, e o presente no qual ele vive. Acontecimentos políticos de alta intensidade, como revoluções ou golpes de Estado, facilitam a observação dos modos pelos quais a percepção do pesquisador é modelada não somente a partir de sua fidelidade às fontes, mas também de seu pertencimento a certas maneiras de ver o mundo e, por conseguinte, a História. Não é o caso de secundarizar problemas técnicos e epistemológicos da produção do conhecimento que, com efeito, pesam significativamente no tipo de análise que tentamos aqui, mas de dar ênfase ao fato de que a subjetividade do historiador é um fator a ser ponderado quando fazemos a leitura de sua obra em perspectiva histórica. Claro que a subjetividade, neste sentido, é pensada não como atributo da individualidade singular, mas como participação ativa de um sujeito numa determinada *visão de mundo*.

¹ Este texto foi publicado originalmente em *História Revista* vol. 20, n. 1, 2015.

² Professor da graduação e do Programa de Pós-Graduação em História da UEFS e pesquisador do LABELU (Laboratório de História e Memória da Esquerda e das Lutas Sociais) com trabalhos publicados sobre história de partidos e organizações de esquerda.

O argumento desdobrado a seguir parte de hipótese de que há um golpe historiográfico em curso, cujos movimentos tentarei descrever. São, afinal, dois golpes. O de 1964, histórico, foi deflagrado quando Mourão Filho movimentou suas tropas em direção ao Rio de Janeiro, com as consequências que todos conhecemos. Este golpe pertence ao passado, produziu efeitos devastadores e de longa duração (nem todos, infelizmente, superados) mas foi finalmente derrotado junto com a ditadura nascida de seu ventre. O outro, historiográfico, está em andamento no presente e seu alvo imediato são certas memórias e maneiras de ver o passado que ele trata de proscrever e substituir. Manejando imagens do passado de modo a que apareçam com um peso que “oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos”, esses golpistas historiadores e cientistas sociais têm dado sua contribuição própria à sedimentação de modos de ver e de dar sentido a dilemas do presente. Tornaram-se eficazes funcionários de uma hegemonia cada vez mais espessa.

Refutar os argumentos empregados nesse golpe historiográfico é tarefa que já vem sendo bem realizada por historiadores que não abriram mão da perspectiva crítica. O que pretendo é apontar indícios de que, assim como o golpe de 1964 era muito mais que um ato de força dos militares, este outro é parte de um dispositivo de poder que envolve e ultrapassa a oficina dos historiadores e seus objetos fixados no passado.

Histórias de Ontem, Lutas de Hoje

É prudente começar lembrando que, seja em sua formulação mais geral ou em ângulos mais fechados sobre temáticas específicas, as questões enunciadas acima tem sido bem estudadas. A tese de que “toda visão global da história constitui uma genealogia do presente”, retomada aqui, foi defendida por Josep Fontana há mais de trinta anos. Fontana cuidou de distinguir seu argumento das abordagens “presentistas” à moda de Croce ou Collingwood, pois para ele o “projeto social em que o historiador inscreve a sua tarefa” é “algo que se realiza coletivamente e que tem uma função social.”³ Estão disponíveis, por outro lado, excelentes análises historiográficas de corte temático orientadas por problemáticas mais ou menos afinadas com esta formulação, das quais o livro de Eric Hobsbawm

³ FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru: EDUSC, 1998, p. 9.

sobre a historiografia da Revolução Francesa constitui um exemplo famoso, mas de modo algum isolado.⁴

Também a historiografia dedicada ao golpe de 1964 e à ditadura começou a ser investigada por autores que dão importância às conexões entre a obra e o “projeto social” em que ela se inscreve. Um inventário mais completo das análises críticas da historiografia sobre o golpe e a ditadura certamente revelaria uma preocupação recorrente em várias delas com o fenômeno do *reversionismo*. O termo, sobre cuja precisão apresentarei reservas mais à frente, designa uma prática interpretativa promovida por estudiosos cujas pesquisas chegam a resultados mais ou menos coincidentes com as explicações e justificativas dadas para o golpe ou para a ditadura pelos seus próprios agentes e defensores. A despeito das coincidências entre seus pontos de vista e os de alguns ideólogos da ditadura, esses historiadores e cientistas sociais não fazem a defesa pública do golpe ou do regime militar. Demian Melo identifica três teses essenciais do reversionismo sobre o golpe e a ditadura: 1) “esquerda e direita foram igualmente responsáveis; 2) na verdade, havia dois golpes em curso nos idos de 1964; 3) a resistência à ditadura não passou de um mito”.⁵

A crítica a essa historiografia, via de regra, associa de alguma maneira o reversionismo detectado nos estudos do passado a tomadas de posição frente a questões políticas do presente. Caio Navarro de Toledo, que parece ter sido o primeiro a publicar uma crítica ao reversionismo, percebeu o fenômeno. Ele fez notar que uma historiografia que atribui à luta por reformas nos anos 60 a responsabilidade pela crise e também pelo golpe revela a

posição teórico-política desses autores [que concebem] assim, de forma reticente e moderada, a luta por reformas substantivas na ordem capitalista. Por conseguinte, fica distante do horizonte político e estratégico desses acadêmicos a possibilidade de se construir uma democracia que – mediante uma ampla participação política dos

⁴ HOBBSAWM, Eric. *Ecos da Marselhesa*. Dois séculos reveem a Revolução Francesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

⁵ MELO, Demian Bezerra de. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In: MELO, Demian Bezerra de (org.). *A Miséria da Historiografia: uma crítica ao reversionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 158.

trabalhadores e dos setores populares – enseje significativas conquistas sociais para as classes dominadas.⁶

Marcelo Badaró Mattos, que já dedicou mais de um texto ao estudo do crescimento do revisionismo na produção historiográfica sobre o golpe,⁷ constata uma “guinada à direita” em parte dessa produção, já que ela passou a “somar-se ao coro dos que, desde 1964 querem absolver os golpistas para condenar os atingidos pelo golpe”.⁸ Ele alerta para que a interpretação dessa reviravolta não a dissocie de “um processo maior de domínio conservador nas análises históricas e no pensamento universitário em geral, fruto em grande medida do neoliberalismo no contexto geral de avanço da ordem do capital”.⁹ Em trabalho mais recente, Badaró Mattos retoma e aprofunda sua análise do revisionismo enfatizando o predomínio do paradigma culturalista e de seus pressupostos pós-modernos entre os historiadores (ele prioriza os que pesquisaram o golpe e a ditadura). Ainda uma vez o autor sublinha sua preocupação com os desdobramentos políticos das práticas historiográficas: “O culturalismo não é apenas uma moda acadêmica. Ele foi e continua sendo a base para muitas formulações políticas que interferem sobremaneira na nossa vida cotidiana.”¹⁰ Até que ponto pode chegar essa interferência é o que ele sinaliza ao mencionar a repercussão de um texto, publicado em jornal de grande circulação, em que um famoso pesquisador da história da esquerda, ex-guerrilheiro com obras sobre o golpe e a ditadura, afirma serem politicamente equivalentes as figuras de Ernesto Che Guevara e de Osama Bin Laden.

Demian Bezerra de Melo foi quem mais avançou na análise da historiografia sobre o golpe, e manifesta preocupações semelhantes. Seu artigo de 2006, cujo título será parafraseado abaixo, é encerrado com uma menção aos evidentes nexos entre o revisionismo e as crises que, no final dos anos 80, levaram vários historiadores à conclusão de que “as revoluções não

⁶ TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. *Crítica Marxista*, Campinas, vol. 10, n. 19, pp.27-19, 2014, p. 46.

⁷ MATTOS, Marcelo Badaró. O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica. *Revista Brasileira de História*, vol.28, no.55, p.245-263, Jun 2008.

⁸ MATTOS, Marcelo Badaró. Os trabalhadores e o golpe de 1964: um balanço da historiografia. *História e Luta de Classes*, vol.1, n. 1, pp. 7-19, abril 2005, p. 18.

⁹ Idem, p. 17.

¹⁰ Idem. As bases teóricas do revisionismo: o culturalismo e a historiografia brasileira contemporânea. In: MELO, Demian (org.). *A Miséria da Historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 94.

são necessárias e, pior, conduzem invariavelmente ao Terror” e de que a ordem liberal capitalista seria “o melhor dos mundos possíveis”. Os revisionistas comportam-se como

verdadeiros intelectuais orgânicos da ordem neoliberal, já que sua revisão historiográfica é alimentada pela visão de mundo própria do consenso ideológico do fim da história. Não só é alimentada pois, ao rever o passado, esses intelectuais são também produtores dessa visão de mundo.¹¹

Na coletânea que organizou por ocasião do 50º aniversário do golpe, Demian Melo reconhece explicitamente a necessidade de “problematizar o uso público do conhecimento histórico entendido como parte da disputa por hegemonia.”¹² Seu artigo dá passos importantes nessa direção ao analisar a recepção calorosa das teses revisionistas por parte da grande imprensa, que tratou de dar-lhes ampla visibilidade.

Imprensa e hegemonia constituem o tema predileto de Carla Silva, que publica na mesma coletânea um estudo sobre a ação da imprensa na construção social da “ditabranda”. Seu pressuposto é o de que há uma “convergência editorial entre editores e cientistas sociais comprometidos com o apagamento dos conflitos sociais da história brasileira”. Sua pesquisa não é sobre a historiografia, mas é ela que vai mais longe na caracterização do fenômeno, que não ocorre apenas no Brasil, de uma

política de criação de consenso em torno da ditadura que busca, de diferentes formas, apagar sua existência, criar elementos no senso comum que estabeleçam aspectos positivos da ditadura, inclusive fazendo comparações com outras ditaduras para estabelecer as mais “brandas” e mais “duras”.¹³

¹¹ MELO, Demian Bezerra de. A miséria da historiografia. *Outubro*, São Paulo, n. 14, pp. 111-130, 2006, p. 128.

¹² MELO, Demian Bezerra de. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. *Op. cit.*, p. 157.

¹³ SILVA, Carla Luciana. Imprensa e construção social da “Ditabranda”. In: MELO, Demian Bezerra de (org.). *A Miséria da Historiografia*, *op. cit.*, p. 195.

Carla Silva identifica, como sujeito dessa ação política, um “amplo espectro” que inclui não apenas militares, mas “inúmeros intelectuais orgânicos desse projeto social: donos de meios de comunicação e todo o seu aparato produtor de consenso; professores de institutos liberais; organizadores executores das práticas políticas e econômicas capitalistas.”¹⁴ Eu só teria a acrescentar que não há razão para excluir dessa lista os historiadores.

O golpe historiográfico encontrou, portanto, quem resistisse a ele. Na verdade, o principal resultado do esforço desses críticos nem foi destacado aqui: é o desmonte meticuloso e bem fundamentado, empírica e conceitualmente, das peças argumentativas erigidas pelos golpistas. Submetidos a minucioso escrutínio por profissionais competentes, os fundamentos das teses revisionistas vem sendo destruídos um após outro. Se, apesar de tudo, creio poder justificar minha intervenção nesse debate é porque proponho desenvolver um pouco mais extensamente algumas hipóteses contidas nos textos que acabei de citar que não puderam ser, até aqui, trabalhadas de modo mais detalhado pelos respectivos autores. Seguindo sugestões que encontro em seus textos, gostaria de pensar sobre o *projeto social* no qual se articula a historiografia golpista e sobre suas implicações políticas. Ou, para ser sintético: refletir sobre o significado que aquela prática historiográfica assume quando problematizada através do conceito de hegemonia. A questão é relevante, inclusive, porque é perfeitamente possível que o poder de convencimento das teses golpistas sobreviva à demonstração da debilidade de seus fundamentos.

Está, assim, longe de minha intenção propor ou defender aqui uma interpretação original sobre a história do golpe de 1964 e da ditadura que ele iniciou, embora minha posição a respeito da polêmica esteja, a essa altura, visível para o leitor. Para os objetivos modestos deste texto é suficiente lembrar que a ação armada de abril de 1964, que pôs fim ao regime constitucional em vigor, não foi um ato isolado cometido por generais autoritários. Ao contrário, ela foi a alternativa política desejada e longamente planejada por segmentos importantes da classe dominante brasileira com os quais as cúpulas militares mantinham, de longa data, intensas relações. Os argumentos empregados por René Armand Dreifuss para caracterizar aquele

¹⁴ Idem, p. 195.

movimento como um golpe de classe não foram refutados, mesmo após 31 anos da publicação do seu livro admirável.¹⁵

Ao golpe seguiu-se a ditadura que, do mesmo modo, não foi puramente militar. O regime autoritário, em todas as fases, foi reconhecido como seu pela classe dominante que, apesar do estreitamento dos canais de representação e negociação de interesses, nunca esteve realmente ausente dos espaços decisórios estratégicos. Aliás, é prudente não esquecer que formas de governo indireto da burguesia, de que as ditaduras militares são um exemplo entre outros, não são episódios incomuns na história das sociedades burguesas e nem restritos à periferia, como se pode verificar com os exemplos extremos de Alemanha e Itália no século XX ou dos bonapartismos na França do XIX.

Como estamos no meio de um combate, algum adversário poderia, a essa altura, questionar o caráter burguês da ditadura em razão da existência de uma oposição liberal que se manifestou ainda nos primeiros anos do regime. Sim, houve segmentos dissidentes entre os grupos sociais dominantes, mas como não haveria? Setores empresariais bem posicionados em espaços de poder nos anos de João Goulart tinham seus motivos para não apoiar o golpe e, por outro lado, a ditadura (como qualquer governo burguês) não tinha como assegurar o atendimento equânime aos interesses de todos os diferentes segmentos da classe. Na verdade a opção autoritária refletia justamente a radicalidade da crise política, isto é, a impossibilidade de compor e articular um consenso minimamente capaz de assegurar, simultaneamente, a unidade política entre os diferentes segmentos dominantes e a coerção legitimada dos grupos subalternos antagônicos. A ditadura durou enquanto garantiu solução para ambos os problemas: a alavancagem da acumulação de capital, apesar de suas contradições internas, criava as bases materiais (isto é: massas crescentes de mais-valor arrancadas dos trabalhadores cuja capacidade de resistência era quebrada pelo aparato repressivo) que tornaram possível algum consenso entre as principais frações da classe dominante, enquanto a agitação dos setores subalternos era reprimida pela violência estatal. Não por acaso foram a crise do “milagre”, que corroeu as taxas de lucro, e a reemergência das lutas populares que levaram, a partir da segunda metade dos anos 70, à longa transição que pôs fim ao regime.¹⁶

¹⁵ DREIFUSS, René Armand. *O Jogo da Direita*. 2ª Ed., Petrópolis, Vozes, 1989.

¹⁶ Cf. a argumentação desenvolvida por FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Teoria e história. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

Decerto, identificar o golpe como uma ação de classe e a ditadura como um governo burguês carrega consigo a exigência de estabelecer os agentes concretos desse poder e os modos como eles o exerceram: os programas que elaboraram e defenderam e os meios de fazê-lo, as práticas organizativas e articulatórias através das quais agiam, os avanços e derrotas obtidos nos diversos *fronts* para onde dirigiram suas iniciativas, o significado e o alcance de sua política nas diferentes conjunturas da luta de classes. Esta gigantesca tarefa não foi concluída, mas não é possível negligenciar a consistência empírica, além de teórica, e a alta relevância de resultados como os que foram alcançados por pesquisas como as de Sonia Regina de Mendonça,¹⁷ mesmo que restritas às frações rurais da classe dominante brasileira, ou de René Dreifuss.¹⁸ Seja em perspectivas semelhantes às de Mendonça e Dreifuss ou sob outros prismas conceituais, não é de agora que vários estudiosos¹⁹ confirmam o fato de que muitos dos mecanismos de poder da ditadura eram manejados diretamente por grupos burgueses civis. O golpismo historiográfico, por muito barulho que faça, não pôde apresentar nada que contestasse a sério as evidências produzidas por tais pesquisas quanto ao caráter de classe da ditadura ou do golpe de Estado que a iniciou. Eis que aparece, novamente, a questão a que aludimos acima. Teremos de examinar porque a má qualidade do argumento não enfraquece a posição dos golpistas.

Antes, porém, é preciso sanar uma lacuna nesta exposição. Até aqui tenho me referido ao golpe historiográfico sem o cuidado de melhor caracterizá-lo. É tempo de corrigir isso.

Misérias Historiográficas, astúcias sociológicas

Golpes são atos de força, e isso vale também para os que são desferidos por historiadores. Faz muita diferença que a força, neste caso, seja mais simbólica que material, mas trata-se, mesmo assim, de um golpe. Quando falamos em força simbólica pensamos na posse de instrumentos que

¹⁷ MENDONÇA, Sonia Regina de. *O Patronato Rural no Brasil recente (1964-1993)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

¹⁸ DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado*. Op. cit.; DREIFUSS, René Armand. *A Internacional Capitalista*. Estratégias e táticas do empresariado transnacional (1918-1986). Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986; DREIFUSS, *O Jogo da Direita*, op. cit.

¹⁹ Só a título de ilustração, algumas obras que, em décadas diferentes, investigaram a atuação de setores civis (burgueses!) no golpe ou no contexto da ditadura: MACIEL, David. *A argamassa da ordem*. Da ditadura militar à Nova República (1974-1985). São Paulo: Xamã, 2004; PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *O colapso de uma aliança de classes*. São Paulo: Brasiliense, 1978; STARLING, Heloisa Maria Murgel. *Os Senhores das Gerais*. Os novos inconfidentes e o golpe de 1964. Petrópolis, Vozes, 1986.

garantem o poder de produzir consensos de grande alcance, o poder de tornar algo extensamente visível ou invisível, de fixar e difundir amplamente certos significados e, ao mesmo tempo, desacreditar ou proscrever outros. Um poder assim é produzido mediante o emprego de diferentes recursos, principalmente de ordem material, possuídos por muito poucos, dentre eles a grande imprensa. No Brasil, sobretudo a partir dos anos 50, este mecanismo de poder é cada vez mais controlado por um grupo muito pequeno de empresas ligadas por diferentes fios a corporações internacionais. Laços econômicos e políticos de diversos tipos conectam esses grupos às frações mais poderosas e dinâmicas da burguesia no Brasil. Sua atuação tem importância singular no processamento dos interesses e das pautas daquelas frações e na conquista de adesão ou, no mínimo, consentimento por parte dos subalternos. Lidamos, aqui, com um setor estratégico na construção da hegemonia burguesa em nosso país, uma gigantesca e complexa máquina de fabricar consensos acerca de todos os temas considerados relevantes para o exercício do poder do capital.²⁰

Nada de comparável está sob controle dos historiadores, quer individual quer coletivamente, nem mesmo dos mais famosos. O alcance da intervenção dos historiadores é estreito no Brasil, como se pode comprovar a partir de indicadores como as tiragens médias dos nossos livros ou a presença de público não especializado (que não sejam estudantes ou profissionais de História) nos nossos auditórios. Quase sempre é para nós mesmos que escrevemos e falamos. Bases estreitas de atuação e interlocução social e recursos materiais escassos resultam em um poder simbólico cujo peso político sempre foi modesto. É curioso notar que os campeões de vendas de livros sobre História no Brasil não são historiadores “de carteirinha”, para desgosto de alguns. Se há, como penso, um golpe historiográfico em marcha, a força que o torna possível deve ser procurada não nos recursos à disposição dos historiadores, mas no que tornou a obra de certos historiadores valiosa para aqueles que controlam o poder real. E este é um fenômeno recente, cuja história não foi ainda estudada.

A pista a ser seguida tem a ver com a importância intrínseca do tema. O golpe de 64 e a subsequente ditadura possuem interesse imediato para aqueles a quem Florestan Fernandes designava “os de cima”, pois põem em foco modos de ver e interpretar o próprio poder de Estado em sua

²⁰ Cf. o estudo de Carla Silva que põe a nu alguns laços de intimidade entre grandes veículos de imprensa e o grande capital: SILVA, Carla. *VEJA: o indispensável partido neoliberal (1989-2002)*. Cascavel, EDUNIOESTE, 2009.

manifestação mais direta. Isso não quer dizer, evidentemente, que a posição política dos dominantes sobre a ditadura permaneça imutável. Num primeiro momento, a defesa ruidosa do golpe e o apoio não menos entusiástico à ditadura, posições assumidas pela quase totalidade dos veículos da grande imprensa, eram expressões do fato, já mencionado, de que o regime foi assumido como seu pela classe dominante, ao menos enquanto demonstrou eficiência no cuidado dos seus interesses. Ora, os que se articularam para desfechar e apoiar o regime de força nunca deixaram de valorizar os serviços que lhes prestava a máquina fabricante de consensos a que nos referimos. Deixemos de lado a hipótese de que a ditadura envolvia dispositivos de hegemonia, uma discussão que precisaria de espaço próprio para ser desenvolvida adequadamente. Consideremos, simplesmente, as evidências que confirmam o funcionamento, em níveis de rara intensidade, dos aparatos simbólicos ativados para justificar os atos, amealhar e consolidar apoio aos golpistas e ditadores, desde a grande imprensa até clubes de serviço e igrejas.²¹ As baionetas falaram mais alto no 1º de abril, mas não foi um monólogo: muitas outras vozes fizeram coro. Todavia, é o que queremos marcar, poucas daquelas vozes saíram das gargantas de historiadores ou de cientistas sociais.

Sabemos pouco sobre as razões pelas quais o consenso em torno do golpe e da ditadura aparentemente não envolveu setores numerosos ou representativos das faculdades de ciências humanas. Parece haver certo acordo entre os que estudaram as relações entre intelectuais e política nos anos de chumbo quanto à predominância, nos ambientes acadêmicos de então, de posições políticas à *esquerda*, por menos que se possa garantir um significado preciso para o termo. Num ensaio escrito entre 1969 e 1970 Roberto Schwarz propôs a hipótese de uma hegemonia cultural da esquerda que sobreviveu ao golpe e que, aliás, iria muito além dos *campi* universitários: “Apesar da ditadura de direita há relativa hegemonia cultural da esquerda no país. Pode ser vista nas livrarias de São Paulo, cheias de marxismo, nas estreias teatrais, (...) Em suma, nos santuários da cultura burguesa a esquerda dá o tom.”²² Schwarz nuançava sua proposição com críticas às deformações nacionalistas do marxismo que vertebrava a cultura

²¹ O papel da grande imprensa na defesa do golpe e da ditadura é outro tema que tem sido estudado de modo sistemático e competente por SILVA, Carla Luciana. Imprensa e construção social da “Ditabranda”. In: MELO, Deminan Bezerra de (org.). *A Miséria da Historiografia: op. cit.*

²² SCHWARZ, Roberto. Cultura e política, 1964-69. In: SCHWARZ, Roberto. *O pai de família e outros estudos*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 62.

de esquerda no Brasil e com uma avaliação dos impasses com que se defrontaria essa hegemonia a partir de mudanças no cenário no final dos 60.

Formulado nesses termos, o conceito de hegemonia perde muito de sua potência explicativa, pois o pressuposto de Schwarz é que a “esquerda” (ele não se refere a classes ou frações) detém a hegemonia no plano cultural, mas não nos demais espaços da vida social. Uma fratura tão profunda na totalidade social deveria causar estranhamento, mas o autor não parece se importar. Além do mais, Schwarz traça limites muito estreitos até mesmo para o “cultural”, pois com este termo ele designa somente uma pequena parte da vida cultural do país, que diz respeito basicamente a pessoas que frequentam livrarias, vão a estreias de teatro, andam pelos “santuários da cultura burguesa”. Toda a problemática da capilarização de uma visão de mundo para grandes massas humanas, que é o nervo da questão da hegemonia em Gramsci, fica fora da interpretação e, caso fosse considerada, não seria tão simples falar em hegemonia da esquerda.

A hipótese de Schwarz continua sugestiva, porém, desde que tomemos a palavra hegemonia em seu sentido rebaixado, como sinônimo de *predominância* ou *tendência majoritária*, e desde que saibamos que estamos nos referindo a um grupo social específico, pouco numeroso, intelectualizado e com meios de acesso a bens culturais sofisticados (em comparação com o conjunto da população). Tal hipótese, infelizmente, ainda espera por uma verificação empírica. Sem se preocupar com esta lacuna, há autores que partem da premissa de Schwarz para afirmar, também sem comprovação empírica, que, nas universidades, era o marxismo que predominava. Daniel Pécaut fala de uma tendência dos intelectuais brasileiros a

considerar o marxismo como o “horizonte inultrapassável” da época. Em fins dos anos 50, uma certa vulgata marxista difundia-se bem além dos setores localizados na esfera de influência do Partido Comunista: ela comanda a socialização política e cultural de grande parte daqueles que se identificam com as camadas intelectuais.²³

Milton Lahuerta, em trabalho sobre as interfaces entre a atuação política e profissional dos intelectuais do CEBRAP, é mais enfático: “Em realidade, tanto no CEBRAP quanto nos núcleos de humanidades das

²³ PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil*. São Paulo: Ática, 1990, p. 16.

universidades, o marxismo, com seus mitos revolucionaristas [sic] e proletários, permaneceu, pelo menos até a primeira metade dos anos 80, como a principal referência teórica.”²⁴

A escassez de evidências (que, afinal, não parecem ter sido procuradas) não impede que aceitemos como razoável a suposição de que os espaços acadêmicos eram permeáveis à esquerda – pelo menos os militares e seus acólitos acreditavam seriamente nisso – e, por isso mesmo, pouco propensos a repercutir favoravelmente as iniciativas de apoio ao golpe de Estado ou ao regime militar. Seja por esta razão ou por outras, o que podemos constatar com alguma segurança é que o grosso da produção intelectual que tematizou o golpe ou a ditadura e que ganhou corpo a partir da década de 70, assumiu posições distantes da apologia e, não raro, abertamente críticas. No caso dos historiadores, bem verdade que os escritos sobre o golpe demoraram mais a aparecer, pois não é frequente que eles tomem o presente como sua matéria, mas o quadro é muito semelhante: é insignificante o número de trabalhos apologéticos do regime. Uma consulta a levantamentos bibliográficos como os que foram realizados por Ridenti²⁵ ou por Fico,²⁶ este ainda mais extenso, confirma que as poucas publicações simpáticas ao golpe e ao regime foram quase todas externas às universidades brasileiras e, dentre essas, a grande maioria tinha os pés na caserna.

O que nos interessa sublinhar já está, a essa altura, visível para o leitor: o contraste entre esta postura dos acadêmicos e aquela dos grandes veículos de imprensa requer maior atenção. Aquele foi um momento em que, por mais que a classe dominante tenha participado ativamente dos eventos e se esforçado para amealhar apoio, cientistas sociais e historiadores permaneceram à parte. O argumento de Pécaut exhibe aqui uma de suas fraquezas, pois ele desenvolve sua questão em termos de adesão ou não daqueles intelectuais influenciados pela “vulgata marxista” a certo conceito de democracia que ele nem chega a problematizar. Por esta via conclui que, antes de 1964 “a posição que os intelectuais se conferem não os incita a manifestar um zelo excessivo quanto aos procedimentos democráticos”.²⁷ A hipérbole do “zelo excessivo” não esconde o anacronismo desta

²⁴ LAHUERTA, Milton. Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil. *Cadernos AEL*, v. 8, 14/15, pp. 53-93, 2001, p. 67.

²⁵ RIDENTI, Marcelo. As esquerdas em armas contra a ditadura (1964-1974): uma bibliografia. *Cadernos AEL*, v. 8, n. 14-15, 2001, pp. 257-295.

²⁶ FICO, Carlos. *Além do Golpe*. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

²⁷ PECAUT, Daniel. *Os intelectuais...* op. cit, p. 196.

interpretação que, num tipo de tautologia negativa, mede excesso ou escassez de zelo democrático com base em uma concepção de democracia que, por vários motivos, não estava posta em questão pelos sujeitos envolvidos. Caminho muito mais promissor foi seguido por Fontes, em texto que permanece lamentavelmente inédito,²⁸ que se ocupou de qualificar as concepções de democracia formuladas por intelectuais brasileiros. De concreto o que sabemos é que quando os “procedimentos democráticos” foram golpeados em nome da democracia, os acadêmicos, marxistas ou não, recusaram seu apoio aos golpistas e não participaram do esforço de consenso mobilizado pelo aparato simbólico articulado pelos grupos sociais dominantes.

Entretanto, nem tudo é tão simples. O exame de uma pequena amostra dessa bibliografia que aparece a partir dos anos 70 permite que identifiquemos elementos que exigem mais esforço da análise. Aquilo mesmo que caracteriza o golpe historiográfico que ainda estava por vir, a saber, a enunciação de peças argumentativas que, sem assumir necessariamente uma posição abertamente apologética, corroboram, de algum modo, o discurso da ditadura sobre si mesma, começou a despontar muito cedo. Tomemos o caso de um sociólogo de fama internacional e publicamente identificado como de oposição à ditadura, Fernando Henrique Cardoso. Estamos em 1971, período mais duro da repressão, quando Cardoso publica um de seus mais conhecidos artigos, o *Modelo Político Brasileiro*. Sua perspectiva pretende afastar-se de “falácias metodológicas” como a “visão linear nas relações entre a economia e a política” que levam a que o Estado seja “concebido quase como ‘comitê executivo’ da burguesia” ou, inversamente, a que se tomem “os projetos políticos dos grupos no poder como condicionantes absolutos do processo social”.²⁹ Após compor sua conhecida caracterização do “modelo” como “dominação autocrática sob controle burocrático militar (...) assentado em bases economicamente dinâmicas”,³⁰ Cardoso se propõe a pensar nas condições para a democratização. Há, segundo ele, dois fatores de desestabilização do “sistema” que atuam de fora sobre o regime mas apenas negativamente, pois não são capazes de “gerar objetivos políticos e implementá-los”. Esses dois

²⁸ FONTES, Virgínia. *Démocratie et Révolution: Sciences Sociales et Pensée Politique au Brésil Contemporain (1973-1991)*. Thèse de Doctorat em Philosophie Politique. Paris X, Nanterre, 1992.

²⁹ CARDOSO, Fernando Henrique. O modelo político brasileiro. In: CARDOSO, Fernando Henrique. *A construção da democracia*. Estudos sobre política. São Paulo: Siciliano, 1993, p. 85.

³⁰ Idem, p. 106.

elementos, que são a “repressão incontrolada e a ação armada da esquerda”, cumprem um papel igualmente prejudicial pois,

na medida em que impedem maior permissividade política, diminui a capacidade de o regime absorver grupos opositores e de gerar políticas capazes de passar pelo crivo da ‘participação crítica’ dos que a ele se opõem mas não querem perder influência política no Estado.³¹

E mais: as chances de evitar uma escalada de violência dependeriam da “capacidade que tenham os setores governamentais do regime ou as forças que se opõem a seus aspectos mais repressivos, (como a Igreja) para frear a corrida da violência política”.³² Em síntese: os extremos violentos, à direita e à esquerda, são impotentes para interferir nas políticas do regime, mas possuiriam o poder de “vetar” (o termo é de Cardoso) qualquer iniciativa que pudesse apontar saídas políticas em direção à democratização. Duas perguntas antes de prosseguirmos: qual o papel atribuído à esquerda nesse esquema? O de entrave objetivo às possibilidades de avanço democrático. Alcançado este ponto, não estamos muito longe de imputar responsabilidades à esquerda, se não pelo golpe, ao menos pelo aprofundamento e permanência da ditadura. Notemos que esta tese só pode se manter porque o autor sequer menciona as organizações que não enveredaram pela luta armada (que sempre foram maioria) e porque, ainda mais grave, ele omite o fato de que a luta armada não era uma opção antes da ditadura, ou era somente para pouquíssimos militantes. Segunda pergunta: quais são os setores identificados como portadores de uma potência política real (positiva) e capazes de iniciativas com possibilidade de viabilizar avanços para a superação da ditadura? Aqui precisamos ler um pouco mais o “príncipe dos sociólogos”.

Saltemos dez anos para outro artigo do mesmo autor, este dedicado expressamente ao problema da transição. Esquerda armada e linha dura dos militares eram coisas do passado em 1981, o Brasil assistia à ativação de grupos sociais subalternos cuja agenda combinava reivindicações de ordem material e política e cuja prática mudava a qualidade do espaço político. Apesar de tudo, Cardoso entende que a transição teria diante de si perigos

³¹ Idem, p. 108.

³² Idem, p. 108.

novos. Ele procura respostas para a questão que, ele mesmo reconhece, nasce de uma perspectiva liberal: “quais as condições para democratizar a sociedade e institucionalizar democraticamente a vida pública?”³³ Uma das primeiras seria livrar-se do equívoco de pensar que “sem a democratização substantiva na área social a democratização política é um engodo.”³⁴ Aqui temos um dos afloramentos daquilo que muitos leitores de Cardoso, como Lahuerta³⁵ consideram a *valorização do político* (não condicionar a avaliação das qualidades políticas do regime pelos conteúdos socioeconômicos expressos em suas formas), que desemboca, logo no parágrafo seguinte, na discussão da questão estratégica da “representatividade política”. Apesar de registrar alguns limites da resposta liberal à questão, Cardoso despeja sua crítica contra a abordagem feita pelos “adeptos da teoria da crise de hegemonia”, que cometem o erro da

recusa de pensar o Estado, que existe implícita na atitude ‘basista’ e na valorização absoluta dos movimentos sociais frente aos partidos (...). Ora o desprezo pelo Estado torna este tipo de pensamento generoso mas ao mesmo tempo impotente para enfrentar o desafio do controle político das sociedades complexas. (...) é teoricamente insatisfatório e politicamente pouco eficaz imaginar uma política de transformação social que não diga o que fazer no e com o Estado para redirecioná-lo em benefício da maioria.³⁶

Ficamos sem explicações sobre a “atitude basista” que tanto incomodava o sociólogo, mas se formos minimamente rigorosos não devemos falar em desprezo pelo Estado ou pelos partidos por parte dos grupos subalternos que se mobilizavam naqueles anos. Eles traziam consigo uma disposição organizativa vigorosa, que resultou na criação de um partido político – o PT – e, pouco depois, na CUT. Tais iniciativas concretas de construção de formas de representação política, porém, não podiam ser aceitas por Cardoso, que considerava inaplicáveis ao Brasil modelos

³³ Idem. Regime político e mudança social: a transição para a democracia. In: CARDOSO, Fernando Henrique. *A construção da democracia*. op. cit., p. 263.

³⁴ Idem, 264.

³⁵ LAHUERTA, *Intelectuais e resistência democrática...* op. cit.

³⁶ CARDOSO, Fernando Henrique. Regime político e mudança social: a transição para a democracia. In: CARDOSO, *A construção da democracia...*, op. cit., p. 264-5.

partidários que tinham sido funcionais apenas na Europa do século XIX: “Partidos de classe, no sentido estrito, pertencem à história de outras estruturas sociais.”³⁷ Como a transição é caracterizada como um “processo de liberalização que visa ajustar a dominação burguesa, tal como ela pode se dar em países [como o Brasil]”³⁸, o equacionamento do problema da representação política deveria ter a função de criar as organizações que facilitassem a “longa guerra de posições” a que Cardoso se refere em outro artigo, através da qual “os trabalhadores, as classes médias assalariadas e os setores não-reacionários das classes dominantes poderão moldar no futuro um sistema mais aberto”³⁹. É curioso notar que Cardoso expressamente se recusa a ver em tal “guerra de posições” qualquer hegemonia burguesa.⁴⁰ Voltaremos a esse ponto.

Nossa segunda pergunta agora pode ser respondida. O “futuro mais aberto” terá as características de uma dominação burguesa ajustada e sua construção depende da atuação, principalmente no interior do Estado, de uma frente ampla da qual todas as classes participarão. Contudo, fica evidente que, para que seja viável uma política que conduza ao “futuro mais aberto”, os trabalhadores não deveriam se fazer representar através de uma organização classista. Não se tratava de excluir a esquerda dessa política, mas de extirpar da esquerda tudo o que a vinculasse de modo demasiado estreito às classes subalternas. Impossível não lembrar que, 17 anos antes, algumas das alegações apresentadas para o golpe referiam-se aos aliados radicais de Goulart, os esquerdistas, que já não eram mais controlados pelo presidente e impunham sua agenda de reformas ao país. O que havia de intolerável na agenda dos radicais era, como sabemos, tudo o que ameaçasse posições de classe, como era o caso emblemático da reforma agrária.

Propus a releitura dos artigos de Cardoso para lembrar que certos aspectos dos argumentos que Melo⁴¹ identifica nos autores que ele classifica como revisionistas já estavam presentes em intervenções bem anteriores, como aliás ele mesmo reconhece. A propósito, esta é a ressalva que faço ao

³⁷ Idem, p. 272.

³⁸ Idem, p. 269.

³⁹ Idem. Os impasses do regime autoritário: início da distensão. In: CARDOSO, *A construção da democracia...* op. cit., p. 232.

⁴⁰ Idem. O papel dos empresários no processo de transição. In: CARDOSO, *A construção da democracia...* op. cit. Passim.

⁴¹ MELO, Demian Bezerra de. Revisão e revisionismo na historiografia contemporânea. In: MELO, (org.). *A Miséria da Historiografia...*, op. cit. Idem. A miséria da historiografia... op. cit.; MELO O golpe de 1964 e meio século de controvérsias..., op. cit.

termo *reversionismo*, pois neste caso não se pode falar de uma tradição interpretativa solidamente constituída que tenha sido submetida a uma reinterpretação radical. Antes, quando Fernando Henrique Cardoso escrevia, ou depois, no tempo em que Argelina Figueiredo concluiu e publicou a tese⁴² que Melo criticou de modo consistente, o que tínhamos era a proliferação de diferentes perspectivas de interpretação: Luiz Alberto Moniz Bandeira⁴³ e René Dreifuss também eram lidos quase nos mesmos momentos. Os exemplos poderiam se multiplicar: as memórias apaziguadoras e quase arrependidas de Gabeira e Sirkis⁴⁴ dividiram a prateleira das livrarias com os trabalhos muito diferentes de Gorender e Ridenti.⁴⁵ Não me parece possível identificar, em meio à uma tal dispersão polifônica, se havia e quais seriam as intervenções com peso hegemônico. Minha ressalva, porém, não deve ser entendida como a proposta de não empregar a palavra reversionismo, a menos enquanto não dispusermos de outra mais precisa. O que precisamos entender é como esta situação se modificou dramaticamente, a ponto de assistirmos hoje ao predomínio incontestável de certas interpretações enquanto outras são reduzidas a posições marginais ou à invisibilidade.

Lembremos que toda aquela polifonia assentava-se, no começo, sobre uma desconformidade entre o que os acadêmicos escreviam e o consenso que a classe dominante procurava construir em torno do *seu* regime. Sabemos que, a partir de meados dos anos 70, aquele consenso sofreu revezes crescentes até desaparecer. Vários grupos empresariais que haviam hipotecado seu apoio ao golpe e mesmo alguns que haviam participado diretamente no exercício do poder de Estado emitiam, agora, sinais de descontentamento, não raro acompanhados de reivindicações democráticas.⁴⁶ Mesmo baluartes de primeira linha do consenso pró-regime, como a *Folha de São Paulo* ou a revista *Veja*, mudavam suas linhas editoriais

⁴² FIGUEIREDO, Argelina. *Democracia ou reformas?* Alternativas democráticas à crise política 1961-1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993

⁴³ BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart. As lutas sociais no Brasil 1961-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

⁴⁴ GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?* Rio de Janeiro: CODECRI, 1979; SIRKIS, Alfredo. *Os Carbonários. Memória da guerrilha perdida*. São Paulo: Global, 1980.

⁴⁵ GORENDER, Jacob. *O combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1987; RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993.

⁴⁶ O assunto foi bastante estudado, como se sabe. Um dos textos citados acima trata especificamente do “reencontro do empresariado com a democracia”: CARDOSO, O papel dos empresários no processo de transição, Op.cit.

e, quando acharam oportunidade, trataram de desembarcar.⁴⁷ A ditadura não respondia mais às necessidades das classes dominantes, mas a recomposição política em torno de outro projeto hegemônico foi difícil e demorada. Ao longo dos anos 80 as diversas frações da burguesia exibiram por mais de uma vez os sinais de sua fragmentação política embora, como bloco, continuassem capazes de defender a maioria de suas fortalezas dos riscos aportados pela luta de classes em fase histórica nova e desafiadora. Suas fraturas só não foram mais graves porque o enfrentamento de um antagonista comum assegurava-lhes um mínimo de unidade de (re)ação. É que, do outro lado da luta de classes, grupos subalternos gradativamente emergiam nos espaços públicos conduzindo experiências reivindicativas e organizativas autônomas e atacando com armas próprias, no discurso e na prática, os limites do Estado ditatorial. Entre eles ganhava corpo um projeto antagônico de contra-hegemonia que, em alguns momentos, assustou seriamente os “de cima”.⁴⁸

A debilitação da capacidade hegemônica dos dominantes moldava um contexto ainda mais favorável à polifonia entre os acadêmicos. Entretanto, o fato de que o ambiente político era fortemente polarizado pela negação da ditadura pode ter contribuído para tornar menos visíveis ou para que fossem consideradas pouco significativas as diferenças existentes entre as abordagens, já que todas pareciam se alinhar na oposição ao regime. Abria-se um terreno propício para ambiguidades e mal-entendidos. Um caso que me parece emblemático é o da recepção das primeiras obras de Daniel Aarão Reis Filho. O tema que lhe conferiu notoriedade não foi propriamente o golpe ou a ditadura e sim a história de seus inimigos, as organizações de esquerda, em particular as de orientação marxista, e a história de revoluções socialistas no século XX. Ex-militante de uma daquelas organizações, Reis Filho fez uma avaliação muito dura da trajetória dos comunistas nos anos 60, entendendo a derrota como consequência das próprias características constitutivas daquelas organizações. Os “mitos coesionadores” dos comunistas – “a revolução socialista, historicamente inevitável; a missão redentora do proletariado; a imprescindibilidade do partido de vanguarda, intérprete qualificado do devir histórico” e a “dinâmica excludente e

⁴⁷ Ver os dados apresentados por SILVA, Carla. *VEJA: o indispensável partido neoliberal (1989-2002)*. Op. cit.

⁴⁸ Tive oportunidade de desenvolver mais extensamente esta análise. Ver COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital. O transformismo dos grupos dirigentes do PT (1978-1998)*. São Paulo: Xamã – Feira de Santana, UEFS, 2012.

antidemocrática das organizações comunistas”⁴⁹ – estão entre as causas do fracasso. Os comunistas “preparam-se para a revolução afastando-se da sociedade que pretendem revolucionar, adquirem coesão interna em troca do afrouxamento dos laços com a sociedade”.⁵⁰

Não podemos nos deter aqui para mostrar como cada um dos pontos dessa crítica é elaborado de modo distorcido e sem maiores preocupações com a indicação de referências teóricas que sustentem as definições adotadas. De qualquer modo, o marco de chegada desse acerto de contas é a aspiração a uma renovação radical da própria esquerda marxista que, a ser feita nos termos propostos, levaria à completa descaracterização da esquerda *como marxista*. O autor assumiria de modo mais explícito essa sua aspiração no final dos anos 90.⁵¹ Apesar dos ataques desferidos contra a esquerda revolucionária, do impacto nada desprezível da obra e de seu autor ser hoje considerado um dos ícones da historiografia dita revisionista, temos de lembrar que o livro, conquanto ensejasse algumas resenhas críticas,⁵² não foi recebido como um autêntico e poderoso golpe historiográfico (ou “revisionismo”) nem por leituras feitas por ocasião do lançamento e nem mesmo pelos estudiosos contemporâneos do fenômeno. Demian Melo, já citado, dedica especial atenção a Reis Filho, mas apenas às obras posteriores ao aniversário de 40 anos do golpe. Não é um descuido. No ambiente polifônico em que o livro apareceu não havia motivo para dar maior importância às lamentações de mais um ex-guerrilheiro arrependido, mesmo que ele exibisse credenciais de historiador e que demonstrasse, desde cedo, habilidade incomum para galgar posições no campo intelectual. Tanto mais porque o Reis Filho que pelejava contra seus moinhos de vento comunistas era o mesmo que prestara relevantes serviços à memória de militantes de esquerda que combateram o regime.⁵³ Mas este cenário estava para mudar profundamente.

⁴⁹ REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro*. Os comunistas no Brasil. 2ª. Ed., São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 182.

⁵⁰ Idem, *ibidem*, p. 19.

⁵¹ Idem. Um passado imprevisível: a construção da memória da esquerda nos anos 60. In: REIS FILHO, Daniel Aarão et. al. *Versões e ficções: o sequestro da História*. São Paulo: Perseu Abramo, 1997.

⁵² Não muitas, ao que parece. Se a revista *Teoria & Debate*, vinculada ao PT, servir de indício de como foi a recepção do livro, ela publicou um comentário crítico (WEINER, Carlos. Trabalho de ideólogo. *Teoria e Debate*, 12, São Paulo: pp.69-70, out 1990) seguido de outro favorável (VENCESLAU, Paulo de Tarso. Dedo na ferida. *Teoria e Debate*, 13, São Paulo, p. 77, mar 1991).

⁵³ Cf. REIS FILHO, Daniel Aarão e SÀ, Jair Ferreira de (orgs.). *Imagens da Revolução*. Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. Rio de Janeiro: Marco Zero 1985. Um passado imprevisível: a construção da memória da esquerda nos anos 60. Op. cit.

As vacilações políticas da burguesia, expressões que eram da fragilidade na costura da hegemonia durante a transição, chegaram ao fim nos anos 90. Com considerável atraso, os grupos sociais dominantes ajustaram suas posições na sustentação de um projeto político comum, nascido da necessidade de dar respostas à crise de longa duração que se aninhou nos centros da acumulação mundial de capital e, de lá, despejou seus efeitos por todo o globo. No Brasil, como em toda parte, a nova hegemonia burguesa traçou os marcos do realinhamento político das diversas frações da classe dominante e redefiniu a forma (não o conteúdo, evidentemente) da relação com os subalternos. Globalização, reestruturação produtiva e neoliberalismo foram nomes atribuídos a diferentes séries de iniciativas que, na busca desesperada (e raramente bem sucedida) para deter a corrosão crônica das taxas de lucro, incidiram sobre zonas estratégicas da luta de classes, aquelas mais próximas de impactar a extração de mais-valor. Ao mesmo tempo, essas iniciativas estabeleciam o quadro de referência para o trabalho de transformar em ideias dominantes as ideias que a classe dominante concebia a respeito das suas iniciativas e das necessidades que as geraram. Um trabalho que teria de ser confiado a especialistas, os intelectuais.⁵⁴ Como se trata de fazer passar por universal a visão de mundo burguesa, a tarefa tem tanto mais chances de ser bem sucedida quanto menos deixar transparecer seu compromisso de classe.

Acontece que nem sempre é possível apagar as digitais da cena do crime. Uma prioridade para o capital, neste novo cenário brasileiro, era o urgente apassivamento dos trabalhadores cuja movimentação autônoma representava risco máximo e, por isso mesmo, convertia-se em alvo primário. Parte desse objetivo foi perseguido com uso generalizado de meios coercitivos, quer procedentes do poder econômico direto ou do braço forte do Estado mas, embora indispensáveis, tais meios não seriam suficientes. Era imprescindível solapar tudo o que fosse associado à construção contra hegemônica que vinha do período anterior, particularmente a disposição dos subalternos para construir organizações autônomas, para mobilizar-se vigorosamente por demandas materiais e para apresentar-se nos espaços de luta com personalidade política e projeto próprios.

⁵⁴ Meu argumento sobre as mudanças recentemente ocorridas na luta de classes, que refaço aqui de modo bastante esquemático, está desenvolvido mais extensamente em COELHO, Eurelino. Hipóteses sobre a luta de classes no capitalismo contemporâneo. In: COELHO, Eurelino e PENELU, Larissa (Orgs.) *Lutas Sociais, Intelectuais e Poder*. Feira de Santana, UEFS, 2012.

Mais explicitamente, a tarefa tinha, por um lado, objetivos negativos: *destruir* a legitimidade de uma das formas organizativas clássicas dos subalternos, a esquerda revolucionária, denunciando sua incompatibilidade genética com a liberdade e a democracia, sua natureza intrinsecamente golpista, autoritária; *censurar* a formulação de demandas fortes, “maximalistas”, acusando-as pela inviabilização das regras do jogo democrático; *reduzir* ao anacronismo e ao ridículo projetos e discursos cuja referência central sejam a classe trabalhadora. Por outro lado, a cada negação correspondeu uma proposição: por uma *esquerda nova*, despida de veleidades radicais e conformada aos limites da ação política prescritos pelo próprio Estado burguês, aliás, “democrático”; por pautas e práticas reivindicativas centradas nos *resultados* e divorciadas de pretensões reformistas alargadas, que questionem o status quo; por projetos políticos formulados a partir de noções *mais amplas*, como cidadania e direitos, e concebidos de modo a acolher em sua diversidade a profusão de subjetividades que se apresentam no espaço político, sem reduzi-las a qualquer “identidade mestra”⁵⁵ (ou seja, longe de qualquer unidade política com base na condição, vista como anacrônica, de classe).

A construção da nova hegemonia obteve resultados extraordinários, sendo um dos mais impressionantes a conquista da adesão entusiasmada de segmentos estratégicos da própria esquerda.⁵⁶ Muitos aspectos estão implicados nessa operação, dentre os quais a vigência de uma concepção liberal, isto é, estritamente procedimental de democracia e a exclusão de concepções alternativas. Não podemos tratar aqui da maioria desses aspectos⁵⁷ mas um deles não nos pode escapar – e com isso nos aproximamos

⁵⁵ Cf. HALL, Stuart. *Identidades culturais na pós-modernidade*. Tradução de Tomás Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

⁵⁶ A experiência de transformismo vivida pelos grupos dirigentes do PT me parece um caso emblemático. Cf. COELHO, *Uma esquerda para o Capital*, op. cit.

⁵⁷ É extensa a bibliografia que, em perspectivas distintas, dedica-se à compreensão das novas formas da dominação burguesa no Brasil. As mencionadas a seguir são as que, além dos autores já citados, possuem relação importante (e diferentes níveis de acordo) com os argumentos deste artigo: MACIEL, David. *De Sarney a Collor: reformas políticas, democratização e crise (1985-1990)*. São Paulo: Alameda – Goiânia, FUNAPE, 2012; NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). *A nova pedagogia da hegemonia. Estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005; NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). *Direita para o social, esquerda para o capital*. Intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil. São Paulo: Xamã, 2010; CASTELO, Rodrigo. *O social-liberalismo, Auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal*. São Paulo: Expressão Popular, 2013; MARTINS, André Silva. *A direita para o social*. A educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo. Juiz de Fora, UFJF, 2009. COELHO, Eurelino. A conversão democrática da esquerda no Brasil: aspectos teóricos. *Cadernos do CEAS*, 176, pp. 59-80, jul ago 1998; FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Op. cit.

novamente dos historiadores: a memória. Ela é um ponto sensível por duas razões. Em primeiro lugar porque é no terreno da memória que tem de ser travado o combate para controlar tanto os significados atribuídos pelos “de baixo” às lutas do passado quanto as conexões que podem ser feitas com o presente. É uma batalha que envolve também sutilezas, pois ainda não foi possível anular o caráter positivo das imagens da luta contra a ditadura e pela democracia ou negar aos sobreviventes o direito à memória que muitos deles reivindicam. Além disso, aquelas imagens fornecem, ainda hoje, credenciais com valor político nada desprezível. O caminho passa a ser, então, o de desqualificar determinadas formas de lutas e seus protagonistas, exatamente aquelas esquerdas “que não eram de modo algum apaixonadas pela democracia, francamente desprezada em seus textos”.⁵⁸ Em segundo lugar, a nova hegemonia assumiu, no plano da política partidária, a forma de amplíssimas alianças que abrigam desde ex-guerrilheiros sofrendo de remorsos até defensores históricos da ditadura. Ao invés de evocar fantasmas de um passado incômodo, as forças hegemônicas impõem silêncio. E que os mortos enterrem seus mortos.

Força: a virtude do vício

O esboço que acabo de fazer dos requerimentos da nova hegemonia permite retomar em plano mais organizado a questão que enunciei sobre o golpe historiográfico. Espero ser desculpado por haver realizado uma exposição demasiado esquemática e seletiva, remetendo questões de grande complexidade para indicações bibliográficas. A intenção era mesmo organizar o esboço de modo a dar evidência àquelas necessidades simbólicas do bloco dominante para cujo atendimento os historiadores eram – e são – os profissionais mais capacitados. A que resultados chegamos?

Assim como em 1964 e nos anos iniciais da ditadura, no período que se abriu na década de 90 os “de cima” não economizaram esforços para organizar o maior consenso possível em torno de suas necessidades, convertendo-as em necessidades gerais. No passado, porém, tiveram de se haver sem a ajuda de historiadores e cientistas sociais, enquanto, no segundo momento, esse serviço – o de responder aos requerimentos da hegemonia – lhes é oferecido abundantemente por muitos de nossos colegas. Olhemos mais de perto.

⁵⁸ REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 70.

Recuperemos, sob o prisma do que foi exposto a respeito da nova hegemonia burguesa, as teses que Demian Melo identifica como axiais da historiografia revisionista: a divisão da responsabilidade pelo golpe entre a direita e a esquerda, a afirmação do caráter golpista da esquerda e de seu descompromisso com a democracia. As conexões dessas teses sobre o passado com o *projeto social* hegemônico que inspira seus autores podem ser vistas com mais nitidez agora. Tanto os objetivos negativos (deslegitimar a esquerda revolucionária, conter em níveis não problemáticos as reivindicações dos subalternos e destruir a independência de classe) quanto os positivos (contribuir para a construção de uma nova esquerda, direcionar as pautas para resultados assimiláveis e elaborar um novo projeto político democrático-radical) da hegemonia burguesa contemporânea estão incorporados ao projeto social daqueles historiadores e cientistas sociais e transparecem em suas análises do passado.

Como reconhecem o próprio Melo e a maioria dos outros críticos dessa historiografia, essas postulações não são desenvolvidas exatamente do mesmo modo pelos diferentes autores, mas as diferenças não atingem o núcleo do argumento. Tudo nos leva a supor que o processo de assimilação dos requerimentos da hegemonia foi bastante desigual, começando muito cedo em casos como o de Fernando Henrique Cardoso, verdadeiro precursor na enunciação das condições políticas para “ajustar a dominação burguesa” em bases distintas da ditadura militar, tarefa que ele enfrentaria primeiro como sociólogo e depois, como príncipe. Outros casos, como o de Daniel Aarão Reis Filho, parecem avançar gradativamente e com muitas ambiguidades no início. Foi a consolidação da hegemonia burguesa, realizada ao longo da década de 90, que levou a uma mudança qualitativa e quantitativa nesse cenário. Aquelas formulações alinhadas com as necessidades simbólicas dos “de cima” foram catapultadas a posições proeminentes no campo historiográfico e nos espaços de discussão pública que se abriram para a temática. Melhor seria dizer: posições de força!

Exatamente porque o que produzem se tornou relevante para o bloco dominante, esses intelectuais passaram a gozar de um poder inalcançável por seus pares, poder que se expressa em fenômenos como tiragens gigantescas, inusitadas para livros de história, ou na grande exposição de suas obras e deles próprios em veículos da grande imprensa. Demian Melo assinalou a ampla predominância dos revisionistas nas coberturas de imprensa, mais

frequentes por ocasião de efemérides.⁵⁹ O exemplo já mencionado, registrado por Badaró Matos, do artigo de Daniel Aarão Reis igualando Guevara a Bin Laden é só o mais escandaloso, mas de modo algum o único. No setor editorial, segundo Gilberto Calil, a série de Elio Gaspari sobre a ditadura, quatro volumes pesados e caros, com duas mil páginas ao todo, vendeu mais de 400 mil exemplares entre 2002 e 2012.⁶⁰ Os números já são maiores, pois Calil não tinha como contabilizar as vendas da nova edição, preparada para o aniversário de 50 anos do golpe e cuja tiragem inicial era de 30 mil volumes. Não dispomos de dados sobre tiragens ou vendas, certamente mais modestas, de autores como Marco Antonio Vila, Jorge Ferreira ou Daniel Aarão Reis Filho, mas qualquer pessoa habituada a frequentar livrarias (convencionais ou eletrônicas/virtuais) terá constatado o destaque visual dado a seus livros mais recentes⁶¹ - e poderá comparar com a observação de Roberto Schwarz, mencionada acima, sobre as livrarias de São Paulo nos anos 60 “cheias de marxismo”. Outra dimensão estratégica do poder simbólico exercido pelos revisionistas seria descortinada se investigássemos os currículos e planos de ensino de História Contemporânea do Brasil nos cursos universitários de História. Meu palpite é que as interpretações inspiradas pela historiografia revisionista predominam amplamente.

Toda essa força simbólica é empregada para golpear alvos bem escolhidos. Discursos sobre o passado que não corroboram os significados despejados por essa parafernália hegemônica são desqualificados ou pior, reduzidos ao silêncio e ignorados. O golpe historiográfico volta-se contra os herdeiros acadêmicos de Dreifuss e Moniz Bandeira, mas não são eles os alvos prioritários. As armas estão calibradas para atingir um público muito mais vasto, o mesmo para o qual se dirigem as ações da nova hegemonia, da qual esta operação historiográfica é um mecanismo. O verdadeiro objetivo da guerra é a memória, os sentidos do passado tal como compartilhados por grandes massas humanas e as implicações que tal visão do passado projeta sobre o presente. As bibliotecas universitárias são apenas um dos muitos campos de batalha – outro, talvez mais importante, são os componentes

⁵⁹ MELO, Demian Bezerra de. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. Op. cit.

⁶⁰ CALIL, Gilberto Grassi. O revisionismo sobre a ditadura brasileira: a obra de Elio Gaspari. *Segle XX. Revista catalana d'història*, 7 (2014), 99-126.

⁶¹ Ou às edições recentes de seus livros antigos, como REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e Democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, versão ligeiramente modificada de REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Op. cit.

curriculares cumpridos por novas gerações de professores de história e historiadores do futuro próximo.

A memória sobre os anos de chumbo não pode ser apagada, mas é depurada de tudo o que representa incômodo aos dominantes de hoje. Por isso, a propósito de tratar do passado, o golpe historiográfico atinge adversários do presente. Ao acusar a esquerda de responsabilidade pelo golpe militar ou pela continuidade agravada da ditadura, algo também acusatório está sendo dito sobre a esquerda anticapitalista de hoje, que já se encontra em situação bem difícil na correlação de forças, e sobre suas políticas avessas à conciliação de classes. Ao desenhar com cores lúgubres o caráter golpista dos que se mobilizaram pelas reformas de base, aparece no verso do papel, nas mesmas cores, a imagem dos projetos políticos que ainda insistem na possibilidade de que o poder político, em outras mãos e completamente reconfigurado, sirva para a promoção de mudanças substantivas e não para a perpetuação do *status quo*. Por fim, ao atacar o caráter supostamente antidemocrático dos que combateram a ditadura, assesta-se um golpe em todos os que ousam desafiar, por discursos e ações, os limites da concepção procedimental e se entregam à construção de formas políticas de democracia que não se apartem de seus conteúdos sociais, isto é, à edificação da democracia como poder popular, na direção apontada pela própria palavra – *δημοκρατία*.

Referências Bibliográficas

BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart*. As lutas sociais no Brasil 1961-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CALIL, Gilberto Grassi. O revisionismo sobre a ditadura brasileira: a obra de Elio Gaspari. *Segle XX. Revista catalana d'història*, 7 (2014), 99-126.

CARDOSO, Fernando Henrique. O modelo político brasileiro. In: CARDOSO, Fernando Henrique. *A construção da democracia*. Estudos sobre política. São Paulo: Siciliano, 1993.

_____. Regime político e mudança social: a transição para a democracia. In: CARDOSO, Fernando Henrique. *A construção da democracia*. Estudos sobre política. São Paulo: Siciliano, 1993.

____. Os impasses do regime autoritário: início da distensão. In: CARDOSO, Fernando Henrique. *A construção da democracia*. Estudos sobre política. São Paulo: Siciliano, 1993.

____. O papel dos empresários no processo de transição. In: CARDOSO, Fernando Henrique. *A construção da democracia*. Estudos sobre política. São Paulo: Siciliano, 1993.

CASTELO, Rodrigo. *O social-liberalismo: Auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal*. São Paulo: expressão Popular, 2013.

COELHO, Eurelino. A conversão democrática da esquerda no Brasil: aspectos teóricos. *Cadernos do CEAS*, 176, pp. 59-80, jul ago 1998.

____. *Uma esquerda para o capital*. O transformismo dos grupos dirigentes do PT (1978-1998). São Paulo: Xamã – Feira de Santana, UEFS, 2012.

____. Hipóteses sobre a luta de classes no capitalismo contemporâneo. In: COELHO, Eurelino e PENELU, Larissa (Orgs.) *Lutas Sociais, Intelectuais e Poder*. Feira de Santana, UEFS, 2012b.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado*. Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Petrópolis, Vozes, 1981.

____. *A Internacional Capitalista*. Estratégias e táticas do empresariado transnacional (1918-1986). Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986.

____. *O Jogo da Direita*. 2ª Ed., Petrópolis, Vozes, 1989.

FICO, Carlos. *Além do Golpe*. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FIGUEIREDO, Argelina. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru, EDUSC, 1998.

FONTES, Virgínia. *Démocratie et Révolution: Sciences Sociales et Pensée Politique au Brésil Contemporain (1973-1991)*. Thèse de Doctorat em Philosophie Politique. Paris X, Nanterre, 1992.

____. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Teoria e história. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?* Rio de Janeiro: CODECRI, 1979.

GORENDER, Jacob. *O combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1987.

HALL, Stuart. *Identidades culturais na pós-modernidade*. Tradução de Tomás Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

HOBSBAWM, Eric. *Ecoss da Marselhesa*. Dois séculos revêem a Revolução Francesa. S. Paulo, Companhia das Letras, 1996.

LAHUERTA, Milton. Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil. *Cadernos AEL*, v. 8, 14/15, pp. 53-93, 2001.

MACIEL, David. *A argamassa da ordem*. Da ditadura militar à Nova República (1974-1985). São Paulo: Xamã, 2004.

_____. *De Sarney a Collor: reformas políticas, democratização e crise (1985-1990)*. São Paulo: Alameda – Goiânia, FUNAPE, 2012.

MATTOS, Marcelo Badaró; Os trabalhadores e o golpe de 1964: um balanço da historiografia. *História e Luta de Classes*, vol.1, n. 1, pp. 7-19, abril 2005

_____. O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica. *Revista Brasileira de História*, vol.28, no.55, p.245-263, Jun 2008.

_____. As bases teóricas do revisionismo: o culturalismo e a historiografia brasileira contemporânea. In: MELO, Demian (org.). *A Miséria da Historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MARTINS, André Silva. *A direita para o social*. A educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo. Juiz de Fora, UFJF, 2009.

MELO, Demian Bezerra de. A miséria da historiografia. *Outubro*, São Paulo, n. 14, pp. 111-130, 2006.

_____. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In: MELO, Demian Bezerra de (org.). *A Miséria da Historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014b.

____. Revisão e revisionismo na historiografia contemporânea. In: MELO, Deminan Bezerra de (org.). *A Miséria da Historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MENDONÇA, Sonia Regina de. *O Patronato Rural no Brasil recente (1964-1993)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). *A nova pedagogia da hegemonia. Estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005.

____ (org.). *Direita para o social, esquerda para o capital*. Intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil. São Paulo: Xamã, 2010.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil*. São Paulo: Ática, 1990.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *O colapso de uma aliança de classes*. São Paulo: Brasiliense, 1978.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro*. Os comunistas no Brasil. 2ª. Ed., São Paulo: Brasiliense, 1990.

____. Um passado imprevisível: a construção da memória da esquerda nos anos 60. In: REIS FILHO, Daniel Aarão et. al. *Versões e ficções: o sequestro da História*. São Paulo, Perseu Abramo, 1997.

____. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

____. *Ditadura e Democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993.

____. As esquerdas em armas contra a ditadura (1964-1974): uma bibliografia. *Cadernos AEL*, v. 8, n. 14-15, pp. 257-295.

SILVA, Carla Luciana. Imprensa e construção social da “Ditabranda”. In: MELO, Deminan Bezerra de (org.). *A Miséria da Historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

____. *VEJA: o indispensável partido neoliberal (1989-2002)*. Cascavel, EDUNIOSTE, 2009.

SCHWARZ, Roberto. Cultura e política, 1964-69. In: SCHWARZ, Roberto. *O pai de família e outros estudos*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

SIRKIS, Alfredo. *Os Carbonários*. Memória da guerrilha perdida. São Paulo: Global, 1980.

STARLING, Heloisa Maria Murgel. *Os Senhores das Gerais*. Os novos inconfidentes e o golpe de 1964. Petrópolis, Vozes, 1986.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. *Crítica Marxista*, Campinas, vol. 10, n. 19, pp.27-19, 2014.

VENCESLAU, Paulo de Tarso. Dedo na ferida. *Teoria e Debate*, 13, São Paulo: p. 77, mar 1991.

WEINER, Carlos. Trabalho de ideólogo. *Teoria e Debate*, 12, São Paulo: pp.69-70, out 1990.

Consenso e Coerção na Ditadura

Carla Luciana Silva¹

O objetivo deste texto é pontuar algumas observações acerca do consenso e da coerção na Ditadura Brasileira instaurada em 1964. Um tema que nos aparece como já dominado, já sabido, mas que nos permite ainda colocar algumas questões sobre os seus efeitos históricos, sobretudo seu papel para a manutenção de um “consentimento” criado acerca de algumas ideias durante a ditadura que persistiram e que podem ajudar a entender o apoio nos dias atuais de camadas da sociedade a uma vaga noção de ditadura. É preciso que retomemos essa leitura para jogar luz ao “apoio à ditadura” nos dias que vivemos.

A ditadura não é uma solução de hegemonia. Mas ela não pode abrir mão de instrumentos de criação de consenso. Por um lado, não é verdadeiro que a sociedade civil ficou absolutamente excluída durante a ditadura. Muitas organizações de classe se desenvolveram e cresceram durante a ditadura. Da Fiesp às organizações da burguesia agrária.² As empresas de comunicação também tiveram crescimento muito expressivo na ditadura, e nunca deixaram de atuar no processo político e organizativo de classe. Tudo isso como parte do processo de “ampliação seletiva do Estado”³. Neste mesmo sentido, o estudo de Pedro Campos sobre a organização das empreiteiras no Brasil aponta que “após o golpe, houve a continuidade e até a proliferação das formas organizativas da classe dominante, ao passo que, em geral, as associações ligadas às classes subalternas sofreram repressão ou até foram extintas, como foi o caso do CGT e da UNE”.⁴

Se ampliarmos nossa visão sobre a sociedade civil, entendendo-a como espaço de ampliação do Estado, teremos novas questões para problematizar, como o fato de que a imprensa é ela também parte da sociedade civil. A menos que a entendamos como aparelho ideológico do Estado, e não é esse o caso, teremos que vê-la como parte da sociedade civil,

¹ Docente do Curso de História e do PPGH da UNIOESTE. Linha de Pesquisa Estado e Poder.

² Ver: MENDONÇA, Sonia Regina. *O patronato rural no Brasil recente. 1964-1993*. Rio de Janeiro: EdUF RJ, 2010.

³ FONTES, Virginia. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Teoria e historia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010, p. 218.

⁴ CAMPOS, Pedro Henrique P. *Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988*. Niterói: EdUFF, 2014, p. 135.

e, portanto, portadora de projetos sociais e de necessidades econômicas. A grande imprensa, mesmo censurada, esteve alinhada com a ditadura brasileira.⁵

Em tese, na ditadura a sociedade civil passa a ser controlada, vigiada, desautorizada. Os tacões, as botas, as armas e as estrelas do generais são os símbolos da Ditadura. Mas eles não pisaram sobre todos. Ademais, ao olharmos para a Ditadura brasileira, como podemos explicar as figuras amáveis de arco-íris, bandeirolas, verdes campos e pombas na propaganda oficial do regime? Havia também uma estratégia de convencimento, para além da “oposição consentida”.⁶ Ana Cristina Figueiredo mostrou, em estudo lapidar, como as empresas de publicidade estavam diretamente vinculadas ao projeto político de expansão do capitalismo. As empresas ajudavam a criar aceitação social às multinacionais, aos espaços e formas de trabalho, e logicamente, às formas de comportamento e pensamento que deveriam ser seguidas.⁷ Ressalte-se que o estudo é sobre a publicidade, que apresentava produtos, mas junto com eles, as ideias e a lógica do sistema.

O tema das formas do consenso vai além do nosso saber historiográfico. É preciso debater com a sociologia, a antropologia, e sobretudo a análise de discurso para apreender o sentido mais profundo do consenso estabelecido. Os estudos sobre mídia, propaganda e publicidade nos ajudam a dimensionar a produção de ideias, a disseminação de pensamentos e as formas de consensos. A permanência ao longo de décadas de elementos de simpatia para com a ditadura é uma questão totalmente necessária de ser colocada. Esse quadro se completa com a ausência de políticas públicas de memória que permitam, ou melhor, que obriguem a produção de uma memória que retome a história das vítimas da ditadura e do Terror do Estado. A existência de uma Comissão Nacional da Verdade, para além dos avanços no campo da memória que podem ter daí surgido, acabou sendo motivadora da emergência de discursos anticomunistas e antipopulares. De uma forma ou de outra, a CNV impôs um momentâneo cessar do silêncio sobre a memória. Aquela “página virada” imposta em 1979 com a Lei da Anistia estava sendo lembrada e desobedecida. Os arautos da

⁵ Temos desenvolvido esta temática em alguns trabalhos. Ver, por exemplo: SILVA, Carla. *Veja e Ditadura: a memória dos militares refaz a ditadura*. *Historia Actual On Line*, Núm. 31 (Primavera, 2013), 95-107. <http://www.historia-actual.org/Publicaciones/index.php/haol/article/viewFile/752/712>

⁶ O bipartidarismo e a existência do MDB como “oposição consentida” fazia parte da tática de manter uma aparência de democracia, importante para entendermos o campo do consenso.

⁷ FIGUEIRERO, Ana Cristina. *“Liberdade é uma calça velha, azul e desbotada”*. São Paulo: Hucitec, 1998.

ditadura de tudo fariam para que isso não passasse de uma leitura, uma espécie de réquiem. O que estava em jogo era a manutenção dos privilégios obtidos pelos militares na ditadura e sua eterna impunibilidade.

Há uma vinculação poucas vezes explicitada entre a produção escrita, a escrita da história, os meios de produção de consenso e a memória criada e consolidada. A questão mais relevante para alertar do ponto de vista da história é o peso da memória como arma política. A memória é um fato político, não apenas social. Por isso os “usos da memória” precisam ser problematizados por nós. A antropóloga portuguesa Paula Godinho aponta que “reiteradas vezes a memória coletiva é erradicada pela construção da memória pública. Esta última é viabilizada nos media, nos discursos públicos, nos livros escolares, na toponímia e noutros formatos memoriais”.⁸ As memórias militantes tornam-se memórias “fracas”, esquecidas, desimportantes. A memória que impera é a oficial, a “boa memória”. Conclui-se que a memória está em disputa, é um campo de batalhas. As políticas públicas de memória correm o risco de serem um engessamento da história à ordem da história oficial. É preciso que nos coloquemos, de forma ampla, a pergunta: “que papel jogam os meios de comunicação na construção da memória coletiva?”⁹ Nesse sentido, é preciso entender não apenas a imprensa escrita, mas todos os mecanismos mediáticos de construção de formas de consenso.

Opinião Pública e Consenso

Pierre Bourdieu tinha um posição instigante sobre a opinião pública, expressa em um belo texto chamado “a opinião pública não existe”, ela somente passa a existir no momento em que “é criada”. A opinião não está ao alcance de todos. Poucos são os que detém informações e dados capazes de formar uma opinião balizada e correspondente aos fatos. Usamos como sinônimo a ideia de opinião, como se ela fosse portadora de informação, e ela não é, não passa de um posicionamento no mais das vezes desinformado e incapaz de dar conta da complexidade dos fatos sociais. Opinião remete ao senso comum, a algo que “o homem simples sabe que existe”, ouviu de alguém, não sabe a origem mas se sente compelido a ter uma (opinião): “O

⁸ GODINHO, Paula. “Passados insubornáveis: acontecimento, razão escrita e memórias fracas”. LOFF, Manuel; PIEDADE, Felipe; SOUTELO, Luciana. *Ditaduras e revolução*. Democracia e políticas da memória. Coimbra: Almedina, 2015, p. 145.

⁹ CUESTA, Josefina. *La odisea de la memoria: historia de la memoria en España*. Siglo XX. Madrid: Alianza, 2008, p. 19.

efeito fundamental da pesquisa de opinião é o seguinte: a ideia de que existe uma opinião pública unânime é construída para legitimar uma política e reforçar as relações de força que a fundam ou a tornam possível”.¹⁰

O que se chama de “opinião pública” está estreitamente ligado à hegemonia, ou seja, é o ponto de contato entre a “sociedade civil” e a “sociedade política”, entre o consenso e a força. O Estado, portador de interesses de classe, quando quer iniciar uma ação pouco popular, cria preventivamente a opinião pública adequada, ou seja, organizada, para centralizar certos elementos da sociedade civil:

A opinião pública como hoje se entende nasceu às vésperas da queda dos Estados absolutistas, isto é, no período de luta da nova classe burguesa pela hegemonia política e pela conquista do poder.

A opinião pública é o conteúdo político da vontade política pública, que poderia ser discordante: por isto, existe luta pelo monopólio dos órgãos da opinião pública – jornais, partidos, parlamento -, de modo que uma só força modele a opinião e, portanto, a vontade política nacional, desagregando os que discordam numa nuvem de poeira individual e inorgânica.¹¹

Gramsci entendia a opinião pública como algo manipulável, através de momentos que “possibilitam suscitar extemporaneamente explosões de pânico ou de entusiasmo fictício, que permitem alcançar objetivos determinados, nas eleições, por exemplo”.¹² A opinião pública, portanto, é parte do processo de hegemonia, mais especificamente na tentativa de estabelecer um consenso ativo, e se possível, sobre as formas de repressão:

O Exercício “normal” de hegemonia, no terreno clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário,

¹⁰ BOURDIEU, Pierre. A opinião pública não existe. In: THIOLLEN, Michel (Org). *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Polis, 1981, p. 137-151.

¹¹ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. V3. Caderno 13, §83, p. 265.

¹² Idem, p. 270.

tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública - jornais e associações -, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados.¹³

Essa multiplicação busca o objetivo de “estabelecer o termo de comparação mais homogêneo possível, ou seja, o acontecimento principal e suas respectivas versões, a fim de ter um quadro do modo variado como os partidos e as tendências refletem suas opiniões e formam a chamada opinião pública”.¹⁴ Perceba-se que mesmo na Ditadura brasileira, mesmo com a censura (que garantia a centralização dos desvios), a grande imprensa manteve-se intocada na sua “diversidade”, os grandes jornais e revistas mantiveram-se em sua linha de crescimento “modernizante” e ascendente.

As falas discordantes eram sistematicamente alinhadas no discurso da imprensa dominante. Estaríamos, na Ditadura no Brasil, diante de momentos específicos de disseminação de medo, prática de Terror de Estado: o medo dos “terroristas”, a prisão e morte dos militantes sempre mostradas como combate à ameaça: “O Terror morre com Marighella?”, perguntava *Veja* comemorando sua morte, logo depois de ter ajudado na sua busca e captura.¹⁵ Diversas outras inserções com o sentido de indicar o que os outros (indesejados, comunistas, inimigos) pensam, fazem e planejam vão se somando à criação de uma dada opinião pública pela imprensa brasileira.

O uso por governos / estados da propaganda como arma da produção de consensos é chave nesse processo de “criar” a opinião pública. Não há nada de novo nisso, mas estou chamando atenção para o fato de que devemos voltar a ver o antigo e já conhecido mundo da propaganda para tentar encontrar nele os elementos que persistem na ambiguidade: a esperança, a nação, a harmonia, o desenvolvimento, etc. E nesse aspecto, as fronteiras entre a democracia e a ditadura ganham outro sentido. O inimigo, afônico, é definido e execrado publicamente.

¹³ Idem, p. 95.

¹⁴ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Caderno 16, §4, p. 23.

¹⁵ Ver a respeito: RAUTENBERG, Edina. “A revista *Veja* e os grupos guerrilheiros no Brasil (1968-1972)” *Historia & luta de classes*, n. 10, 2010 (44-50).

Propaganda e arma de guerra

De há muito que se observa o peso da propaganda como uma das mais potentes armas de guerra. Segundo Ramonet, “a gestão da mídia ocupa agora, para os militares, um lugar capital, (...) em caso de conflito, é pelo menos tão importante controlar a informação como comandar o exército no local”.¹⁶ Esta afirmação faz todo o sentido para explicar as experiências imperialistas do final do século XX e inícios do XXI, tais como a Guerra do Golfo, o 11 de setembro ou a invasão do Afeganistão. As experiências de controle da propaganda pelo Nazismo, ou, pelo Estado Novo no Brasil já davam a dimensão do alcance desse poderoso mecanismo. Falamos em propagandas, sem entrarmos na especificidade do conceito, já que a publicidade atua como propaganda, reproduzindo falas oficiais, de grupos e instituições, ao passo que a propaganda oficial se reveste de cores e imagens publicitárias. Propaganda que pode aparecer como uma peça paga e registrada como tal, ou com outros mecanismos, como o cinema, por exemplo, historicamente usado como arma de guerra, as “propagandas silenciosas”.¹⁷

A Segunda Guerra Mundial recebeu infindáveis filmes que tratam dos temas mais distintos, quase sempre pela lógica imperialista: seus motivos e antecedentes; o Leste e a URSS; a Frente Ocidental; o confronto no Pacífico; a Itália fascista; a questão étnica; o Holocausto.¹⁸ Ademais, as construções de memória vão sendo consolidadas ou abaladas pelo cinema, como no caso do filme *Uma Cidade Sem Passado* (Das Schreckliche Mädchen. Alemanha, 1990. Dir: Michael Verhoven), em que o tema central é a relação das pessoas com o seu passado vivido e esquecido, ocultado e apagado.¹⁹ A memória e o esquecimento são temas de ordem pessoal, mas também política.

O consentimento

No contexto da dominação imperialista estadunidense, Noam Chomsky retoma o sociólogo F. Giddings para explicar o “consentimento sem consentimento”: “quando os meios violentos encontram-se limitados, o consentimento dos governados deve ser obtido por meio de mecanismos que

¹⁶ RAMONET, Ignacio. *A tirania da comunicação*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 90.

¹⁷ Termo usado por Ignacio Ramonet para definir as estratégias de propagandas do cinema, que reproduz através de spots publicitários a mensagem dos produtos e das ideologias em voga. RAMONET, Ignacio. *Propagandas silenciosas*. Massas, televisão, cinema. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2002)

¹⁸ Temas abordados em: CASTRO, Nilo Andre Piana (org). *Cinema e Segunda Guerra*. Porto Alegre: EdUFRGS, 1999.

¹⁹ FREITAS, Eliane Martins. “Historia, Memoria e Esquecimento no Filme Uma Cidade sem passado”. *Opsis* -Revista do Niese, V.2, N.2 Jul/Dez de 2002, p.35-47.

a opinião liberal e progressista chama de ‘reprodução de consentimento’, abrindo o campo para a ‘enorme indústria de relações públicas’²⁰ fazer esse serviço. Não podemos perder de vista que o consenso é apenas uma parte da construção de uma hegemonia, e que ela é parte da luta de classes. Hegemonia não é apenas domínio, e tampouco apenas ação no campo do consenso, mas tem amarrada em si a ação coercitiva. É plausível buscarmos no jornalismo uma visão a partir do centro produtor de formas de consenso. A mídia lida com a “desinformação”, ocupa espaços que poderiam ser informativos com textos que remetem ao leitor ao que as linhas editoriais propõem, sua visão da realidade, seus interesses de classe. Fazem isso como se falassem em nome do “clamor popular”, como aponta Pascual Serrano:

Igual que los medios de comunicación gustan de presentarse como el simple reflejo de la realidad en cuanto a su cobertura informativa, cuando opinan o editorializan intentan hacer entender a los ciudadanos que esa opinión o posición ideológica solo es un reflejo del sentir mayoritario, un ‘clamor’, como suelen señalar con frecuencia.²¹

É sempre como se falasse “em nome de todos”, do País, do povo, da nação. É importante lembrarmos disso, por óbvio que possa parecer, porque são esses elementos que vão constituindo o senso comum, a “opinião pública” sobre o que é a história que vivemos. A hegemonia é uma racionalidade que se faz história, que é incorporada pelos dominados, que aparece como sendo o seu próprio desejo.²² No caso da ditadura, o consenso cria os “terroristas” e apaga completamente qualquer possibilidade de contestação à ordem. Mas é preciso chamar atenção sobre um sutil aspecto do consenso que se busca estabelecer: o apoio incondicional à repressão. Podemos afirmar que a revista *Veja*, por exemplo, ajudava na identificação, localização e captura de militantes na ditadura. Ela publicava em suas páginas fotografias de “procurados” e foi implacável em alertar a população quanto ao paradeiro dos líderes da resistência, o que pode ser sintetizado na

²⁰ CHOMSKY, Noam. *O lucro ou as pessoas?* Neoliberalismo e ordem global. 2ª ed. Rio de Janeiro: Global, 2002. P. 52.

²¹ SERRANO, Pascual. *Desinformación. Cómo los medios ocultan el mundo*. Barcelona: Península, 2009. p. 58.

²² DIAS, Edmundo. “Hegemonia, uma racionalidade que se faz historia”. In: DIAS, Edmundo. (Org) *O Outro Gramsci*, São Paulo: Xamã, 2000.

capa sobre “os segredos do terror” (Capa da Veja, 3/6/1970)²³. Ademais, essa atuação repetir-se-ia nos anos 2000, nomeadamente nas Jornadas de Junho quando a revista ajuda a criminalizar militantes.

Consensos no Brasil

O estudo da propaganda do regime, os vínculos com a publicidade, a utilização dessa lógica para materiais escolares já foi estudado, mas nos parece haver ainda algo a ser aprofundado. O trabalho de Ana Cristina Figueiredo é ímpar, por mostrar que a relação entre publicidade, editoras e política ideológica está diretamente relacionada com o aprofundamento e transformações das relações capitalistas de produção. Primeiramente, o convencimento nos anos JK sobre a necessidade de ampliação do mercado, da entrada maciça das multinacionais, especialmente automobilísticas. As empresas buscavam se identificar com o Brasil. Acompanhavam e denunciavam a situação precária das estradas, buscando com isso melhores condições para ampliação das frotas de veículos nas ruas. Depois, a publicidade passa a exaltar o trabalho, buscando contribuir para a criação de trabalhos pacíficos, os “funcionários padrões”. E em sequência, nas vésperas do Golpe de 1964, a tônica era mesmo anunciar o perigo que ameaçaria a população, o “perigo comunista”. Essas propagandas ganhavam eco no material produzido pelo IPES, especialmente os vídeos documentários de Jean Manzon.

O trabalho de Carlos Fico demonstrou os dilemas dos governos da ditadura com relação à propaganda, na medida em que se esforçou para criar uma propaganda com cara de publicidade e que não fosse entendida como as propagandas do DIP varguista. O tema provocou debate entre os profissionais da ditadura.²⁴ A propaganda abrangia elementos vastos. Ia da propaganda realizada em torno da Copa do Mundo de futebol em 1970 até a criação do personagem Sigismundo para educar em torno de atos de higiene. Formas de lidar com o consenso e ao mesmo tempo, parte de uma tentativa de domínio moral e intelectual realizado pelos relações públicas da ditadura.

A pergunta que nos instiga é: quais as caras da ditadura? Na propaganda, houve no Brasil uma ditadura? Será que podemos concluir

²³ Desenvolvi esta análise em: SILVA, Carla. História e memória da repressão nos anos 1970 e 2014. *Projeto História*, n.50, 138-170, 2014.

²⁴ FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo*. Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

positivamente aos lermos o material de propaganda e publicidade que tocaram emoção nos anos 1960/70? Vejamos um exemplo.



FIGURA 1. Livro ilustrado

Por cinquenta centavos era possível comprar esse colorido, ilustrado e simpático livrinho com crianças montando um mapa da história do Brasil com figuras proeminentes como Dom Pedro e Santos Dumont. O Maracanã, o avião, a motocicleta e um navio aparecem como fruto do “Brasil: um país que vai pra frente!” Para a criança que tivesse acesso a esse material, onde estava a Ditadura?

A imagem guarda profundas similitude com outra bastante conhecida, que era repetida a não mais poder nos meios de comunicação:



FIGURA 2. Cartazes

O mapa do Brasil e as cores nacionais são o invólucro no qual o discurso se desenvolve. “Brasil: ame-o ou deixe-o”. A mesma frase aparece para convencer os pais a levarem seus filhos para um Salão da Criança, onde talvez eles pudessem comprar o livro do “Brasil: um país que vai pra frente”. Para a criança que lê isto, a menos que tenha pais que possam lhe falar a verdade sobre a ditadura, este país era de fato simpático. Esta criança teria hoje entre 44 e 55 anos, um pouco mais talvez. Mas sua infância foi marcada por essa visão. Já os pais perseguidos, fugidos, mortos, desaparecidos, esses não contestariam essa verdade abertamente, pois colocariam em risco a própria segurança de seus filhos.

Outra peça muito conhecida na época sintetiza a questão da publicidade: consenso e coerção fazem parte do processo de dominação da autocracia burguesa brasileira:

**O PRÓXIMO QUE
FALAR EM GIGANTE
ADORMECIDO
LEVA UMA
BORDOADA DÊLE.**

Qualquer gigante ficaria uma fera, no lugar dele.
Há muito tempo que esse gigante acorda cedo, e trabalha até tarde.
Por isso, esperamos sinceramente que esta seja a última vez que alguém fale em gigante adormecido.
E, agora, a mensagem do nosso gigante:
"Pare de falar e trabalhar.

Porque o futuro não existe até que você mesmo o faça.
E o seu país é este, nos outros você não passa de um estrangeiro."
Norton Publicidade S.A., a Agência do Ano.
São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Fortaleza, Curitiba.
25 anos fazendo barulho para acordar o gigante.

FIGURA 3. Propaganda

A síntese dessa propaganda é “pare de falar e trabalhe”, ou seja, o trabalho como um bem e uma obrigação intrínseca para “fazer o Brasil”. Mas o que salta aos olhos é a fala justificando a violência por uma ordem de pensamento. Se você pensar e falar que o “gigante está adormecido”, você pode apanhar. Simples. Ele próprio vai bater em você. A tortura e a violência das delegacias e calabouços aparece, “todos sabem” que isso ocorre. Mais que isso, é como se fosse uma necessidade social: “Qualquer gigante ficaria uma fera, no lugar dele. Há muito tempo que esse gigante acorda cedo, e trabalha até tarde. Por isso, esperamos sinceramente que esta seja a última vez que alguém fale em gigante adormecido”. O tom autoritário e ameaçador, reproduz uma vaga ideia de País, uma nação que trabalha e só quer paz e tranquilidade.

Em 1974 encontramos uma peça publicitária em revistas e jornais com uma mensagem igualmente otimista. Não apenas passa confiança como deixa claro a crença nesse país, “que vai pra frente”. Assim a multinacional Ford fazia coro a várias outras empresas que também “acreditavam” no

Brasil. Menos ingênuas, elas sabiam do que estavam falando. Pagaram caro para financiar o Ipes e para criar as condições para sua plena expansão no território desse “independente” Brasil. Agora, colhiam os frutos sendo consideradas parte deste país que “dá certo”.



FIGURA 4. Publicidade da Ford do Brasil

Em 2014, cinquenta anos depois, assistimos no Brasil a uma série de manifestações de apoio à ditadura, que rememoram e colocam abertamente a defesa daquele Estado ditador. Mas nem todas as manifestações são abertas. Há aquelas que trazem símbolos e ideias de forma não tão aberta, dando lugar a interpretações. A semelhança é um tanto perturbadora no caso desse adesivo colocado em estabelecimentos comerciais e em veículos de uma pequena cidade do interior do Brasil:



FIGURA 5. Propaganda 2016

As cores patrióticas, o verde amarelo remetem de novo a um sujeito abstrato, ao mesmo tempo conhecido e incógnita. Quem será o Brasil? Esta é uma forma de associar o sujeito que produz o discurso com seus interlocutores, “construindo assim um referente discursivo que pretende ser suficientemente amplo para representar a ‘totalidade’ dos brasileiros”,²⁵ aqueles que seriam os pertencentes à categoria Brasil. Ela, juntamente com “brasileiros”, “é determinado linguisticamente por ‘todos os’ e ‘cada um dos’ que constroem o efeito de sentido coletivo”.²⁶ O Brasil seria sempre coletivo, e “os que não são bons” são excluídos desta totalidade, como enuncia Indursky ao tratar da “coletividade dos brasileiros”.

Se insisto no peso da comunicação como forma de estabelecer formas de consenso é porque nos parece claro que a ditadura brasileira deu ao problema uma importância especial. Vejamos o anúncio abaixo: “Homens do meu País. Neste momento eu sou a oferta e a aceitação”. Assim seguia a propaganda:

Com estas palavras, iniciava o Presidente Médici o seu discurso de posse a 19 de outubro do ano passado. E iniciava, também, uma trajetória de governante caracterizada pelo

²⁵ INDURSKY, Freda. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas: Edunicamp, 1997. p. 72.

²⁶ Idem, p. 99.

propósito de estabelecer com os seus governados um estreito laço de comunicação. (Propaganda)

A agência publicitária ressalta o poder comunicativo do presidente da Linha dura. Mais que isso, aponta para uma sintonia entre o discurso presidencial e a própria propaganda.

Desde então até hoje o Presidente Médici tem dado – aula após aula – verdadeiro curso de como chegar à intimidade dos sentimentos dos cem milhões de brasileiros. E tem conseguido, sem concessões à vulgaridade e à demagogia, identificar-se com o povo na sua paixão futebolística, na sua vocação patriótica e nacionalista e no seu anseio pelo desenvolvimento econômico. Através dessa identificação, cada ato seu é uma oferta, não uma imposição, cada ato surge como o fruto da aceitação de uma realidade de que o próprio povo participa.

É uma integração, a mesma integração que nós, publicitários, aspiramos a alcançar em cada mensagem que elaboramos. (Propaganda)

E assim é concluído o anúncio, ressaltando o “acerto” do presidente. Os publicitários se colocam no papel de indicar a justeza da posição do Presidente (nunca “ditador”). Ele é fortemente parabenizado pelas entidades que “tributam merecida homenagem a essa grata revelação de estadista”.



FIGURA 6. Propaganda 1970

Médici é elogiado pelo seu “extraordinário poder de comunicação”. Mais da metade das mortes provocadas pela da Ditadura brasileira foram cometidas durante o período Médici. A comunicação é portanto uma escolha, entre o que se ressalta e o que se oculta. As agências de publicidade, responsáveis pelos anúncios da mídia nacional, ressaltavam o poder comunicativo do presidente e sua relação com a paixão pelo futebol. O

restante ficava no não dito, escondido. Inferimos que a partir desta leitura a ditadura teve um “bom presidente”. Que outro discurso poderia quebrar este discurso naquele momento? Não temos a resposta, mas certamente não seria publicado nas revistas e jornais de grande circulação nacionais.

A partir daí seriam infundáveis as campanhas relacionadas à conquista do Mundial de Futebol de 1970. Essas mesmas agências calariam para sempre as atrocidades, assassinatos e torturas sob a égide daquele ditador, carinhosamente chamado de Presidente / extraordinário. Visto como um verdadeiro professor que dava “aula após aula” ensinamentos sobre como lidar com o povo “sem ser populista” (vulgar). É o que percebemos na capa da revista *O Cruzeiro*. A “taça do mundo é nossa: com o brasileiro não há quem possa”, música muito popular para a torcida brasileira. As mãos que seguram a taça não são identificadas, podem ser a de qualquer um de nós!



Figura 7. Capa da Revista Cruzeiro. 30/6/1970.

O sujeito “nós” se amplia, agrega, contempla. É preciso prestar atenção nisso. Freda Indursky em seu estudo sobre “as falas dos generais e as outras vozes” mostra como os distintos generais da ditadura fizeram uso

dessas expressões: nós, os brasileiros, que podem ser: “os que apoiam a revolução”, a “coletividade dos brasileiros”, a classe trabalhadora, a “sociedade civil organizada”,²⁷ e também “massa de manobra política”, se estiver sob a égide do discurso comunista. Afinal, “tomar a palavra em nome do povo, como se ele fosse um coletivo, reveste o discurso de autoridade”, porque “simula falar em nome de todos. Isto constrói o efeito de sentido da unanimidade.”²⁸ Diante disso, cabe perguntar do que estamos de fato falando nesse contexto de propaganda e da ditadura:

DO DITO	DO NÃO DITO
Do amor pelo Brasil	Repressão contra quem “não ama”
Desenvolvimento e progresso	Capitalismo
Povo ordeiro	Tortura e desaparecimentos

Diante desse contexto brevemente esboçado, precisamos colocar algumas questões. A população, leitora das revistas e telespectadora de telejornais, a “sociedade civil” sabia o que era ditadura? As pessoas comuns (“cidadãos”) sabiam o que era a ditadura e o que ela fazia? Conheciam seu modus operandi, as torturas, os desaparecimentos? É diferente a pessoa dizer que “algo devem ter feito” do que saber o que de fato fizeram e como foram tratados pelo que fizeram. Esses elementos não estão claros.

O conhecimento sobre os mortos e desaparecidos foi fruto de anos de busca sistemática e organizadas pelos parentes e familiares. As valas, as casas da morte, a história dos enterrados no Parque Nacional do Iguazu, apenas e parcialmente vieram à tona, e muito recentemente. Podemos supor que na época dos acontecimentos não eram conhecidos da população, com base em alguns elementos: a vala de Perus²⁹ e outros cemitérios clandestinos que ocultavam mortos; os mortos da chacina do Parque Nacional, sete mortos e nenhum corpo, até hoje.³⁰ Os 434 mortos da ditadura reconhecidos pela Comissão Nacional da Verdade não dão conta do total de mortes cometidas pelo Estado brasileiro nos 21 anos de ditadura. Camponeses, indígenas, trabalhadores mortos em consequência de medidas repressivas, trabalhos

²⁷ Idem, p. 93 e segs.

²⁸ Idem, p. 104.

²⁹ Vala Clandestina de Perus. Desaparecidos políticos. Um capítulo não encerrado da história brasileira. São Paulo: Ed. do Autor, 2012. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/anistia/anexos/livro-vala-de-perus.pdf>

³⁰ PALMAR, Aluizio. *Onde foi que você enterraram nossos mortos?* Curitiba: Travessa dos Editores, 2006.

forçados e outras formas não são contabilizados neste número,³¹ que privilegia os mortos que tiveram envolvimento político. Isso deve ser dito para que ampliemos o alcance da extensão do Terror de Estado no Brasil.

É neste sentido que a concepção de Terror de Estado pode nos ajudar, na medida em que pauta não apenas o terror enquanto prática da repressão (policial, militar), mas também os mecanismos de injunções à vida das pessoas, que além disso viviam sob o fogo cruzado da guerra do convencimento. Explicitando parte da lógica no que diz respeito ao Uruguai, Padrós dá indícios para entendermos o mecanismo também no Brasil:

O terrorismo de Estado uruguaio procurou concretizar como um dos seus objetivos essenciais e mais estratégicos, o reordenamento do sistema social em seus múltiplos aspectos, particularmente no enquadramento e despolitização de importantes setores sociais mobilizados por inúmeras demandas e questionamentos dirigidos ao status quo vigente e propostas de projetos de mudanças estruturais. Portanto, a necessidade de imobilizar, disciplinar e anestesiar tais setores implicou na implementação de práticas repressivas que mostrassem eficiência no combate aos indivíduos e às organizações considerados “inimigos internos” prioritários. Na prática, amparados em um discurso que centrou a polarização na luta contra os elementos “subversivos” os setores que articularam o golpe de Estado e impuseram a ditadura desencadearam uma violência global. Na medida em que partiu do próprio Estado a utilização de modalidades repressivas como a tortura, a execução, o sequestro e a reclusão massiva, a sociedade, em geral, ficou gravemente exposta e fragilizada. A derrota dos setores organizados de oposição ao novo regime foi a antessala da disseminação de uma “cultura do medo” (com variantes que incluíam a autocensura, a cooptação e a delação) que, com rara efetividade, conseguiu imobilizar, isolar e desativar os setores que persistiam na tentativa de

³¹ O Relatório da Comissão Camponesa da Verdade aponta dados relevantes nesse sentido. Há um vasto trabalho ainda a ser desenvolvido no sentido de conhecimento sobre o alcance das políticas do Terror de Estado. Pode ser consultado em: <http://www.mpabrazil.org.br/biblioteca/livros/relatorio-final-comissao-camponesa-da-verdade>

contrapor algum tipo de resistência (mesmo que restrita a limitadas ações clandestinas de denúncia).³²

A cultura do medo leva, sem dúvida, a um terreno mais propício para distintas formas de consenso. De resto, não o são até hoje conhecidos pela maioria da população; as torturas e prisões não eram divulgadas de forma ampla e aberta. São inúmeros os casos de pessoas que “desapareciam” e ficavam sem comunicação com familiares e sem direito à defesa. Em que pese haver uma atitude generalizada de não querer saber o que ocorria por parte da população, os fatos eram escondidos. Eram alarmados em jornais e capas de revistas nacionais quando era de interesse de propaganda do regime. Mas, como regra geral, a ação da repressão era silenciosa e impunha o silêncio.

Por isso é preciso pensar na persistência de um discurso e na prática daqueles que dizem apoiar a ditadura. Há aqueles que tem muito a esconder. A impunibilidade, a corrupção, os acordos ilícitos que devem ser mantidos ocultos. Há também aqueles que reverberam um discurso que não lhes pertence, que opinam sobre aquilo que desconhecem, que foram submetidos à propaganda da ditadura. Isso não quer dizer que devemos ser complacentes, porque temos no presente elementos para verificar o apoio ao fascismo atual, o apoio à repressão e à violência militar, as políticas discriminatórias de raça e de gênero. Mas não parece razoável pressupor que há entre os difusores fascistas tenham clareza de todas essas questões.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. A opinião pública não existe. In: THIOLLEN, Michel (Org). *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Polis, 1981, p. 137-151.

CAMPOS, Pedro Henrique P. *Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988*. Niterói: EdUFF, 2014.

CASTRO, Nilo Andre Piana (org). *Cinema e Segunda Guerra*. Porto Alegre: EdUFRGS, 1999.

³² PADRÓS, Enrique Serra. Enterrados Vivos: a prisão política na ditadura uruguaia e o caso dos reféns. *Espaço Plural*, Ano XIII, Nº 27, 2º Semestre 2012, p. 13-38 • ISSN 1518-4196.

CHOMSKY, Noam. *O lucro ou as pessoas? Neoliberalismo e ordem global*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Global, 2002.

CUESTA, Josefina. *La odisea de la memoria: historia de la memoria en España*. Siglo XX. Madrid: Alianza, 2008.

DIAS, Edmundo. “Hegemonia, uma racionalidade que se faz historia”. In: DIAS, Edmundo. (Org) *O Outro Gramsci*, São Paulo: Xamã, 2000.

FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo*. Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

FIGUEIRERO, Ana Cristina. “*Liberdade é uma calça velha, azul e desbotada*”. São Paulo: Hucitec, 1998.

FONTES, Virginia. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Teoria e historia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

FREITAS, Eliane Martins. “Historia, Memoria e Esquecimento no Filme Uma Cidade sem passado”. *Opsis -Revista do Niese*, V.2, N.2 Jul/Dez de 2002 (pp.35-47).

GODINHO, Paula. “Passados insubornáveis: acontecimento, razão escrita e memórias fracas”. LOFF, Manuel; PIEDADE, Felipe; SOUTELO, Luciana. (orgs) *Ditaduras e revolução*. Democracia e políticas da memória. Coimbra: Almedina, 2015.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. V3. Caderno 13.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Caderno 16.

INDURSKI, Freda. *A fala dos quarteis e as outras vozes*. Campinas: Edunicamp, 1997.

MENDONÇA, Sonia Regina. *O patronato rural no Brasil recente. 1964-1993*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2010.

PADRÓS, Enrique Serra. Enterrados Vivos: a prisão política na ditadura uruguaia e o caso dos reféns. *Espaço Plural*, Ano XIII, Nº 27, 2º Semestre 2012, p. 13-38.

PALMAR, Aluizio. *Onde foi que você enterraram nossos mortos?* Curitiba: Travessa dos Editores, 2006.

RAMONET, Ignacio. *A tirania da comunicação*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

RAMONET, Ignacio. *Propagandas silenciosas*. Massas, televisão, cinema. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

RAUTENBERG, Edina. A revista *Veja* e os grupos guerrilheiros no Brasil (1968-1972). *Historia & luta de classes*, n. 10, 2010, p. 44-50.

RELATÓRIO DA COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE.
<http://www.mpabrazil.org.br/biblioteca/livros/relatorio-final-comissao-camponesa-da-verdade>

SERRANO, Pascual. *Desinformación. Cómo los medios ocultan el mundo*. Barcelona: Península, 2009.

SILVA, Carla. História e memória da repressão nos anos 1970 e 2014. *Projeto História*, PUCSP, n.50, 2014, p. 138-170.

SILVA, Carla. *Veja e Ditadura: a memória dos militares refaz a ditadura*. *HAO*, Núm. 31 (Primavera, 2013), 95-107. <http://www.historia-actual.org/Publicaciones/index.php/haol/article/viewFile/752/712>

VALA CLANDESTINA DE PERUS. Desaparecidos políticos. Um capítulo não encerrado da história brasileira. São Paulo: Ed. do Autor, 2012. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/anistia/anexos/livro-vala-de-perus.pdf>

Alguns elementos do avanço do capital monopolista para a região do Tocantins durante a ditadura empresarial-militar

Patricia Sposito Mechi¹

O capítulo discute aspectos da questão agrária durante a ditadura empresarial-militar, enfocando em particular a expansão do capital monopolista para a região norte de Goiás, atual estado do Tocantins. Para isso, buscou-se recuperar aspectos da conformação do latifúndio na região e as condições de expulsão de camponeses tanto na região centro-oeste do país quanto do nordeste. Estes são dois aspectos do mesmo fenômeno e que adquirem especificidades a partir da década de 1970 do século XX, mas cujas condições para seu desenvolvimento se devem à forma como se estabeleceu historicamente a relação entre as oligarquias agrárias e os trabalhadores rurais, sejam eles livre ou escravizados.

A formação do latifúndio e as condições históricas de expulsão do camponês

Para entender a forma específica que assumiu a relação entre Estado, camponeses e empresários e oligarquias agrícolas durante a ditadura, é importante indicar, ainda que em linhas muito gerais, o movimento histórico originado em épocas mais remotas, dos quais se tem evidências desde o período colonial, e que gerou as condições para que durante a ditadura uma simbiose entre as oligarquias rurais e empresários rurais atuasse em favor do avanço do capital monopolista para o campo e influísse e se beneficiasse das políticas estatais de incentivo à expansão desse tipo de capitalismo. No contexto do desenvolvimento destas condições, Estado e classes dominantes agrícolas atuaram também de maneira a submeter o campesinato a suas necessidades, cuja subjugação era indispensável para o exercício da dominação.

¹ Professora do Instituto de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino Americana – ILAESP/UNILA

A formação dos latifúndios na região em que hoje se encontra o estado de Goiás teve início no final do século XVIII, a partir do breve ciclo do ouro na região. A descoberta de ouro atraiu muitos migrantes para a região que, com o rápido esgotamento das minas, voltaram-se para a agricultura. Entretanto, no século XVIII vigorava a Lei das Sesmarias, que é a base jurídica sobre a qual se desenvolveu o latifúndio brasileiro ainda no período colonial.

Esta base jurídica legitimava a monopolização das terras por um segmento social – as oligarquias rurais – que, ao monopolizá-las, impedia o desenvolvimento e formação de pequenas propriedades, e de uma cultura camponesa baseada na agricultura familiar. As Sesmarias, concessões da Coroa portuguesa àqueles que tinham condições de cultivar a terra, impedia o acesso de indígenas, escravos, ex-escravos e camponeses em geral à terra, ainda que estes grupos já estivessem sobre estas terras desde épocas muito remotas, impossíveis de se precisar, como é o caso dos indígenas. As concessões desconsideravam a existência de qualquer tipo de posse existente em seu interior, fosse esta posse comunitária ou familiar, o que tornava esta legislação um instrumento das oligarquias rurais para a manutenção e expansão de seu poder, visto que estas oligarquias tinham acesso quase irrestrito à terra, submetiam a população rural, indígena, quilombola ou camponesa, de modo a obrigá-los a se tornarem trabalhadores subsumidos ao grande fazendeiro, ou obrigá-los a desenvolverem uma intensa mobilidade espacial, na medida em que procuravam fugir da submissão a estes senhores de terra.

A mencionada intensa mobilidade espacial foi uma das maneiras de resistência e sobrevivência do trabalhador rural frente a esta adversidade. Na região Goiás-Tocantins ela é particularmente marcante e, apesar de sua origem no período colonial, manteve-se como instrumento de sobrevivência e resistência deste grupo social ao longo de séculos, inclusive após a segunda metade do século XX e durante toda a ditadura empresarial-militar.

Um sinal desta mobilidade existente desde o período colonial é uma tradição entre os trabalhadores rurais, do território que Antônio Teixeira Neto chama de goianotocantinense, de cultivar gêneros agrícolas que estariam rapidamente prontos para a colheita e que não necessitavam de recursos tecnológicos avançados para a sua produção, tais como o milho, a mandioca e o feijão.

Isto ocorreu porque a insegurança na posse de terras era constante a qualquer um que não fosse um grande fazendeiro, que não fosse parte da

diminuta aristocracia rural brasileira. A legislação colonial, ao favorecer a monopolização das terras, impunha à população camponesa em geral o abandono de roças, a interiorização cada vez maior dos posseiros e a provisoriade do modo de vida dessas pessoas.

Em paralelo à legislação que privilegiava os grandes latifundiários, ampliava-se a rede jurídica de proteção às oligarquias, na medida em que se desenvolvia impunemente um sistema de fraudes nos títulos, que, por sua vez, era garantido pela violência do jagunço contra o posseiro, que impediu a fixação do posseiro à terra².

A trama que se constituiu no período colonial entre Estado, seu aparato jurídico-político, a violência estatal e privada no campo foi um mecanismo de reforço e expansão do poderio das oligarquias rurais contra populações camponesas e, como já dito, se manteve para além do período colonial.

Após a abolição da escravidão a estrutura fundiária se manteve. No fim do regime escravocrata, por meio da lei de terras, o Estado legislava em favor da concentração fundiária – agora não mais impedindo o acesso dos grupos subalternos às terras públicas, mas impedindo que estes se tornassem proprietários, impedindo o acesso à terra aos escravos libertos, que passaram a integrar o contingente de sem terra. De acordo com Alexandra Maria de Oliveira:

Entre 1822 e 1850 foi o momento em que ficou instituída a abertura e depois a regularização das posses pela Lei de Terras. Por ela todas as posses deveriam ser regulamentadas e aos posseiros caberia registrar suas posses nos livros de registro paroquial da igreja católica. A promulgação da Lei n. 601 de 18 de setembro de 1850, chamada Lei de Terras, estabeleceu a base jurídica da propriedade privada da terra no Brasil. A Lei de Terras, em seu artigo 1º, proibiu a aquisição de terras devolutas por outro título que não seja o de compra. No artigo 4º, revalidou as sesmarias que se achavam cultivadas; e, em seu artigo 5º, legitimou as posses mansas e pacíficas adquiridas por ocupação primária. De

² TEIXEIRA NETO, Antônio. “Goiás-Tocantins: questões agrárias”, in: *Observatório Geográfico de Goiás*. Goiânia, s/d, s/l. disponível em https://portais.ufg.br/uploads/215/original_NETO__Teixeira_Antônio_goiás_tocantins.pdf, acessado em 19 de abril de 2012.

acordo com Decreto n. 1318 de 30 de janeiro de 1854, que regulamentou a Lei de Terras, as sesmarias e as posses tinham um prazo máximo de dois anos para serem medidas e registradas nos livros das casas paroquiais. Com esse procedimento legal, as sesmarias e as posses passaram a ser reconhecidas juridicamente. E a aquisição de terras devolutas passou a ser proibida por outro mecanismo que não fosse a compra e venda em hasta pública”.³

A “Marcha para o oeste” e as bases para a expansão do capital monopolista no campo na região Goiás-Tocantins

A dinâmica da ocupação territorial goiano-tocantinense só se modificou com as políticas de povoamento do governo Vargas após 1930, que, entretanto, tinha a intenção de modernizar o capitalismo no campo, sem deslocar as classes proprietárias e sem permitir o acesso à terra daqueles grupos historicamente excluídos. Entre as iniciativas do governo Vargas, destaca-se a “Marcha Para o Oeste”.

Implementada durante a ditadura do Estado Novo, seu objetivo era, além de “povoar a região”, abrir novas fronteiras agrícolas e integrar a região centro-oeste ao centro-sul, através de um amplo projeto rodoviário. Tinha como objetivo também fornecer mão de obra barata para a região industrial do país, facilitando o afluxo de camponeses para essas regiões, que se tornariam exército industrial de reserva para as indústrias instaladas no país, particularmente no estado de São Paulo.

A “Marcha para o Oeste” promoveu migrações que cumpriam dois objetivos: o primeiro deles era atrair para a região trabalhadores rurais de outras áreas de conflito, de forma a diminuí-los sem tocar na estrutura de classe. A possibilidade da posse e, posteriormente, da propriedade na região Centro-Oeste do país, longe dos conflitos gerados pelo monopólio da terra era atrativo para essa população. Já o segundo objetivo atendia às necessidades da indústria no centro-sul, na medida em que permitia o deslocamento dos excedentes populacionais para esta região.

³ OLIVEIRA, Alexandra Maria de. *A contra-reforma agrária do Banco Mundial e os camponeses no Ceará – Brasil*. Tese de Doutorado em Geografia Humana. São Paulo: USP, 2005. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-18072006-132037/pt-br.php> p. 34-35)

A ocupação e colonização do Centro-Oeste durante o Estado Novo foi planejada e coordenada pela Fundação Brasil Central⁴, projetando vias de transporte, comunicação, promovendo diversos estudos sobre recursos naturais, solo, clima, técnicas agrícolas, combate às endemias. Entre as colônias implementadas pelo poder público a que mais se destacou foi a Colônia Agrícola Nacional de Goiás, a CANG, fundada em 1941, atraiu diversos migrantes para a região, mais do que a colônia podia suportar. Dessa forma, a partir da incapacidade de garantir o acesso à posse de terra para um grande contingente de trabalhadores rurais vindos principalmente do nordeste, cumpriam-se os objetivos de diminuir os conflitos entre camponeses e latifundiários no nordeste, direcionava-se uma parcela deste contingente para o centro-sul industrial, fixava-se um número limitado de posseiros no estado de Goiás e mantinha-se um contingente de trabalhadores deslocando-se no interior das áreas rurais, em particular o camponês goiano-tocantinense, mas também nordestinos.

Muitos camponeses que não encontraram lugar na CANG se dirigiram mais ao norte, para a região dos municípios de Trombas e Formoso que, entretanto, também fazia parte dos planos de desenvolvimento dos projetos tocados pela Fundação Brasil Central, com a abertura de estradas. A chegada ou previsão de realização das obras de infraestrutura e a consequente valorização das terras em seu entorno, promoveu ataques aos posseiros que se instalaram na região, que teve início com uma tentativa grosseira de grilagem de terras e que foi seguida da resistência camponesa, dando origem ao conflito de Trombas e Formoso, no qual Zé Porfírio, depois desaparecido durante a ditadura, desponta como liderança.

Com a queda de Vargas, já na segunda metade da década de 1940, houve uma mudança importante na forma como se desenvolvia o processo de ocupação da região. No período, os principais projetos de colonização, diferente do que ocorreu no período anterior, eram de caráter privado. Dentre eles se destacam a Colônia dos Deslocados (de guerra) de Itaberaí, a Agro-Colonizadora Industrial Ltda e a Cooperativa Italiana de Técnicos Agricultores (CITAG)⁵.

O sertanejo goiano-tocantinense não interessava à colonização promovida pelo Estado ou promovida pela iniciativa privada. O trabalhador rural que se desejava nos projetos de colonização desenvolvidos na região

4 Criada pelo Decreto-lei 5.878, de 04 de outubro de 1943.

5 Trata-se da colônia dos deslocados da Segunda Guerra Mundial, fundada em 1949 no município de Itaberaí. Lá eram encontrados imigrantes de onze nacionalidades, com predominância polonesa.

desde o Estado Novo eram trabalhadores com algum grau de especialização e domínio de novas técnicas agrícolas mas também deveriam ser aqueles cujo deslocamento de áreas do nordeste permitiria minimizar os conflitos naquela região, ainda que não tivessem o perfil desejado nos projetos governamentais ou privados. A estes, juntamente com os goiano-tocantinenses restava engrossar a onda de trabalhadores que deixavam o campo e se dirigiam ao centro-sul industrial ou então permaneciam na situação de exclusão a partir da qual este segmento se formou como sujeito social, mantendo a característica de uma intensa mobilidade espacial.

Há uma diferença fundamental no processo expansivo na região Centro Oeste durante a era Vargas e aquele que ocorreu posteriormente, durante a ditadura empresarial-militar. Na era Vargas ele se faz a partir de uma ideia de fortalecimento do capital nacional, e na ditadura – aprofundando o que estava posto desde o governo JK – trata-se da expansão do capital monopolista no tripé capital nacional, capital internacional e capital estatal.

Entretanto, do ponto de vista dos resultados concretos, a expansão capitalista na região Goiás-Tocantins do governo Vargas serviu de base, ainda que o objetivo não fosse esse, para a expansão do capital monopolista na região durante a ditadura.

Fazendo um rápido exame sobre algumas das instituições que atuaram na região Goiás-Tocantins, a Fundação Brasil Central e a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia - SPVEA, foram substituídas, durante a ditadura, respectivamente pela SUDECO e SUDAM. Em ambos os períodos, trata-se de incentivar o desenvolvimento regional, orientado pelo Estado, a partir do papel que a região cumpriria no sistema econômico nacional.

Nos documentos oficiais destas instituições encontra-se que a região ainda é pouco explorada pelo capitalismo, pouco integrada à economia nacional, local de técnicas agrícolas atrasadas, pouco modernizada, além de possuir pouca densidade demográfica. O discurso do “espaço vazio” é recorrente em todas as instituições e agentes que se ocupam de discutir o desenvolvimento da região, tanto na era Vargas quanto durante a ditadura. Em ambos os períodos ela foi vista como um local para onde era possível direcionar contingentes de trabalhadores rurais vindos de outras regiões do país, especialmente do nordeste, vista como região-problema por muitos dos planejadores estatais.

O golpe e a questão agrária

A tímida e limitada democratização social que ocorria na sociedade brasileira antes do golpe empresarial-militar de 1964, ainda que dentro dos limites da institucionalidade burguesa, tinha como uma de suas possibilidades a ruptura no modelo econômico agrícola do país, seja do ponto de vista de sua inserção na economia nacional, seja do ponto de vista da correlação de forças entre os segmentos de classe rurais. Trata-se de um período de intensificação das lutas dos trabalhadores rurais, organizados em especial nas ligas camponesas. Trata-se também de um momento da sociedade brasileira em que emergiram propostas de Reforma Agrária que diferiam em muito do modelo excludente que vigorava no país.

Entre as demandas apresentadas pelos movimentos dos trabalhadores rurais estava a democratização do acesso à terra através da reforma agrária, de cuja luta participavam de maneira intensa as Ligas Camponesas, que também se mobilizaram contra as condições de trabalho no campo, pela melhoria no pagamento dos trabalhos realizados, pelo direito à sindicalização rural, entre outros. Caio Navarro de Toledo chama a atenção para a necessidade de olhar a questão agrária no golpe pois, segundo esse autor, ela foi um dos principais motores para o golpe de Estado desferido pelos militares em 1964.⁶

O golpe, que veio colocar fim a esse período de insipiente democratização, teve impacto profundo na questão agrária brasileira. Uma das primeiras providências da ditadura que se instalou após 1964 foi a promulgação do Estatuto da Terra. Seu objetivo expresso era realizar a “reforma agrária” no país, considerada como “o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade”.⁷ Contudo, de acordo com Oliveira, ela não gerou um plano de Reforma Agrária.⁸

Ao contrário de promover uma melhor distribuição e democratização do acesso à terra e de atender princípios de justiça social, a ditadura promoveu as condições para o aprofundamento da participação do capital

⁶ TOLEDO, Caio Navarro. “O golpe contra as reformas e a democracia”. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois*. Bauru: Edusc, 2004.

⁷ BRASIL, Lei 4.504 de 30 de novembro de 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4504compilada.htm, acesso em 05 de novembro de 2013.

⁸ OLIVEIRA, Ariolvaldo U. “A Longa Marcha do Campesinato Brasileiro: movimentos sociais, conflito e reforma agrária”, *Estudos Avançados*, vol. 15, n° 43, São Paulo, set./dez. 2001, p. 199-200.

internacional no campo, para o avanço do capitalismo monopolista sobre áreas até então pouco ou nada exploradas. Para promover a modernização excludente no campo, diversas instituições como a Superintendência do Desenvolvimento do Centro Oeste (SUDECO) e a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) foram criadas, e diversos projetos foram implementados.

A SUDECO, criada em 1967, num primeiro momento deu continuidade ao que vinha sendo realizado pela Fundação Brasil Central. De acordo com Marco Aurélio Correia de Araújo, como em outras áreas de expansão da fronteira agrícola, o que se pretendia era a substituição de uma agricultura mais rudimentar por uma mais “modernizada” e a ocupação dos chamados “espaços vazios” se dava principalmente pela mineração, pecuária e agricultura. Estas três atividades econômicas, em particular as duas últimas, ou “agropecuária”, eram consideradas como fator de barateamento de preços, combatendo assim a inflação – uma grande preocupação nos primeiros anos da ditadura, mas também possibilitava a integração regional – necessária do ponto de vista da segurança nacional, as atividades econômicas também davam conta da absorção dos excedentes populacionais, em particular do nordeste e, por fim, a agropecuária, que tinha como base a produção de poucos produtos em larga escala, produzia-se excedentes exportáveis.⁹

A criação de uma infraestrutura para escoar esta produção também foi executada pela SUDECO. De acordo com Araújo, “a abertura de novas rodovias não pavimentadas cresceu 6 vezes mais do que a média brasileira, e a pavimentação foi duas vezes mais rápida do que no Brasil, no período 1966-1975.¹⁰ O mesmo autor lembra que este incremento no sistema rodoviário da região funcionava também para capitalizar as terras dos latifundiários tradicionais, além de o setor de transportes ser um dos pilares para a inserção do capital monopolista na região.

A partir de 1970 com o Plano de Integração Nacional, registra-se um significativo aumento no setor de transportes, mas além dele, diversos outros planos e programas nacionais foram lançados, promovendo o aprofundamento das linhas que estavam dadas no período anterior e que tem aspectos direcionados para a região Goiás-Tocantins como o Plano de Metas e Bases para a Ação do Governo, o Plano de Integração Nacional - PIN, o I

⁹ ARAÚJO, Marco Aurélio Correia de. *Estado e Planejamento: a SUDECO e o avanço do capitalismo monopolista na região Centro-Oeste (1967-1990)*. Dissertação de Mestrado em História. Goiânia, Universidade Federal de Goiás, 2012, p. 60.

¹⁰ Idem.

Plano Nacional de Desenvolvimento - IPND e o Plano de Desenvolvimento do Centro-Oeste, - PLADESCO, com um sentido regional.¹¹

Há diversos outros projetos e planos, como o PROTERRA, POLAMAZÔNIA – Programa de Pólos Agropecuários e Mineiras da Amazônia – o próprio II PND, mas que repetem o fundamento de todos os projetos de mesma natureza para a região: orientar a expansão capitalista monopolista no campo.

A modernização excludente e a questão da terra na região do Tocantins durante a segunda metade do século XX

Nas décadas de 60 e 70 do século XX, como se viu, criou-se a infraestrutura (como as rodovias federais e as vias de comunicação) para o incremento da expansão da fronteira agrícola, para o avanço do capital monopolista o que, conseqüentemente, impactava a vida do camponês. Castilho observa que no período a fronteira agrícola pôde se expandir por áreas consideradas improdutivas, já que estavam disponíveis técnicas de correção (como a adição de calcário e insumos agrícolas em áreas do cerrado, bioma que ocupa a maior parte do território do atual Tocantins, à época norte-goiano).

É por isso que até a década de 1960 o Centro-Oeste brasileiro tinha lavoura nos vales de rios, como foi o caso do “Vale do São Patrício”, já que naquele período havia uma dependência maior dos fatores naturais. Mas nas décadas de 1960 e 1970, com a chegada do adubo químico, do trator, da colheitadeira, do silo forrageiro, de herbicidas e do calcário, novas áreas puderam ser representativas de altas produções agrícolas.¹²

A partir da já mencionada Marcha para o Oeste e da construção de Brasília pelo governo JK, milhares de pessoas povoaram o antigo norte

¹¹ Idem, p. 63.

¹² CASTILHO, Denis. “As transformações sócio-espaciais do território goiano nos períodos de 1930 e 1970”. *Ateliê Geográfico*, Goiânia, vol. 4, nº 3, ago de 2010, p. 98.

goiano entre os anos de 1940 a 1960. Segundo Borba¹³ vinham do nordeste, do sul de Minas Gerais e do sul do próprio estado de Goiás, atraídos pela existência de terras devolutas. Os camponeses que migraram para o antigo norte goiano relatam que fugiam da seca do nordeste e buscavam melhores condições de vida.¹⁴

No município de Porto Nacional e região, os conflitos agrários se registram a partir de meados dos anos 70. Na época realizaram-se diversos estudos em torno da mineração e projetou-se a construção da ponte sobre o rio Tocantins, que foi finalmente inaugurada em 11 de março de 1979. Já em 1976 a expectativa em torno da construção da ponte, é que ela trouxesse o progresso para a região, ao interligar o Sul ao Norte do Brasil:

Apesar da Belém-Brasília já ter feito muito, após interligar o Sul e o Norte do país, o pioneirismo ainda é marcante na região que a importante estrada rasgou. Por isso, a ponte sobre o rio Tocantins, altura de Porto Nacional, terá o objetivo de concretizar definitivamente a aproximação das duas regiões que lhe ficam às margens.¹⁵

No projeto de avanço do capital monopolista para a região, não cabia a permanência do camponês e dos seus modos tradicionais de existência, tampouco havia espaço para o desenvolvimento de pequenas propriedades. As obras de infra-estrutura atendiam às novas necessidades do capital e aos novos proprietários de terras.

Um dos maiores escândalos no que se refere à questão agrária durante a ditadura é o tema da aquisição de terras por estrangeiros. Em 1968, após denúncias na imprensa sobre a grilagem de terras com a participação de estrangeiros, foi criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito que resultou

¹³ BORBA, Carlos Alberto Vieira. *O teatro do poder e contra teatro dos posseiros: Estratégias e resistências na luta pela terra no norte de Goiás 1950 – 1965*. Dissertação de Mestrado em História. Uberlândia MG: 2013. Disponível em: <<http://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/3181/1/TeatroPoderContrateatro.pdf>> acesso em 29/08/2014.

¹⁴ Entrevistas com os camponeses Antero Rodrigues da Silva; Joaquina Ferreira da Silva; Antônio Raimundo dos Santos; Leopoldo Ferreira da Cruz e Bento Ferreira da Silva, realizadas por João Carlos Ferreira dos Santos, bolsista de Iniciação Científica no projeto de pesquisa coordenado pela autora intitulado: Desenvolvimento Excludente e repressão aos camponeses no antigo norte goiano durante a ditadura militar: 1968-1975, Universidade Federal do Tocantins, 2014.

¹⁵ *Folha de São Paulo*, São Paulo, 21 de abril de 1976.

no Relatório Velloso, que comprovava a corrupção de órgãos como o IBRA e cartórios públicos no esquema de aquisição de terras por estrangeiros, principalmente na Amazônia. No relatório, no que se refere ao estado de Goiás, foi apurado que:

Em Araguaína um proprietário não-identificado possui 23.368 hectares; em Tocantinópolis, o grupo Universal Overseas Holding diz ter comprado 504.700 hectares/ em Filadélfia, Chan Tun Jan adquiriu 48.400 hectares/ em Peixe, John Mauger adquiriu área ainda ignorada; o Mr. Stanley Amos Selig comprou 3.918 hectares em Paraíso, outros 24.648 hectares em Niquelândia, em Paranã 12.100 hectares e em Ponte Alta do Norte 1.305.000 hectares. Neste Estado, no momento, já se pode apresentar 3,5% de seu território em mãos de pessoas, ou grupos estrangeiros, devendo-se ressaltar que, no município de Ponte Alta do Norte, toda a sua área, 1.305.000 hectares, está em poder de Stanley Amos Selig, que vendeu nos EUA um total de 1.390.438 hectares em lotes nesse município, maior portanto que a própria área do mesmo.¹⁶

A CPI indicou que mais de 20 milhões de hectares de terras, a maior parte na Amazônia (mais de 15 milhões de hectares), havia passado para as mãos de estrangeiros. De acordo com Oliveira, tratava-se de “uma bem montada estratégia de permitir aos grupos internacionais e nacionais o acesso às riquezas naturais da região amazônica e do Brasil em geral. Essa estratégia fazia parte da política posta em prática pelos governos militares que passaram a comandar e planejar este processo”.¹⁷

De acordo com denúncia do jornal *Folha de São Paulo*, a grilagem de terra por estrangeiros passava pelos cartórios públicos, entre eles o de Porto Nacional, na época estado de Goiás, incluindo, além da conivência das autoridades, o roubo e falsificação de documentos públicos:

¹⁶ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. “A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil - um retorno aos dossiês”. *Agrária*, São Paulo, n. 12, pp. 3-113, 2010, p. 08. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/agraria/article/viewFile/702/711>> , acesso em 09/09/2014.

¹⁷ Idem.

A questão da aquisição de terras por estrangeiros, principalmente norte-americanos, muito divulgada e debatida na imprensa, no ano passado, será melhor compreendida através da amarração de uma série de fatos esparsos, mas que estão interligados por um fio comumente invisível. Tudo se resume no seguinte. Grupos imobiliários norte-americanos, juntamente com sócios e testas-de-ferro brasileiros, adquiriram ou grilaram, isto é, legalizaram com título falso, imensas extensões de terras no Brasil, principalmente nos estados de Goiás, Pará e Amazonas. O grupo que se tornou mais conhecido pelo noticiário dos jornais e pela desenvoltura do seu responsável é o de Stanley Amos Selig, e de Ben Selig, associados ao húngaro Arpad Szuecs e ao brasileiro João Inácio ... O Juiz Anésio Rocha Brito, de Porto Nacional, alertou a polícia para o fato de João Inácio ter colocado um elemento de sua confiança no cartório do 1º Ofício Civil da cidade, em conivência com a escritã Maria Teresa Barreira Cavalcante. Esse elemento, o jovem Wilson Dias da Rocha, foi detido em Campinas, em novembro do ano passado, juntamente com um cofre contendo toda a documentação de João Inácio, que trabalhava, também, para vários outros grupos norte-americanos. A polícia federal buscava João Inácio, mas este conseguiu evadir-se. Até hoje, a polícia nada divulgou a respeito da documentação apreendida, que envolve mapas assinalados por códigos secretos, e até certidões de nascimento e casamento assinadas em branco. Outro cartório implicado nas negociações é o do 5º Ofício de Goiânia. Até o momento, foram anotados os seguintes nomes de firmas que promovem, irregularmente, a venda de terras no exterior: Selig Brothers Real Estate Company, Colonizadora Norte-Mato Grosso Ltda., Comercial United Ltda., Imobiliária Ney Mendes Fonseca, Investment Corporation of America Inc., Imobiliária e Colonizadora Agrícola de Brasília Ltda., Colonização Terras 'Alvorada,' São Paulo-Paraná Ltda., Colonizadora Noroeste Mato-Grossense,

Imobiliária, Santa Cruz Ltda., Jack W. Nunnally e Bahia Stampede."¹⁸

Como se vê o avanço do capital monopolista para a região se fez em colaboração entre entes públicos, testas-de-ferro nacionais e estrangeiros. Entretanto, em muitos casos a terra não foi adquirida por estrangeiros, mas sim por grileiros que vinham dos grandes centros urbanos, como foi o caso da tentativa de grilagem da fazenda São João, em Porto Nacional, em que grileiros paulistas tentaram, sem sucesso, retirar os camponeses de suas posses.

A resistência camponesa no antigo norte goiano: o conflito da fazenda São João

Em Porto Nacional, o principal conflito foi o da Fazenda São João, que teve início em 1979 e chegou ao fim com a vitória dos posseiros, em 1985. Este foi um conflito de grande repercussão, que resultou na morte de dois pistoleiros, pelas quais os posseiros foram incriminados. Segundo documento do Partido dos Trabalhadores em moção de apoio aos posseiros de Porto Nacional em 1984,

(...) [o] conflito armado em 1979 do qual resultou a morte de dois pistoleiros contratados pelo grileiro (...) os posseiros incriminados tiveram seus julgamentos adiados por várias vezes até que, no dia 06.04.84, finalmente, foram julgados e absolvidos pelo júri popular (...) vêm manifestar sua solidariedade e apoio aos posseiros da São João.¹⁹

Entretanto, na região existiam outros conflitos, tais como a luta dos trabalhadores de Taquaralto (atualmente, um bairro popular da capital do Tocantins, Palmas):

¹⁸ *Folha de São Paulo*, apud OLIVEIRA, op. cit.,

¹⁹ PARTIDO DOS TRABALHADORES. Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo.

“Moção de Apoio de 08.04.84”. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br/sites/default/files/3mocoos83.pdf>. Acessado em 10 de abril de 2013.

No dia 28 de setembro cerca de 40 lavradores, posseiros e pequenos proprietários da região de Taquaralto se reuniram para discutir os seus problemas e procurar juntos uma maneira de resolvê-los.

Alguns falaram sobre a atuação do INCRA, que não tem reconhecido a posse legal dos antigos posseiros (alguns já com 40 anos nas terras), ou às vezes diminuem o tamanho das suas posses. Muitos também reclamaram da vagareza como anda os processos de legalização da posse e da pressão dos proprietários de documentos (escrituras paroquiais) que nem sequer trabalham na terra e querem expulsá-los.²⁰

É possível situar o conflito na Fazenda São João a partir de dois aspectos: em primeiro lugar, pelas obras de infra-estrutura que tiveram lugar na região, em particular a construção da ponte sobre o Rio Tocantins, em 1979, que atraiu grileiros para a região e, em segundo lugar, pela atuação da CPT Araguaia Tocantins, que teve um papel importante na organização da resistência camponesa.

O conflito da fazenda São João teve início quando, em 1951, o fazendeiro José Florêncio dizendo-se dono das terras, reivindicou 8000 alqueires, em área onde se encontrava a fazenda São João. Ali viviam centenas de famílias, vindas de outras regiões de Goiás e de estados como o Maranhão e o Piauí. Vinte anos depois, posseiros e o fazendeiro fizeram um acordo, mediado pelo INCRA, em que cada família camponesa (a época eram cerca de 350) ficaria com uma parcela de 23 alqueires, ao custo de 3500,00 cruzeiros, financiadas pelo Banco da Amazônia.

O acordo se manteve até 1973 quando José Florêncio faleceu e seu filho, Agenor Florêncio, alto funcionário do INCRA na região, o rompeu. Os posseiros passaram a ser pressionados por jagunços a deixarem as posses e, três anos depois, Agenor Florêncio vendeu a área para Guilherme Dicier Santana e Manoel Antônio Santana, conhecidos como “grileiros paulistas” na região.

A violência contra os posseiros aumentou com a chegada dos Santana e muitos posseiros abandonaram suas posses, restando apenas 14 famílias no São João. Estes tiveram suas casas queimadas, e viram estradas serem fechadas, além da circulação de pistoleiros pela região. Os posseiros

²⁰ *Comsaúde. Anexo 9.* Porto Nacional, Ano II, julho/agosto de 1980, p. 09. Trata-se de um jornal editado por uma entidade de apoio ao movimento dos trabalhadores na cidade de Porto Nacional.

que resistiram, tentaram obter proteção policial, em vão. Segundo Edvaldo José Alves, posseiro, “o povo tinha que se defender sozinho”.²¹ Numa manobra jurídica, os Santana entraram com um processo de reintegração de posse, o que foi concedido pelo juiz de Porto Nacional. As famílias foram despejadas e levadas em caminhões até Porto Nacional. No São João ficou apenas Arnaldo Paulino da Silva, com 16 anos “que resistiu armado de uma bolandeira, um instrumento de ralar mandioca para fazer a famosa farinha do São João”²²

Pouco tempo depois, sem o respaldo das autoridades municipais ou estaduais, os posseiros começaram a voltar a suas posses. Novamente a truculência dos jagunços se fez presente na região quando um deles tentou incendiar a casa de um posseiro. Frente a mais essa tentativa de intimidação, os posseiros reagiram, e num tiroteio, mataram dois pistoleiros.

Os posseiros foram processados, mas absolvidos, com base na Lei de Segurança Nacional, num julgamento que foi adiado diversas vezes, por falta de infra-estrutura jurídica na região. Em cada julgamento marcado, a Comissão Pastoral da Terra fazia ampla convocação dos posseiros da região para acompanharem o julgamento, num episódio que ganhou as páginas dos principais jornais do país.

O período em que ocorreu o conflito da fazenda São João é coincidente com as grandes manifestações populares, como o movimento das “Diretas Já” que tomaram conta do país, reivindicando o retorno à democracia. Era também um período em que o país passava por uma profunda crise econômica, com a existência da hiperinflação, aumento do índice de desemprego e diminuição do poder de compra dos salários.²³ No período as lutas em Porto Nacional, além da expansão da fronteira agrícola e o projeto de modernização excludente levado à cabo pelos militares, que valorizou as terras da região e criou as condições para que muitas terras griladas fossem regularizadas, através da atuação do Grupo Executivo de Terras Araguaia-Tocantins – GETAT, instituído em regime de urgência pelo general-presidente João Batista Figueiredo em fevereiro de 1980.

O conflito da fazenda São João talvez seja o mais importante do período proposto por essa pesquisa, que é dificultada pela escassez de estudos anteriores sobre o tema, além de grande dificuldade de acesso à

²¹ *Folha de São Paulo*, 18 de agosto de 1982, p. 10.

²² *Idem*.

²³ EARP, Fabio Sá e PRADO, Luiz Carlos. “O ‘milagre’ brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e distribuição de renda” in: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília A. N.(orgs), *O Brasil Republicano*, volume 4, *O tempo da ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

documentação. Apesar das dificuldades, o estudo preliminar que realizamos, apresentado neste capítulo, evidencia a relevância de recuperar os conflitos pela posse da terra a partir do advento da modernização excludente na região norte de Goiás, de modo a compreender a dinâmica da ditadura civil-militar no campo e seu legado na questão da violência contra os camponeses.

Referências Bibliográficas:

ARAÚJO, Marco Aurélio Correa de. *Estado e Planejamento: a SUDECO e o avanço do capitalismo monopolista na região Centro-Oeste (1967-1990)*. Dissertação de Mestrado em História. Goiânia, Universidade Federal de Goiás, 2012.

BORBA, Carlos Alberto Vieira. *O teatro do poder e contra teatro dos posseiros: Estratégias e resistências na luta pela terra no norte de Goiás 1950 – 1965*. Dissertação de Mestrado em História. Uberlândia MG: 2013. Disponível em: <<http://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/3181/1/TeatroPoderContrateatro.pdf>> acesso em 29/08/2014.

BRASIL. *Lei 4.504 de 30 de novembro de 1964*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4504compilada.htm, acesso em 05 de novembro de 2013.

CASTILHO, Denis. “As transformações sócio-espaciais do território goiano nos períodos de 1930 e 1970”. *Ateliê Geográfico*, Goiânia, vol. 4, nº 3, ago de 2010, p. 98.

COMSAÚDE. ANEXO 9. Porto Nacional, Ano II, julho/agosto de 1980, p. 09. Trata-se de um jornal editado por uma entidade de apoio ao movimento dos trabalhadores na cidade de Porto Nacional.

EARP, Fabio Sá e PRADO, Luiz Carlos. “O 'milagre' brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e distribuição de renda" in: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília A. N. (orgs), *O Brasil Republicano*, volume 4, *O tempo da ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FOLHA DE SÃO PAULO, 18 de agosto de 1982, p. 10.

____. São Paulo, 21 de abril de 1976.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de. *A contra-reforma agrária do Banco Mundial e os camponeses no Ceará – Brasil*. Tese de Doutorado em Geografia Humana. São Paulo: USP, 2005. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-18072006-132037/pt-br.php> p. 34-35)

OLIVEIRA, Ariolvaldo U. “A Longa Marcha do Campesinato Brasileiro: movimentos sociais, conflito e reforma agrária”, *Estudos Avançados*, vol. 15, nº 43, São Paulo, set./dez. 2001, p. 199-200.

____. “A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil - um retorno aos dossiês”. *Agrária*, São Paulo, n. 12, pp. 3-113, 2010, p. 08. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/agraria/article/viewFile/702/711> , acesso em 09/09/2014.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo. “Moção de Apoio de 08.04.84”. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br/sites/default/files/3moco83.pdf> . Acessado em 10 de abril de 2013.

TEIXEIRA NETO, Antônio. “Goiás-Tocantins: questões agrárias”, in: *Observatório Geográfico de Goiás*. Goiânia, s/d, s/l. disponível em https://portais.ufg.br/uploads/215/original_NETO__Teixeira_Antônio_goiás_tocantins.pdf , acessado em 19 de abril de 2012.

TOLEDO, Caio Navarro. “O golpe contra as reformas e a democracia”. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois*. Bauru: Edusc, 2014.

Clamor e os irmãos Julien Grisonas: a solidariedade contra o *Condor*

Enrique Serra Padrós¹

*Anatole sí recuerda a la madre caída
no ha olvidado aquella sangre única
ni el padre escondiéndolos en la bañera
para salvarlos del oprobio y los tiros*

*Pero ni colorín ni colorado
el cuento no se ha acabado*

Mario Benedetti²

*No hay final, no hay olvido,
no puede haber perdón.*³

Introdução

Este capítulo é o relato conciso de uma pesquisa maior sobre o Clamor, entidade de direitos humanos que desempenhou funções vitais de solidariedade em tempos que imperavam os generais de segurança nacional, seus exércitos de torturadores, seus esquadrões de extermínio (da morte, do Condor) e seus chefes e sócios empresariais; duros tempos no Cone Sul, tempos da conexão repressiva e do terrorismo de Estado. Clamor⁴ nasceu em 1977, contexto em que muitos cidadãos do Cone Sul, fugindo do inferno repressivo dos seus respectivos países procuravam ajuda junto ao Alto

¹ Professor do Departamento e do PPG-História/UFRGS. lola@adufrgs.ufrgs.br

² *Ni colorín ni colorado* (fragmento). In: BENEDETTI, Mario. *Viento del exilio, Geografías, Rincón de Haikus*. Buenos Aires: Editorial La Página S. A., 2010. p. 65.

³ INFORME DE MADRES Y FAMILIARES DE URUGUAYOS DETENIDOS DESAPARECIDOS. A todos ellos. Montevideo, 2004. p. 528.

⁴ Sobre Clamor sugerem-se as seguintes obras: ROCHA, Jan. Depoimento. In: PADRÓS, Enrique Serra; VIVAR, Jorge. *Memórias da Resistência e da Solidariedade: o Movimento de Justiça e Direitos Humanos contra as Ditaduras do Cone Sul e suas conexões repressivas*. Porto Alegre: Ed. ASF-Brasil, 2013. p. 182-184; LIMA, Samarone. *Clamor: a vitória de uma conspiração brasileira*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003; FRAGA, Guilherme Barbosa de. *A solidariedade não tem fronteiras: o grupo Clamor e a rede de direitos humanos na resistência às ditaduras do Cone Sul*. Trabalho de Conclusão de Curso (História). Porto Alegre: UFRGS, 2012. Repositório digital: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/67217/000872581.pdf?sequence=1>

Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), no Rio de Janeiro, ou à Arquidiocese de São Paulo. Buscavam refúgio, solidariedade, acolhida; queriam ser ouvidos. O desespero dessas pessoas e sua luta por sobrevivência, em condições tão precárias, motivaram a jornalista Jan Rocha, o advogado Luiz Eduardo Greenhalgh e o pastor Jaime Wright a fundarem a entidade, com o respaldo explícito e a cobertura protetora do cardeal Paulo Evaristo Arns. Outros militantes se somaram depois conformando um pequeno, mas ativo núcleo de defesa dos direitos humanos em perspectiva latino-americana.

Clamor se construiu a partir de três grandes eixos de atuação: a) ajudar e proteger àqueles que, tentando fugir da região, passavam ou se estabeleciam, indefinidamente (legalmente ou não), no Brasil: inclusive, em diversas ocasiões, se tratava de retirar pessoas acuadas da *zona condor*; b) estabelecer vínculos com as organizações de resistência interna (desbloqueando seu isolamento), nos países da região, conectando-as com seus respectivos exílios, transmitindo informação e consolidando redes de solidariedade; c) dar voz aos familiares que buscavam seres queridos, amplificando os efeitos das denúncias de perseguição política, de desaparecimentos e de condições carcerárias desumanas. A trajetória da entidade foi marcada por doses de coragem, planejamento, ousadia e criatividade - combinados com cautela e certa dose de sorte. A territorialidade da sua atuação foi extensa. Suas denúncias circulavam através do entrecruzamento de redes diversas, como as do exílio latino-americano, das instituições religiosas, de organizações de direitos humanos e da imprensa de denúncia.

No contexto dessa luta, Clamor começou a perceber uma modalidade perturbadora dentro da sistemática repressiva argentina (que contava com a colaboração das demais ditaduras). No meio de execuções, invasões de residências e sumiço massivo de opositoristas havia um rasto inédito, incomum: o desaparecimento de muitas crianças pequenas. Tal pista, corroborada por familiares e cidadãos que fugiam da perseguição de que eram alvos explicitava um crime impensável: o sequestro da prole no momento da captura dos pais ou quando nascia em centros clandestinos de detenção. Neste caso, tratava-se de filhos de mães “guardadas” como verdadeiras *incubadoras* humanas⁵. Era o início do que - muitos anos depois - seria identificado como plano sistemático de roubo de crianças e

⁵ Uma vez ocorrido o parto, essas mulheres eram imediatamente *trasladadas* (ou seja, executadas e seus cadáveres desaparecidos).

apropriação de suas identidades, ações realizadas por agentes estatais, nos marcos do terrorismo de Estado.⁶ Concentrado na Argentina, este crime envolveu, de certa forma e com ênfase variada, as ditaduras vizinhas. Ante a constatação desse crime, Clamor agiu fortemente com o intuito de esclarecer essa problemática somando-se ao esforço coletivo pela procura das crianças. Neste sentido, o papel desempenhado pela entidade foi vital na coleta e conferência de informação, elucidação de casos pontuais e colaboração constante com as organizações coirmãs de *Madres, Abuelas* e familiares da região.

Clamor se destacou denunciando desaparecimentos políticos na região. Aproveitando as frestas políticas que se abriam no Brasil (por exemplo, o fim da censura sobre a imprensa), captou, produziu e distribuiu informação no cenário internacional, burlando a vigilância das forças de segurança. Muitas foram as campanhas de divulgação e esclarecimento promovidas no Brasil e no exterior. Entrementes, o labor da organização havia sido detectado pelos serviços de inteligência mancomunados e suas ações vinham sendo monitoradas pelo movimento extraterritorial de comandos repressivos, os quais contavam com a permissividade e cumplicidade das ditaduras existentes; porém, tudo ainda era bastante nebuloso. A Operação (ou Plano) Condor⁷ era desconhecida, mas sabia-se da colaboração anti-subversiva dos regimes repressivos; as notícias sobre o que vinha ocorrendo coetaneamente em Buenos Aires, a partir do final de 1975, permitiam especular sobre isso.

⁶ Sobre o conceito de terrorismo de Estado ver: PADRÓS, Enrique S. Elementos constitutivos do Terror de Estado implementado pelas Ditaduras Civil-Militares de Segurança Nacional latino-americanas. In: PADRÓS, Enrique Serra (Org.). *As Ditaduras de Segurança Nacional: Brasil e Cone Sul*. Porto Alegre: CORAG, 2006; PADRÓS, Enrique Serra. “América Latina: Ditaduras, Segurança Nacional e Terror de Estado”. *História & Luta de Classes*, Nº 4, julho de 2007.

⁷ Sobre a Operação Condor ver: SLATMAN, Melisa. Archivos de la represión y ciclos de producción de conocimiento social sobre las coordinaciones represivas en el Cono Sur de América Latina. *Taller (Segunda Época). Revista de Sociedad, Cultura y política en América Latina*, Vol. 1, n. 1 (octubre de 2012). pp. 47-66. PADRÓS, Enrique S. Conexão repressiva internacional: o Rio Grande do Sul e o Brasil na rota do Condor. In: PADRÓS et al. *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. V. 3 Conexão repressiva e Operação Condor. 2ª ed. Porto Alegre: Corag, 2010. Também: PADRÓS, Enrique S.; SLATMAN, Melisa. Brasil y Argentina: modelos represivos y redes de coordinación durante el último ciclo de dictaduras del Cono Sur. Estudio en clave comparativa y transnacional. In: JENSEN, Silvina; LASTRA, Soledad (Edits.). *Exilios, militancia y represión: nuevas fuentes y nuevos abordajes de los destierros de la Argentina de los años setenta*. La Plata: EDULP, 2014.

Porto Alegre: *cóndores* em ação

Segundo Jan Rocha, o reconhecimento de uma conexão repressiva em escala regional se tornou mais perceptível, em novembro de 1978, a partir do sequestro dos uruguaios Universindo Días Rodrigues, Lilián Celiberti e os filhos desta, Francesca e Camilo, em Porto Alegre.⁸ Este sequestro impactou e repercutiu fortemente. No decorrer dos fatos ficou evidenciada a atuação conjunta entre militares uruguaios e brasileiros.⁹ Vinculados ao *Partido por la Victoria del Pueblo* (PVP) - organização uruguaia clandestina e arrasada na Argentina, em 1976 -, Lilián e Universindo tinham como tarefa criar uma base de atuação o mais próxima possível da fronteira do Uruguai, possibilitando a circulação de informação entre a resistência sufocada no interior daquele país, o exílio organizado extrarregionalmente e sua ramificação no Brasil. Além de Porto Alegre, existia outra base operativa do PVP na cidade de São Paulo.

O sequestro de Porto Alegre foi frustrado a partir do funcionamento do dispositivo de segurança interna do PVP,¹⁰ reestruturado após o massacre sofrido na Argentina. Uma engrenagem de telefonemas anônimos foi acionada e chegou até Jan Rocha,¹¹ os jornalistas da *Veja* Luiz Cláudio Cunha e João Batista Scalco, e o advogado Omar Ferri, o que, por sua vez, desencadeou um emaranhado de eventos até a descoberta da “ratoeira” montada no apartamento dos uruguaios em Porto Alegre visando capturar outros militantes, em especial Hugo Cores, seu principal dirigente. Após semanas de avanços e recuos na investigação jornalística que se seguiu foi confirmada a relação entre as estruturas repressivas de ambos os países. Do Brasil havia participado toda a estrutura de comando – desde o DOPS gaúcho até o Estado Maior das Forças Armadas -, enquanto os comandos uruguaios se haviam movido com total desenvoltura em território brasileiro, após terem recebido garantia de colaboração e impunidade.

⁸ Sobre o sequestro de Porto Alegre ver: CUNHA, Luiz Cláudio. *Operação Condor: o sequestro dos uruguaios: uma reportagem dos tempos da ditadura*. Porto Alegre: L&PM, 2008. Também: REIS, Ramiro: *Operação Condor e o sequestro dos uruguaios nas ruas de um porto não muito alegre*. Dissertação de Mestrado em História. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

⁹ ROCHA. Entrevista. *Ciências & Letras*, Porto Alegre, n. 56, jul.-dez. 2014, p. 245-260.

¹⁰ A ausência de um contato telefônico rotineiro de Lilián a um determinado local alertou o dispositivo de segurança do PVP. Durante o período em que a armadilha esteve montada, um telegrama chegado de Paris foi respondido com uma chamada telefônica de Lilián (diante dos sequestradores) de forma suficientemente ambígua para que a organização desconfiasse e acionasse a imprensa. CELIBERTI, Lilián; GARRIDO, Lucy. *Mi habitación, mi celda*. Montevideo: Arca, 1990. p. 25.

¹¹ Foi Jan Rocha quem, desde São Paulo, acionou o advogado de perseguidos políticos Omar Ferri repassando a ele informações que recebera do pessoal do PVP sobre o sequestro em andamento.

Vários foram os elementos que transformaram o fato em paradigma (para os padrões brasileiros). Por um lado, a confirmação dos vínculos de colaboração repressiva entre as duas ditaduras ficou patente diante da presença de agentes estrangeiros agindo com impunidade dentro do território brasileiro e os subterfúgios do governo Geisel para encobrir o fato. Por outro lado, em relação aos sequestrados: sua identidade política (exilados uruguaios e integrantes de um partido de oposição à ditadura do seu país); a presença de crianças; o posterior aparecimento com vida dos adultos (nos cárceres uruguaios) e das crianças (após ficarem três semanas na condição de sequestradas e desaparecidas). Tudo isso desnudou a ação conjunta e o intercâmbio de favores entre as duas ditaduras. Sobre o fato, Clamor se manifestou desde o início inserindo-o no longo processo de violência política que vinha ocorrendo na região. O relativo fracasso do sequestro de Porto Alegre permitiu que a Operação Condor, que nesse momento era totalmente desconhecida fora dos círculos securitistas dos estados associados, fosse denunciada publicamente. O desfecho da ação expôs a cooperação entre Brasil e Uruguai, a sintonia entre suas forças de segurança e explicitou a presença brasileira no esquema de cooperação. Ou seja, trocando em miúdos, pela primeira vez, o “método condor” era revelado.

Clamor e a solidariedade contracondor

Mesmo antes do voo *da condor* em Porto Alegre, Clamor denunciava nos seus Boletins e manifestos os sequestros e desaparecimentos do Cone Sul. Especial destaque tinha, nesse material, as dezenas de rostos e nomes pertencentes às pequenas criaturas que haviam sumido após essas operações policiais, militares e parapoliciais. Um dos casos mais emblemáticos e complexos que envolveu a organização foi o relacionado à recuperação dos irmãos Anatole Boris e Victoria (Vicky) Eva Julien Grisonas, crianças de quatro anos e ano e meio, respectivamente, quando foram desaparecidas, em 1976, junto com os pais Roger Julien e Victoria Grisonas, cidadãos uruguaios vinculados ao (PVP), exilados em Buenos Aires.¹²

Todavia, as crianças foram reencontradas e tiveram sua identidade restituída em 1979, após intensa e cuidadosa ação de contra-inteligência envolvendo ativistas de direitos humanos, exilados e familiares. Clamor foi

¹² Roger Julien e Victoria Grisonas, integrantes do PVP, foram desaparecidos no 26 de setembro de 1976. Vizinhos testemunharam que centenas de civis e militares participaram da ação. Roger foi executado no ato. Sobre Victoria há versões desencontradas. Há quem afirme que morreu no local, mas há uma versão que afirma que teria estado em Automotores Orletti (muito ferida).

decisivo para este desenlace; em 1978 havia divulgado os rostos e nomes das crianças no seu boletim. Por este meio, essas informações circularam em diversos países, através de canais legais ou clandestinos que entrecruzavam as redes dos círculos de ativistas, exilados, meios de comunicação receptivos, igrejas, etc.

Uma assistente social chilena, em 1979, de passeio pela Venezuela reconheceu os rostos das crianças estampados em cartazes de denúncia espalhados por Caracas. A partir dessa constatação, foi acionado complexo e discreto mecanismo de informação envolvendo círculos de exilados uruguaios na Venezuela e na França, militantes de direitos humanos e, finalmente, o pessoal do Clamor. O fato parecia pouco plausível. Como era possível que duas crianças tão pequenas pudessem estar no Chile após seu desaparecimento, quase dois anos atrás, em Buenos Aires? Contudo, passado o espanto iniciais decisões foram tomadas. Com o apoio da Arquidiocese de São Paulo e do ACNUR viajou ao Chile, com extremo sigilo e sob alto risco,¹³ *María* (Mariela Salaberry), jornalista uruguaia vinculada ao PVP, residente em São Paulo e próxima a Clamor. Detalhe, *María* era amiga do casal Julien-Grisonas, havia estado na sua casa pouco antes do desaparecimento e conhecia as crianças, o que era de vital importância. Um pequeno gesto de Salaberry ajuda a compreender o compromisso que interligava aquela geração de militantes; frente ao temor de Clamor pelos riscos que a viagem implicava e ante a pergunta “[...] por que você quer tanto ir ao Chile?” Salaberry, convicta, respondeu: “Se algo assim acontecesse comigo, não tenho a menor dúvida de que meus companheiros fariam o mesmo.”¹⁴ Dias depois, *María* estava de volta. Apesar de todas as incertezas e angústias com a delicada missão, informou ter localizado e reconhecido as crianças; contudo, seu maior trunfo foram as fotografias que havia conseguido tirar delas. Na prática, *María* foi a primeira pessoa a fotografar os irmãos Julien Grisonas, depois do sequestro, o que era um aporte documental de extrema valia. Diante disso, Clamor decidiu que era hora de contatar a família biológica para que procedesse no reconhecimento das crianças das fotos.

¹³ Os controles fronteiriços eram temidos. O aeroporto de Santiago do Chile era a entrada da boca do lobo pinochetista. Sabia-se que os sistemas de inteligência das ditaduras estavam interconectados. Por questões de segurança, *María* não viajou com documentos uruguaios e sim o fez como cidadã francesa (tinha dupla cidadania). A repressão uruguaia sabia que, naquele momento, ela era companheira de Hugo Cores, um dos principais dirigentes do PVP e alvo prioritário dos sinistros comandos condor que circulavam pela região.

¹⁴ LIMA, op. cit., p. 112.

O jornalista Ricardo Carvalho, na época na *Folha de S. Paulo*, foi enviado ao Uruguai, como emissário do Clamor, à procura das famílias Julien e Grisonas. Os Julien foram os primeiros a ser contatados. Clamor havia recebido, tempo atrás, uma carta¹⁵ da avó María Angélica Cáceres de Julien, que seria quem, na prática, representaria ambas as famílias. Naquela correspondência, Angélica descrevia o desaparecimento do filho, nora e netos e solicitava ajuda para encontrar informações; como ocorria em muitos casos semelhantes, desde que soube do sequestro, ela havia iniciado incansável peregrinação por repartições públicas, delegacias de polícia, hospitais e junto a autoridades religiosas. O inesperado encontro com Ricardo Carvalho, que a aguardava em casa, teve um momento inicial de desconfiança: *“El hombre se levanto y con una ancha sonrisa me estrechó la mano. Antes de preguntarle nada [...], extendió un sobre que depositó en mis manos. Era la misma carta que hice llegar al cardenal Paulo Evaristo Arns de San Pablo”*.¹⁶ Alegria e ansiedade tomou conta da família Julien. Angélica foi a São Paulo, lá o pessoal de Clamor apresentou todos os dados que possuía sobre o caso e mostrou as fotos tiradas por *María*. O passo seguinte era levar Angélica a Santiago; o mesmo Ricardo Carvalho, agora com Luis Eduardo Greenhalgh – essencial para enfrentar os entraves jurídicos que pudessem surgir - foram junto. Era fundamental que a avó confirmasse que, de fato, aquelas crianças eram seus netos.

As informações de Anatole

Enquanto isso, outra ponta da história se desenrolava no Chile, com o protagonismo involuntário das crianças. Desde o primeiro momento em que alguém se ocupou delas, em Valparaíso, Anatole relatara o que lembrava. Da sua fala fragmentada, marcada pela tragédia e pela limitação de inteligibilidade de uma criança de quatro anos, surgiram pedaços de uma

¹⁵ Como anedota cabe mencionar que, em 1977, Angélica encontrou um jovem brasileiro no escritório de representação da ACNUR, em Montevideú, a quem contou a sua tragédia. Atento, ele sugeriu que escrevesse ao cardeal Dom Paulo Arns, ele poderia ajudá-la. Foi o que acabou fazendo: *“Al llegar a casa dejé el pedazo de papel sobre el frutero de la mesa. No me anime a tomar el lápiz, ya había escrito a todos los directores de organizaciones de derechos humanos en el mundo, a un vidente que me enteré ayudaba a la policía a encontrar niños perdidos, al director de la revista Reader’s Digest y hasta a los reyes de Inglaterra y España. A todos pedía con mi puño y letra que por favor me ayudaran a encontrar a mis dos nietos. Pasaron varios días hasta que me decidí a escribir esa carta. Mi hija al verme, dijo: ‘para qué insistes mamá, no ves que no hay respuestas! No importa, contesté, no se pierde nada’”*. DINAMARCA, Hernán; SANTELICES, Marisol. *¿Donde están? La historia de los niños uruguayos desaparecidos*. Montevideo: La República, 1989. p. 8.

¹⁶ Idem, p. 9.

história sinistra; seu sotaque portenho era um dado a mais a embaralhar a situação. As informações transmitidas pelo menino, mesmo que confusas, haviam permitido às pessoas ao seu redor, especular sobre o que podia ter acontecido. À medida que os dias passavam, Anatole lembrava novos fatos que, com o passar do tempo, permitiram armar, parcialmente, um complexo quebra-cabeça.

Anatole afirmava que uma mulher, a “tia Mônica”, que aparentemente tinha tomado conta deles durante a viagem, os deixou na praça, em um local onde havia um parque infantil. Teria dito que ia comprar doces e voltava em seguida, que ficassem brincando. O fato é que não voltou mais e as horas começaram a passar. Ao anoitecer, transeuntes que deles se aproximaram os levaram a uma delegacia de *Carabineros*. Depois, por separado, foram encaminhados a um centro de menores; durante meses, os responsáveis pelo mesmo aguardaram que alguém as reclamasse. Evidentemente, isso não ocorreu. O tempo passou. Finalmente, um casal chileno, Jesús Larrabeiti e Silvia Yáñez, sem vínculos com círculos repressivos, se aproximou das crianças; em realidade, pretendiam adotar só a menina, mas Anatole, sempre super protetor com a irmãzinha, insistiu muito para que não os separassem, convencendo-os a adotar os dois.

Enquanto preparava a logística para o deslocamento de Angélica para Santiago, Clamor soube que a imprensa chilena havia repercutido, no seu momento, o estranho abandono dos irmãozinhos em Valparaíso. Assim, obteve mais detalhes sobre o que se havia especulado sobre o fato. Por outro lado, às pessoas que as cuidavam, Anatole havia fornecido pistas importantes. Descrevera como homens armados invadiram sua casa e que seu pai os escondeu dentro da banheira; depois, contou ter visto sua mãe ensanguentada. Além disso, o menino havia lembrado o endereço onde morava em Buenos Aires, o nome de algumas vilas chilenas por onde tinham passado de carro, e de ter visto neve nas montanhas. Entretanto, nem o governo chileno nem o argentino tomaram nenhuma iniciativa oficial para esclarecer a situação.

Para a jornalista Jan Rocha a especulação sobre porque essas crianças foram abandonadas no Chile está relacionada com a capacidade de lembrar demonstrada por Anatole.

[...] A atitude de Anatole me leva à conclusão que uma das razões para que os agentes da repressão os abandonassem tão longe é que o menino, de quatro anos, sabia o nome dele,

dos pais, o endereço em Buenos Aires, sabia tudo. Um bebê de um ano e meio não pode falar tudo isso, mas uma criança de quatro anos pode, sim, ‘eu me chamo tal, eu vi minha mãe caída no chão, eu vi minha mãe ferida’, ele contou tudo [...].¹⁷

De qualquer forma, a confirmação de que eram crianças estrangeiras não demorou e veio através de algo singelo; mesmo quem desconsiderou o característico sotaque do menino, não pôde ficar indiferente diante do total desconhecimento dos irmãozinhos frente aos artistas de programas infantis da TV chilena;¹⁸ diante disso, as dúvidas se dirimiram, pois crianças mentindo sobre isso era algo que fugia do cálculo das probabilidades, ou seja, por demais inverossímil.

Uma vez confirmada a presença das crianças no Chile, Clamor, sob o manto acolhedor de Dom Paulo, virou centro de operações planejando meticulosamente os cenários abertos. Era peremptório acompanhar *in loco* o caso, acumular mais informação, procurar interlocutores e locais solidários, avaliar estratégias de aproximação às crianças e aos pais adotivos. Da mesma forma, havia uma questão central, preparar a avó Angélica para o que poderia ocorrer. Ela devia ser simultaneamente protegida e contida. Cabe realçar que se tratava de procedimentos totalmente inéditos, pois a possibilidade de encontrar crianças desaparecidas, até esse momento, era algo improvável. A falta de experiência e de saber como lidar ante uma situação como essa tornava a operação um desafio maior, pois a incerteza sobre como agir e os passos a seguir eram difíceis de prever; tratava-se de informações e situações muito sensíveis, o que exigia uma análise minuciosa, extremamente sigilosa e uma atuação muito discreta para evitar o risco de exposição das vítimas diretas, dos familiares, dos denunciantes e dos colaboradores. Toda precaução era pouca. O contexto era hostil: estavam imunes à infiltração? Que certeza havia de que não estavam sendo monitorados? Como efetuariam

¹⁷ ROCHA, J. Entrevista. Op. cit.

¹⁸ ROCHA, Jan. Operação Condor. *O Estado de S. Paulo*, 06 jan. 2008.

uma ação tão ousada no Chile de Pinochet? De que maneira poderia se proteger os ativistas e familiares que viviam sob outras ditaduras e “esquemas condor” de colaboração repressiva? Toda a articulação era feita desde a base operativa sediada em São Paulo, cidade que era o centro nervoso e econômico de uma das ditaduras mais antigas e poderosas do continente, a brasileira – o que não é detalhe secundário.

Uma ação *contracondor* no Chile

A trama, em terras chilenas, se mostrou delicada. Não era para menos, o pano de fundo era o da ditadura Pinochet e suas relações estreitas com as ditaduras vizinhas. Além disso, era necessário avaliar o impacto direto ou indireto que a iniciativa de Clamor poderia provocar na opinião pública brasileira e nos círculos de resistência dos demais países da região. Belela Herrera (do ACNUR), advogados, psicólogos e assistentes sociais, representantes da *Vicaría de la Solidaridad* e certos setores da imprensa local acabaram se envolvendo ao longo da situação e brindaram apoio e suporte logístico, apesar do temor a represálias. Mas o quadro encontrado pela avó Angélica e a pequena comitiva de Clamor era desencorajador: havia um processo de adoção em fase final de tramitação na justiça chilena e, apesar dos sentimentos desencontrados, devia-se reconhecer que as crianças eram muito bem tratadas no lar dos Larrabeiti-Yañez.

Após uma série de contatos iniciais, de diversos cuidados preventivos e de muita cautela, o primeiro encontro de Angélica com seus netos aconteceu na casa onde moravam com os pais adotivos. A pesada tensão existente durante todo o encontro entre os adultos só começou a se dissipar quando as crianças, que ignoravam tudo o que estava acontecendo, com a maior naturalidade mostraram seus cadernos escolares à “senhora que estava de visita”; esta aproveitou o momento de proximidade para fazer, discretamente, um primeiro carinho. Posteriormente, a avó lembraria que “*el periodista de Clamor [Ricardo Carvalho] sacaba una foto tras otra, pero en su nerviosismo olvidó algo y no salió ninguna fotografía.*”¹⁹

Os dias seguintes foram de profunda angústia para todos. Quem participava do entorno direto do encontro do casal Larrabeiti-Yañez com Angélica tratava de diminuir as arestas do visível mal-estar que havia entre as partes. Nesse meio tempo, Luiz Eduardo Greenhalgh conseguiu sustar o processo de adoção junto à Justiça chilena, o que obrigava os pais adotivos

¹⁹ DINAMARCA; SANTELICES, op. cit., p. 13.

e a família biológica a entrar em entendimento e procurar, juntos, uma solução que contivesse um consenso mínimo. Os envolvidos temiam a exposição pública e a disputa judicial; o desgaste de uma situação conflituosa e prolongada poderia ser muito desgastante para todos, sobretudo para Anatole e Eva.

A disputa acabou sendo, como previsível, muito delicada; os pais adotivos, que não tinham vínculos de nenhuma espécie com esquemas repressivos, haviam conseguido estabelecer excelentes laços de afeto com as crianças e a reciprocidade desses sentimentos era perceptível para Angélica e seus acompanhantes. Por outro lado, Jesús e Silvia compreendiam a situação daquela família biológica, que não havia medido esforços na procura das crianças. Houve momentos ríspidos; tratava-se do embate entre o desespero dos que podiam perder a posse das crianças tão desejadas e amadas, e o desespero daqueles que nunca haviam deixado de procurar seus seres queridos (em condições tão adversas) e que não pretendiam abrir mão delas agora que, finalmente, os haviam encontrado. A assessoria que Clamor dava a Angélica, em certo momento irritou Jesús Larrabeiti quem, em tom ameaçador, lembrou a Luiz Eduardo Greenhalgh e Ricardo Carvalho que se encontravam no Chile, que as leis do país protegiam o casal e que a atuação de Clamor constituía ingerência externa em território chileno. Diante disso, Greenhalgh retrucou com a frase que se tornou emblema e sinônimo da atuação solidária da entidade: “Direitos humanos não têm fronteiras”.²⁰

A identificação das crianças escancarou a delicadeza do caso. Sem terem culpa diante de uma situação totalmente incomum, carregada de dramatismo, pais adotivos e família biológica viram-se diante de um complexo impasse, uma equação cujo resultado não poderia satisfazer a todos (pelo menos, não com a mesma intensidade). Uma matéria da revista *IstoÉ*, de agosto de 1979 conseguia sintetizar magnificamente o terrível drama humano que encerrava o fato: “Não há, não pode haver final feliz para uma história como esta.”²¹ A seguir, tocava no cerne do problema ao anunciar – e antecipar - o complexo dilema que, nos anos seguinte, se multiplicaria dezenas de vezes, principalmente na Argentina, quando situações como essa se repetiram ao ponto de conferir corpo e lógica a uma modalidade repressiva que começou a ser compreendida na especificidade concreta de política de apropriação de crianças. A matéria realçava que, no caso Julien Grisonas:

²⁰ LIMA, op. cit., p. 133.

²¹ ROSSI, Clóvis; CARVALHO, Ricardo. “Órfãos pela repressão”. *Isto É*, 08/08/79, p. 27.

A avó, o casal chileno, as crianças, seus pais, todos são vítimas de um criminoso sem rosto e sem nome – um sistema de repressão multinacional. É por isso que a longa busca de dona Angélica não terminou em paz. Ela tem o direito natural de ficar com os netos, sangue do seu sangue. O casal chileno tem pelas crianças o amor de pais verdadeiros – e também quer conservá-las.²²

À procura desesperada da família biológica somava-se o trauma que estava gravado no inconsciente das crianças. Victoria refletiu sobre isso em tempos recentes: “*Afortunadamente, no estábamos solos en esta entreverada historia, las agrupaciones de derechos humanos proveyeron mediadores, especialistas, psicólogos y abogados que, en conjunto, buscaban la solución más adecuada para mi Hermano y para mi*”.²³ De fato, reconhecidos os laços afetivos existentes entre crianças e pais adotivos psicólogos alertavam que a separação deles poderia expô-las a novo trauma, ou a aumentar o fardo que carregavam desde os acontecimentos vividos na Argentina; alertavam que poderia ser como perder os pais por uma segunda vez. Angélica, diante de tais avaliações mostrava-se confusa; não havia poupado esforços para procurar os netos queridos; mas a hipótese de prejudicá-los a perturbava:

[...] son mis nietos, ¡mis nietos! Son todo, lo único que me queda de mi hijo Roger. Tanto dolor, tanta búsqueda para regresar sin ellos. Pero los niños se ven felices, quieren y son queridos, tienen las condiciones que allá no podríamos darles, aunque sí, todo nuestro amor, que es lo importante.²⁴

Era necessário encontrar uma solução e parar de expor as crianças. No primeiro encontro com Dom Paulo e o reverendo Jaime Wright - marcado por muita afetividade -, o cardeal havia aventado a possibilidade de defrontar-se com um dilema parecido. Angélica lembraria, tempos depois,

²² Idem.

²³ JULIEN, Victoria. Mi vida. In: *Las palabras que llegaron: distintas voces contra la impunidad*. Montevideo: s. ed., 2009. p. 106.

²⁴ Idem.

que Dom Paulo “*Insistió en que tuviera cuidado en la decisión que tomara en relación a los niños; insistió en que ellos ya habían sufrido bastante*”.²⁵ Belela Herrera, que acompanhou de perto o delicado drama, comovida diante do mesmo, reconheceria a sensibilidade da acolhida e mediação do cardeal e do Clamor: “[no] episódio tão comovente dessas crianças, Dom Paulo teve tanto que ver, o Clamor teve tanto que ver, o Brasil teve tanto que ver... [...]”.²⁶ De fato, o bem-estar das crianças estava acima de tudo, mas era necessário agir em um duplo sentido. Era imperativo confortar as famílias que haviam perdido seus filhos e netos; entretanto, deviam ser convencidas de que uma nova separação poderia prejudicar de forma irreversível a saúde mental das crianças; elas já carregavam demasiados traumas. A decisão estava nas mãos da família uruguaia e a posição de Angélica era determinante.

Finalmente, o impasse foi resolvido. A família biológica reconheceu que o bem-estar das crianças era prioritário e atendeu as recomendações dos profissionais especializados. Inegavelmente este gesto marcou uma postura de enorme desprendimento e grandeza humana. A avó Angélica, em nome das famílias Julien Grisonas, abria mão da guarda dos netos. O acordo resultante - testemunhado e chancelado diante das organizações que haviam ajudado a viabilizar o encontro - estabelecia certas condições: Anatole e Eva Victoria continuariam morando com a família adotiva, manteriam seus verdadeiros nomes e visitariam seus avós, no Uruguai (com acompanhamento de gente do ACNUR). Independente do significado disso para os familiares de Roger e Victoria, essa era a melhor solução para as crianças e, inegavelmente, para o casal Larrabeiti-Yáñez; o recuo da família biológica gerou grande sensação de alívio na família adotiva, fato compreensível e também legítimo.

Compreendendo as repercussões sociais e políticas implícitas na singularidade da experiência que haviam vivido Anatole e Vicky, uma vez estabelecidas as premissas do acordo foi organizada uma coletiva de imprensa em São Paulo. No dia 31 de julho às 17 horas, na residência episcopal, em uma sala abarrotada de jornalistas e fotógrafos, Dom Paulo e Angélica tornaram público o acontecimento. Certamente tal notícia deve ter produzido explosões de alegria em muitas terras de exílio, e comemorações

²⁵ DINAMARCA; SANTELICES, op. cit., p. 10.

²⁶ HERRERA, Belela. Depoimento. In: PADRÓS, Enrique Serra; VIVAR, Jorge. *Memórias da Resistência e da Solidariedade: o Movimento de Justiça e Direitos Humanos contra as Ditaduras do Cone Sul e suas conexões repressivas*. Porto Alegre: Ed. ASF-Brasil, 2013. p. 253.

clandestinas nas casas e nas almas de muitos dos que ainda viviam sob o tacão das ditaduras.

Um mês após a definição do acordo, Angélica voltou a Valparaíso. Aos poucos foi acontecendo a aproximação tão desejada, o mútuo acostumar-se. Em determinada ocasião, caminhando pela praia com Anatole, acompanhados de perto de uma psicóloga, enquanto o menino juntava conchinhas Angélica perguntou:

- ¿Tú recuerdas que tenías otro papito?
- [Anatole] Permaneció en silencio un rato y siguió jugando con las conchitas, luego respondió:
- Sí.
- Yo soy la mamá de tu papito y por eso soy tu abuelita.
- Continuó recogiendo conchitas en silencio.
- ¿Te acuerdas de papito? – insistí -.
- Volvió a permanecer en silencio y como rechazando el recuerdo,
- Sí, mataron a papito y estaba en el suelo.
- Dejé entonces pasar un largo rato.
- ¿Y de mamita te acuerdas?
- Sí, nos puso en la bañera a mí y a Vicky.
- Silencio.
- La sacaban arrastrando del pelo.²⁷

Era a primeira vez que neto e avó falavam sobre o que ocorrera em Buenos Aires. Para Angélica não restavam mais dúvidas, o horror contido nas palavras de Anatole confirmavam o que se temia, que as crianças haviam presenciado o operativo que havia acabado com a vida dos pais. A partir dessa descoberta, de comum acordo, foi decidido que Anatole devia iniciar tratamento psicológico imediatamente.

Um pequeno parêntese ainda se faz necessário. Durante todo esse período, enquanto se desenvolvia esse drama tão complexo, a Embaixada uruguaia no Chile se mantinha totalmente alheia, distante, como se nada disso lhe dissesse respeito; ao contrário, ante a repercussão do caso na imprensa chilena e internacional, manteve-se distante, retirando importância

²⁷ DINAMARCA; SANTELICES, op. cit., p. 16.

ao fato. O embaixador, brigadeiro Dante Paladini, desqualificou as organizações envolvidas no esclarecimento dessa história: “[...] No hay que descartar un posible objetivo político y de fines no muy claros en el asunto de los niños encontrados en Valparaíso. [...] El caso es posiblemente una tentativa de deteriorar las relaciones entre Chile y Uruguay.”²⁸ No Uruguai a censura vigente impedia que a população acompanhasse o fato e seus desdobramentos; porém, a ditadura não tinha poder para impedir as denúncias no Chile e, muito menos, que se espalhasse pelo mundo. Nesse sentido, o desgaste político foi enorme. A repercussão negativa junto à opinião pública internacional era visível e, certamente, a contribuição de Clamor na produção desse efeito havia sido substancial.

O caso de Anatole e Victoria é paradoxal e possui paralelismo com o *sequestro de Porto Alegre* ao reafirmar, na época, o que este já apontara: a existência de uma dinâmica repressiva internacional. Efetivamente, sequestrados no marco da colaboração entre as forças de segurança argentinas e uruguaias, Anatole e Victoria acabaram abandonadas no Chile. Menores viajando sem os pais só podiam entrar no Chile se o acompanhante mostrasse uma autorização paterna, pré-requisito que, no caso em questão, não existia. Tampouco havia carteira de identidade, outro documento exigido nos postos de fronteira do país, mesmo no caso de menores. Quando foram encontradas em Valparaíso, as autoridades chilenas tampouco mostraram estranhamento pela presença de duas crianças que notadamente tinham sotaque estrangeiro, nem investigaram a hipótese de que fossem filhos de presos ou refugiados políticos, como se ventilou no entorno do caso. Muito menos se preocuparam em checar as informações e rastrear as pistas contidas na fala de Anatole, nos primeiros dias da sua presença no Chile.

Durante muito tempo, duas questões permaneceram nebulosas. A primeira persiste, ainda hoje, como algo desconhecido: qual o sentido de abandonar duas crianças no Chile? Será que o fato de ser um par de irmãos levou os sequestradores a considerar muito arriscado manter o padrão de encobrir o desaparecimento em Buenos Aires? A distância física existente entre o local do sequestro e o do abandono talvez tenha relação com isso, mas é mero exercício especulativo. Não se pode desconsiderar, também, a

²⁸ *Compañero*. Publicação do PVP na clandestinidade e no exílio. Sem dados. Acervo da Luta Contra a Ditadura. APOF.

possibilidade de contar com a cobertura e o silêncio da ditadura Pinochet. Porém, mesmo assim, surpreende a transferência das vítimas para o Chile, assim como seu abandono em praça pública, em vez de uma ação de entrega (envolvendo ou não dinheiro), como aconteceu na maioria dos casos semelhantes em que crianças filhas de opositores foram tratadas como “botim de guerra”. Um comentário do major Gavazzo, um dos comandantes das unidades operativas do condor uruguaio na Argentina, indicaria que os irmãos Julien Grisonas constituíam uma entrega a ser feita, mas que, por algum motivo, não aconteceu, obrigando a uma solução de emergência.²⁹

Durante um tempo, após a restituição da verdadeira história e identidade das crianças, ainda se acreditava que o seu abandono em Valparaíso tinha sido uma ação das forças repressivas argentinas. Sabia-se que, após o ataque contra a sua casa, Anatole e Victoria, em algum momento, haviam sido levados a Automotores Orletti, principal santuário da coordenação repressiva e da ação dos comandos condor do Uruguai e do Chile em Buenos Aires. Sobreviventes do centro clandestino de detenção haviam reconhecido a presença das crianças nesse local. A imprecisão sobre quantos dias ficaram ali ou se estiveram em outro centro de detenção faz parte das lacunas persistentes. De qualquer forma, os dados apresentados pelos sobreviventes de Orletti não permitiam afirmar que tivessem ficado ali durante todo o tempo que mediara entre seu sequestro e o aparecimento no Chile (quer dizer, entre setembro e dezembro de 1976). Portanto, tinha sentido indagar sobre onde mais poderiam ter estado.

Foi necessário esperar vários anos para completar os pontilhados da história; somente quando as prisões políticas do Uruguai foram abertas, os presos saíram dos seus calabouços e seus relatos ganharam o espaço público foi possível juntar as peças de uma engrenagem que se mostrou muito mais perversa do que era perceptível em 1976. O resgate das experiências carcerárias, das formas de sobrevivência e resistência em confinamentos diversos bem como as denúncias sobre a metodologia de tortura, execuções e traslados contribuiu nesse esforço coletivo de se contrapor ao silêncio dos responsáveis pelas ações locais e transnacionais do terrorismo de Estado. No meio de tantos pedaços de história surgiram indícios de que Anatole e Vicky teriam estado encerrados em um centro de detenção montevideano, o que, tempo depois foi efetivamente confirmado. Os irmãos Julien haviam sido

²⁹ BLIXEN, Samuel. “La CIA reveló un caso hasta ahora no conocido: serían nueve los uruguayos desaparecidos en Chile”. *Brecha*, 16 nov. 2001, p. 13.

vistos na sede do *Servicio de Información de Defensa* (SIDE), em Montevideu, no período delimitado entre o sequestro na Argentina e a data em que foram encontrados no Chile. Portanto, em certo momento, foram retirados de Automotores Orletti e levados para o Uruguai. Essa informação é da maior transcendência, pois recolocou a responsabilidade da ditadura uruguaia no cenário da coordenação repressiva e das execuções extraterritoriais, em um momento em que esses crimes eram negados com veemência. De fato, até então, as autoridades uruguaias afirmavam que a repressão sofrida por “subversivos” uruguaio na Argentina estava relacionada com questões de política interna daquele país; negavam, ainda, a participação de agentes uruguaio nos mesmos. O encontro das crianças no Chile, a partir da conjunção de esforços de redes conexas onde também estava Clamor, permitiu associar a ditadura de Pinochet com a argentina. A ditadura uruguaia presumia de que as Forças Armadas nacionais não haviam cometido crimes hediondos no seu território. Mas os testemunhos de sobreviventes de Orletti e das prisões uruguaio desmontaram a farsa. Era sim, de nacionalidade uruguaia, parte dos repressores que agiam em Orletti; foram eles co-partícipes da caçada contra perseguidos políticos orientais na capital portenha e os responsáveis pelo traslado de parte deles a território uruguaio. A sede do SIDE pertencia ao Exército uruguaio e eram uruguaio, também, os aviões que haviam levado Anatole e Vicky ao Uruguai e, depois, para o Chile.

O quebra-cabeça do sequestro e desaparecimento dos meninos Julien Grisonas teve que esperar até o início da democratização para ser remontado. Quando isso ocorreu foi possível ser mais preciso na avaliação dos fatos e das responsabilidades pelos mesmos. A constatação é duríssima: militares uruguaio, além do comportamento criminoso que desempenharam no marco do terrorismo de Estado, retiraram do país duas crianças que viviam a condição de sequestradas-desaparecidas e que haviam visto os pais serem mortos ou agonizando em um país vizinho. Qual objetivo de levá-las a um terceiro país da região? Vendê-las? Presenteá-las a alguém? Abandoná-las longe de casa? Além do crime inominável cabe pensar que os familiares e amigos de Roger e Victoria, que por eles e seus filhos procuravam desesperadamente na Argentina, nunca poderiam imaginar que as crianças, durante algumas semanas, eram “guardadas”, confinadas, a pouca distância das suas casas, inclusive da casa da avó Angélica.

Sobra ainda, como indagação final, tentar avaliar o porquê de levá-las, em um primeiro momento, de Buenos Aires a Montevideú. Especula-se que possa ter havido uma contra-ordem ou correção de rumo diante do padrão habitual de resolver a apropriação de crianças no mesmo território argentino, onde foram sequestradas. A própria Eva Victória, mostra ainda hoje certo desconcerto diante desse desenlace. Por que levá-los a um terceiro país? *“Tal vez lo hicieran por temor de ser reconocidos por mi Hermano, que bastante recuerdo de ellos. También se cree que íbamos a ser entregados a alguna familia en Chile a cambio de dinero y silencio, o de papeles falsos para salir e ingresar de los países sin consecuencias”*.³⁰ Seja como for, a permanência do pacto de silêncio entre os repressores impede encontrar resposta plausível para essa pergunta.

Outra informação nunca esclarecida corresponde a uma informação que dera Anatole logo após ser levado ao orfanato, no Chile. Segundo seu depoimento, no carro “enorme” em que viajaram, havia outra menina (este dado é impreciso, pois às vezes se referia a duas). Considerada a origem dos irmãos Julien e a ação encoberta de que foram alvos, tal afirmação sempre levantou a expectativa de que poderia tratar-se de outra criança desaparecida; até hoje, não existem elementos concretos que permitam dirimir tal dúvida. Também não se descarta que tenha sido uma lembrança imprecisa de um menino de quatro anos. Independente disso, tal informação sempre manteve em estado de alerta as organizações de direitos humanos.

Final feliz então? Talvez algo parecido a isso para o casal Larrabeiti-Yáñez; também certo alívio para as organizações de direitos humanos e psicólogos envolvidos, pois as crianças continuaram com seus amorosos pais adotivos. A recuperação dos irmãos Julien Grisonas representou para muitas famílias e a organização *Abuelas de Plaza de Mayo* que procuravam informação sobre centenas de crianças, uma injeção de ânimo e esperança, ou seja, renovava o desejo de que esse caso não fosse um fato excepcional, isolado, e sim o prenúncio da existência de uma metodologia de ação repressiva que havia poupado da morte as crianças desaparecidas, diferentemente do que havia sucedido com seus pais e a grande maioria dos desaparecidos. Quer dizer, era a aposta na possibilidade de que muitas dessas

³⁰ JULIEN, op. cit., p. 100.

crianças estivessem vivas; logo, era necessário redobrar esforços para procurá-las e encontrá-las. Por fim, as relações entre as famílias Julien/Grisonas e os Larreibiti-Yáñez foram melhorando, o que permitiu que, para as primeiras, a dor da perda irreversível de Roger e Victoria fosse parcialmente mitigada pela presença gradual de Anatole e Vicky nas suas vidas.

O poeta Mario Benedetti se mostrou atento ao desfecho. Escreveu um poema para os meninos, nele contando o que era conhecido até aquele momento. Na sua conclusão invertia o sentido de uma expressão muito comum, usada para finalizar a leitura ou o relato de histórias infantis; assim, o popular “*colorín colorado, este cuento ha terminado*” virava, nas palavras do poeta, “*pero ni colorín ni colorado, el cuento no se há acabado*”³¹, deixando espaço para pensar que uma experiência como essa só podia ter, tanto no plano individual das crianças e suas famílias, quanto no plano coletivo da sociedade uruguaia, das *Abuelas* e de outros coletivos envolvidos, camadas inconclusas ante o trauma, seu legado, e as feridas nunca cicatrizadas. A mensagem de Benedetti poderia ser lida como drama universal ainda impreciso e pouco conhecido em todas as suas dimensões (enquanto universo de todas as crianças sequestradas pelas ditaduras do Cone Sul). Mas havia margem para outra interpretação: o drama de Anatole e Vicky havia sido concluído?

Contra diagnósticos apressados a realidade continuou sendo muito dura. Havia, ainda, um rescaldo perturbador. O tempo demonstraria não se tratava de rescaldo e sim da continuidade de uma história sem fim, que faz parte da vida de todos aqueles que foram diretamente afetados pelo trauma original. A solução de consenso encontrada pelas famílias recomendada e apoiada por psicólogos, organizações de direitos humanos e entidades religiosas tinha uma zona cinzenta, nebulosa: “em caso de reaparecimento dos pais verdadeiros, as crianças deveriam voltar a eles imediatamente”. A família biológica insistira que fosse dito às crianças que elas de forma alguma haviam sido abandonadas pelos seus pais.³² Anatole foi o primeiro a se

³¹ BENEDETTI, op. cit.

³² *Clamor*, nº 8, Ano II, dezembro 1979. Esta linha de ação se mostrou fundamental, pois colocou a todas as crianças que foram sendo recuperadas, no transcorrer dos anos, uma questão de inegável fundamentação ética. Elas não haviam sido abandonadas, como afirmavam à exaustão as autoridades militares, mas, ao contrário, foram arrancadas da convivência dos pais com a eliminação física destes. Os apropriadores, quando descobertos, repetiram como cantinela e estratégia de chantagem emocional sobre os “filhos roubados”: estes haviam sido deixados para trás pelos pais subversivos na hora em que optaram por salvar a pele, não havendo, portanto, se preocupado com eles. Os apropriadores

defrontar com as entrelinhas existentes nessa solução, muito complexas para a cabeça de um menino com dificuldade de entender, absorver e abstrair tudo o que tinha sofrido. Ao viajar pela primeira vez a Montevideu descobriu um universo que lhe era desconhecido, de tios e primos esquecidos, de palavras e registros olvidados. Recebeu muita informação sobre Roger e Victoria, teve contato com objetos pessoais, fotos – para sua surpresa, em várias delas reconhecia sua presença e a de Vicky; muitos amigos dos pais queriam conhecê-lo e lhe contavam muitas histórias.

Processar esse manancial de informações e de afetos mexeu com a cabeça do menino, produziu significados e o empurrou para os limites de um processo de desconstrução-reconstrução identitário. Nesse contexto, um dia perguntou: “Abuelita ¿todavía seguís buscando a mis papitos verdaderos?” A resposta de Angélica foi contundente: “Sí, todavía los seguimos buscando y si algún día estos abuelitos ya no están más, tus tíos o tus primos continuarán buscándolos.”³³ Percebe-se que, até esse momento, Anatole não dispunha de informação sobre o que havia ocorrido sobre seus pais. As famílias biológica e adotiva haviam resolvido, de comum acordo, esconder o que significava estar desaparecido e que, provavelmente, os pais haviam sido assassinados no momento do brutal ataque a sua residência. A versão contada era a de que eles estavam escondidos no exterior e aguardavam tempos mais seguros para voltar. Mas à medida que o menino se apropriava de mais informações sobre os pais, parecia estar dividido e confuso. Na sequência da conversação com a avó ousou perguntar sobre algo que deixava entrever uma enorme angústia:

- Abuela, yo quiero volver a mis papis, quiero volver a jugar con mamá, quiero que papá vuelva a llevarme al zoológico. Pero abuelita, ¿qué vamos a hacer con estos papás de Chile que tenemos ahora y a los que también queremos mucho?³⁴

Angélica percebeu que diante da descoberta de quem era e de quem eram seus progenitores o menino havia amadurecido muito mais rapidamente do que se poderia imaginar; compreendeu que precisava aplacar essa

arrematavam essa argumentação com a clássica afirmação de que foram eles que lhes deram o amor rejeitado pelos pais subversivos.

³³ SILVA, Alberto. *Perdidos en el bosque...* Montevideo: Madres y Familiares de Detenidos Desaparecidos, 1989. p. 151

³⁴ Idem.

angústia, disse-lhe então para não se preocupar pensando essas coisas; também comentou que seus pais não voltariam, e então explicou tudo que ela sabia sobre a morte do filho e da nora. O quanto isso afetou Anatole é difícil de avaliar. Porém, anos depois, Vicky - que demorou mais tempo para conhecer essas informações³⁵ - lembrava que cada vez que o irmão voltava do Uruguai, nas primeiras viagens, estava muito revoltado, agressivo e agredia o pai adotivo com frases como “*Tú no eres mi papá*”.³⁶

As experiências dos netos recuperados e dos filhos de desaparecidos (são a mesma geração) confirmam que, em muitos casos, é possível conviver com as marcas que se carregam. Evidentemente não é a mesma coisa ter sete anos, quinze, vinte ou quarenta, na hora de descobrir essa história apagada. Igualmente, sabe-se que em muitos casos, a chegada da maternidade e da paternidade impactou profundamente as singularidades vivenciadas. Mas as marcas sempre estão, persistem, coexistem. Como afirma o coletivo de Madres y Familiares de Uruguayos Detenidos Desaparecidos, a condição do desaparecido termina quando seus restos são encontrados e identificados. Porém, “*en el caso de los niños apropiados, recuperados o no, los efectos de esta apropiación continúan, seguramente por siempre.*”³⁷

O caso dos irmãos Julien foi a demonstração concreta de que a coordenação repressiva não tinha limites para suas ações. O terrorismo de Estado semeado por essa lógica se projetava muito além dos efeitos imediatos de ações pontuais; os desdobramentos decorrentes se projetariam no tempo deixando um legado que atingiria, também, as futuras gerações.

Considerações finais

O impacto causado pela descoberta das crianças e a existência de uma tipologia de ação encoberta, desconhecida até esse momento, gerou expectativas em muitos familiares de que as centenas de crianças que haviam sido desaparecidas poderiam ter um destino semelhante ao dos irmãos Julien. Abria-se a esperança de que outras crianças pudessem ser reféns de captores ou de adoções ilegais. O fato é que, com base nesse caso, as *Abuelas*

³⁵ Victoria Eva soube da verdade aos nove anos, na primeira viagem que fez a Montevideu. Após ouvir cochichos entre adultos percebeu que lhe escondiam algo. Pediu a uma tia que lhe contasse a verdade. O impacto foi duro.

³⁶ JULIEN, op. cit., p. 107.

³⁷ INFORME DE MADRES Y FAMILIARES DE URUGUAYOS DETENIDOS DESAPARECIDOS. A *todos ellos*. Montevideo, 2004. p. 528.

multiplicaram seus vínculos e atividades conjuntas com o Clamor.³⁸ Esta perspectiva marcou a atitude de María Angélica Cáceres de Julien; foi e continua sendo expressão de um drama coletivo difícil de ser mensurado. Angélica compreendeu que havia situações piores do que perder filhos e abrir mão da custódia dos netos encontrados, e entendeu que era necessário dar esperança às centenas de famílias que, além de perderem seus filhos, continuavam procurando seus netos. Ela, apesar de tudo, havia encontrado os seus e aprendeu a conviver com eles nas melhores condições possíveis para as crianças; e assim foi até morrer. Por isso, seu exemplo foi tão relevante:

Encontrar a mis nietos fue una alegría que no tiene nombre. Cualquiera puede entender lo que significa recuperar algo tan querido después de tantos años, de tanto esfuerzo, de tanta lucha. Pero la alegría era más grande aún: fueron los primeros niños encontrados. ¿Vos te imaginás lo que esto significó para un montón de abuelas? La confirmación de que la lucha no era vana, de que los niños estaban vivos, de que podían estar en cualquier parte y había que buscar. Yo me acuerdo que fue como una gran locura. Todo el mundo recomenzó – con más garra, más fuerza – a buscar a todo el mundo.³⁹

O sequestro dos irmãos Julien Grisonas foi o primeiro a ser elucidado, o que gerou comoção e sensações desencontradas. Em primeiro lugar, produziu profunda indignação mundial diante do reconhecimento da existência de algo tão ignóbil, o sequestro de pequenas criaturas usadas como objeto de barganha, negócio ou simples apropriação do maior “butim de guerra” que pode existir, o dos filhos do “inimigo”. Em segundo lugar, gerou

³⁸ Clamor permaneceu em contato direto com as organizações de direitos humanos que procuravam pelos desaparecidos. Em relação às crianças prestaram todo apoio aos familiares de Mariana Zaffaroni, como bem se registra no livro de Mariela Salaberry “Mariana tu y nosotros: diálogo com María Ester Gatti” (ver página 75 e capítulo VII). Foi através da entidade que se chegou ao nome do apropriador, o repressor Miguel Angel Furci. Ver: ROCHA, (Depoimento). Op. cit. p. 191-192. Sobre o Caso Mariana Zaffaroni sugere-se: PADRÓS, E. S. “A guerra contra as crianças: práticas de sequestro, desaparecimento e apropriação de identidade no século XX”. *Albuquerque*, Revista da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, v. 6, 2014. Sobre a vinculação do Clamor com o caso Mariana Zaffaroni ver: LIMA, op. cit., cap. 16.

³⁹ SILVA, op. cit., p. 150.

expectativa nos familiares de desaparecidos e nos coletivos de resistência: tornava plausível considerar que houvesse certa racionalidade por detrás do até então inexplicável desaparecimento de crianças. Nesse sentido, um novo ânimo extrapolou o universo familiar e se irradiou por uma sociedade que só acumulava feridas abertas pelo terrorismo de Estado; após a difícil aceitação de que a palavra “desaparecido” era sinônimo de cadáver oculto, abria-se a perspectiva de que isso não valesse para as crianças (ou para todas elas). Essa possibilidade mobilizou uma sociedade brutalmente golpeada, mas que experimentaria em cada futura restituição de identidade e reencontro - por mais duro que fosse -, uma pequena vitória da vida, contra a morte promovida pelo Estado e seus agentes. Em terceiro lugar, a resolução parcial do quebra-cabeça que envolvia a Anatole e a Vicky corroborou que a coordenação repressiva não tinha limites para suas ações. Não era mais possível negar que duas crianças haviam sido sequestradas, transportadas e ocultadas; nem que três ditaduras da região, agindo articuladamente dentro dos marcos estabelecidos pela Operação Condor, as trataram com a mesma lógica dispensada a qualquer outro “inimigo interno” – o engendro funcional alimentado pelas ditaduras de segurança nacional para justificar a persistência da sua brutal permanência.

A história de Anatole, Vicky, Roger, Victoria e do casal Larrabeiti-Yañez se confunde, no contexto repressivo comum que atingiu o Cone Sul entre os anos 60 e 80, com as trajetórias de Dom Paulo Evaristo Arns, Jan Rocha, Luiz Eduardo Greenhalgh, Jaime Wright, Mariela Salaberry, Ricardo Carvalho, Belela Herrera e de tantos outros - todos protagonistas da história relatada. Serviços de inteligência, Forças Armadas, plataformas de embaixadas e consulados interligados no intercâmbio de informação e monitoramento contra os focos de resistência, estruturas de coordenação repressiva, comandos condor, dispositivos de controle fronteiriço e legião de agentes encobertos e infiltrados tiveram como contraponto, apesar de que em condições acentuadamente adversas, entidades de direitos humanos, grupos religiosos e associações de ativismo solidário, que se espalharam no limite do possível, nas sombras da clandestinidade, das prisões, do exílio e dos sobreviventes nichos de resistência nas sociedades controladas. Ante o *Condor* imune, integrado por todas as ditaduras do Cone Sul e seus sócios da América Central e da América Andina, apoiado pelos EUA e suas agências contra-revolucionárias, e contando com a colaboração de grupos de extrema direita espalhados pelo mundo, portanto, ante tudo isso se levantou uma rede de denúncia, solidariedade e resistência, com margem de atuação muito

limitada em comparação à conexão repressiva. Mesmo assim, a contribuição dessa grande rede no desgaste político produzido ao sistema continental repressivo foi considerável.

Difícil mensurar quantas pessoas que viviam situações de extremo risco foram salvas por essa rede de solidariedade em grande escala: centenas? milhares? Para além desse dado concreto impreciso, deve-se reconhecer o quanto contribuiu na consolidação do tema dos direitos humanos em cada um dos países nos cenários pós-ditatoriais; por outro lado, mesmo dentro das limitações e contradições existentes em cada um dos países da região, essa experiência de luta coletiva, como confluência de múltiplas pequenas redes que se concatenam em uma grande rede de denúncia, resistência e solidariedade, contribuem, com seu legado, no resgate das diretrizes éticas que implicam o reconhecimento do Direito à memória, à verdade e à reparação, e alimentam a Justiça onde esta tenha vocação e capacidade de atuar contra os crimes de lesa humanidade. Para essas entidades e protagonistas associados a sua história, a luta realizada no passado se combina com outro estágio da mesma que continua em aberto no presente. Clamor e seus integrantes fizeram e fazem parte dessa história que ainda deve ser reivindicada.

Referências bibliográficas

BENEDETTI, Mario. *Viento del exilio, Geografías, Rincón de Haikus*. Buenos Aires: Editorial La Página S. A., 2010.

BLIXEN, Samuel. “La CIA reveló un caso hasta ahora no conocido: Serían nueve los uruguayos desaparecidos en Chile”. *Brecha*, 16 nov. 2001, p. 13.

CELIBERTI, Lilián; GARRIDO, Lucy. *Mi habitación, mi celda*. Montevideo: Arca, 1990.

CUNHA, Luiz Cláudio. *Operação Condor: o sequestro dos uruguayos: uma reportagem dos tempos da ditadura*. Porto Alegre: L&PM, 2008.

DINAMARCA, Hernán; SANTELICES, Marisol. *¿Donde están? La historia de los niños uruguayos desaparecidos*. Montevideo: La República, 1989.

FRAGA, Guilherme Barbosa de. *A solidariedade não tem fronteiras: o grupo Clamor e a rede de direitos humanos na resistência às ditaduras do Cone Sul*. Trabalho de Conclusão de Curso em História. Porto Alegre: UFRGS, 2012. Repositório digital:

<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/67217/000872581.pdf?sequence=1>

HERRERA, Belela. Depoimento. In: PADRÓS, Enrique Serra; VIVAR, Jorge. *Memórias da Resistência e da Solidariedade: o Movimento de Justiça e Direitos Humanos contra as Ditaduras do Cone Sul e suas conexões repressivas*. Porto Alegre: Ed. ASF-Brasil, 2013.

INFORME DE MADRES Y FAMILIARES DE URUGUAYOS DETENIDOS DESAPARECIDOS. *A todos ellos*. Montevideo, 2004.

JULIEN, Victoria. Mi vida. In: *Las palabras que llegaron: distintas voces contra la impunidad*. Montevideo: s. ed., 2009.

LIMA, Samarone. *Clamor: a vitória de uma conspiração brasileira*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

PADRÓS, Enrique Serra. A guerra contra as crianças: práticas de sequestro, desaparecimento e apropriação de identidade no século XX. *Albuquerque*, Revista da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, v. 6, 2014.

____. “Conexão repressiva internacional: o Rio Grande do Sul e o Brasil na rota do Condor”. In: PADRÓS et al. *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. V. 3 Conexão repressiva e Operação Condor. 2ª ed. Porto Alegre: Corag, 2010.

____. “Elementos constitutivos do Terror de Estado implementado pelas Ditaduras Civil-Militares de Segurança Nacional latino-americanas”. In: PADRÓS, Enrique Serra (Org.). *As Ditaduras de Segurança Nacional: Brasil e Cone Sul*. Porto Alegre: CORAG, 2006.

____. América Latina: Ditaduras, Segurança Nacional e Terror de Estado. *História & Luta de Classes*, Marechal Cândido Rondon, Nº 4, julho de 2007, p. 43-50.

PADRÓS, Enrique S.; SLATMAN, Melisa. “Brasil y Argentina: modelos represivos y redes de coordinación durante el último ciclo de dictaduras del Cono Sur. Estudio en clave comparativa y transnacional”. In: JENSEN, Silvina; LASTRA, Soledad (Edits.). *Exilios, militancia y represión: nuevas fuentes y nuevos abordajes de los destierros de la Argentina de los años setenta*. La Plata: EDULP, 2014.

PRESIDENCIA DE LA REPÚBLICA DEL URUGUAY. *Investigación Histórica sobre Detenidos Desaparecidos*. Tomo III Datos de las víctimas

personales/Fichas personales. Montevideo: Dirección Nacional de Impresiones y Publicaciones Oficiales, 2007.

REIS, Ramiro. *Operação Condor e o sequestro dos uruguaios nas ruas de um porto não muito alegre*. Dissertação de Mestrado em História. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

ROCHA, Jan. Operação Condor. *Estado de S. Paulo*, São Paulo, 06 jan. 2008.

____. “Depoimento”. In: PADRÓS, Enrique Serra; VIVAR, Jorge. *Memórias da Resistência e da Solidariedade: o Movimento de Justiça e Direitos Humanos contra as Ditaduras do Cone Sul e suas conexões repressivas*. Porto Alegre: Ed. ASF-Brasil, 2013.

____. Entrevista. *Ciências & Letras*, Porto Alegre, n. 56, jul.-dez. 2014, p. 245-260.

ROSSI, Clóvis; CARVALHO, Ricardo. “Órfãos pela repressão”. *Isto É*, 08/08/79.

SILVA, Alberto. *Perdidos en el bosque...* Montevideo: Madres y Familiares de Detenidos Desaparecidos, 1989.

SLATMAN, Melisa. Archivos de la represión y ciclos de producción de conocimiento social sobre las coordinaciones represivas en el Cono Sur de América Latina. *Taller (Segunda Época). Revista de Sociedad, Cultura y política en América Latina*, Vol. 1, n.1 (octubre de 2012). pp. 47-66.

Victoria y Anatole Larrabeiti: los nietos del Cóndor. *Caras*, 23/09/13. <http://www.caras.cl/politica/victoria-y-anatole-larrabeiti-los-nietos-del-condor/> Acesso em 25/08/15.

Entre a coerção e o consenso: os emigrados argentinos e a relação com a ditadura brasileira

Jorge Christian Fernández¹

Introdução

Destino de milhões de imigrantes, principalmente europeus, durante o final do século XIX e inícios do século XX, o Brasil começou a receber, entre as décadas de 1950 e 1960, um fluxo migratório oriundo dos países limítrofes. Na década de 1970 esta corrente imigratória foi crescendo em função do poder de atração exercido pelos elevados índices de crescimento econômico gerados pelas políticas de desenvolvimento fomentadas pelo regime ditatorial em benefício do grande capital concentrado. Por outro lado, muitos dos que emigravam o faziam na qualidade de exilados por motivos essencialmente políticos, pois eram vítimas de perseguição nos países de origem, devido ao avanço das *ditaduras de segurança nacional*² análogas à brasileira. Não raramente, a motivação de índole econômica se fusionava com fatores políticos evidenciando a complexidade multifatorial que envolvia a questão migratória.

Os argentinos encontravam-se entre estes novos imigrantes, parte deles profissionais seduzidos pelo denominado “milagre brasileiro”, mas também havia entre eles inúmeros perseguidos políticos. Embora tal mão-de-obra tecnicamente qualificada pudesse ser necessária para o projeto desenvolvimentista brasileiro, como veremos mais adiante detalhadamente, a chegada dos argentinos (mas também de chilenos e uruguaios, principalmente) colocava o governo militar em situação de alerta no tocante a um dos pilares do regime: a segurança nacional. Pois para os militares, a chegada desses estrangeiros despertava demônios há muito presentes no imaginário coletivo do grupo, embora reavivados no contexto da Guerra Fria. Assim, temia-se que tais imigrantes pudessem representar a ponta de lança de uma suposta “infiltração subversiva internacional”, efetuando uma

¹ Professor Adjunto do Curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS. Contato: intbrig@yahoo.com.br

² Este conceito é específico para os regimes de exceção surgidos do Cone Sul da América Latina, durante as décadas de 1960 e 1970, em pleno contexto da Guerra Fria, e sob a influência da *Doutrina de Segurança Nacional* (DSN) emanada desde Washington. Por questão de praticidade, optamos pelo uso abreviado do termo *ditadura* acompanhado ou não do respectivo adjetivo nacional para nos referirmos a esses governos ilegais e ilegítimos do subcontinente neste período.

transposição dos conflitos internos dos vizinhos a terras brasileiras. Com o objetivo de minimizar estes riscos, o regime implantou a Lei de Estrangeiros de 1969, um instrumento jurídico fortemente influenciado pela *Doutrina de Segurança Nacional* (DSN)³, e pela qual se exerceria um filtro político-ideológico e social mais efetivo dos indivíduos que compunham o fluxo migratório, bem como o controle das atividades exercidas pelos coletivos étnico-nacionais já instalados no Brasil. Entretanto, apesar da aplicação desses mecanismos de controle, nas vésperas dos anos 1980, o fenômeno da imigração limítrofe, em parte irregular, aumentava seu fluxo paradoxalmente em meio à crise do “milagre” econômico, o qual apresentava sinais de fadiga. A partir de 1980, o Novo Estatuto dos Estrangeiros assinalava a adoção de uma política migratória geral mais restritiva, aliada a uma vigilância e repressão mais organizada, e focada no conjunto das comunidades nacionais do Cone Sul.

Portanto, o objetivo deste texto é apresentar e analisar a complexa tessitura das relações estabelecidas entre o Estado brasileiro, sob a égide do regime ditatorial de 1964-1985, com os emigrados da vizinha Argentina que chegaram ao Brasil nesse período específico. Cabe destacar que, no afã de manter o *poder hegemônico* da burguesia, a ditadura brasileira utilizou-se simultaneamente de mecanismos de coerção e consenso social, os quais, longe de se contraporem, se combinavam e interagiam eficazmente. Deste modo, a supressão de direitos civis e das garantias constitucionais, bem como a aplicação de mecanismos repressivos legais e ilegais (*terrorismo de Estado*)⁴ foi equacionada com benefícios e concessões diversos dadas às

³ Essa doutrina estadunidense pregava a defesa da “civilização ocidental” contra o comunismo internacional, supostamente infiltrado de forma sub-reptícia dentro de cada país, sem respeitar fronteiras nacionais: eis o chamado *inimigo interno* ou *subversão*. Logo, nesta concepção, travava-se (especialmente na periferia do mundo ocidental) uma guerra ideológica constante e indireta, a qual devia ser combatida de formas similares, ou seja, de forma oculta: a *contra insurgência*, também conhecida por “*guerra suja*”. Dado a característica ideológica e global do conflito a DSN desconheceu as fronteiras geográficas, passando a se referir à defesa das “*fronteiras ideológicas*” entre o bloco ocidental e o bloco comunista. PADRÓS, Enrique S. (Org.). *As ditaduras de segurança nacional: Brasil e Cone Sul*. Porto Alegre: Corag: Comissão do Acervo da Luta contra a Ditadura, 2006.

⁴ Entendemos por *Terrorismo de Estado* ou *Estado Terrorista*, quando um Estado de Direito viola os próprios limites do seu poder coercitivo imposto pelas leis vigentes e passa a exercer diversas formas de violência institucional e mecanismos de terror (físico, psicológico, etc.). O objetivo é eliminar e desarticular setores sociais contestatários (“o inimigo interno”), mas também desmobilizar e atomizar o conjunto da sociedade para assim poder exercer um vasto controle social e facilitando, inclusive, a cooptação de determinados grupos em apoio ao seu projeto de poder hegemônico. No Cone Sul da América Latina, entre as décadas de 1960 e 1980, o TDE foi aplicado em diversas modalidades e graus de intensidade, com particularidades de acordo com cada país. Ver: DUHALDE, Eduardo Luís. *El Estado terrorista argentino*. Quince años después, una mirada crítica. Buenos Aires: Eudeba, 1999.

classes médias e altas; enquanto isso, a população em geral era submetida a um constante bombardeio mediático-propagandístico dedicado à construção de um imaginário social favorável ao regime. Ao chegarem ou se estabelecerem no Brasil, os argentinos também passaram a ser alvos da mesma dialética, sendo que, enquanto alguns desfrutaram das benesses do “milagre”, outros sofreram os rigores da perseguição. Para a elaboração desta pesquisa utilizou-se uma gama diversa de fontes documentais, desde artigos da imprensa, passando por documentação governamental (brasileira e estrangeira) e de organizações não governamentais, bem como de entrevistas de História Oral.

Os múltiplos motivos para deixar a Argentina

Nas décadas de 1950 a 1970, a Argentina apresentou um contexto de intensa movimentação social e política, resultado de um intrincado e complexo processo histórico que passava pelo fracasso do populismo peronista⁵ e a instabilidade democrática, alternada com frequentes saídas autoritárias para as crises institucionais. As rupturas na ordem institucional da Argentina, como os golpes de Estado ocorridos em 1955, 1962, 1966 e 1976, somados aos resultados das oscilações políticas com sua crescente polarização e radicalização, ocorriam num quadro ascendente de instabilidade econômica e insegurança social, favorecendo um meio propício para o gradativo aumento do fluxo migratório reverso. Data aproximadamente deste período – final dos anos 1950 – os primeiros “saldos negativos de argentinos” no fluxograma migratório. Paralelo ao agravamento da situação política, econômica e social do país, também se observava o surgimento de um fenômeno imigratório que se tornaria corriqueiro nos anos seguintes: o “êxodo - fuga de cérebros” ou *brain drain*. Este fenômeno adquiriu volume progressivamente ao longo da década de 1960, tornando-se um tema de debates, palestras e conferências, tanto na mídia, quanto em nível acadêmico. Tratava-se de entender o que levava intelectuais, cientistas, profissionais de nível superior e técnicos especializados a deixarem a

⁵ O general Juan D. Perón, quem governou a Argentina de 1945 a 1955, retornando em 1973 para um último breve período até meados de 1974, representava o protótipo do governante populista. Perón lançou mão de um projeto nacionalista de forte apelo popular e, partindo da mística do “Estado forte”, ou seja, um Estado intervencionista, protetor e corporativo, deu impulso ao desenvolvimento industrial autóctone iniciado nas décadas anteriores, instituindo uma política econômica voltada para a criação de um mercado interno, aquilo que se chamou de “política de substituição de importações”.

Argentina em número cada vez maior.⁶ Por essa época, o cientista social Enrique Oteiza havia sintetizado em quatro pontos fundamentais as razões que julgava como causais do êxodo intelectual argentino. Em primeiro lugar, o *diferencial de remuneração*, no qual inclui diferenças de ordem econômica entre um país e outro, e isso engloba tanto a remuneração pessoal quanto a estabilidade do sistema econômico. Em segundo lugar, aquilo que Oteiza denomina de *diferencial de apoio logístico*, ou seja, a diferença no que se refere aos meios para realizar a tarefa profissional, por exemplo, laboratórios, bibliotecas, tecnologia, destacando que a não renovação destes elementos provocava um envelhecimento no campo científico que conduzia irremediavelmente à estagnação. Em terceiro, o *diferencial de reconhecimento profissional*, que trata do prestígio e reconhecimento adquirido pelo trabalho em si e não por função de vícios corporativos, clientelismo, relações políticas ou pessoais. E em último, o *diferencial residual*, que inclui as diferenças na situação política e universitária, o grau de participação no processo de desenvolvimento social, assim como o nível de tolerância política, racial, religiosa, entre outros.⁷

É importante destacar que este fenômeno da “fuga de cérebros” ocorreu concomitantemente com a etapa de maior desenvolvimento acadêmico e científico da República Argentina, situado entre os anos de 1957 até 1966. A Argentina era um celeiro intelectual e profissional, que contava com um sistema público de ensino de alta qualidade e prestígio, desde o primário até a universidade, porém carecia de espaços concretos suficientes para o pleno desenvolvimento das potencialidades dos seus egressos. Mas, se por um lado esse êxodo foi fomentado internamente, por outro também o foi por interesse externo. Internamente operavam questões de privilégios pessoais e que alijavam aqueles que não possuíam uma rede de contatos “importantes”, pessoas-chave nos claustros institucionais e que facilitassem o acesso às instituições públicas ou mesmo instituições privadas. Em poucos anos, o número de argentinos que abandonava o país anualmente já somava alguns milhares.⁸

⁶ Em 1960, os expatriados já somavam uns 4.500 e, em 1963, a cifra se elevava em torno dos 15.000. ZUCCOTTI, Juan C. *La Emigración Argentina Contemporánea (a partir de 1950)*. Buenos Aires: Editorial Plus Ultra, 1987, p. 19. Outra estatística revela que, entre 1962 e 1966, 7,2 % dos médicos e 5,2 % dos engenheiros formados a cada ano, abandonavam o país. GARZÓN-VALDÉZ, Ernesto. *La emigración argentina. Acerca de sus causas ético-políticas*. In: WALDMANN, Peter; GARZÓN-VALDÉZ, Ernesto. (comp.) *El poder militar en la Argentina, 1976-1981*. Buenos Aires: Galerna, 1983, p. 181.

⁷ OTEIZA, Enrique apud ZUCCOTTI, Juan C, op. cit., p. 106.

⁸ Em 1969, só nos EUA, já residiam mais de 75.000 argentinos. Veja ZUCCOTTI, Juan C, op. cit. p.33.

Externamente, o êxodo era indiretamente incentivado por meio de convênios e acordos de pesquisa, como bolsas de estudo oferecidas por governos, fundações ou corporações estrangeiras. Desta forma, enquanto um país do Terceiro Mundo arcava durante anos com onerosos custos da formação de técnicos, cientistas ou especialistas de qualquer área, o Primeiro Mundo usufruía posteriormente dos seus benefícios a um baixíssimo ou inexistente custo.⁹ Cabe apontar que os processos de drenagem intelectual também representam outro aspecto da lógica de exploração do capitalismo na fase imperialista que, oportunamente, obtém vantagens do desenvolvimento desigual do capitalismo nos países periféricos, bem como de suas assimetrias sociais e de sua fragilidade e instabilidade político-institucional.

O destino principal dos emigrantes, nessa fase, eram os Estados Unidos, mas também muitos se deslocaram em direção a países da Europa, como Alemanha, França ou Inglaterra. No decorrer da década de 1960, este tipo de emigração especializada incluiu novos itinerários entre eles, a Venezuela, o México e o Brasil, que se perfilava como um país em franco desenvolvimento aos olhos dos argentinos e que oferecia vantagens e oportunidades em setores estratégicos para fomentar o crescimento e expansão nos mais diversos ramos de atividades (como a produção industrial, setores de ponta tecnológicos, institutos de pesquisa científica, ensino superior e técnico) e áreas do conhecimento (Medicina, Física, Engenharias, Química, Psicologia, dentre outras). Este processo foi observado em particular a partir do sucesso, embora relativo, do programa econômico do governo militar brasileiro instaurado com o Golpe de 1964, o chamado “milagre”.

Todavia, a situação política interna da Argentina agravou-se a partir de junho de 1966, quando uma junta militar derrubou o presidente eleito Illia e entregou o poder ao general Onganía. De início, seu governo (composto por militares e civis tecnocratas) contou com uma rede de apoio vinda de diversas camadas sociais, desde os grupos empresariais e as classes médias até setores sindicalistas. Entretanto, tal base social esfacelou-se rapidamente em virtude das crescentes adversidades econômicas (inflação, recessão, baixos salários e desemprego) que refletiam os desacertos das práticas liberais dos ministros do regime, sem esquecer o acelerado e contundente

⁹ Zuccotti calculava que a formação de um técnico especializado, desde a infância até a Universidade, custava aos cofres públicos em torno de 80.000 dólares, sem contar os estudos de pós-graduação, que poderiam estar por volta dos 40.000 dólares. ZUCCOTTI, Juan C, op. cit., p. 34.

desmantelamento das políticas de bem-estar social remanescentes dos tempos peronistas. Frente a este quadro social e econômico em franco deterioramento não é de estranhar que, além dos professores universitários e intelectuais, outras pessoas (geralmente de setores médios urbanos) com formação técnica ou superior, também buscassem novos horizontes fora da Argentina.¹⁰ Com o passar do tempo começam a migrar também autônomos e trabalhadores sem maior qualificação, evidenciando que a migração atingiu também setores da classe média baixa e da classe trabalhadora. Longe de ser apenas uma resposta individual frente a uma conjuntura política e econômica determinada, a opção pela saída do país adquiriria gradativamente um caráter cada vez mais coletivo e social.

Nos anos seguintes, diante do acosso por movimentos sociais e pela nascente guerrilha,¹¹ os militares tiveram de negociar a transição democrática e aceitar o retorno do peronismo, excluído do cenário político desde 1955, como força política. Em 25 de maio de 1973, as urnas concederam a vitória a Héctor Cámpora, secretário de Perón e ligado à ala esquerda (jovem) do movimento peronista. No entanto, o peronismo progressista teve vida efêmera no poder. Politicamente, o interregno democrático de 1973-1976 foi marcado pelas disputas internas do peronismo e pela ascensão dos setores de extrema-direita ao poder, especialmente após a morte de Perón e a assunção de sua esposa, Maria Estela Martínez de Perón. No campo econômico, isso significou o fim do projeto de uma economia que priorizava a industrialização e o desenvolvimento interno, e estava assentada no intervencionismo estatal. Além disso, durante o período, a violência política aumentou, parte pela evolução da guerrilha, mas principalmente pela ação da

¹⁰ No tocante à questão migratória, pode-se dizer que o governo Onganía foi responsável por aprofundar e acelerar o processo do *brain drain*, especialmente devido a sua política repressiva sobre setores da Universidade, entendida como “reduto subversivo”, o que acabou enviando para o exílio um substrato humano altamente qualificado, ao expulsar 1.378 professores e pesquisadores das universidades e centros de pesquisa estatal, dos quais 301 emigraram. Ver: PIGNA, Felipe; SEOANE, Maria. *La noche de los bastones largos: a 40 años del saqueo de la ciencia en la Argentina*. Buenos Aires, Fundación Octubre, 2006, p. 63-65; RIZ, Liliana de. *La Política en Suspense 1966/1976*. Buenos Aires: Paidós, 2000, p. 51.

¹¹ Entre as décadas de 1960 e 1970 surgiram diversos grupos armados de esquerda na Argentina. A partir das diversas linhas do marxismo surgiram correntes revolucionárias que foram se constituindo em organizações guerrilheiras, sendo a principal do *Partido Revolucionario de los Trabajadores* (PRT), originalmente de linha trotskista, da qual nasceu o *Ejército Revolucionario del Pueblo* (ERP) que se tornaria posteriormente a mais importante organização armada marxista guevarista. Da esquerda peronista emergiram “formações especiais” desde a queda de Perón, mas, a mais importante delas, *Montoneros*, surgiria em 1970, englobando os outros grupos menores e se tornando uma poderosa organização cujo objetivo consistia no retorno de Perón ao poder, para assim poder dar continuidade ao processo revolucionário que construiria o “socialismo nacional”.

repressão paraestatal ilegal, como a Tríplice A,¹² o que instalou um permanente clima de terror e insegurança em uma república formalmente democrática e teoricamente regida sob o império das leis.

Frente a esta profunda crise de valores e direitos da sociedade organizada, a tendência dos argentinos a emigrar, que havia arrefecido a partir das expectativas geradas com a volta da democracia em 1973, retornou à ordem do dia. Remonta também a este período o início do fenômeno do *exílio político*, que se expandiria sobremaneira ao longo dos anos seguintes. Neste momento ela ainda era pontual, ou seja, um evento geralmente circunscrito a alguns indivíduos cuja atuação ou notoriedade os tornava potenciais alvos. Alguns partiram em virtude de perseguições e ameaças concretas à própria vida ou da família, mas outros, sentindo-se simplesmente atemorizados, deixaram o país de forma preventiva. Além do que, em meados de 1975, a Argentina já se encontrava à beira do colapso político e em vertiginosa crise social e econômica, sob os efeitos de um novo “pacote econômico” liberal que implicou em desvalorização da moeda nacional, causando intenso mal-estar e revolta na população, especialmente nas camadas subalternas e na classe média.¹³

Com isso, os fatores de expulsão da Argentina se potencializaram mais ainda: por um lado, a ação do medo instaurado de forma generalizada na sociedade, por causa do terrorismo exercido desde o Estado, mas também pela escalada da violência guerrilheira. Em outubro de 1975, leis anti-subversivas deram plenos poderes às Forças Armadas para combater a guerrilha, o que legitimava o aparato e a metodologia contra-insurgente, outorgando carta branca aos militares para “[...] aniquilar el accionar de los elementos subversivos en todo el país”¹⁴ e, assim, eliminar os grupos armados de esquerda.

Em meio ao caos institucional, a grande mídia contribuía para desprestigiar o governo e as instituições políticas em geral e, concomitantemente, construía por oposição uma imagem positiva das Forças Armadas, na qual os militares eram apresentados como os únicos capazes de salvaguardar a nação da crise, da subversão e da corrupção. No início de

¹² A *Alianza Anticomunista Argentina* (AAA), ou Tríplice A, era uma organização de repressão clandestina acobertada pela estrutura do ministério de Bem Estar Social. Comandada por Lopez Rega, ex-cabo da polícia convertido em ministro, era formada basicamente por uma centena de militares e policiais aposentados ou desligados por irregularidades no serviço. Ver: SAENZ QUESADA, Maria. *Isabel Perón: La Argentina en los años de María Estela Martínez*. Buenos Aires: Planeta, 2003, p. 273.

¹³ SAENZ QUESADA, Maria, op. cit., p. 298, 301.

¹⁴ Documento secreto N ° 2772 – 6/10/1975, citado em: DUHALDE, Eduardo, op. cit., p. 66-67.

1976 a situação geral na Argentina era desesperadora. O colapso político e econômico se traduziu em um substancial aumento do fluxo imigratório em direção ao exterior. Neste cenário, milhares de pessoas encontravam nos aeroportos e rodoviárias a única saída plausível frente à crise do país. Na madrugada do dia 24 de março de 1976, uma junta militar encabeçada pelos chefes das Forças Armadas, o general Videla, o almirante Massera e o brigadeiro Agosti, depôs a viúva de Perón. Iniciava-se aqui um dos períodos mais obscuros da história recente da Argentina, um período marcado, por um lado, pela violência absoluta do Estado, que instalou um plano sistemático de extermínio de uma parcela da população e cujo símbolo mais contundente é a figura do *desaparecido*. Segundo Jensen¹⁵, esta visão totalizante do terror repressivo Estatal desatou uma maciça corrente imigratória de caráter essencialmente político, cujo auge ocorreu de 1976 a 1979 e permaneceu ativa durante o início da década seguinte, diferenciando-se dos exílios ocorridos entre 1973 e 1975, mais pontuais. A partir dos anos 1980 os efeitos da repressão política se mesclaram às consequências econômicas e sociais da implantação do plano econômico neoliberal dos setores empresariais do regime, os quais foram responsáveis pelo desmonte da base econômica e pelo caos social do país. Desta forma, o fenômeno do exílio foi perdendo lentamente seu caráter de cunho político e historicamente descontínuo, para transformar-se em um processo imigratório amplo, profundo e estrutural.

Porque o Brasil: Os Fatores de Atração

Para aqueles argentinos que vieram ao Brasil desde meados da década de 1960 até inícios dos anos 1980, com a intenção de se estabelecer aqui, a decisão pelo Brasil como destino estava pautada, pelo menos em um destes principais *fatores de atração*¹⁶ que trataremos a seguir. Embora cada um destes fatores pudesse ser encontrado avulso, pode dizer-se também que todos eles podiam ser interdependentes e complementares. 1) No *Fator “Emprego”*, a vinda (e o assentamento) decorreria em função de um contrato formal, convite ou mesmo promessa de trabalho, os quais ainda facilitavam a obtenção da documentação de residência (no mínimo temporária) outorgada pelas autoridades brasileiras, indispensável para o

¹⁵ JENSEN, Silvina. “Política y cultura del exilio argentino en Cataluña” In: YANKELEVICH, Pablo (comp.). *Represión y destierro: Itinerários del exilio argentino*. La Plata: Ediciones Al Margen, 2004, p. 120-121.

¹⁶ Tradução do conceito *pull factor*, de SHEFFER, Gabriel. *Diaspora Politics: at home abroad*. New York: Cambridge University Press, 2006, p. 51.

desenvolvimento de quaisquer atividades no país. 2) O *Fator “Contatos”*: a questão do trabalho combinava-se, em muitos casos, com a preexistência de redes pessoais geradoras de condições favoráveis para o assentamento e era mediante as redes que as pessoas eram convidadas. Mas não somente isso, essas mesmas redes lhes conferiam apoio e suporte (material e imaterial) aos que emigravam. A influência dessas redes sobre o emigrado podia, inclusive, atuar reforçando a decisão da pessoa pela partida e mesmo definindo a escolha pelo local da possível futura residência. 3) O *Fator “Milagre Econômico”*. A atração pelo Brasil também se devia a uma percepção positiva presente no imaginário coletivo dos argentinos que viam o Brasil como uma potência regional em desenvolvimento, um país com riquezas a ser “exploradas” e que oferecia inúmeras possibilidades de expansão nas mais diversas áreas e; 4) O *Fator Geográfico*. A proximidade física entre os dois países possibilitaria maior fluidez nos contatos interpessoais, políticos e culturais; assim também como facilitaria a possibilidade de ir e vir ao seu país, caso fosse possível.

Ou seja, cada um desses fatores funcionou como elemento de atração em direção ao Brasil para os argentinos e a sua incidência foi diferenciada de acordo com as especificidades de cada grupo, mas, também, das singularidades de cada caso. Evidentemente que os fatores “Emprego” e “milagre econômico” foram essenciais para a dinâmica da imigração seletiva, no período anterior ao Golpe de 1976, quando houve um predomínio deste tipo de emigração. Mesmo durante o auge do exílio político argentino (1976-1979) o fator “Emprego”, geralmente inter-relacionado ao fator “Contatos”, continuou sendo importante para muitos emigrados políticos na hora de decidir um destino. Anos mais tarde, ainda vamos perceber residualmente a sobrevivência do fator “Milagre” nos emigrados econômicos, mesmo que de forma extemporânea, descontextualizada e defasada da realidade econômica e social do Brasil da década de 1980.

Perfil dos Emigrados Argentinos¹⁷

Ao longo da década de 1960, até aproximadamente meados da de 1970, vieram da Argentina ao Brasil cientistas, professores e técnicos especializados. O Brasil lhes oferecia oportunidades de crescimento na carreira e variedade de ofertas de emprego. A tudo isso se somava considerável vantagem salarial em comparação aos magros rendimentos

¹⁷ Para a pesquisa entrevistamos 29 pessoas, de nacionalidade argentina, que residiram no Brasil no período analisado.

obtidos na Argentina. Por outra parte, o breve intervalo democrático vivido na Argentina, entre 1973 e 1976, revelou-se insuficiente para promover a recuperação do quadro político, econômico e social do país, e incapaz de diminuir o fluxo emigratório de especialistas. Assim, a imigração seletiva representou uma parcela significativa dos argentinos que se instalaram no Brasil até 1976. Embora ressaltemos que sua motivação era essencialmente profissional e econômica, entretanto, isso não significa descartar a presença, entre eles, de emigrados por motivação política ou por uma combinação multifatorial.

Entre os emigrados de 1976 a 1979, o perfil sócio-econômico e educativo-profissional dos argentinos se manteve similar ao do período anterior. Contudo, a diferença principal em relação ao período anterior consistia em que havia surgido a *questão política*, como uma das motivações prioritárias para deixar o país. Embora alguns emigrados ainda apresentassem concomitantemente razões de índole econômica, profissional ou pessoal, muitas vezes estas podiam ser apenas justificativas (conscientes ou não) para mascarar a principal razão da saída: o medo de serem atingidos pela perseguição política levada a cabo pelo Estado argentino.

De acordo com nossa pesquisa, dentre as vinte e cinco pessoas entrevistadas que emigraram no exato período compreendido entre 1974 e 1983, dezenove pessoas alegaram “temor” como uma das motivações para emigrar, mesmo que este seja percebido em graus diferentes dentro de uma escala hierárquica das motivações, conforme vemos na Tabela 1. Obviamente, que o temor era a principal motivação entre os exilados políticos, mas o que nos impacta é que esse “temor” está presente também em diversos outros casos que tecnicamente qualificamos dentro do amplo espectro da migração econômica. Seria errôneo afirmar que todos os que emigraram durante o período são perseguidos políticos, mas os depoimentos nos mostram que a questão da violência política e a percepção subjetiva do perigo tiveram, mesmo entre os imigrantes, um peso inegável na decisão de partir naquele período em particular. De qualquer forma, em muitos dos casos aqui analisados, os limites sobre a incidência e sobreposição destes fatores de expulsão permanecem tênues ou confusos. Em um contexto crítico como era vivido na Argentina ditatorial, onde a violenta repressão se combinava com o isolamento social, o embrutecimento intelectual e a destruição da economia interna, a saída para o exterior apresentava-se, para muitos de mentalidade democrática, por exemplo, como a única saída plausível para garantir uma sobrevivência minimamente digna.

TABELA 1 – Causas da emigração dos entrevistados de acordo com o recorte temporal.

Principal motivação para emigração	Total de entrevistados	Período			Alegaram temor durante o período de 1974 a 1983	Militantes ou simpatizantes políticos de esquerda
		até março de 1976	de março de 1976 até dezembro 1983	a partir de dezembro 1983		
Ascensão profissional e contratação (imigração seletiva)	07	05	01	01	03	02
Questão econômica (exílio econômico)	06*	03	02	03	05	02**
Perseguição política (exílio político)	09	-	09	-	09	08***
Questões diversas (índole pessoal, familiar, etc.)	07	-	05	01	02	01

* Aqui se enquadram ainda dois entrevistados constantes das categorias imigração seletiva e exílio político que retornaram pelo menos uma vez a Argentina após Dezembro de 1983 e voltaram depois ao Brasil como imigrantes econômicos.

** Um possuía militância sindical.

*** Dos oito, seis indivíduos possuía militância em organizações declaradas ilegais pela ditadura civil-militar de 1976-1983, o restante não possuía mais militância ativa.

Já a transformação e ampliação do processo migratório, ao longo da década de 1980, implicou em uma queda do padrão sócio-cultural e o nível de escolaridade apresentado nos anos anteriores, e estes decresciam na proporção em que aumentava o número de imigrantes. Todavia, isto não quer dizer que após a década de 1980 não verifiquemos a chegada de pessoas com nível superior ou formação especializada. O que ocorrera era que, além da questão política, os desacertos da ditadura argentina em matéria social e econômica também implicaram em um aumento considerável do número de pessoas decididas a abandonar o país. Portanto, os fatores de expulsão ampliaram sua margem social, passando a atingir também as classes subalternas.

TABELA 2 – Atuação profissional dos entrevistados na Argentina e no Brasil.

Área de atuação profissional	Número de indivíduos atuantes na Argentina*	Número de indivíduos atuantes no Brasil**
(A) Setor Público		
Administração	03	-
Docência 1º ou 2º grau	02	-
Docência 3º grau	04	04
Segurança Pública	01	-
Sub-total (A)	10	04
(B) Setor Privado		
Assalariados do comércio e da indústria	07	03
Empresários e autônomos	03	11
Profissionais liberais e de nível superior	06	06
Docência 3º grau	-	01
Sub-total (B)	14	21
Total geral (A + B)	24	25

*Foram excluídos cinco do total de 29 entrevistados que não tiveram, em função da pouca idade, atuação profissional na origem.

** Da mesma forma foram excluídos do total quatro entrevistados que não residiam no Brasil no momento da entrevista.

Em contrapartida, as entrevistas registram que houve certa ascensão social no Brasil. Nota-se, na Tabela 2, um aumento considerável do número de empresários e autônomos frente ao decréscimo do número de assalariados. Isso nos permite duas leituras diferentes. Por um lado, no período inicial da imigração, a situação irregular de boa parte dos emigrados acarretava, por conseguinte, que as pessoas não pudessem ter acesso a empregos regulares, revalidar diplomas ou prestar concursos públicos. Isso levou muitos a desenvolver atividades no setor terciário. Por outro, o desenvolvimento dessas atividades de comércio e serviços, ao longo do tempo, permitiu que essas pessoas, de um modo geral, tivessem um aumento do nível de vida em relação ao que tinham na Argentina.

Estranho Lugar para o Exílio

Apesar de o Brasil estar sob um regime ditatorial, o país também se configurou como opção para o exílio. Em um primeiro momento, provavelmente em função da proximidade e facilidade de acesso. Mas um importante ponto era que, dentre as opções disponíveis nos países limítrofes da Argentina, a ditadura brasileira parecia ser a menos assustadora, seja pela “distensão lenta e gradual” promovida a partir do governo Geisel, em 1975, ou pela permanência, mesmo que discutível, de certas instituições

democráticas. Por outra parte, a dimensão continental do Brasil podia também transmitir aos exilados a sensação de que dificilmente seriam localizados, caso perseguidos.¹⁸ A isso podemos acrescentar também que os exilados imaginavam que no Brasil existia certa desorganização e pouco controle por parte do Estado. Esse foi o pensamento que norteou um de nossos entrevistados:

Nosotros veíamos aquí como un lugar más blando, donde la falta de control interno facilitaba que las personas se perdieran. Por suerte, la computación estaba en pañales y entonces el registro de las personas era muy aleatorio.¹⁹

Mas a realidade era que o regime brasileiro distava de ser brando e exercia controle e vigilância sobre os estrangeiros. Deste modo, para concretizar o objetivo de se estabelecer aqui, era imprescindível ter cautela e discrição, ainda mais se levando em conta o fato do Brasil estar sob o comando dos militares, uma preocupação constante dos exilados por questões políticas. Não havia garantias de segurança e sabia-se, mesmo que vagamente em alguns casos, da colaboração entre as ditaduras e seus serviços de inteligência e repressão.

Durante o período 1976-1983, o exílio político argentino também se mesclou com o fenômeno do *brain drain*. O governo militar argentino, para excluir os indesejáveis e coibir-lhes a possibilidade de sobrevivência, publicou listas de “elementos subversivos” e colocou em ação as leis de *Prescindibilidad* e a de *Cesantias* que foram aplicadas ao serviço público, mas que na prática se estendiam também ao setor privado.²⁰ Nas instituições de pesquisa federais mais de 600 cientistas, professores e pesquisadores foram demitidos dos cargos.²¹ Enquanto isso, em diversos organismos públicos ocorriam demissões em massa devido à negativa de reajuste salarial por parte do governo militar, apesar da inflação atingir patamares de 150%

¹⁸ QUADRAT, Samantha, V. “Exiliados Argentinos en Brasil: una situación delicada”. In: YANKELEVICH, Pablo. JENSEN, Silvina. *Exílios. Destinos y experiencias bajo la dictadura militar*. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2007, p. 70.

¹⁹ Entrevista com B. M. realizada em Porto Alegre - 13/07/2007.

²⁰ JENSEN, Silvina, op. cit., p. 122

²¹ *Clamor*, Julho de 1978, p. 9-10. APOF – Acervo da Luta contra Ditadura - Porto Alegre

no ano de 1977.²² Nessa deliberada política de sucateamento das instituições do Estado foram atingidos institutos de renome, como a *Comisión Nacional de Energia Atomica* (CNEA), a petrolífera *Yacimientos Petrolíferos Fiscales* (YPF) ou o sistema ferroviário. A CNEA foi especialmente afetada chamando a atenção da comunidade científica internacional. Diversos cientistas foram expulsos, sendo nove desaparecidos, três dos quais ainda não se sabia o paradeiro em 1978.²³ Muitos deles vieram em direção ao Brasil, onde existia uma real demanda para pessoas com alta qualificação profissional e intelectual. Claro que esta “fuga de cérebros”, com conotações políticas, para o Brasil não passou despercebida pelas autoridades brasileiras. Assim, no pedido de busca N° 206/76, do DOPS/RS, se recomendava a verificação junto às universidades sobre os professores estrangeiros admitidos,

[...] DADOS CONHECIDOS:

Estariam entrando no Brasil, pelo Uruguai, uruguaios e argentinos, subversivos ou foragidos que estariam sendo empregados em faculdades particulares. Consta que professores brasileiros estariam sendo preteridos pelos estrangeiros.

DADOS SOLICITADOS:

A - Verificar junto às universidades, professores estrangeiros que lecionam nas mesmas. B - Outros dados julgados úteis.²⁴

Para os militares, esses professores estrangeiros representavam uma dupla ameaça: ideológica e ao mercado interno. Por um lado, significava a “infiltração subversiva internacional” nas universidades brasileiras. Por outro, que esses professores estrangeiros ocupariam o espaço de profissionais brasileiros, refletindo um viés nacionalista e protecionista de setores do governo. Esse protecionismo também se refletiria, posteriormente, no endurecimento da Lei de Estrangeiros de 1980. Entretanto, apesar da dura

²²COMISION ARGENTINA DE SOLIDARIEDAD (CAS) *Additional Information on the situation of Argentine scientists and university professors*. Report Supplement I, December 1977, p. 1. <http://foia.state.gov/SearchColls/CollsSearch.asp> Acessado em 16/11/2009.

²³ *Clamor*, Julho de 1978, p. 9-10. APOF – Acervo da Luta contra Ditadura - Porto Alegre

²⁴ DOPS/RS: PB 206/76/DBCI/DOPS/RS- SOPS/LV-1.2.1448.16.6 – Acervo da Luta contra Ditadura / Porto Alegre

posição do governo frente a esses exilados em particular, coexistiam também outras posturas contrárias, não somente no âmbito acadêmico ou científico, mas também entre grupos militares no governo. Pois, apesar do “risco ideológico” que poderia oferecer a contratação destes professores, algumas universidades e empresas aceitaram este desafio desde que estes indivíduos se submetessem a uma série de condições. Assim, para estes setores pragmáticos, o perfil profissional da pessoa deveria ser sobreposto ao perfil ideológico, que seria neutralizado. Como exemplo, apresentamos o caso de Andréa a qual nos relatou a complexa negociação para poder aceder ao cargo de pesquisadora e professora universitária que lhe fora oferecido no Brasil,

Y ahí en la Universidad yo hable con el director y le dije:- Bueno, yo te voy a ser sincera, yo milité en un grupo armado y (...) ni preguntes para mi orientador, porque me “detonó” dos trabajos, uno en Chile y (...) en Estados Unidos(...) mandó a decir que yo andaba asaltando cuarteles! (...) El me dijo así: - Mirá,(...) si vos vas a “vestir la camiseta” del Instituto y no te metés en política, la Universidad te consigue visto!- Que le vás a decir? Imagínate! -Tenga seguridad que yo voy a trabajar todo el tiempo (...) y no me voy a meter con política!-²⁵

Após passar meses desempregada na Argentina (e com seu nome nas listas negras), Andréia havia sido convidada como professora visitante para dar um curso especial numa universidade gaúcha. Essa foi a sua porta de entrada para o Brasil. A entrevistada fez questão de ressaltar o respaldo recebido da Universidade desde o início. Contudo, Andréa teve de cortar abruptamente sua íntima relação com a militância. Vale dizer que se desfez de uma importante parte integrante do seu “eu”, o que certamente se constituiu numa fratura de identidade, muito bem simbolizada na própria entrevista, cujo eixo principal havia girado em torno da política. Mas desse momento em diante, a entrevistada discorreu sobre assuntos profissionais, e mesmo quando inquirida a respeito de algum tema ligado à política argentina, a resposta transitava invariavelmente entre o esquecimento ou a

²⁵ Entrevista com A. T. realizada em Porto Alegre - 01/04/2008.

imprecisão. Neste sentido, recuperar a legitimidade do seu objetivo de vida implicava literalmente em mudar de vida.²⁶

Como Permanecer no Brasil: a residência

A então vigente legislação brasileira referente aos estrangeiros, o denominado Estatuto dos Estrangeiros, promulgado em 1969, era herdeiro direto do arbitrário Ato Institucional N°5. Como tal, a lei de estrangeiros estava pautada pelos delineamentos ideológicos da DSN. Isso quer dizer que a referida lei possuía, em primeiro lugar, um perfil de “defesa” do conjunto de “valores nacionais”, como reza o seu Artigo 1°: “Em sua aplicação ter-se-á em vista preservar a segurança nacional, a composição étnica do Brasil, sua organização institucional, e seus interesses políticos, sócio-econômicos e culturais.”²⁷

Isso equivale a dizer que a legislação em questão tinha um perfil ideológico bem definido, claramente inspirado pelo anticomunismo dominante na época do regime militar. A lei de estrangeiros era de raiz nacionalista, prenhe de xenofobia e resquícios de racismo; ela era uma legislação concebida para restringir a imigração e não para promovê-la. Entretanto, o Estatuto era simultaneamente pragmático, seletivo e elitista, pois se privilegiavam imigrantes que possuíam capital para investir no país ou então aqueles que, devido a uma formação profissional ou acadêmica específica, eram de áreas de interesse estratégico para o Brasil. Ao mesmo tempo, o Estatuto do Estrangeiro também afirmava o protecionismo do mercado de trabalho, já que restringia as possibilidades de imigração daqueles outros trabalhadores que não possuíam uma qualificação específica ou uma atividade que fosse considerada prioritária para os “interesses nacionais”.

Ou seja, os candidatos a imigrantes também eram selecionados pelas autoridades de acordo com o ofício ou profissão. Assim, aqueles que se enquadrassem no perfil ideológico e laboral pretendido teriam chances de ter concedido o visto permanente. Mas, antes disso, deveriam apresentar uma série de atestados e documentos que deviam ser obtidos no país de origem e

²⁶ DEL OLMO PINTADO, Margarita. El exilio después del exilio. In: *Exilios*. Historia reciente de Argentina y Uruguay. Revista de Ciencias Sociales América Latina Hoy. Volumen 34, Salamanca: Universidad de Salamanca, Agosto de 2003, p. 40.

²⁷ Estatuto do Estrangeiro. Decreto N° 66.689, de 11 de Junho de 1970 <http://www6.senado.gov.br/sicon/ListaReferencias.action?codigoBase=2&codigoDocumento=197119>
- Acessado em 16 de outubro de 2008.

validados perante a jurisdição consular brasileira onde o requerente tenha mantido residência. A própria autoridade consular expediria o visto.²⁸

Os nossos entrevistados relataram experiências assimétricas no que refere à questão da obtenção da residência. Por estranho que possa parecer, a questão política, na prática não foi determinante para impedir a regularização e a permanência. Nesse sentido, o governo brasileiro foi notavelmente pragmático, como vimos na questão da fuga dos cérebros. As condições eram desiguais. Para alguns mais privilegiados, os que geralmente vinham com contratos laborais prévios, não parece ter sido tão complicado a obtenção da documentação. Mas a maioria dos entrevistados nos relatou inúmeras dificuldades em comum enfrentadas antes de poder conseguir a famosa “modelo 19”, a carteira de identidade permanente para estrangeiros concedida pela Polícia Federal. Para Ernesto, por exemplo, não foi tão difícil obter a desejada permanência no país:

No, porque la empresa era de interés nacional. Si, porque lo que iba a hacer era importante, tenia fuerza. Me llevaron los documentos míos, encaminaron ellos, después terminé los trámites en el Consulado brasileiro de Argentina (...).²⁹

Mas, com Elsa e sua família ocorreu exatamente o inverso. Apesar de contarem com título superior, Elsa e seu marido, frustrados, descobriram que não estavam à altura dos “interesses estratégicos” do governo brasileiro:

Teníamos que conseguir la visa, entonces (...) no nos daban la visa porque como ya te dije, había una lista de ocupaciones en la Policía, porque en Brasil se necesitaban de profesionales, pero era una lista de los que eran

²⁸ As exigências para os imigrantes permanentes ou temporários eram praticamente iguais: “Art. 18. O visto temporário será concedido ao estrangeiro que pretenda vir ao Brasil: [...] V - Como técnico, professor, ou profissional de outra categoria, sob regime de contrato ou a serviço do Governo brasileiro. Art. 20. Para obter visto temporário o estrangeiro deverá apresentar: [...] V - Atestado de antecedentes penais ou documento equivalente, a critério da autoridade consular. § 1º Para obtenção desse visto, os estrangeiros referidos nos itens III e V do artigo 18, deverão apresentar cópia do contrato visado pelo Departamento de Justiça do Ministério da Justiça, salvo no caso de prestação de serviço ao Governo brasileiro.” Decreto Nº 66.689, de 11 de Junho de 1970 <http://www6.senado.gov.br/sicon/ListaReferencias.action?codigoBase=2&codigoDocumento=197119> - Acessado em 16 de outubro de 2008.

²⁹ Entrevista com E. T. realizada em Porto Alegre – 05/08/2008.

“necesarios”. Los que no eran “necesarios”... bueno, les costaba mucho conseguir esa visa.³⁰

A lei também estipulava a detenção e a expulsão sumária de todos aqueles em situação irregular. No seu Artigo 1º consta que “[...] é, também, passível de expulsão o estrangeiro que: I - praticar fraude, a fim de obter a sua entrada ou permanência no Brasil.”³¹

Em abril de 1978, auge da repressão militar na Argentina, o sensível aumento do fluxo de “turistas” pelas fronteiras brasileiras levou o governo a apertar o cerco sobre os imigrantes e refugiados. Brasília passou a exigir do Serviço de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteira da Polícia Federal (SPMAF/PF) a estrita aplicação da legislação em curso para desmascarar falsos turistas. Reafirmando o discurso oficial, o jornal Zero Hora nos dava sua visão:

O disciplinamento da vinda de turistas estrangeiros tem por objetivo coibir os abusos que tem se observado, quase que diariamente, e para evitar o aumento do grande contingente de estrangeiros que viajam para o Brasil em busca de emprego e permanência definitiva, sem a mão-de-obra qualificada para aqui permanecer (...) são normas de soberania interna do Brasil.³²

Havia um movimento contínuo de vaivém para o Brasil: os irregulares viajavam até a fronteira a cada 90 dias para entrar e sair do país. Essa foi a estratégia encontrada por diversos de nossos entrevistados, um processo complexo, arriscado e custoso em termos emocionais e materiais. O risco consistia em ser barrado na volta e ter o retorno impedido, além de ser colocado em uma lista negra. Para os perseguidos por questões políticas, o risco e o temor eram maiores, pois havia o perigo de ser detidos pelas autoridades brasileiras e ser repatriados e entregues às autoridades do seu

³⁰ Entrevista com E. G. realizada em Mendoza, Argentina - 25/09/2007.

³¹ Idem.

³² *Zero Hora*, 19/04/1978, p. 37. Acervo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa - Porto Alegre.

país. Gabriel, exilado político, nos contou desta forma sua experiência nestas tensas travessias:

A cada tres meses había que viajar a la frontera. La primera vez, el primer viaje en el caso mío, crucé al Uruguay. La segunda me atreví a ir a la Argentina y me dio temor. (...) hubo una que entre por San Javier, Misiones, fui con toda la familia. La tercera creo que también. Otra fue a Paso de Los Libres, y otra fue a São Borja y ahí me sentí inseguro. No, me dije, voy a cruzar al Paraguay. El resto los hice allá. No quise nunca más ir a Argentina. Y, yo vivía con miedo.³³

Como se observa, na tentativa de minimizar riscos, procurava-se rotas, pontos onde presumivelmente a vigilância de fronteira fosse menos rigorosa, até porque geralmente se expunha a família completa. Cada viagem era uma incógnita e, dependendo de cada caso, acompanhada por uma terrível sensação de medo e insegurança. As exigências de cunho burocrático do governo brasileiro acabavam sendo especialmente restritivas para aqueles que tivessem problemas políticos no país de origem, que se viam, normalmente, impossibilitados de retornar para fazer toda essa tramitação. Alguns permaneceram in-documentados e ilegais por anos. Uma situação vivida por Jose desde 1979. Ele nos disse que “*na realidade, eu estive muitos anos sem documentos aqui... Era muito difícil conseguir visto de permanência.*”³⁴ Sua regularização foi possível apenas em 1996, quando nasceu seu filho brasileiro.

Mesmo regularizados, os argentinos permaneceriam sob estrita vigilância e controle e teriam de manter-se à margem de qualquer atividade que pudesse implicar no seu enquadramento na violação do Estatuto do Estrangeiro, o que, dado sua abrangência, imprecisão e subjetividade, não seria muito difícil. Assim, seria também expulso o estrangeiro que “atentar contra a segurança nacional, a ordem política ou social, a tranquilidade e moralidade públicas e a economia popular, ou cujo procedimento o torne nocivo ou perigoso à conveniência ou aos interesses nacionais.”³⁵ O governo

³³ Entrevista telefônica com Gabriel Martinez Agüero, desde La Rioja - 22/11/2010.

³⁴ Entrevista com J. V. realizada em Porto Alegre - 20/06/2007.

³⁵ Decreto-Lei Nº 417, de 10 de Janeiro de 1969 - Dispõe sobre a expulsão de estrangeiros. Art. 1º - <http://www6.senado.gov.br/sicon/ListaReferencias.action?codigoBase=2&codigoDocumento=194794> Acessado em 16 de outubro de 2008.

brasileiro dava a entender ao imigrante que a obtenção da residência era uma concessão, quase uma dádiva, sujeita ao estrito cumprimento de regras e normativas de cunho essencialmente político:

(...) y me hicieron firmar un documento en la Policía Federal brasileira que no podía actuar en política; la radicación tenía una serie de exigencias, una era no actuar en política, no esto, no aquello... Estaba supeditada la permanencia a eso, te podían quitar la residencia.³⁶

Evidenciava-se aqui a preocupação do governo em coibir a entrada e o estabelecimento de colônias de supostos “subversivos” estrangeiros, especialmente aqueles vindos dos países vizinhos. Em tempos onde imperava o discurso do “Brasil, ame-o ou deixe-o” talvez se partisse, por analogia, do princípio que todo estrangeiro que tencionasse abandonar o seu país era já “suspeito” de relacionar-se com atividades consideradas anti-nacionais e, portanto, “subversivas”.

O Novo Estatuto: O AI-5 dos Estrangeiros

Em 1980, a situação dos milhares de estrangeiros ilegais³⁷ ficaria ainda mais difícil com a promulgação de um novo Estatuto do Estrangeiro que, apesar do contexto de Anistia vivido no Brasil, prometia ser mais rígido e excludente do que seu antecessor. Como sempre, invocava-se, acima de tudo, a defesa dos “interesses nacionais” e do “trabalhador brasileiro”, ameaçado, segundo o governo, pela “crescente mão-de-obra alienígena” e não pela recessão e arrocho que se abatera sobre a classe trabalhadora no contexto pós-milagre. A nova legislação definia bem qual o único tipo de imigrante que seria bem-vindo ao Brasil. Um perfil exigente ao qual apenas uma minoria de imigrantes poderia fazer jus:

Art. 16. O visto permanente poderá ser concedido ao estrangeiro que pretenda se fixar definitivamente no Brasil.
Parágrafo único. A imigração objetivará, primordialmente,

³⁶ Entrevista com E. T. realizada em Porto Alegre – 05/08/2008.

³⁷ De acordo com estimações feitas pelas organizações de direito humanos, viviam no Brasil aproximadamente 400.000 latino-americanos ilegais e dentre os quais haveria 100.000 argentinos. Zero Hora, 04/8/80 p. 20 - Museu de Comunicação Social Hypólito José da Costa - Porto Alegre.

propiciar mão-de-obra especializada aos vários setores da economia nacional, visando ao aumento da produtividade, à assimilação de tecnologia e à captação de recursos para setores específicos.³⁸

De fato, a nova lei dos estrangeiros confluiria no sentido de fechar as portas do país, instituindo prerrogativas legais tanto para bloquear a entrada de novos imigrantes e refugiados, quanto para colocar impecilhos à legalização dos irregulares e promover, de forma mais objetiva, a expulsão de todos os imigrantes estrangeiros considerados “indesejáveis” pelo governo brasileiro. O projeto de lei recebeu pesadas críticas de diversos grupos da sociedade civil, de setores da Igreja, de partidos e lideranças políticas progressistas, de organismos de direitos humanos nacionais e internacionais. De um modo geral, os grupos progressistas e lideranças oposicionistas consideravam o novo estatuto um instrumento para “legalizar sequestros” dos refugiados do Cone Sul no Brasil, por oficializar as ações conjuntas das máquinas repressivas do Cone Sul, conforme declarado pelo deputado Antenor Ferrari, então presidente da Comissão Permanente de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.³⁹

Para o Comitê Brasileiro de Solidariedade com os Povos da América Latina, organização plural que albergava vários grupos de esquerda e que possuía íntimas ligações com a comunidade de refugiados do Cone Sul no Brasil, o projeto era o “AI-5 dos estrangeiros” que não somente violava tratados internacionais dos quais o Brasil era signatário, mas também aviltava uma tradição de acolhida aos estrangeiros, imigrantes e asilados.⁴⁰ A justificativa dada pelo governo, de defesa do mercado de trabalho interno, era questionada com argumentos veementes:

A preocupação em si é justa, mas é também falsamente aplicada: exatamente por estarem no país em situação irregular, os estrangeiros mais visados pelo projeto não podem conseguir empregos a não ser em condições de semi-

³⁸ Lei N° 6.815, de 19 de Agosto de 1980. <http://www6.senado.gov.br/sicon/> Acessado em 16 de outubro de 2008.

³⁹ Jornal *Zero Hora*, 04/8/80 p. 20 - Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa - Porto Alegre.

⁴⁰ DEOPS/SP: Panfleto do Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina, junho de 1980. Dossiês – Op. 0826 – Estrangeiros. Dossiês DEOPS - Arquivo Público do Estado de São Paulo – São Paulo.

escravidão ou, então, vegetar no subemprego. Não são, pois, concorrentes com os trabalhadores brasileiros, cujos problemas não advêm - como já o sabemos – da presença de estrangeiros, mas, sim da própria atuação do Governo capaz de fazer o monstrengo ora em tramitação no Congresso.⁴¹

Segundo a suspeita de alguns setores da oposição, o projeto da lei estava de algum modo ligado à visita do presidente Figueiredo à Argentina, em março de 1980. Essa percepção da existência de um “complô” contra os refugiados se viu reforçada quando a promulgação do Novo Estatuto dos Estrangeiros coincidiu com a visita do ditador argentino general Jorge Videla ao Brasil. Portanto, o binômio Novo Estatuto - Videla confluiu para instaurar o pânico entre milhares de argentinos que residiam irregularmente no Brasil.

Uma entrevistada recordou especialmente esses tempos amargos. Por essa época, Mariana, quase recém-chegada ao Brasil, passou por momentos críticos. Pelo novo regulamento, filho ou cônjuge brasileiro não seriam mais impedimento para a expulsão de um estrangeiro ilegal. A mudança na lei a pegara de surpresa, o seu casamento já não era mais garantia para poder residir no Brasil. O seu depoimento recria o clima de muita ansiedade e estresse devido à instabilidade e incertezas vividas. Mariana era uma entre milhares que enfrentavam similar situação:

[...] porque eu fui à polícia aqui tentar regularizar a minha situação, de estrangeira no Brasil e não podia, eu tinha que ter solicitado tudo aquilo, lá em Buenos Aires antes de vir para o Brasil [...] Mesmo casada com um brasileiro, não dava. [...] A polícia me disse: “você está ilegal e quando sair do Brasil, não vai poder voltar”. Aquele pavor, né! Como é que vou voltar para a Argentina, vão me prender de novo! Eu não vou voltar mais! [...] Então era um estado de pavor que eu vivia, porque eu estava ilegal, eu podia ser deportada a qualquer momento e eu não tinha como voltar para a Argentina. Não tinha documentos, não tinha nada.⁴²

⁴¹ Idem.

⁴² Entrevista com M. A. realizada em Porto Alegre - 11/09/2007.

Após muito protesto e pressões, no final de 1981, o governo concedeu uma chance aos irregulares e in-documentados, cuja permanência no Brasil precedia à promulgação da nova lei. Durante quatro meses, seria expedida uma carteira provisória com a duração de dois anos. Para tanto, os ilegais deveriam comparecer a Polícia Federal (PF). Sabedores da desconfiança não gratuita que permeava os estrangeiros, um agente da PF declarou asperamente sobre o registro: “a preocupação é apenas cadastrar, não querer saber qual a ideologia dos estrangeiros.”⁴³ Tal cadastro não era “inocente” e certamente servia, há um bom tempo, para ser cotejado com as listas de pessoas perseguidas, justamente por sua ideologia, enviadas pelos regimes ditatoriais vizinhos. Por exemplo, um documento originado no CIE do I Exército, datado de outubro de 1976, listava os nomes de nada menos que 149 cidadãos argentinos que se encontravam (ou pressupunham que se encontravam) no Brasil “procurados pelas autoridades militares da República Argentina por terem praticado ações subversivas.”⁴⁴ Encerrada a listagem, que incluía filiação e números dos documentos de identidade dos procurados, o “Pedido de Busca” solicitava aos seus destinatários:

- A) A imediata detenção e comunicação UU (urgente urgentíssimo) a esta AI (agência de informações) dos que forem encontrados em território nacional em situação irregular quanto à entrada no país.
- B) Localização, manutenção sob vigilância cerrada e imediata comunicação dos que estiverem em situação legal no país.
- C) Manter em aberto o processamento.⁴⁵

Mesmo em 1980, a situação para os argentinos não havia mudado muito. Listas de nomes de supostos subversivos continuavam a chegar diretamente de Buenos Aires a Brasília, de onde eram difundidas para todos os órgãos de segurança do país. Em uma destas listagens, datada de 24 de Novembro de 1980, onde constava o nome de sessenta “terroristas” argentinos, um agente da repressão da Argentina chegou a fazer um

⁴³ Estado de São Paulo, 13/12/1981, p. 28. Dossiês – Op. 0826 – Estrangeiros. Dossiês DEOPS - Arquivo Público do Estado de São Paulo – São Paulo.

⁴⁴ Ministério do Exército, CIE: Argentinos Procurados. Pedido de Busca N° 771/76-II, 05/10/1976. Acervo Movimento Justiça e Direitos Humanos (MJDH) – Porto Alegre.

⁴⁵ Idem.

esclarecimento e um alerta aos colegas torcionários do Brasil: “El total de refugiados de ideología izquierdista PC, PRT, etc., es de 1.900 personas aproximadamente residiendo en Brasil.”⁴⁶ Em outras palavras, a repressão ainda tinha muito trabalho pela frente e cujos resultados somente poderiam ser bem-sucedidos se houvesse uma estreita cooperação entre os dois regimes.

Entre coerção e consenso

O Brasil viveu o auge do período repressivo entre 1968 e 1974. Alguns de nossos entrevistados chegaram ao país justamente durante essa época. Por isso, perguntamos a estes emigrantes como vivenciaram este período, se tiveram algum problema com o governo brasileiro da ditadura, etc. De modo geral, a repressão e a própria ditadura brasileira parecem ter sido vividos por eles como algo alheio a até distante, embora soubessem que, como estrangeiros, deveriam manter certa prudência com respeito a delicados temas políticos.

Carlos P., técnico chegado em 1971, declarou não haver tido nenhum problema com a repressão. No entanto, os seus colegas lhe advertiam para que se abstivesse de tecer críticas que poderiam ser mal interpretadas “[...] problemas con la dictadura? No, al contrario. A veces, porque yo hacía unas críticas a la forma en que se trabajaba acá, en la Aços Finos Piratini y me decían: - ¡ah, cuidate, no hablés al pedo!”⁴⁷ O clima repressivo levava a que cada um não só “cuidasse do vizinho”, mas também de si mesmo. Antonio B., jornalista, estabelecido em Porto Alegre desde meados dos 1960, diz ter vivenciado dessa forma o auge da repressão: “Yo personalmente, nunca me senti mal. Claro, no era a favor (da ditadura), pero no senti nada la represión, me senti bastante en casa.”⁴⁸ No entanto, em outro trecho da entrevista, ele deslizou sutilmente que “[...] los mismos [...] problemas políticos que “já tinha” enfrentado en Buenos Aires [...] los “tinha” que enfrentar aqui,”⁴⁹ disse ele, sem entrar em detalhes. Posteriormente, o acesso à documentação dos arquivos repressivos brasileiros nos permitiu entrecruzar as fontes e decifrar que o silêncio, ou a omissão, na fala de Antonio sobre os anos de chumbo não era gratuito e possuía significados relevantes: ele fora preso pela

⁴⁶ DEOPS/SP: AESP-Prontuários/ Prontuário 39763 – Terroristas Argentinos. 24/11/80 - Dossiê DEOPS - Arquivo Público do Estado de São Paulo – São Paulo.

⁴⁷ *Hablar al pedo*, expressão popular argentina que significa “falar a toa”. Entrevista com C. P. realizada em Porto Alegre, 07/08/2008.

⁴⁸ Entrevista com A. B. realizada em Porto Alegre, 17/03/2008.

⁴⁹ Idem.

ditadura brasileira devido a supostas ligações entre os partidos comunistas, brasileiro e argentino. Como assevera Lechner, o ato de silenciar não significa esquecer, mesmo que represente um corte na comunicação “el silencio no es simple ausencia de palabra. También es activo: el silenciamiento.”⁵⁰

Enquanto isso, paralelo à violência e ao terror estatal, o governo brasileiro apresentava, como contrapartida, sucesso nos indicadores econômicos. De 1968 a 1973, o Brasil mostrou índices extraordinários de crescimento combinados com baixas e estáveis taxas de inflação.⁵¹ O objetivo do modelo econômico do governo podia ser resumido em “produzir para desenvolver”.⁵² Para isto acontecer, deveria se contar com fortes investimentos de capital estrangeiro, que receberam estímulo e facilidades do governo. Os investimentos sustentariam o processo de desenvolvimento, que necessitava de tecnologia avançada, a qual era produzida no exterior a custos elevados. Também se fazia necessária a implantação de uma indústria nacional “de ponta”, assim como a criação ou ampliação de centros de formação de profissionais da área tecnológica e para isto também se fazia necessário a “importação” de técnicos qualificados. E é neste marco histórico que ocorre a vinda dos técnicos e profissionais argentinos. Não nos estranha, portanto, que para a maioria dos argentinos nesta conjuntura e que estavam em condições legais no Brasil, as lembranças mais marcantes do período da ditadura civil-militar brasileira girem em torno da prosperidade que marcou o “milagre” econômico. Assim o fez Jaime. O depoente evocou uma “memória herdada”,⁵³ transmitida por seus pais que, em 1973, montaram uma indústria no Brasil: “ellos se acuerdan de la época como las mejores épocas de su vida. Vivíamos en el mejor lugar de São Paulo, teníamos casa en Guarujá... en todo sentido estábamos tranquilos.”⁵⁴

Ao que parece, apesar da violência institucional e das violações aos direitos humanos, a ditadura no Brasil ainda conseguiu forjar uma

⁵⁰ LECHNER, Norbert; GUELL, Pedro. “Construcción Social de las memorias en la transición chilena”. In: JELIN, Elizabeth; KAUFMAN, Susana G. *Subjetividad y figuras de la memoria*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2006.

⁵¹ O PIB cresceu na média anual de 11,2% no período, tendo seu auge em 1973, com uma variação de 13%. A inflação média não passou de 18%. FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: EdUSP, 2006, 2 ed, p. 268.

⁵² MOREIRA ALVES, Maria H. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 148.

⁵³ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

⁵⁴ Entrevista com J. A. realizada em Porto Alegre – 05/08/2008.

representação geralmente positiva no imaginário social, especialmente nas classes médias, e cujos efeitos podem ser percebidos ainda nos dias de hoje. De um modo geral, as ditaduras do Cone Sul utilizaram a lógica binária da “mão que bate é a mão que afaga” e empregaram o terror estatal buscando perversamente combinar medo geral e terror pontual com recompensa material para ampliar uma base de apoio em determinados grupos sociais. Assim, os governos equacionaram o TDE (simultaneamente seletivo e indiscriminado) com o consenso social, este obtido mediante concessões de benesses materiais a parte da população; e isso é o que possibilitou, em maior ou menor grau, o nível de sucesso ou aceitação dos regimes que aplicaram o TDE, moldando o teor positivo ou negativo da sua imagem e garantindo a permanência desta tanto no plano subjetivo da mentalidade quanto na memória coletiva. Opiniões como a de Carlos P. são comuns e simbólicas desta percepção de que, apesar da violência, dos abusos e da corrupção da ditadura, tal regime deixou um “legado” ao país porque existia um projeto de desenvolvimento:

Acá los militares asumieron, hicieron barbaridades, pero por lo menos dejaron un montón de instalaciones en funcionamiento. Hicieron avanzar el país, robaron un poco de dinero, fenómeno, pero... Allá (Argentina), no entiendo: ¡fue un plan trazado para destruir un país!⁵⁵

Como se percebe aqui, o depoente não trata de negar as “barbaridades” cometidas, mas se exerce uma clara relativização do emprego sistemático do terror e das arbitrariedades e crimes cometidos pela ditadura. E nessa relativização, que se traduz em um balanço entre os crimes e as benesses do regime, os segundos terminam geralmente ofuscando os primeiros, de modo a gerar uma hierarquização um tanto inversa. Aqui no Brasil, o terror e o “milagre econômico” foram instrumentos de dominação utilizados de modo complementar, mas o terror foi administrado de forma mais específica e aplicado com precisão quase cirúrgica, principalmente se comparado com a repressão na Argentina. Ao contrário da ditadura do país vizinho, o governo militar brasileiro soube focalizar mais precisamente na sua mira os sujeitos considerados alvos da repressão, e assim direcionar verticalmente a aplicação dos mecanismos do terror. Entretanto, esse caráter

⁵⁵ Entrevista com C. P. realizada em Porto Alegre - 07/08/2008.

pontual do acionar repressivo no Brasil não significa que o regime tenha sido “brando” ou menos brutal que os outros regimes ditatoriais: se a ditadura brasileira exterminou e torturou oponentes em menor proporção que as ditaduras vizinhas foi porque não houve necessidade concreta de fazê-lo em grande escala. Independente de estatísticas, os crimes, a racionalidade, a metodologia do terror, sua justificativa e o arcabouço ideológico empregado foram muito similares em todas as ditaduras do Cone Sul. Conforme explica Fausto, o regime brasileiro,

Distinguiu claramente entre um setor significativo, mas minoritário da sociedade, adversário do regime, e a massa da população que vivia um dia a dia aceitável nesses anos de prosperidade econômica. A repressão se dirigiu ao primeiro grupo, enquanto a propaganda se destinou a pelo menos neutralizar o segundo.⁵⁶

Nessa mesma linha, a ditadura brasileira também soube ser pragmática ao ponto de integrar, posteriormente, estrangeiros com um passado de ativismo político, desde que correspondessem às necessidades e aos interesses do regime, como transparece na entrevista desta ex-militante argentina do PRT/ERP:

Yo creo que “ellos” diferenciaron el tipo que había sido ex-militante y que vino aquí con una formación científica y profesional que aquí les hacía falta y aquel, pobre, que venía exilado desde allá que no interesaba profesionalmente y que iba a ser una carga para aquí... y, esos, ciertamente no tuvieron la misma suerte. (...) Además, ¿que sucedió? Nosotros nos dedicamos a laburar, laburar y laburar...⁵⁷

Esses argentinos residentes, profissionais e técnicos selecionados por suas habilidades estavam inseridos na classe média, um dos principais alvos a serem cooptados (ou neutralizados) pelo regime. Por conseguinte, a prosperidade econômica do “milagre” também se destinava a eles. Mas, por

⁵⁶ FAUSTO, Boris, op. cit., p. 267.

⁵⁷ *Laburar*: trabalhar, em *lunfardo*. Entrevista com A. T. realizada em Porto Alegre - 01/04/2008.

outro lado, como estrangeiros, eles eram impossibilitados de participar mais ativamente da vida política ou pública nacional. Restava-lhes recolher-se aos espaços de sociabilização privados, concentrar-se ativamente no trabalho e se encapsular no micro-cosmos familiar e cotidiano. Independentemente de simpatizar ou não com o regime brasileiro (de fato, muitos abominavam as ditaduras, pelo menos ética e moralmente, enquanto outros haviam sido até perseguidos no próprio país) os argentinos geralmente se perfilaram como “observadores à distância” em relação à violência política do Estado brasileiro: sim, a repressão existia. Mas ela era percebida como sendo preferencialmente dirigida aos “outros”, aos dissidentes enquadrados como “subversivos”, fossem brasileiros ou estrangeiros. Até como auto-preservação.

Contudo, a partir de 1976, o recrudescimento da violência e o golpe na Argentina mudariam o padrão migratório do período anterior, trazendo de lá os “incômodos” exilados “deles”. Por outra parte, a situação brasileira também passaria por mudanças, o “milagre” do crescimento se esgotava e o futuro não parecia mais tão promissor. A imagem de um suposto “paraíso” brasileiro, idealizada por muitos imigrantes, começava a desmoronar lentamente. É significativa esta sentença de um de nossos entrevistados: “Cuando uno entraba al Brasil pensaba que entraba al “paraíso”, pero no era bien así. Siempre tuvo esa virtud, Brasil, de parecer ‘el paraíso’, pero había otras cosas, ¿no?”⁵⁸ Aos poucos, a ditadura brasileira começou a mostrar aos emigrados que não se encaixavam no perfil desejado pelo regime, a sua face real: xenofobia, perseguição, intolerância e exclusão.

Referências bibliográficas:

CLAMOR, Julho de 1978, p. 9-10. APOF – Acervo da Luta contra Ditadura - Porto Alegre

COMISION ARGENTINA DE SOLIDARIEDAD (CAS) *Additional Information on the situation of Argentine scientists and university professors*. Report Supplement I, December 1977, p. 1. <http://foia.state.gov/SearchColls/CollsSearch.asp> Acessado em 16/11/2009.

DECRETO Nº 66.689, DE 11 DE JUNHO DE 1970 <http://www6.senado.gov.br/sicon/ListaReferencias.action?codigoBase=2&codigoDocumento=197119> - Acessado em 16 de outubro de 2008.

⁵⁸ Terceira entrevista com E. T. realizada em Porto Alegre – 05/07/2010.

DECRETO-LEI Nº 417, DE 10 DE JANEIRO DE 1969 - Dispõe sobre a expulsão de estrangeiros. Art. 1º - <http://www6.senado.gov.br/sicon/ListaReferencias.action?codigoBase=2&codigoDocumento=194794> Acessado em 16 de outubro de 2008.

DEL OLMO PINTADO, Margarita. El exilio después del exilio. In: *Exilios. Historia reciente de Argentina y Uruguay. Revista de Ciencias Sociales América Latina Hoy*. Volumen 34, Salamanca: Universidad de Salamanca, Agosto de 2003.

DEOPS/SP: AESP-Prontuários/ Prontuário 39763 – Terroristas Argentinos. 24/11/80 - Dossiê DEOPS - Arquivo Público do Estado de São Paulo – São Paulo.

___: Panfleto do Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina, junho de 1980. Dossiês – Op. 0826 – Estrangeiros. Dossiês DEOPS - Arquivo Público do Estado de São Paulo – São Paulo.

DOPS/RS: PB 206/76/DBCI/DOPS/RS- SOPS/LV-1.2.1448.16.6 – Acervo da Luta contra Ditadura/Porto Alegre

DUHALDE, Eduardo Luís. *El Estado terrorista argentino*. Quince años después, una mirada crítica. Buenos Aires: Eudeba, 1999.

ESTADO DE SÃO PAULO, 13/12/1981, p. 28. Dossiês – Op. 0826 – Estrangeiros. Dossiês DEOPS - Arquivo Público do Estado de São Paulo – São Paulo.

ESTATUTO DO ESTRANGEIRO. Decreto Nº 66.689, de 11 de Junho de 1970

<http://www6.senado.gov.br/sicon/ListaReferencias.action?codigoBase=2&codigoDocumento=197119> - Acessado em 16 de outubro de 2008.

FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: EdUSP, 2006.

GARZÓN-VALDÉZ, Ernesto. La emigración argentina. Acerca de sus causas ético-políticas. In: WALDMANN, Peter; GARZÓN-VALDÉZ, Ernesto. (comp.) *El poder militar en la Argentina, 1976-1981*. Buenos Aires: Galerna, 1983.

JENSEN, Silvina. “Política y cultura del exilio argentino en Cataluña” In: YANKELEVICH, Pablo (comp.) *Represión y destierro: Itinerários del exilio argentino*. La Plata: Ediciones Al Margen, 2004.

LECHNER, Norbert; GUELL, Pedro. Construcción Social de las memorias en la transición chilena. In: JELIN, Elizabeth; KAUFMAN, Susana G. *Subjetividad y figuras de la memoria*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2006.

LEI Nº 6.815, DE 19 DE AGOSTO DE 1980. <http://www6.senado.gov.br/sicon/> Acessado em 16 de outubro de 2008.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, CIE: Argentinos Procurados. Pedido de Busca Nº 771/76-II, 05/10/1976. Acervo Movimento Justiça e Direitos Humanos (MJDH) – Porto Alegre.

MOREIRA ALVES, Maria H. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.

PADRÓS, Enrique S. (Org.). *As ditaduras de segurança nacional: Brasil e Cone Sul*. Porto Alegre: Corag: Comissão do Acervo da Luta contra a Ditadura, 2006.

PIGNA, Felipe; SEOANE, Maria. *La noche de los bastones largos: a 40 anos del saqueo de la ciencia en la Argentina*. Buenos Aires: Fundación Octubre, 2006

POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

QUADRAT, Samantha, V. Exiliados Argentinos en Brasil: una situación delicada. In: YANKELEVICH, Pablo. JENSEN, Silvina. *Exílios. Destinos y experiencias bajo la dictadura militar*. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2007.

SAENZ QUESADA, Maria. *Isabel Perón: La Argentina en los años de Maria Estela Martinez*. Buenos Aires: Planeta, 2003.

SHEFFER, Gabriel. *Diaspora Politics: at home abroad*. New York: Cambridge University Press, 2006.

ZERO HORA, 04/8/80 p. 20 - Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa - Porto Alegre.

ZERO HORA. 19/04/1978, p. 37. Acervo Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa - Porto Alegre.

ZUCCOTTI, Juan C. *La Emigración Argentina Contemporánea (a partir de 1950)*. Buenos Aires: Editorial Plus Ultra, 1987.

Estado e Classes Dominantes Agrárias na Transição Brasileira

Sonia Regina de Mendonça¹

Poucas questões se afinam tão bem com a temática “Ditadura, Transição e Democracia”, como a das relações entre Estado e Classes Dominantes Agrárias/Agroindustriais no Brasil contemporâneo. E isso por alguns motivos. Em primeiro lugar, porque as nuances dessa transição negociada que resultou na chamada “Nova República”, deixaram brechas para que distintas frações da classe dominante como um todo se mobilizassem, de modo a assegurar seu “espaço” no Estado restrito e conquistar a hegemonia junto à sociedade civil. Em segundo lugar, por que a chamada “redemocratização” de 1985 coincidiu com severa crise de representação política vigente no âmbito da classe dominante agrária/agroindustrial cujos efeitos, por certo, respingaram no processo “redemocratizante”, sobretudo em sua fase Constituinte. Finalmente, vale destacar que a concomitância de dois processos de crise de hegemonia, um mais específico, porém contido em outro, bem mais amplo, fez com que ambos, em certa medida, dialeticamente se retroalimentassem.

Contextualizando

A vitória do primeiro candidato civil à presidência, em 1985 - mesmo que por via indireta – marcou o início de uma conjuntura de arriscado malabarismo entre o compromisso com o projeto democrático e os segmentos militares.² A impossibilidade da posse do presidente eleito, substituído por seu vice, José Sarney, potencializaria o clima de insegurança já agravado pelos efeitos da crise econômica que, desde 1974, abalavam o país.³

Talvez exatamente por isso, o novo bloco no poder, **ainda em desenho**, tenha tentado empreender certas iniciativas reformistas, visando

¹ Docente do PPGH - UFF e pesquisadora I do CNPq.

² FONTES, V. & MENDONÇA, S. R. *História do Brasil recente: 1964-1992*. São Paulo: Ática, 1996.

³ Sobre a crise do milagre, ver MANTEGA, G. & MORAES, M. *Acumulação monopolista e crises no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981; MENDONÇA, S. R. *Estado e economia no Brasil- opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003; OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista*. O Ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003; SINGER, P. *A crise do “milagre”*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, dentre inúmeros outros.

capitalizar prestígio e legitimidade. Entre 1985 e 1986 descortinaram-se o que pareciam ser novas possibilidades, face à pressão popular por um projeto democratizante, em certa medida “acuando” a “Nova República”. Integraram este novo contexto o Plano Cruzado do ministro Dílson Funaro e o lançamento do I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA). Este objetivava conter a violência vigente no mundo rural, que vitimava dezenas de trabalhadores, abatidos sob a pecha de “invasores” da propriedade privada. Paralelamente, crescia a capacidade de organização e mobilização dos “homens do campo”.⁴

Capitaneado por José Gomes da Silva, um dos redatores do antigo *Estatuto da Terra* e fundador da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), o recém-criado Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (MIRAD) deu início aos trabalhos de 17 “grupos de ação”, destinados a esboçar a proposta do Plano. A rigor, o PNRA nada tinha de excepcional. Tratava-se de resgatar um aspecto fundamental do já finado *Estatuto* da gestão Castelo Branco, isto é, a preocupação em neutralizar certos setores de grandes proprietários mediante a penalização da propriedade especulativa, desapropriando o que fora, então, definido como “terras improdutivas”.⁵ Visava, igualmente, atender a demandas sociais emergenciais, mediante desapropriações que permitissem o assentamento de trabalhadores sem-terra em áreas de maior conflito do país, sobretudo o Norte (Pará e Maranhão) e o Nordeste. Ao mesmo tempo, foram extintos o Getat e o Gebam,⁶ centralizando-se a política fundiária.

A concentração de terras foi um dos frutos mais danosos da chamada “modernização da agricultura”, já que as redes estabelecidas entre as diversas frações do capital - agrário, industrial, comercial, financeiro - atingiram tamanho grau de interconexão e complexidade, que se tornou difícil “separar o joio do trigo”. Afinal, além da permanência de tradicionais estruturas e

⁴ Sob o impacto das mobilizações pelas diretas-já e com a inclusão da reforma agrária dentre as bandeiras de mudanças pregadas em palanques e praças, iniciou-se, em 1984, a preparação do IV Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais, promovido pela Contag. MEDEIROS, L. S. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989, pp.172-74.

⁵ “Na verdade, atiramos no que vimos e matamos o que não vimos. **Exatamente porque dirigimos o fogo para a especulação, acertamos o coração do sistema**, sem nos darmos conta disso, atingindo a articulação de interesses acima mencionada. Talvez a reforma agrária mais convencional tivesse provocado menos resistência do que essa, que visava a especulação”. Nesse momento, Moacir Palmeira fazia parte dos quadros do MIRAD incumbidos de viabilizar o PNRA. PALMEIRA, M. G. “Burocracia, política e reforma agrária”. In: MEDEIROS, L. S et alii (Orgs.). *Assentamentos rurais – uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Editora da Unesp, 1994, pp 49-68, grifos meus.

⁶ Respectivamente Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins e Grupo Executivo de Terras do Baixo Amazonas.

mecanismos de dominação e expropriação no campo, novas formas de fazê-lo haviam sido recriadas, mormente a partir da associação estabelecida entre “terra” e “reserva de valor”. Os efeitos do processo deslanchado pela consolidação dos Complexos Agro-Industriais (CAIs) no país foram, assim, semelhantes para os trabalhadores do campo: expulsão, êxodo rural, miséria, pobreza e, claro, conflitos, porém numa escala sem precedentes. O que mudara, fora a extração socioeconômica desses novos grandes proprietários que, em boa parte dos casos eram, simultaneamente, empresários industriais e/ou financeiros.⁷

A situação agrária brasileira quando do anúncio do I PNRA por Sarney em pleno *IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais* promovido pela Contag - o que já era fato politicamente estratégico – evidenciava o quanto a concentração fundiária havia influído na transformação das relações de trabalho no campo, tendo como produto final avassaladora exclusão social. A indignação de latifundiários/agroindustriais diante da Proposta apresentada foi generalizada, entendendo-se, ainda, aos setores ditos liberais, sobretudo em função da forma de sua divulgação. Segundo Graziano da Silva, “talvez esse tenha sido o grande susto dos latifundiários: ver o governo expor publicamente sua proposta de reforma agrária num Congresso de Trabalhadores! Eles queriam ser ouvidos **antes**, para **conchavar**, **mudar** o que não lhes interessava”.⁸

A despeito do repúdio geral ao Plano, as disputas intraclasse dominante agrária/agroindustrial agudizaram-se, como se pode observar através das **estratégias políticas praticadas** pelos dirigentes da *Sociedade Rural Brasileira* (paulista, regionalista e conservadora) e da *Organização das Cooperativas Brasileiras* – empresarial, nacional e, supostamente, mais “democrática”, haja vista praticarem, cotidianamente, a “democracia” e o “igualitarismo”. As lideranças da SRB, por exemplo, tendo por alvo o Estado restrito, associaram a questão do crédito agrícola ao excesso de sua intervenção junto à agricultura, condenando o apoio por ele prestado ao setor cooperativado, explicitando o embate com a OCB, cujas bases assentavam-se na produção granífera.

⁷ DELGADO, G. *Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985*. São Paulo/Campinas: Ícone/Unicamp, 1985; STEDILE, J. P. (org.). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994; MARTINS, J. S. *A reforma agrária e os limites da democracia na “Nova República”*. São Paulo: Hucitec, 1986; MENDONÇA, S. R. *Questão Agrária, reforma agrária e lutas sociais no campo. Serviço Social & Movimento Social*. São Luís: UFMA, 2000, pp. 78-91, dentre outros.

⁸ SILVA, J. G. *Para entender o Plano Nacional de Reforma Agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 10, grifos do autor.

Contraditoriamente, este ataque à “estatização” da agricultura adquiriu fôlego justo na conjuntura de revitalização das exportações agrícolas brasileiras em inícios dos anos 80, sustentada, em grande parte, por grandes cooperativas empresariais. Os dirigentes da SRB criticavam especialmente os exportadores de soja e cacau subsidiados pelo Estado, colocando-se como “a última trincheira da soberania nacional”.⁹ Sua mobilização contra o I PNRA chegou a promover a criação de agências especializadas no estudo do tema – como a *Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais* – contratando figuras de proa do meio acadêmico, mormente renomados “intelectuais” da Fundação Getúlio Vargas e da USP.¹⁰ A direção da entidade paulista atuou, igualmente, junto a espaços extramuros participando, por exemplo, da 34ª *Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência*, através de conferências sobre sua proposta de “reforma agrária”.

A divulgação do PNRA representou o clímax da mobilização da SRB, que passou a atacar, frontalmente, as “forças demoníacas” que o haviam concebido, personalizadas no presidente do *Instituto Nacional de Reforma Agrária* (José Gomes da Silva) e no Ministro de Assuntos Fundiários (Nelson Ribeiro). Sua revista, *A Rural*, dedicou uma série de cinco números especiais arrolando detalhadas críticas ao Plano e veiculando uma proposta alternativa que priorizava como instrumentos - em lugar da desapropriação de terras improdutivas - o Imposto Territorial progressivo, o estímulo à colonização **particular** e a criação de um Sistema Nacional de Crédito Fundiário, tendo contado com o endosso de entidades como a *Associação Brasileira de Criadores de Zebu*, a *Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais* e a *Sociedade dos Produtores de Alcool e Açúcar*. A SRB propôs, ainda, a criação de um *Conselho Nacional de Reforma Agrária* a ser presidido por seus dirigentes, suscitando reações extremas tanto da parte de agências do Estado restrito, quanto de agremiações rivais.¹¹

Enquanto os diretores da SRB esmeravam-se em apelar para sua “herança histórica”, calcada na forte participação dos cafeicultores como “responsáveis pela riqueza nacional”, os dirigentes da OCB, oriundos das grandes cooperativas agroindustriais, pautaram sua atuação pela

⁹ Tal epíteto se devia ao fato de ser a cafeicultura considerada ainda como o setor responsável pela geração da maior parte das divisas do país.

¹⁰ A iniciativa é amplamente noticiada pelo jornal *O Estado de São Paulo*, ao divulgar que “embora possa parecer estranho que empresários rurais estejam discutindo a concentração fundiária e propondo novos caminhos para agropecuária, o presidente da SRB, Renato Ticoulat Filho afirma que o grupo está apenas encarando a realidade dos fatos”. *O Estado de São Paulo* (doravante *OESP*). São Paulo: 29-03-1981, p. 51.

¹¹ *OESP*, 27-06-1985, p. 12.

aproximação da sociedade política e pela divulgação de um projeto onde o Cooperativismo era associado à Democracia. No tocante ao I PNRA, assumiram-se como a opção “*socialmente superior*” para gerir a organização das atividades agroindustriais, além de porta-vozes “*naturalmente autênticos*” do conjunto das entidades patronais rurais, posto que dotados de “missão social”. Esta seria sua mais duradoura bandeira, até a plena consecução de seus objetivos, em fins da década de 1980, tendo por “ícone” sua liderança mais atuante e conhecida: Roberto Rodrigues.

Outra estratégia da OCB com relação ao I PNRA foi sua original proposta de reforma agrária, bem diversa daquela defendida pela SRB. Além de não negarem cabalmente ser necessário promover alterações na estrutura fundiária do país, os líderes da *Organização* definiram as próprias cooperativas como instrumentos de Reforma Agrária, qualificando a agremiação como “*a mais adequada e legítima*” para concretizá-la. No âmbito externo, a construção de sua hegemonia baseou-se em difundir, *ad nauseam*, a “tendência natural” dos cooperativistas para o desempenho de funções representativas, erigindo-se como mediadora ideal entre segmentos agrários, sociedade e Estado.

Esses dados vão delineando o cenário em movimento no qual emergiu a mais nova entidade patronal do período: a UDR, criada, justamente, um mês após a apresentação do PNRA. Sua emergência, imprevisível e inusitada, veio à tona tornando ainda mais complexo o jogo político intraclasse dominante agroindustrial diante da potencial Reforma Agrária. Ela aguçaria a teia de disputas e conflitos vigente entre as inúmeras agremiações de grupos agrários, tentando afirmar-se junto a elas, através de uma atuação virulentamente contrária a qualquer ameaça ao “sacrossanto direito da propriedade”, de modo a tornar-se mais “visível” dentre as demais, com as quais, nesse contexto de crise de representação política, disputaria a liderança única de toda a “classe”.

O principal instrumento para a obtenção de recursos fundiários previsto pelo I PNRA residiu na figura jurídica da desapropriação por interesse social, o que fazia toda a diferença com relação a iniciativas anteriores. Tal figura, prevista na Constituição, conferia ao Estado o direito de desapropriar terras que não estivessem cumprindo sua **função social**, mediante indenização em Títulos da Dívida Agrária e não em dinheiro, este último restrito, tão somente, ao pagamento de benfeitorias, quando existissem. Diversamente dos esforços reformistas precedentes, o PNRA previa mecanismos como a colonização, a regularização fundiária e os

tributos apenas como complementares - e não centrais - para a obtenção de terras. Ao mesmo tempo, a Proposta previa metas para a ação reformista do Estado: previa-se assentar, dentro de 15 anos, cerca de sete dos estimados dez e meio milhões de trabalhadores rurais sem-terra existentes no país.¹²

A Proposta estabelecia, ainda, a participação das entidades representativas dos trabalhadores em todas as fases do processo, além de resgatar a tese, presente no *Estatuto da Terra*, da seleção de áreas prioritárias para a Reforma Agrária, apontando para a possibilidade de transformações fundiárias bem mais amplas e não somente ações pontuais junto a focos de conflito.¹³ Diante disso, as reações dos segmentos de grandes proprietários/agroempresários foram imensas, demonstrando com clareza o vulto dos interesses ligados à propriedade da terra, a ponto de emergir de seu embate uma nova agremiação patronal, de cunho paramilitar. Ademais, os mais radicais ataques ao Plano partiram, para surpresa de seus próprios idealizadores,¹⁴ de grandes agroempresários paulistas, liderando proprietários de outros estados “desenvolvidos” do Sul e Sudeste.

Se, antes, esses mesmos interesses apresentavam-se como “fragilizados” diante do crescimento urbano-industrial e dos movimentos sociais no campo, agora explicitariam a complexidade do jogo de forças vigente tanto no seio da classe dominante como um todo, quanto na própria sociedade política. Essa complexidade, entretanto, não impediu a formação de uma grande frente ampla de proprietários de terra/agroempresários destinada a obstaculizar a aprovação da Proposta tal como apresentada o que, de fato, ocorreria. Em termos concretos, a Proposta do MIRAD/INCRA foi de tal modo combatida e alterada que, quando de sua aprovação final, pouco restava do projeto originalmente apresentado, tendo tamanho desvirtuamento ocorrido em brevíssimo espaço de tempo. A rigor, o compromisso assumido pela Aliança Democrática de realizar uma reforma agrária através do cumprimento do Estatuto da Terra resultou num plano nacional esvaziado de qualquer potencial reformista efetivo.

É exatamente este processo de realinhamento político endógeno à classe dominante agrária/agroindustrial brasileira - suas nuances, estratégias e peculiaridades conjunturais - **no plano de suas entidades representativas**

¹² Os restantes estariam empregados no setor empresarial da agricultura, como assalariados.

¹³ SILVA, J. G. *Buraco Negro* – a reforma agrária na Constituinte. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

¹⁴ Naquele momento, José Gomes da Silva, então presidente do INCRA, manifestava sua surpresa com as declarações prestadas por alguns membros da Sociedade Rural Brasileira (principal entidade de classe de São Paulo) e por algumas federações de agricultura que diziam não temer a reforma agrária, mas sim o problema da interrupção da produção.

- que elegi como eixo desta análise, visando contribuir para desnudar aspectos essenciais da atuação da nova entidade patronal da Nova República e sua tentativa de afirmar-se como “partido” da burguesia agroindustrial no país.

A Crise de Representação do Patronato Rural

Um dos desdobramentos não econômicos da “modernização” da agricultura brasileira nos anos 1970-80 foi a redefinição do(s) papel(éis) desempenhado(s) pelo Estado. Inequivocamente, sua articulação com a capitalização do campo foi visceral, mesmo que muitos autores insistam em imputar essas mudanças a um suposto empresariado moderno e urbano que “foi ao campo” ou ainda a um empresário rural que, por motivos de ordem distinta, se “modernizou”. Cabe ressaltar que, nessas análises, empresários e Estado costumam ser tratados como “entidades” estranhas umas às outras ou, quando muito, numa “rua de mão única” que prioriza o peso dos empresários na condução do Estado restrito. Em decorrência do processo de industrialização da agricultura brasileira emergiu outra transformação, bem pouco estudada pelos especialistas: a multiplicação de **novas entidades de representação dos interesses da classe proprietária rural ou mesmo sua redefinição**.¹⁵

Senão, vejamos. Não resta dúvida de que a ação do Estado na capitalização da agricultura se deu através de três instrumentos-chave: o crédito subsidiado, a intocabilidade da estrutura fundiária e os incentivos fiscais para atividades agropecuárias e conexas.¹⁶ Com isso, as políticas públicas “modernizantes”, beneficiaram não somente latifundiários tradicionais, como também atraíram investidores dos demais setores da economia, que passaram a ver a terra como alternativa interessante de investimento. Os grandes grupos econômicos penetraram na produção agrícola/agroindustrial imobilizando capitais em terras, esperando, com isso, também serem favorecidos pela captação dos - até então fartos - recursos públicos. Segundo Graziano da Silva, analisando a expansão da agricultura paulista em fins da década de 70, “além de reserva de valor, a terra tem ainda

¹⁵ SILVA, J. G. “Les associations patronales de l’ agriculture Brésiliene moderne: les controverses au cours de la transition vers la démocratie”. *Cahiers du Brésil Contemporain*. Paris: 18, juin, 1992, pp. 11-34.

¹⁶ GONÇALVES NETTO, W. *Estado e Agricultura no Brasil*. Política Agrícola e Modernização Econômica Brasileira (1960-1980). São Paulo: Hucitec, 1997.

constituído importante meio de acesso a outras formas de riqueza, de que são exemplos típicos o crédito rural e os incentivos fiscais”.¹⁷

Nesse processo não é complicado perceber as motivações mais profundas do grande movimento de organização política dos segmentos da burguesia agrária/agroindustrial ou financeira/agrária no Brasil, diante das resoluções contidas no PNRA: a terra passava por intenso processo especulativo, comportando-se como ativo financeiro.¹⁸ Ao mesmo tempo, a internacionalização da agroindústria redimensionara as políticas macroeconômicas, notadamente aquelas que incidiam sobre o câmbio ou os termos do comércio exterior. Nesse novo contexto, aguçou-se uma contradição política já em latência no seio da classe dominante “rural” no país, aquela existente entre suas duas instâncias de **representação política**: a **formal-legal** e a **real**.¹⁹ No entanto, seu caráter estava longe de ser, como o supõem alguns, monolítico, como tampouco o seria – ou é – monolítico o próprio Estado restrito. A capitalização da agricultura respondeu por um intenso processo de diferenciação de interesses no âmbito da classe dominante agrária, ao mesmo tempo em que, dialeticamente, rebateria sobre a própria estrutura de representação política vigente, segmentando-a e especializando-a ainda mais.

A luta pela representação dos proprietários e produtores rurais, entretanto, nunca foi nova.²⁰ Ela se fez legalmente através de Federações Rurais nos estados e da Confederação Nacional da Agricultura, no plano nacional. Todavia, além dessa estrutura formal-legal, a **representação real** de fazendeiros do café, usineiros de açúcar, pecuaristas e demais segmentos também se deu através de **associações civis** de produtores, como as já citadas *Sociedade Rural Brasileira*, a *Sociedade Nacional de Agricultura* (fundada em fins do século passado) ou ainda a recém-fundada *Associação dos*

¹⁷ SILVA, J. G. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 77.

¹⁸ PALMEIRA, M. & LEITE, S. “Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas”. In: COSTA, L. F & SANTOS, R. (orgs.). *Política e Reforma agrária*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, pp. 92-165.

¹⁹ SILVA, J. G. “As Representações Empresariais da Agricultura Brasileira Moderna: as Disputas na Transição para a Democracia”. *Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*. Brasília: 1991, pp. 261-285.

²⁰ A este respeito ver MENDONÇA, S. R. *O Ruralismo Brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 1997, sobretudo o capítulo I; _____. A Sociedade Nacional de Agricultura e a Institucionalização de Interesses Agrários no Brasil. *Revista do Mestrado em História*. Vassouras: Universidade Severino Sombra, nº 2, 1999, pp. 21-58.; _____. Mundo rural, intelectuais e organização da cultura no Brasil: a Sociedade Nacional de Agricultura. *Mundo Agrário*. Revista Virtual. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2000, pp. 321-329. Em todos esses trabalhos, a contenda entre a Sociedade Nacional de Agricultura e a Sociedade Rural Brasileira revelou-se uma constante no campo das disputas pela representação de interesses agrários no país, antes da década de 1960.

Empresários da Amazônia (criada na década de 70), dentre dezenas de outras. Contudo, “nas últimas três décadas as associações por produto e as cooperativas assumiram de fato a representação dos segmentos de produtores que se modernizavam”.²¹ E no cerne deste processo de dissociação entre a representação legal-formal e a representação real do patronato rural estava a intensa especialização decorrente da “modernização” da agricultura.²²

Logo, no momento da divulgação do I PNRA, a estrutura de representação política do patronato rural brasileiro enfrentava grave crise, polarizada pela disputa entre quatro agremiações: a SNA, a SRB, a OCB e a oficialista CNA. Tal embate refletia a profunda segmentação/especialização tanto do processo produtivo, quanto dos interesses intraclasse, promovendo um **duplo processo de diferenciação**: econômico e político.

Abria-se espaço para uma contenda que envolveria todos os segmentos com vistas a assegurar a permanência ou exclusão de seus porta-vozes junto a agências do Estado restrito voltadas para a Agricultura o que, no cenário marcado por sua extrema especialização, multiplicou as agremiações que a representavam, pluralizando alianças e dificultando a construção de um novo consenso. Os dirigentes da OCB, mediante intervenções políticas decisivas – em especial o enfrentamento à *União Democrática Ruralista* e a formulação um novo projeto para agricultura brasileira – saíram exitosos da empreitada, tornando-se, no decorrer das décadas de 1980 e 1990, a nova força dirigente do patronato “rural”. Através da análise dos **projetos e estratégias** elaborados pelos quadros diretores da entidade, verifica-se que a OCB, em meio a essa crise de representação política, conseguiria, não apenas superar o impasse, como impor-se como dirigente de todo o conjunto, tendo por coroamento a nomeação de sua mais destacada liderança – Roberto Rodrigues – como Ministro da Agricultura do primeiro governo Lula da Silva.

Graziano da Silva, debruçando-se sobre o momento posterior à criação da UDR, analisa os mecanismos políticos dessa disputa focalizando duas dessas agremiações: a *Organização das Cooperativas Brasileiras* surgida em 1969²³ e a UDR, ambas buscando impor a “fala” legítima de toda a classe.

²¹ SILVA, J. G., 1991, op. cit., p. 262.

²² Em particular fatores como a dissociação verificada entre proprietário rural e dono de terras, suscitada pela valorização fundiária ou mesmo o crescimento do arrendamento capitalista no centro-sul em ramos integrados aos Complexos Agroindustriais, que igualmente dissociou a figura do proprietário rural do “produtor rural moderno”. Sem contar, por certo, com a crescente especialização da produção agrícola.

²³ Criada em finais da década de 1960, pelo então Ministro da Agricultura, Cirne Lima, a OCB passaria a representar as grandes associações cooperativas empresariais, uni ou multiprodutos. Neste aspecto

Para o autor, a dualidade de estruturas representativas - com o “fracasso” das entidades tidas como “tradicionais” – foi a principal responsável pela exitosa campanha uderrista junto à Constituinte e à classe em seu conjunto. Outros estudiosos, detendo-se na análise do que consideram uma “nova ofensiva burguesa no campo”²⁴ focalizam não só a UDR e as inflexões derivadas de sua emergência, como enfatizam um processo mais amplo, que contemplou a enunciação de novo discurso por parte dos distintos segmentos no decorrer da própria “modernização”, centrado na construção de sua identidade como “produtores e empresários rurais”. Para Bruno, tal epíteto não caberia à UDR, por ela denominada de a “sem-terra dos patrões”, posto contar com bases sociais integradas por pecuaristas tradicionais do estado de Goiás, não “bafejados” pela capitalização do campo.²⁵

A tal ponto a “novidade” da UDR se impôs na cena política das agremiações patronais rurais, que muitos especialistas são unânimes em apontar uma radical transformação no já precário equilíbrio de forças vigente entre elas, face à necessidade de recompor o espectro de suas alianças para o enfrentamento do “rolo compressor” da UDR.²⁶ Em poucos momentos a disputa entre as entidades de classe agrárias tornou-se tão polarizada quanto nesse contexto, embora a SNA, por exemplo, admitindo a necessidade de “alguma reforma agrária”, se distanciasse de suas congêneres. Ao fim e ao cabo, o patronato convergiu para a criação de uma frente em reação à UDR: a *Frente Ampla da Agropecuária* (FAA).

UDR: Origens e organização

Após divulgação do PNRA, as reuniões, eventos e abaixo-assinados organizados por agremiações patronais da agricultura multiplicaram-se velozmente. No âmbito da “estrutura de representação formal” dos ruralistas, a Confederação Nacional da Agricultura patrocinaria o *Congresso Brasileiro de Reforma Agrária* (junho de 1985), cujas principais resoluções foram a defesa incondicional da propriedade privada e a proposta de criação de uma Comissão Especial encarregada de acompanhar os trabalhos de revisão do I PNRA, a ser integrada pelo vice-presidente da CNA e os presidentes da SRB,

distanciava-se da SNA que congregava, sobretudo, dirigentes de cooperativas pequenas e médias, pouco envolvidas no processo de caicização.

²⁴ BRUNO, R. *Senhores da Terra, senhores da Guerra*. A nova face política das elites agroindustriais no Brasil. Rio de Janeiro: Forense Universitária/UFRRJ, 1997.

²⁵ BRUNO, R. Revisitando a UDR: ação política, ideologia e representação. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo: 40, 1996, pp. 69-89.

²⁶ Cf. SILVA, 1985 e BRUNO, 1997, *op. cit.*

da *Associação Brasileira de Criadores de Zebu (ABCZ)* e da *Agropene (Agropecuária do Nordeste)*,²⁷ além do representante da OCB. A SNA não foi convidada a participar. Segundo o presidente da SRB que, ao lado do titular da CNA, encabeçou uma das mais intransigentes reações ao PNRA, “a existência de terras ociosas no Brasil **não evidencia um problema estrutural**, mas, simplesmente, a **excessiva disponibilidade** de um fator em relação à demanda gerada pelo mercado”.²⁸

Na nova correlação de forças em disputa pela representação legítima do conjunto dos grandes proprietários/agroempresários rurais, a SNA, a despeito de marginalizada, também promoveria um encontro, para dar visibilidade à sua posição. Assim, realizou no Hotel Glória, Rio de Janeiro, entre julho-agosto de 1985, o *Seminário Nacional de Reforma Agrária/Justiça Agrária*, com o copatrocínio do INCRA e do MIRAD, justamente as agências estatais responsáveis pela elaboração do Plano.²⁹ Desta feita, as lideranças das principais agremiações patronais se fizeram presentes, incluindo o presidente da SRB. Vale destacar ainda o comparecimento do ministro Nelson Ribeiro e do presidente do INCRA, José Gomes da Silva.³⁰

A análise dos *Anais do Seminário* deixa clara a polarização que envolveu SNA, SRB, CNA e OCB em torno ao I PNRA, como se depreende das palavras do presidente da OCB, Roberto Rodrigues, no plenário do evento, solicitando “atitude mais prudente e responsável” quanto à reforma agrária iminente:

Os que advogam esta posição podem ser divididos em dois grupos: os moderadores e os revisionistas. Os **moderadores**

²⁷ O titular da Agropene era Ary Marimont, também presidente da poderosa Farsul (Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul).

²⁸ *A Rural*. São Paulo: SRB, jun., 1985, p. 5. Grifos meus.

²⁹ ANAIS DO SEMINÁRIO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA/JUSTIÇA AGRÁRIA. In: *A Lavoura*. Rio de Janeiro: SNA, nov. - dez., 1985, p. 25.

³⁰ *Idem*, p. 38. Além de defensor da proposta de implantação da Justiça Agrária no país – tal como a entidade da qual fazia parte – o senador era ainda mais radical do que a própria SNA na designação dos problemas inerentes à organização política do “meio rural” brasileiro. Segundo ele, para além da organização polarizada entre patrões e empregados – onde o sindicato de empregados assumia a “*figura do demônio fomentador de esbulhos aos proprietários de terra*” *A Lavoura*. Rio de Janeiro: SNA, set. - out., 1985, p. 35. Destacavam-se, ainda como obstáculo, “as grandes cooperativas centrais, reunindo milhares de pequenos e médios produtores rurais, mas, em regra, manobradas por lideranças profissionalizadas e tecnocráticas quase sempre tão exploradoras do pequeno produtor como é o intermediário mercantilista” (op. cit., loc. cit.). A rigor, verifica-se a crítica nem tão velada assim à atuação da OCB a qual, sintomaticamente, em 1986, tomaria a iniciativa de fundar, juntamente com a SRB, a Frente Ampla para a Agropecuária.

são os que pretendem que a Reforma Agrária passe por um período experimental e defende uma ação prioritária nas áreas de conflito e invasões de terras. Os **revisonistas**, por sua vez, partilham do ponto de vista que o problema fundiário tem proporções muito inferiores às sugeridas pelo PNRA”.³¹

A singeleza da classificação - “moderadores” e “revisonistas” - não esgota a complexidade das posições assumidas pelas entidades patronais quanto à reforma contida no PNRA, embora dê conta de seus contornos mais amplos. Dentre os “revisonistas” estariam, por exemplo, a SRB, a *Federação da Agricultura do Estado de São Paulo* (FAESP) e a própria CNA, comungando de igual pressuposto: os “erros técnicos” do PNRA, em particular sua avaliação sobre o montante de “terras improdutivas” existentes no país. De modo semelhante, o presidente da FAESP manifestaria o repúdio da agremiação ao “coletivismo” por ele imputado ao PNRA.³² Diante de posições tão radicais, os dirigentes da SNA evitaram questionar o Plano e a necessidade de realizar-se alguma ação redistributivista no campo. Para o presidente da entidade, o *Seminário* fora palco do ataque de todas as lideranças patronais à associação fluminense, acusada de “governista”, pelo fato de defender a criação de uma Justiça Agrária.³³ Entretanto, a SNA sairia fortalecida do debate, tendo sido seu titular, Octávio de Mello Alvarenga, incumbido de assessorar a Comissão Interministerial que supervisionaria a prática da Reforma.

Em suma, o que ocorria na década de 1980, levando à crise da representação patronal rural, foi a redefinição dos canais de representação política e da pauta de reivindicações de certos segmentos da “classe” proprietária rural”, especialmente no tocante à sua organização e ao tom de seu discurso político. Enquanto nos anos 70 esses setores afirmaram-se na cena política através do discurso de “penalização da agricultura” – confrontada ao favorecimento estatal aos empresários industriais - a partir

³¹ *Anais...* In *A Lavoura*, idem, p. 27, grifos no original.

³² “Para o nosso país **capitalista**, o PNRA **defende o coletivismo**, embora todos saibamos que a grande frustração da agricultura mundial tem ocorrido, justamente, nos países em que tem sido empregada essa modalidade. Acreditamos que **não há mais falar da inconstitucionalidade do PNRA** que chegou ao absurdo de propor **a sensibilização do Judiciário pelo Poder Executivo, no sentido de rever conceitos e posições**”. *Anais...* In: *A Lavoura*, op. cit., p.46. Grifos meus.

³³ *A Lavoura*. Rio de Janeiro: SNA, set. - out., 1985, p. 50.

dos 80, o tom seria outro: o da **imprescindibilidade da agricultura para o capitalismo brasileiro**, já que a atividade respondia por mais da metade das divisas utilizadas no pagamento da dívida externa brasileira. Explicitava-se o trunfo que as agremiações patronais agroindustriais guardavam “na manga” para negociar com agentes do Estado restrito a descaracterização ou anulação do I PNRA.

No entanto, a mais brutal das reações ao Plano adveio da novíssima UDR, porta-voz de latifundiários pecuaristas não tecnicizados. Pregando o recurso à **violência explícita** em sua fase inicial de existência, promovendo leilões de gado para granjear recursos para a compra de armamento pesado e colocando-se acima da ordem e da lei, a UDR – que teve como fundadores Plínio Junqueira Jr.³⁴ e Ronaldo Caiado³⁵ – promoveu forte abalo na já desgastada correlação de forças vigente na estrutura de representação de interesses patronais rurais.

Os especialistas³⁶ são unânimes em afirmar a dificuldade de acompanhar o processo exato de surgimento da UDR, até porque a documentação da entidade é de difícil acesso, não se encontrando depositada em acervos de unidades de pesquisa.³⁷ Já o recurso à imprensa revela-se pouco útil quanto a este ponto específico, posto somente ter começado a tratar sistematicamente da UDR após 1986, quando a entidade já contava com cerca de um ano de existência. A rigor, dados sobre sua fundação, em particular, derivam quer de declarações prestadas por seus próprios líderes, quer pela manifestação de alguns de seus oponentes mais destacados, como por exemplo, lideranças de movimentos camponeses ou mesmo sacerdotes ligados às pastorais católicas.³⁸

Segundo as lideranças da UDR, ela teria sido gestada em reuniões com importantes pecuaristas de Goiás, marginalizados do processo de “modernização” da agricultura brasileira. Vale registrar que Plínio Junqueira

³⁴ Grande pecuarista da região paulista do Pontal do Paranapanema, Junqueira Jr. fora desapropriado no bojo de uma reforma agrária levada a cabo na gestão Franco Montoro, sob a liderança do então secretário estadual de Agricultura, José Gomes da Silva – autor do I PNRA. *Senhor*, 03-06-1986, pp. 27.

³⁵ Médico e descendente de tradicional família de fazendeiros e políticos de Goiás.

³⁶ Cf. BRUNO, 1997, op. cit.; PILATTI, A. *Marchas de uma contramarcha*: transição, UDR e Constituinte. Dissertação de Mestrado em Ciências Jurídicas. São Paulo: PUC, 1988; SILVA, 1991, op. cit.; SILVA, 1989, op. cit., dentre outros.

³⁷ Para se ter uma noção da dificuldade, basta mencionar que dentre a documentação diretamente produzida pela UDR – quer em âmbito nacional ou regional – somente foi possível localizar o Estatuto Geral da entidade – em meio à documentação integrante do acervo da Memória da Constituinte, no Museu da República no Rio de Janeiro – e dois panfletos originados da UDR-Jovem.

³⁸ As primeiras matérias localizadas na grande imprensa sobre a UDR constaram das revistas *Senhor* de 03-06-1986, pp. 26-31 e *Veja* de 18-06-1986, pp. 36-43.

Jr., por exemplo, fora, ele próprio grande proprietário no Pontal do Paranapanema, tendo sido desapropriado pela reforma agrária da gestão Carvalho Pinto.³⁹ Deslocando-se para Goiás, teria encontrado “novos horizontes” para sua ação política, uma vez que as associações de pecuaristas regionais – sem falar na própria *Federação da Agricultura do Estado de Goiás* – já se movimentavam contra o PNRA.

Malgrado o impacto ocasionado pelo surgimento da UDR junto às agremiações patronais agrárias/agroindustriais brasileiras, forçoso é reconhecer que se tratava de uma nova entidade de grandes proprietários, muito distantes do núcleo dinâmico da agroindústria brasileira, como o corrobora seu próprio Estatuto, que somente facultava acesso a seus quadros a proprietários rurais ou pessoas diretamente vinculadas a “pecuaristas tradicionais”, devendo seus nomes ser propostos por outros sócios. Ainda com o aval destes últimos, seria possível agremiarem-se à UDR **arrendatários e usufrutuários da terra**,⁴⁰ o que se revelaria estratégia importante em seus embates posteriores, notadamente quando de sua atuação junto à *Assembleia Nacional Constituinte*, já que seriam eles os quadros mobilizados pela entidade em suas marchas cinematográficas em direção à Brasília para pressionar as votações do projeto de Reforma Agrária.⁴¹ Entretanto, os postos de alto escalão da entidade eram preenchidos por eleições com voto direto e secreto de todos os associados – **à exceção dos arrendatários e usufrutuários** - somente podendo concorrer proprietários, sócios de empresa rural, filhos, genros e noras de proprietários, demarcando claramente ser a plena propriedade da terra o critério-chave para participar da agremiação.

A UDR iniciou seu trabalho de “organização da classe” patrocinando encontros com proprietários regionais e de estados próximos, assessorando-os em ações contrárias à caracterização de seus imóveis como passíveis de desapropriação e até mesmo preparando técnicos que os auxiliassem no recadastramento de suas terras.⁴² Bem diferentes eram as informações veiculadas por entidades ligadas à luta pela reforma agrária, que denunciaram o envolvimento da UDR com a compra de armas e a formação

³⁹ *Senhor*, 03-06-1986: 27

⁴⁰ UDR. *Estatuto*. 1986, Artigo 1º, § 2º, pp.: 3.

⁴¹ DREIFUSS, R. *O jogo da direita na Nova República*. Petrópolis: Vozes, 1989; CARNEIRO, Olavo Brandão. *Tratoração: o alerta do campo* (um estudo sobre ações coletivas e patronato rural no Brasil). Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2008.

⁴² MENDONÇA, S. R. *A classe dominante agrária – natureza e comportamento* (1964 – 1990). São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 134.

de milícias privadas visando responder violentamente às chamadas “invasões” de terras.⁴³ Ou seja, mesmo antes que a grande imprensa concedesse cada vez mais espaço à UDR, esta já amealhara condições para o surgimento do “*estigma da UDR*”: a imagem de uma organização envolvida em práticas brutalmente violentas, radicais e extremistas de forma a atingir seus grandes objetivos imediatos: 1) a inviabilizar o I PNRA e 2) impedir qualquer tentativa de reforma agrária no país. Práticas com semelhante teor foram o principal divisor de águas entre a ação de entidades de classe como a SRB, a SNA, a OCB e a UDR.

A presença de Ronaldo Caiado à testa da agremiação desde sua fundação até meados de 1988 – quando se licenciou da presidência, após vitória da UDR na Assembleia Constituinte – certamente colaborou para o crescimento de suas bases: dotado de inegável presença, sua capacidade de persuasão contribuiria, em muito, para granjear novos sócios. Também a estratégia de *marketing* da entidade buscou compor sua imagem como *doublé* de médico e grande proprietário, um líder jovem, dinâmico, preparado e moderno. Todavia, a “grande arma” da UDR foi a militância – quase fanática - de seus quadros, intensificada em fins de 1986, de modo a organizar *lobbies* junto à ANC e multiplicar os leilões, marchas, passeatas, acampamentos em propriedades ameaçadas de “invasão”, cooptação de quadros, etc. Exemplo dessa “efervescência” foi a criação das chamadas *UDR-Jovem* e *UDR-Mulher*, congregando filhos e esposas de proprietários, com vistas a consolidar os laços da entidade com a classe que lhe dava respaldo, bem como difundindo o discurso da agremiação junto a escolas e universidades, através da atuação dos “*agro-boys*” e “*agro-girls*”.⁴⁴

A entidade goiana buscou lavrar dois tentos simultâneos: combater as potenciais ameaças à propriedade contidas no projeto de reforma agrária e tornar-se tacitamente reconhecida como **a grande liderança de toda a classe**, transformando-se em sujeito político por excelência nas negociações que envolveram o debate do PNRA e a aprovação da matéria no âmbito constitucional.⁴⁵ Malgrado conjunturas específicas altamente negociadas e

⁴³ GRZYBOWSKI, C. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*, Petrópolis: Vozes, 1987, p.15.

⁴⁴ JORNAL DO BRASIL (doravante *JB*), 02/11/1987, p.10 e 10/05/1988, p.7.

⁴⁵ Quanto a este aspecto discordo da análise de Pilatti, que enfatiza a relação entre UDR e latifundiários nordestinos, defendendo que o exemplo destes últimos seria eloquente “pois são justamente os latifundiários daquela região que têm exercido controle não só das representações patronais tradicionais, como também da própria representação políticas”. Pilatti, *op. cit.*, p. 68. Confrontando a citação com o já mencionado anteriormente, parece-me que a mais importante disputa pela liderança patronal-

marcadas por derrotas pontuais dos ruralistas, a UDR sairia exitosa do processo Constituinte, não apenas por ver atendidas suas demandas específicas, mas, principalmente, por sua posição de relevo no amplo espectro de alianças firmado entre distintas frações da burguesia no país, donde surgiu a *Frente Nacional da Livre Iniciativa* (1987), integrada pela UDR, Febraban, CNC, CNI, *União Brasileira de Empresários* (UBE), *Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil* e *União Brasileira de Empresários*, sendo Caiado o mentor do movimento. Tudo isso, a despeito da resistência demonstrada pelos presidentes da FIESP (Mário Amato) e da União Brasileira de Empresários (Antônio Oliveira Santos).⁴⁶

O esforço dos dirigentes uderristas em impor-se como dirigentes de toda a classe dominante agrária/agroindustrial não se fez sem percalços. Seu radicalismo e truculência eram mal vistos pelas demais entidades, sobretudo pela CNA, OCB e pela própria SRB, temerosas do desgaste de sua imagem junto à opinião pública.⁴⁷ Em reação ao avanço da UDR, um colegiado composto por representantes dessas agremiações fundou, ainda em 1986, a *Frente Ampla da Agropecuária Brasileira* (FAAP), liderada por Roberto Rodrigues, objetivando sensibilizar a futura Constituinte com relação a propostas de reforma agrária **não oriundas da UDR**. Caiado esforçou-se ainda mais para aproximar-se das entidades que o rechaçavam, revelando o empenho em ver-se reconhecido como liderança política dos grandes proprietários rurais como um todo.

Simultaneamente, a entidade goiana desafiava o governo e seu Plano Cruzado, que estabelecera o tabelamento do preço da carne, segundo seus dirigentes altamente pernicioso, donde a conhecida “crise do boi gordo”, por ela provocada através da campanha de desabastecimento de carne no país.⁴⁸ Enquanto o governo concedia o aumento pleiteado para superar o impasse, Caiado participava de entrevista na TV Cultura defendendo, ardorosamente, os pecuaristas, de quem se dizia “porta-voz autorizado”, o que lhe rendeu matéria no *Estadão* intitulada “*Um líder está surgindo*”.⁴⁹

Quanto à Assembleia Nacional Constituinte, seu panorama global não apresentava empecilhos à ação uderrista. De um lado, porque a Assembleia

associativa deu-se entre a UDR e entidades ligadas ao eixo mais dinâmico do agribusiness brasileiro, cuja base encontrava-se em São Paulo e Sul do país.

⁴⁶ O ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, 13/11/87: p. 8.

⁴⁷ PILATTI, 1988, op. cit., p.104 e SILVA, 1992, op. cit., p. 20.

⁴⁸ JB, 13/10/1986, p. 6 e 22/10/1986, p. 11.

⁴⁹ OESP, 12/10/1986, p. 38.

contava com um “vício original” além do fato de ser, em si mesma, congressional: sua **baixa representatividade**.⁵⁰ De outro, porque o PMDB, a despeito de beneficiado pelo sucesso do Plano Cruzado, abrigava elementos tão díspares quanto Roberto Cardoso Alves e Mário Covas (defensor da proposta de Reforma Agrária), o que em muito limitava seu papel como partido “avalista” da transição, além de seu posicionamento no decorrer dos trabalhos constituintes, já que em seu interior havia vários políticos comprometidos com a ditadura.⁵¹ Logo, o perfil do partido majoritário na ANC, não pode ser dissociado dos êxitos que a UDR obteve junto a todo o processo de discussão da reforma agrária, os quais não devem ser creditados, com exclusividade, ao desempenho uderrista.

Por certo não é possível menosprezar a atuação da UDR, influenciando abertamente no processo constitucional através de estratégias tão bombásticas quanto eficazes, com vistas a pressionar votações decisivas junto à ANC, tais como a *Marcha dos Produtores a Brasília*⁵² ou o movimento *Alerta do Campo*, todos em prol da derrota da emenda que previa a definição do direito à terra em correspondência à sua função social e não estritamente econômica.⁵³

É oportuno lembrar que, neste momento, o governo Sarney enfrentava dificuldades em inúmeras frentes, desde novas manifestações inflacionárias, até o questionamento do próprio PMDB diante de seu reduzido espaço político junto ao Executivo. Críticas também emergiram da área empresarial, bem como das lideranças dos trabalhadores, os quais se recusavam ao “pacto social” então proposto.⁵⁴ Não seria distinta a posição dos grandes proprietários rurais/agroempresários. Estava fermentado o solo propício a uma reação importante, movida pela citada *Frente Ampla da Agropecuária Brasileira*, diante de um duplice “inimigo”: o Estado e a UDR, que lhes ameaçava a liderança. Previa-se uma concentração de proprietários em Brasília, da qual sairia uma comitiva para levar ao Planalto as reivindicações frentistas. Caiado, uma vez mais, imiscuiu-se no evento, saindo a UDR como

⁵⁰ O'DONNELL, G. & REIS, F. W. A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas. São Paulo: *Vértice/Revista dos Tribunais*, 1988.

⁵¹ FLEISCHER, D. “Constituinte: um perfil das tendências e posicionamentos”. In: *Somos todos constituintes*. Brasília: CEAC/UnB, ano 1, nº 2, 1987, pp. 4-5.

⁵² OESP 10/07/1987, p. 5 e 09/07/87, p. 9.

⁵³ OESP, 14/05/87, p. 3.

⁵⁴ O'DONNELL & REIS, *op. cit.*

copromotora, mesmo sem o aval das agremiações envolvidas.⁵⁵ A rigor, o presidente da UDR dava mostras de grande “senso de oportunidade”.⁵⁶

Em maio de 1988, a votação final do projeto de Reforma Agrária se deu em ambiente de fortes pressões internas e externas, oriundas da mobilização da UDR em prol da sacralidade da “terra produtiva”. O clima de “terror” foi noticiado pela revista *Senhor*, denunciando as “romarias” de *agro-men* e *agro-boys* em peregrinação aos gabinetes de parlamentares, fosse para intimidá-los, fosse para garantir a presença de aliados em plenário. Articulando a votação o Centrão assegurou a vitória da grande propriedade.

A UDR foi a grande vitoriosa, tendo furado o bloqueio das demais entidades patronais rurais através de manobras escusas e obtendo o almejado - porém fugaz - reconhecimento de sua representatividade, às custas da exploração das contradições entre os adversários. Em depoimento ao *Jornal do Brasil*, Caiado afirmaria: “a esquerda é tão infantil e incompetente que, se não existisse, teríamos de criá-la. **Subestimaram nossa capacidade e isso nos deu a vitória.** Esta votação vai entrar nos momentos históricos da UDR”.⁵⁷

Entretanto, cabe esclarecer ter-se tratado de vitória efêmera, pois, imediatamente após a promulgação da “Constituição Cidadã”, a UDR tornou-se alvo de ataques das entidades rivais, capitaneadas pela OCB. A meu juízo, a UDR somente conseguiu impor sua supremacia (no sentido gramsciano do termo) mas não sua direção junto a todo o patronato rural, o que se explica tanto pela posição subalterna dos pecuaristas diante da agricultura empresarial, quanto por seus truculentos métodos de ação. O avanço da OCB foi pronto e imediato. Visando às eleições de 1990, seus dirigentes articularam uma rede parlamentar tão bem coordenada que, muito antes do pleito, o *Informativo OCB* divulgou a lista integral dos candidatos que, caso eleitos, comporiam a *Frente Parlamentar Cooperativista*.⁵⁸ Daí por diante a OCB afirmar-se-ia como **força social hegemônica**, tendo por coroamento a fundação da *Associação Brasileira de Agribusiness* (ABAG), em 1993.

⁵⁵ *JB*, 14/02/1987, p. 14.

⁵⁶ Na ocasião, Caiado criticaria a CNA, ameaçando lançar uma paralisação nacional da comercialização de produtos agrícolas e multiplicar as ações contra a correção monetária aos empréstimos agrícolas. *OESP*, 14/02/1987, p.10.

⁵⁷ *JORNAL DO BRASIL*, 26/05/1987, p. 8. *Grifo no original*.

⁵⁸ Esses nomes totalizariam cerca de 30 parlamentares, de distintos partidos e regiões do país. *Informativo OCB*. Brasília: OCB, set., 1990, p. 3.

Brevíssima Conclusão

De um modo geral, o processo movido pela UDR desde sua fundação foi o da busca por reconhecimento político, tanto intraclasse – tentando legitimar-se como “dirigente” dos proprietários/agroempresários rurais – quanto intercalasse, no âmbito da sociedade civil, com vistas a ser reconhecida como “hegemônica”.

Todavia, um dos saldos da consolidação da UDR, para além da aprovação de matéria constitucional a seu favor, pode ser aquilatado posteriormente à ANC, quando elementos egressos de seus quadros ocuparam alguns cargos estratégicos junto à sociedade política, como no caso da nomeação do ministro da Agricultura na gestão Collor, o uderista Antônio Cabrera. A partir da Pasta, a UDR persistiria em estender seus “tentáculos” no sentido de obstaculizar qualquer projeto de cunho democratizante para o campo, sendo esta sua principal marca no processo de transição conservadora no país.

Por fim gostaria de relembrar que a transição no Brasil foi marcada – e aqui tratei apenas de um “capítulo” de todo esse processo - pela alta capacidade de influência exercida por agentes e segmentos sociais autoritários, responsáveis por transformar a “**transição**” em “**transação**”, ainda que à custa de instrumentos politicamente pouco éticos ou abertamente condenáveis, como bem o ilustrou o caso da UDR.

Referências Bibliográficas:

A RURAL. São Paulo: SRB, jun., 1985.

ANAIS DO SEMINÁRIO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA/JUSTIÇA AGRÁRIA. In: *A Lavoura*. Rio de Janeiro: SNA, nov. - dez., 1985.

BRUNO, R. Revisitando a UDR: ação política, ideologia e representação. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo: 40, 1996, pp. 69-89.

BRUNO, R. *Senhores da Terra, senhores da Guerra*. A nova face política das elites agroindustriais no Brasil. Rio de Janeiro: Forense Universitária/UFRRJ, 1997.

CARNEIRO, Olavo Brandão. *Tratoração*: o alerta do campo (um estudo sobre ações coletivas e patronato rural no Brasil). Dissertação de

Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2008.

DELGADO, G. *Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985*. São Paulo/Campinas: Ícone/Unicamp, 1985.

DREIFUSS, R. *O jogo da direita na Nova República*. Petrópolis: Vozes, 1989.

FLEISCHER, D. “Constituinte: um perfil das tendências e posicionamentos”. In: *Somos todos constituintes*. Brasília: CEAC/UnB, ano 1, nº 2, 1987, pp. 4-5.

FONTES, V. & MENDONÇA, S. R. *História do Brasil recente: 1964-1992*. São Paulo: Ática, 1996.

GONÇALVES NETTO, W. *Estado e Agricultura no Brasil*. Política Agrícola e Modernização Econômica Brasileira (1960-1980). São Paulo: Hucitec, 1997.

GRZYBOWSKI, C. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*, Petrópolis: Vozes, 1987.

JORNAL DO BRASIL, 26/05/1987; 02/11/1987; 10/05/1988; 13/10/1986; 22/10/1986; 14/02/1987.

MANTEGA, G. & MORAES, M. *Acumulação monopolista e crises no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

MARTINS, J. S. *A reforma agrária e os limites da democracia na “Nova República”*. São Paulo: Hucitec, 1986.

MEDEIROS, L. S. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

MENDONÇA, S. R. A Sociedade Nacional de Agricultura e a Institucionalização de Interesses Agrários no Brasil. *Revista do Mestrado em História*. Vassouras: Universidade Severino Sombra, nº 2, 1999, pp. 21-58.

—. “Mundo rural, intelectuais e organização da cultura no Brasil: a Sociedade Nacional de Agricultura”. *Mundo Agrário*. Revista Virtual. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2000, pp. 321-329.

- ____. Questão Agrária, reforma agrária e lutas sociais no campo. *Serviço Social & Movimento Social*. São Luís: UFMA, 2000, pp. 78-91.
- ____. *A classe dominante agrária – natureza e comportamento (1964 – 1990)*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- ____. *Estado e economia no Brasil- opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- ____. *O Ruralismo Brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- O ESTADO DE SÃO PAULO. 14/05/1987; 10/07/1987; 09/07/1987; 12/10/1986; 14/02/1987; 27-06-1985; 13/11/1987; 29-03-1981.
- O'DONNELL, G. & REIS, F. W. A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas. São Paulo: *Vértice/Revista dos Tribunais*, 1988.
- OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista*. O Ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.
- PALMEIRA, M. G. “Burocracia, política e reforma agrária”. In: MEDEIROS, L. S et alii (Orgs.). *Assentamentos rurais – uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Editora da Unesp, 1994, pp 49-68.
- ____. & LEITE, S. “Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas”. In: COSTA, L. F & SANTOS, R. (orgs.). *Política e Reforma agrária*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, pp. 92-165.
- PILATTI, A. *Marchas de uma contramarcha: transição, UDR e Constituinte*. São Paulo: PUC, (Dissertação de Mestrado em Ciências Jurídicas).
- SILVA, J. G. “As Representações Empresariais da Agricultura Brasileira Moderna: as Disputas na Transição para a Democracia”. *Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*. Brasília: 1991, pp. 261-285.
- ____. Les associations patronales de l’ agriculture Brésilienne moderne: les controverses au cours de la transition vers la démocratie. *Cahiers du Brésil Contemporain*. Paris: 18, juin, 1992.
- ____. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- ____. *Buraco Negro – a reforma agrária na Constituinte*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

____. *Para entender o Plano Nacional de Reforma Agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SINGER, P. *A crise do “milagre”*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

STEDILE, J. P. (org.). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994.

UDR. *Estatuto*. 1986.

Ditadura, Transição e Hegemonia Neoliberal no Brasil: antigas questões, novos desafios

Gelsom Rozentino de Almeida¹

O caráter classista da Ditadura

É inegável que o golpe civil-militar de 1964 é um marco fundamental na história brasileira. Mas, como todo marco, é também o centro de inúmeras controvérsias: ocorreu no dia 31 de março ou no 1º de abril? Foi golpe, contra-golpe, revolução ou contra-revolução? Poderia ser evitado? Como teria sido se Jango tivesse resistido? Foi determinado pelas condições do desenvolvimento do capitalismo brasileiro ou resultado de uma crise política conjuntural? Para muitos ainda hoje, foi bom ou ruim?

A crise política que tomou conta do governo João Goulart pôs em questão o chamado “pacto populista”, consubstanciado na aliança PSD-PTB. Sua manifestação mais visível consistiu na emergência das forças populares, cujas demandas iam muito além da capacidade de assimilação dos canais institucionais existentes, ameaçando, no sentido mais amplo, o poder hegemônico dos EUA no continente. Em outras palavras, os interesses do capital internacional no Brasil viam-se acuados por exigências de reformas dos grupos mais radicais. Todavia, isso não significa que um processo revolucionário estava em curso ou muito menos que as reformas de base constituíssem por si mesmo uma ameaça ao capitalismo no Brasil.

Para contrapor o avanço das forças empenhadas em pressionar o governo a realizar as Reformas de Base, as elites empresariais, burocráticas e militares procuraram se organizar. A vanguarda dessas elites estava organizada em torno do complexo IPES/IBAD e ESG.² Seus objetivos iam, no entanto, além da pura e simples resistência às reformas. Consistiam também em alterar o curso do desenvolvimento econômico-social do país. Em síntese, buscavam um projeto de inserção do país no sistema econômico internacional, que supunha uma abertura do mercado brasileiro ao capital

¹ Professor Associado do PPGHS/UERJ, Procientista FAPERJ/UERJ, coordenador do TEMPO – Núcleo de Estudos sobre Território, Movimentos Sociais e Relações de Poder e do GT História e Marxismo da ANPUH.

² IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais; IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática; ESG – Escola Superior de Guerra. Para a análise da ação desses aparelhos privados de hegemonia, bem como a articulação do golpe pela classe dominante, ver a clássica e ainda a melhor análise de DREIFUSS, René A. *1964: a conquista do Estado*, 3ª ed., Petrópolis: Vozes, 1981.

internacional. Para isso, parecia crucial uma ofensiva político-militar com vistas a esmagar as articulações reformistas.

A maior parte da grande imprensa participou intensamente da campanha ideológica promovida pelo complexo IPES/IBAD/ESG e, posteriormente, apoiou decisivamente o golpe. Os principais jornais e revistas do país publicaram seguidos editoriais contra a continuidade do governo Jango e em defesa da intervenção militar. Também foram utilizados rádio, televisão, cinema e a publicação de panfletos e livros, em defesa do capitalismo, da democracia liberal e do anti-comunismo na formação da opinião pública. O desenvolvimento da articulação direitista que resultou no golpe se intensificou no início de 1964, contando com o decisivo recurso financeiro de empresários nacionais e estrangeiros, da CIA e da embaixada dos EUA (Lincoln Gordon e Wernon Walters, embaixador e adido militar), do comando militar, de políticos (sobretudo Carlos Lacerda, Magalhães Pinto e Adhemar de Barros, governadores da Guanabara, Minas Gerais e São Paulo), da Igreja Católica, dos proprietários rurais e do apoio das classes médias. Destaca-se ainda a “Operação Brother Sam”, em que o governo dos EUA deslocou navios, armamentos militares e combustível, como apoio logístico para uma possível guerra civil, que não ocorreu.

Ao contrário do esperado pelos próprios conspiradores civis e militares, não houve reação organizada. O “dispositivo militar” não funcionou. Brizola tentou comandar nova reação a partir do Rio Grande do Sul, com apoio do 3º. Exército. Jango afirmou que resistiria, mas desistiu. Miguel Arraes foi preso, em Recife. Brizola não logrou reeditar a resistência de 1961, e exilou-se no Uruguai, para onde Jango se dirigiu, no dia 2 de abril.³ Nesse dia foi deflagrada uma greve geral liderada pelo CGT em apoio ao governo. Embora contasse com a adesão das principais categorias dos trabalhadores que paralisaram o Rio de Janeiro, não foi suficiente para reverter o golpe e impedir a ocupação militar dos principais espaços públicos. Nos primeiros dias após o golpe, uma violenta repressão atingiu os setores politicamente mais mobilizados à esquerda no espectro político, como CGT, UNE, Ligas Camponesas, PCB e grupos católicos como a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Ação Popular (AP). Milhares de pessoas foram presas de modo irregular, e a ocorrência de casos de tortura foi comum, especialmente no Nordeste. O líder comunista Gregório Bezerra, por exemplo, foi amarrado e arrastado pelas ruas de Recife. Militares

³ É provável que ele tenha deixado realmente o Brasil, a partir do interior do Rio Grande do Sul, apenas no dia 4 de abril.

legalistas que não apoiaram o golpe foram reformados e dezenas de políticos foram cassados.

Logo após o golpe, iniciou-se o programa de estabilização e reformas pelo ministro do Planejamento, Roberto Campos, e pelo ministro da Fazenda, Octavio de Gouvêa Bulhões, que lançou as bases para um novo ciclo de acumulação capitalista no Brasil. Algumas destas reformas fizeram parte do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), que havia sido discutido e elaborado em boa parte nos círculos do IPES antes do golpe. O PAEG pretendia devolver ao país o crescimento da segunda metade dos anos 50; pôr fim à inflação anual de três dígitos; corrigir o déficit externo; equilibrar as contas públicas; reduzir desigualdades regionais e sociais; gerar empregos.

Entre 1964 a 1967 a economia brasileira cresceu a uma média anual de 4,2%, um ritmo nada excepcional para a época. Logo antes do golpe, no primeiro trimestre de 1964, a inflação acelerou para um nível anualizado de 140%, depois de ter atingido o nível recorde de 81% em 1963. A reversão do processo inflacionário foi um dos objetivos primordiais da política econômica no início do período militar e teve como pilar principal o arrocho salarial, através da correção de salários com base na “inflação futura”. Foi a fase da “inflação corretiva”, em que houve aumentos nos preços artificialmente represados, como câmbio, tarifas públicas, gasolina, trigo e outros produtos. A inflação fechou 1964 em 91%, e caiu para 34% em 1965, sem que houvesse um grande aperto monetário, mas baseado no arrocho salarial. A partir de 1966, quando a política monetária foi mais dura, houve dois anos seguidos de inflação em torno de 25%, e nos três anos consecutivos ela estacionou no nível de 20%. Percebe-se, claramente, uma estratégia de transferência de renda nessa política econômica, que tem seus efeitos agravados pelo conjunto do plano.

O PAEG incluiu uma reforma tributária, que criou impostos sobre valor agregado (ICM e IPI), e universalizou o Imposto de Renda. O aumento dos impostos reduziu substancialmente o déficit público, de 1964 a 1966. Outras medidas foram a unificação da Previdência, com a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS); a criação de um mercado para títulos da dívida pública e a criação da correção monetária; a criação do Banco Central (inicialmente com independência, posteriormente retirada pelo presidente Arthur da Costa e Silva); o fim da estabilidade de emprego aos 10 anos de trabalho, substituída, como “mecanismo de proteção ao trabalhador”, pelo Fundo de Garantia do Tempo de Trabalho (FGTS); e o lançamento das

cadernetas de poupança e do financiamento da casa própria em larga escala, com a fundação do Banco Nacional da Habitação (BNH) e o Sistema Financeiro da Habitação (SFH). Essas medidas resultaram numa forte capitalização do Estado, na alavancagem das empresas, numa intensa rotatividade de mão-de-obra e viabilizaram o período de acelerado crescimento econômico a partir de 1968, conhecido como “milagre econômico”. Mas, como já foi dito, diante dessas medidas de superexploração dos trabalhadores, acrescidas da repressão sobre os trabalhadores, milagre era não ter “milagre”...⁴

Foi neste quadro que o Marechal Costa e Silva chegou à presidência e elegeu como prioridade o crescimento econômico. Hélio Beltrão (Planejamento) e Antonio Delfim Netto (Fazenda), representando um novo diagnóstico e uma nova receita para a crise brasileira, que desencadeou o mais longo ciclo de crescimento econômico do país. Alavancada pelo confortável caixa do Estado e pelo excesso de liquidez internacional, a taxa de investimento passou de 20% do PIB. Uma generosa oferta de crédito e subsídios ao setor privado, especialmente nas áreas ligadas à exportação, um rigoroso sistema de controle de preços (implementado em 1967) e arrocho salarial completavam o modelo. Foi a materialização do “milagre econômico”.

Entre 1968 e 1973, sobretudo no governo Médici, ainda com Delfim à frente da economia, agora com Reis Veloso, o País cresceu a uma média de 12% ao ano. Houve o estímulo à atividade econômica, como a expansão do crédito – incluindo, especificamente, o crédito ao consumidor –, baixas taxas de juros e redução de compulsórios. Destaca-se o desempenho do setor de bens de consumo duráveis, como eletrodomésticos e carros, que cresciam de 20% a 25% ao ano. Uma iniciativa importante do governo foi a criação da Embrapa e as medidas de apoio ao setor agrícola, que acompanharam a fase inicial do plantio de soja no Brasil, modernizando setores agrícolas tradicionais, lançando as bases dos Complexos Agro Industriais (CAI's). Grandes obras para o “Brasil Grande”: Transamazônica e Ponte Rio-Niterói. Apesar da economia aquecida, a inflação oficial teve uma queda moderada no período do chamado “milagre”, saindo de 25% em 1968 para 16% em

⁴ MENDONÇA, Sonia Regina de & FONTES, Virgínia Maria. *História do Brasil Recente – 1964-1994*. São Paulo: Ática, 2006; MENDONÇA, Sonia Regina de, *Estado e Economia: Opções de Desenvolvimento*. 3a. ed, Rio de Janeiro: Graal, 2003.

1973. Para Delfim, justificando a concentração de capital, dizia que era primeiro crescer para depois dividir o bolo...⁵

Um exemplo fundamental do aprofundamento da desigualdade social é a política do salário mínimo. Salário Mínimo – tomando o valor inicial do salário mínimo em 1943 como equivalente a 100, em 1964 ele era de 92, em 1968 era 68, em 1975 era 55, em 1980 era 60 e em 1985 era 52. O que isso representa? Uma enorme e brutal redução do salário mínimo como política econômica do Estado e parte fundamental do processo de acumulação capitalista

Transição Conservadora

No Brasil, embora saibamos que a História não se repete, temos uma frequente sensação de *déjà vu*, como naquelas continuações de filmes em que mudam o cenário, os figurantes, mas o ator principal e o roteiro permanecem.

Entendo os anos oitenta como um período de crise da hegemonia burguesa no Brasil e de uma tentativa de construção de uma contra-hegemonia através do Partido dos Trabalhadores. Tal perspectiva implica na recuperação de pontos fundamentais para a “Questão Nacional”, conforme análises clássicas de Francisco de Oliveira, Luiz Werneck Vianna, Florestan Fernandes, José de Souza Martins e Wanderley Guilherme dos Santos. O modo de produção capitalista teria se desenvolvido no Brasil através de uma “via prussiana” ou “modernização conservadora”, evidenciada no Estado pós-1930. Essa modernização capitalista brasileira seria caracterizada, por um lado, pela aliança entre os grandes proprietários rurais e a burguesia industrial, e, por outro lado, o estabelecimento de uma divisão entre o campo e a cidade no mundo do trabalho. A ação articulada entre o setor industrial e o agrário permitiria o avanço capitalista de forma a preservar a estrutura agrária de “reformas” e de manter nas relações trabalhistas e sociais no campo as marcas da escravidão. Estigmatizados como “jecas”, “caipiras”, “brancos”, “atrasados”, os trabalhadores rurais não teriam direitos: nem ao voto, nem a escolas, nem a sindicatos, nem a carteira assinada e, se reclamassem, nem à vida. De Canudos ao MST, passando por Contestado,

⁵ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 2. ed. atualizada e ampliada. Bauru, SP: EDUSC, 2005; CARNEIRO, Dionísio Dias, “Crise e Esperança: 1974-1980”. In: ABREU, Marcelo de Paiva, *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1992; CASTRO, Antonio Barros de & SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. *A Economia Brasileira em Marcha Forçada*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985; MENDONÇA & FONTES, op. cit.; MENDONÇA, op. cit.; OLIVEIRA, Francisco de, *A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista*, 6a. ed, Petrópolis: Vozes, 1988;

Trombas, e tantos outros movimentos e lutas, a “Questão Agrária”, como definida por Caio Prado Jr., seria a própria questão nacional e base das desigualdades, injustiças e violência contra o povo brasileiro.

Os trabalhadores tiveram um longo processo de lutas e resistências. O primeiro movimento a tentar organizar de forma conjunta os trabalhadores do campo e cidade, ao final da década de 1920, foi o BOC – Bloco Operário Camponês, que, embora de forma incipiente, explicitava o problema da dominação dos grandes proprietários de terras e de capitais. Contra a organização dos trabalhadores, se articulou a contra-revolução de 1930 e ascensão de Getúlio Vargas. Mais uma vez, nos anos 1930, contra a ANL – Aliança Nacional Libertadora, o maior movimento de massas até então, e o PCB – Partido Comunista Brasileiro, as classes dominantes se (re) articularam em torno de Vargas e do “Estado Novo”.⁶

No final da Segunda Guerra Mundial, implanta-se um regime democrático, ainda que limitado. Período riquíssimo de lutas sociais, cresce a participação popular em busca do reconhecimento de seu espaço cidadão. Reduzir o debate sobre o período com a qualificação de “populismo” é esquecer o quanto de empenho, esforço, organização se empreendeu nesse período. Ao longo dos breves anos de duração de uma democracia restrita, já na década de 1960, observava-se uma crescente articulação entre os trabalhadores urbanos e os trabalhadores rurais, em rápido processo de organização. Cresciam as reivindicações de direitos sociais – educação, saúde, habitação, saneamento – e as de participação política. Esboça-se, pela primeira vez, de forma consequente, a nacionalização do trabalho, não sob a forma de leis e de reconhecimento público, mas das lutas sociais, das reivindicações, da cultura, abrindo-se a possibilidade da construção de uma nação de fato.

Frente a isso, Golpe Militar. Modernização acelerada do campo, o que traduzido quer dizer: expulsão dos trabalhadores, grilagem acobertada, impossibilidade de organização autônoma, manutenção da concentração fundiária legal ou ilegal, e sua ampliação para os territórios de fronteira crescentemente ‘anexados’, onde se repetia o processo de expropriação das populações locais e da remontagem da grande propriedade. Financiamento para uns, repressão para os demais. Arrocho salarial nas cidades,

⁶ Sobre o BOC e a “Revolução de 1930”, ver: DECCA, Edgar de. *1930: o silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1981; TRONCA, Ítalo, *Revolução de 1930: a dominação oculta*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

Sobre os anos 30 e a via prussiana, ver: VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*, 2^a ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

desmontagem desse longo trabalho de autonomização dos sindicatos, repressão, prisão, vida humana sem valor.⁷

O período da presidência de José Sarney representaria, efetivamente, o momento final da transição – um “governo de transição”, entre o regime ditatorial e o democrático. Mas não somente isto. Representaria ainda um governo onde a crise de hegemonia burguesa tornar-se-ia explícita, diferenciando-se de uma mera crise de governo ou “governabilidade”, patente na incapacidade dos grupos dominantes tornarem-se também dirigentes, na ausência de um projeto unificador dos interesses dos diferentes setores burgueses e na carência de legitimidade para a formação de um “consenso”. Conforme o indicado por Gramsci.

Como se formam estas situações de contraste entre ‘representados e representantes’, que do terreno dos partidos (organizações de partido num sentido estrito, campo eleitoral-parlamentar, organização jornalística) refletem-se em todo o organismo estatal, reforçando a posição relativa do poder da burocracia (civil e militar), da alta finança, da Igreja e em geral de todos os organismos relativamente independentes das flutuações da opinião pública? O processo é diferente em cada país, embora o conteúdo seja o mesmo. E o conteúdo é a crise de hegemonia da classe dirigente, que ocorre ou porque a classe dirigente faliu em determinado grande empreendimento das grandes massas (como a guerra), ou porque amplas massas (especialmente de camponeses e de pequenos burgueses intelectuais) passaram de repente da passividade política a certa atividade e apresentaram reivindicações que, no seu complexo desorganizado, constituem uma revolução. Fala-se de ‘crise de autoridade’, mas na realidade, o que se verifica é a crise de hegemonia, ou crise do Estado no seu conjunto.⁸

Via de regra, entende-se as tentativas de estabelecimento de um “pacto social” durante a “Nova República” como se fosse uma forma de controlar a mobilização dos trabalhadores, através dos sindicatos e partidos de esquerda. Esta interpretação é correta, porém tende a considerar o governo – ou o Estado, conforme variações – como um “bloco” coeso, unitário, impermeável. Todo Estado capitalista é permeável às lutas sociais e contradições, e, sobretudo, sujeito às disputas entre as diferentes frações de

⁷ Palestra proferida pela Profa. Virgínia Fontes no “Colóquio entre História e Economia: Trabalho e desenvolvimento no Brasil – implicações sociais”, Rio de Janeiro: CUMSB, abril/2000.

⁸ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, vol. 3, *Maquiavel*. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

classe que detém o poder. A questão do “pacto social”, por exemplo, possibilita identificar dois posicionamentos no governo Sarney:

1) Aqueles que defendiam a necessidade de um “pacto” como requisito para a retomada do desenvolvimento, significando, portanto, um projeto que priorizaria os investimentos nas áreas sociais, infra-estrutura, subsídios, redução da tensão no campo, através de uma ação mais direta do Estado, objetivando a expansão do mercado interno e o crescimento industrial;

2) daqueles que afirmavam que o mercado, “livre das amarras do Estado”, em seu livre jogo de oferta e procura, suas “leis naturais”, resolveria por si os problemas reais da sociedade brasileira através de uma abertura (maior) ao investimento estrangeiro, cabendo ao Estado equacionar a questão da dívida externa e promover as condições necessárias para a atração de capitais, com a desregulamentação da economia e redução dos gastos sociais, o “neoliberalismo”, evidenciando os interesses do setor financeiro internacional e nacional.

Esse período de crise de hegemonia não foi deflagrado, porém, a partir unicamente de uma derrocada interna, de uma ausência de projetos dos grupos dominantes brasileiros, ainda que esta fosse real. Foi impulsionado também por duas situações que o ultrapassavam: um processo de transição política que teve de fazer face à participação crescente e não prevista dos trabalhadores e da eclosão de uma crise econômica de âmbito mundial, que afetava especialmente a economia brasileira, em função das políticas econômicas então implementadas.

Em termos gerais, as interpretações sobre a transição estabelecem três momentos históricos. O primeiro, entre 1974 e 1982, identificado como “liberalização”, quando o governo militar teria conservado o controle do processo, através de mudanças repentinas das regras do jogo político e de ameaças veladas (ou abertas) de “endurecimento”. O segundo momento, quando se instauraria efetivamente a transição. A partir da vitória nas eleições de 1982, com novos governadores eleitos e numerosas bancadas no Congresso e Assembleias Legislativas, a oposição passou a compartilhar da iniciativa do poder, através do controle dos três mais importantes estados do país (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais). Nesse período ocorreria a tentativa frustrada das “Diretas Já” e a negociação que possibilitou a eleição indireta de Tancredo Neves e a “Nova República”. O terceiro momento se iniciaria com a instalação da Assembleia Constituinte (na forma de “Congresso Constituinte”) e a promulgação de uma nova Constituição em

1988. Alguns autores estendem esse momento até a eleição direta para presidente em 1989 e a posse de Fernando Collor Mello, primeiro presidente eleito pelo voto direto desde 1964.

Considero, pois, que a ditadura militar se encerra com o fim do governo do General João Baptista de Oliveira Figueiredo em 15 de março de 1985. A “distensão” – lenta, gradual e segura, iniciada no Governo do General Ernesto Geisel não indicaria, necessariamente, uma transição para a democracia, nem a “abertura”, conforme proposta inicialmente no Governo Figueiredo. A transição da ditadura militar para algo que se supunha deveria ser a democracia se limitaria ao governo civil de José Sarney e seria concluída com a posse de Fernando Collor de Mello em 15 de março de 1990.

A grande maioria da produção acadêmica, em termos gerais, se preocuparia com a instauração de instituições estáveis capazes de garantir o estabelecimento e o pleno funcionamento do regime democrático. São poucas as considerações em termos de classes sociais, privilegiando a articulação, ou melhor, a oposição, entre Sociedade e Estado, evidenciando uma influência crescente do pensamento liberal nas universidades. As análises da transição, com ênfase nas "estratégias" adotadas pelos chamados “atores relevantes”, tenderiam a generalizações sobre as características e a "natureza" do Estado e/ou regime. A maior generalização, decorrente dessa perspectiva, é sobre o caráter autoritário intrínseco do Estado brasileiro. Haveria uma "afinidade eletiva" entre o desenvolvimento capitalista tardio, a dependência e o Estado autoritário, como um modelo presente na maior parte do século XX no Brasil. Reconstituindo a oposição Estado e Sociedade, o autoritarismo estatal assumiria a forma de antecipação das expressões da sociedade, impondo o capitalismo e a modernização, deixando em seu rastro uma sociedade civil "frágil" e incapaz de se organizar de forma democrática. A "verdadeira" democracia, que iria além da mera liberalização, dependeria sobretudo de uma mudança da cultura política no interior da sociedade civil e nas suas relações com o Estado. Que poderia ser atingida por uma "ruptura", com a adoção popular da idéia de democracia, ou através de um "pacto" ou "negociação".

Pode-se definir três linhas de interpretação:

- 1) A transição teria sido um processo iniciado pelos dirigentes do regime, porém, mais do que uma estratégia deliberada, o início desse processo indicaria uma crise interna do sistema de dominação. Assim, uma das características essenciais do processo de transição política seria a tensão permanente entre continuidade e mudança. Essas tensões seriam os fatores

determinantes na delimitação dos passos e alcance (extensão) das transformações políticas. Esse processo seria constantemente ambíguo, contraditório e sujeito à pressões antagônicas. Algumas dessas pressões reforçariam os elementos de continuidade enquanto outros trabalhariam em direção de uma ruptura.⁹

2) Na segunda abordagem, as pressões sociais são privilegiadas como fator gerador da mudança política. As contradições econômicas derivadas do desenvolvimento capitalista - ligadas ou não a uma situação de crise - imporiam ao governo militar a abertura política, em razão da crescente insatisfação social e da redução de sua base de apoio. As transformações apresentariam uma tendência à uma liberalização reduzida, a democracia somente podendo se instaurar enquanto resultado de sua apropriação política pelas camadas populares. A abertura promovida pelo governo teria duas razões maiores: 1) a crise econômica internacional, a partir de 1973, impossibilitando a manutenção da estratégia de crescimento econômico; 2) a crescente insatisfação das classes médias e dos empresários, que o governo não era mais capaz de impedir. Essa interpretação conduziria à imagem de um pêndulo: de um lado, o governo, que deteria o poder mas não seria capaz de continuar como antes; de outro, os movimentos sociais, que deveriam conduzir a abertura, mas não disporiam da unidade política necessária.¹⁰

3) A terceira abordagem articula as duas primeiras, onde estariam presentes uma dinâmica do pacto e de negociação pelo alto, e as demandas sociais, traduzidas pelos movimentos, organizações e partidos diversos. A dimensão política é enfatizada, considerando-se ainda a "incerteza" do processo, e a "tolerância" como um valor democrático. Seria definida como uma "transição conservadora".

⁹ Entre os autores, conforme a classificação, destaco: DINIZ, Eli, *The Political Transition in Brazil: A Reappraisal of the Dynamics of the Political Opening*. Rio de Janeiro: IUPERJ, Série Estudos nº35, março, 1985; MARTINS, Luciano, "A Liberalização do Regime Autoritário no Brasil". In: O'DONELL, Guilherme, SCHMITTER, Philippe C. & WHITEHEAD, Laurence (org.), *Transições do Regime Autoritário*. América Latina. São Paulo: Vértice, 1988; Idem, "Ação política e governabilidade na transição brasileira." in: MOISÉS, José Álvaro & ALBUQUERQUE, J.A.Guilhon, *Dilemas da consolidação da democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989; O'DONNELL, Guilherme, *BA: Reflexões Sobre os Estados Burocráticos-Autoritários*. São Paulo: Vértice, 1987. Esta publicação é uma versão revista e ampliada do texto original de 1975, onde o autor utiliza o conceito de regime ao invés de Estado.

¹⁰ Para esta linha, destaco: MOISÉS, José Álvaro. "Dilemas da Consolidação Democrática no Brasil". In: MOISÉS & ALBUQUERQUE, op. cit.; WEFFORT, Francisco C., "Incertezas da Transição na América Latina". In: MOISÉS & ALBUQUERQUE, op. cit.; VIANNA, Luiz Werneck, O problema da cidadania na hora da transição democrática, *Dados*, vol. 26, nº 3, Rio de Janeiro, 1983; VIANNA, Luiz Werneck, Atualizando uma Bibliografia: "Novo Sindicalismo", Cidadania e Fábrica, In: *BIB*, Rio de Janeiro, n. 17, 1 sem/1984.

A iniciativa de abertura coube ao regime. Porém, ela detonaria um processo de mudança cuja magnitude escaparia ao controle ditatorial. Se estabeleceria uma incompatibilidade manifesta entre as instituições políticas em "queda" e a sociedade "emergente".¹¹ Durante a ditadura militar, em contradição apenas aparente, foram estendidos aos trabalhadores agrícolas os direitos trabalhistas até então restritos aos trabalhadores urbanos. Esta e outras medidas (como a implantação dos Complexos Agro-Industriais, da mecanização da agricultura, do modelo poupador de mão de obra) representavam a busca de superação da questão agrária a partir da consolidação do capitalismo no campo. A burguesia brasileira, no processo de transição, tentaria superar a sua crônica incapacidade de elaboração de um projeto político incorporador, devendo defrontar-se com a multiplicação de organizações que se identificavam com projetos de remodelação social. Dentre esses, estavam sindicatos operários, nova classe média ligada ao Estado, profissionais liberais, que já há algum tempo tinham acesso à cidadania, e que viveriam um conflito entre a manutenção das prerrogativas corporativas anteriores e as reivindicações de universalização da cidadania em curso na transição.

A “Revolução Burguesa” no Brasil - seguindo, em termos gerais a interpretação de Florestan Fernandes - teria ocorrido pela “via prussiana” através da realização da “modernização conservadora”.¹² A coalizão conservadora seria refeita politicamente em cada momento de crise tendo como princípio e meta o estabelecimento de uma nova etapa de acumulação acelerada - talvez comparável ao conceito de “aprofundamento do capitalismo”, desenvolvido por Guilherme O’Donnell.¹³ Essa recomposição entre os “de cima” significaria o reforço do controle e dominação sobre os “de baixo”, que teriam se manifestado de forma autônoma no momento de crise anterior . Os momentos de crise, que teriam permitido a “ruptura democrática”, mas que resultaram, na recomposição da coalizão conservadora, segundo ele, foram: 1888/1889, 1930, 1935/1945, 1953/1954, 1964.

No início da década de 80 o ciclo da “Revolução Burguesa” no Brasil teria se completado, dando lugar ao surgimento de uma “cidadania livre”, questionadora e opositora da ordem capitalista/burguesa, através da

¹¹ SANTOS, Wanderley Guilherme dos. "A Pós-Revolução Brasileira". In: JAGUARIBE, Hélio et alii. *Brasil, Sociedade Democrática*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985. p. 233.

¹² FERNANDES, Florestan. *Nova República?*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1986.

¹³ O’DONNELL, Guilherme. *O Estado Burocrático-Autoritário*. 2ª ed., S.Paulo: Vértice, 1987.

combinação da ação sindical e de partidos democráticos. Este movimento estaria caminhando, então, no sentido de uma ruptura democrática. Partindo dessa interpretação, os anos 80 seriam um momento de crise de hegemonia, “resolvida” com a recomposição das forças conservadoras e burguesas através da coalizão que, primeiro, sustentou o governo-tampão de Itamar Franco e, em seguida, elegeu Fernando Henrique Cardoso.

Hegemonia e Contra-Hegemonia

Por que a década de 1980 é chamada de “década perdida?” Era consenso – ou quase – que essa década havia sido “perdida” para o Brasil, do ponto de vista do crescimento econômico, da crise, da concentração de renda, etc., ou, de outra forma, de oportunidades que teriam escapado por entre os dedos. Mas e a conquista da democracia? A conquista de coisas banais, como poder ver, ler, ouvir e dizer o que se quiser, de se reunir e organizar, de votar e ser eleito, que não vieram de uma hora para outra nem facilmente, como uma “dádiva” dos poderosos.¹⁴

A década de 1980 é vista em geral como um momento de redefinição do país, onde um leque de possibilidades “desperdiçadas” teria como consequência principal o prolongamento da chamada “crise dos anos 80” até os dias atuais. Como exemplos poderiam ser citados diversos indicadores econômicos como o aumento da concentração de renda em plena recessão, a queda e/ou a manutenção do consumo e dos níveis de produção registrados no início dos anos 80 (como a produção de automóveis, as perdas salariais, etc).

Essa crise, na verdade, representaria um momento de crise de hegemonia. As condições criadas pelo golpe de 1964 permitiriam o pleno êxito do modelo de desenvolvimento dependente-associado, sobretudo a partir de 1968, compreendendo o período do “milagre”. A crise do Petróleo em 1973 teria como consequências para o Brasil, não só a elevação do preço do produto e derivados, mas o aumento dos juros no mercado financeiro internacional, dificultando e encarecendo o até então abundante fluxo de poupança externa. Todavia, a política desenvolvimentista do governo prosseguiu, em ritmo menos acelerado, com taxas de crescimento em torno de 4% ao ano, contra a média de 10% ao ano no período anterior. Esta “marcha forçada” da economia teria em 1979 o seu limite, com o início de

¹⁴ ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. *História de uma década quase perdida*. PT, CUT, crise e democracia no Brasil: 1979-1989. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

uma política recessiva de "ajuste", promovida pelo governo, conforme o receituário do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Mas, desde 1974, a sociedade começara a sentir os efeitos da política de crescimento do governo: prolongamento do arrocho salarial e da concentração de renda, acirramento das desigualdades regionais, aumento do custo de vida, etc. A classe média, cooptada a princípio pelo espaço consumista reservado pela política econômica, demonstrava a sua insatisfação com o regime através de movimentos contra a carestia, engrossando com seus votos a oposição consentida do MDB (nas eleições de 1974), e, mais tarde, apoiando as greves (médicos, professores) e a campanha pela Anistia.

O movimento sindical, a partir da greve da Scania em 1978 e sua extensão pelo ABCD paulista, ganhou um novo impulso: novas formas de manifestação e organização, novas lideranças, novas reivindicações. As greves dos metalúrgicos representariam não só a ruptura com o sindicalismo oficial, mas a maior contestação da legitimidade da política e do próprio governo no final dos anos 70. As tentativas de repressão desse movimento por parte dos empresários e governo não foram capazes de deter os seus desdobramentos: a organização da CONCLAT (Conferência da Classe Trabalhadora) e posteriormente da uma nova central sindical - a CUT (Central Única dos Trabalhadores); a criação inovadora de um Partido dos Trabalhadores (PT), calcado em novas bases sociais e em uma relação quase horizontal entre a base e a direção; e, indiretamente, no campo, a revitalização do movimento dos trabalhadores rurais e o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

Assim sendo, pode ser considerada correta a ideia de "década perdida" para a imensa maioria da população à margem do mercado, prejudicada por políticas econômicas recessivas, arrochos salariais, desemprego, falta de assistência médica e previdenciária, sem educação, em meio a uma espiral inflacionária extremamente perversa, aceleradora do processo estrutural de concentração de renda. Mas, paradoxalmente, foi justamente nos anos 80 que ocorreu a transição e consolidação do regime democrático, não apenas a normalização das instituições e da revitalização política, mas, sobretudo, pelo desenvolvimento da sociedade civil. Intensificaram-se nesse período um sem-número de debates, propostas e campanhas promovidas pelos movimentos sociais (como associações de moradores, movimento negro, indígena, etc) e uma rica diversidade de Organizações não-Governamentais (ONGs). Além disso, deve se destacar a inovação para o processo histórico brasileiro de três novos sujeitos: o PT, Partido dos Trabalhadores, criado a

partir das bases sindicais e sua demanda por uma inserção política feita "de baixo para cima"; a construção da CUT, Central Única dos Trabalhadores, a partir de uma série de conflitos entre diferentes propostas de organização sindical, vencidos pelo "novo sindicalismo" do ABCD paulista; e o surgimento do MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, que apareceu no cenário das lutas no campo caracterizado por novas formas de organização e de articulação entre bandeiras e reivindicações.

A década de 1980 não se constituiu em um período de ganhos econômicos para os trabalhadores, mas tampouco representou uma "década perdida", conforme o uso corrente. Os anos oitenta representaram uma época de grandes ganhos políticos para os trabalhadores, através do efeito pedagógico das experiências das diversas lutas travadas. As greves do período reforçaram a organização dos trabalhadores, recolocando em suas mãos a capacidade de iniciativa de questionamento da política econômica do governo e da exploração capitalista. Enfrentando inúmeros desafios, a Central Única dos Trabalhadores consolidou-se como a mais importante central sindical brasileira.

O Partido dos Trabalhadores, formado como resultado das lutas do novo sindicalismo e de diferentes setores contra a ditadura militar, representa a grande inovação do sistema político-partidário brasileiro. Indo além, o PT assumia um lugar único na política mundial, criticando as experiências socialistas existentes, a burocratização do Estado e do partido, o modelo econômico centralizado, as formas políticas autoritárias, etc. E, ao mesmo tempo, assumiria uma posição anti-capitalista, recusando trilhar os caminhos da social-democracia e do revisionismo, procurando construir um projeto de socialismo efetivamente democrático.

A década de oitenta foi marcada pela crise de hegemonia das classes dominantes no Brasil e da tentativa de construção de uma contra-hegemonia pelo bloco PT/CUT, onde o período da presidência de José Sarney representaria um governo onde a crise de hegemonia burguesa tornar-se-ia explícita, diferenciando-se de uma mera crise de governo ou "governabilidade", patente na incapacidade dos grupos dominantes tornarem-se também dirigentes, na ausência de um projeto unificador dos interesses dos diferentes setores burgueses e na carência de legitimidade para a formação de um "consenso". Todavia, essa crise não foi deflagrada apenas por uma derrocada interna ou decorreu da ausência de projetos dos grupos dominantes brasileiros, mas impulsionada pelo processo de transição política que teve de enfrentar a participação crescente e não prevista dos

trabalhadores e da eclosão de uma crise econômica de âmbito mundial, que atingiu especialmente a economia brasileira, em função das políticas econômicas então implementadas. O processo de elaboração da Constituição de 1988 representou o grande momento da disputa de hegemonia, através do confronto de um projeto liberal (anti-popular) e um projeto popular liderado pela CUT e o PT.

As classes dominantes procuravam apresentar a Assembleia Nacional Constituinte – em verdade o Congresso Constituinte - como uma instituição neutra, na qual os “representantes do povo” estariam acima das classes e teriam como missão elaborar uma Constituição que respeitasse igualmente os interesses de “todo o povo”. Retirando do povo sua soberania e seu poder originário, pois “todo o poder emana do povo”, o Congresso Constituinte era apresentado utopicamente, mistificado, como conferindo o mesmo peso e o mesmo valor a todas as classes, da burguesia aos operários, aos trabalhadores do campo e aos excluídos (os miseráveis da terra, dos indígenas aos favelados).

A CUT, procurando desmascarar essa farsa, denunciava os investimentos que as diferentes frações da classe burguesa fizeram nas campanhas eleitorais para conquistar uma maioria imbatível no Congresso Nacional; identificava as alianças dessas frações de classe, através dos seus partidos e do governo, para conquistar a qualquer preço o controle do processo constituinte, e divulgava as soluções que se procurava impor à Nação nas Comissões Temáticas e na Comissão de Sistematização. Os grupos dominantes, além de suas amplas maiorias nas Comissões Temáticas, mobilizaram todas as formas de pressão e de agressão para fazer uma Constituição que contemplasse os interesses e os alvos políticos da burguesia.¹⁵

Nesse contexto, a associação entre PT e CUT tentaria romper o bloqueio conservador e começaria a configurar-se como contra-hegemonia organizada. Impondo aos demais partidos e associações da sociedade civil uma tomada de posição, seria capaz de propor e definir as pautas/agendas das grandes questões nacionais, buscando a organização de setores díspares da população, com interesses difusos, a conquista de reformas de intenso significado histórico, político e social. O bloco PT/CUT enfrentava ainda a visão hegemônica internacional que considerava a solução dos problemas nacionais através de um “choque” com *mais* mercado, *mais* tecnologia, *mais*

¹⁵ A melhor análise sobre a articulação da burguesia para a eleição de representantes para o Congresso Constituinte é: DREYFUSS, René Armand. *O Jogo da Direita*. Petrópolis, Vozes, 1989.

concorrência e *mais* eficaz. Esse posicionamento legitimaria a presença popular organizada no cenário político e seria identificado como uma séria ameaça ao bloco no poder.

Ao longo da década de oitenta o PT buscou manter a sua base classista de forma concomitante com a sua ampliação, mediante a constituição de um programa para o conjunto da sociedade. Esse processo não ocorreu de maneira linear e uniforme, sendo marcado por imprecisões, vacilações e contradições. O seu significado seria um desafio: a incorporação da democracia como elemento estratégico, e não meramente tático, para o projeto socialista do PT.

A estreita vinculação do surgimento do PT com o movimento sindical e os movimentos sociais em geral se refletiria na perspectiva programática de buscar o enraizamento do partido e de suas plataformas de ação junto a esses movimentos, às “massas”, às “bases”. Esse “basismo” seria o pilar de sua democracia interna e da sua visão estratégica sobre a ação institucional. O que era identificado por seus adversários como um “limite” era compreendido como a essência de sua vitalidade.

A conquista do socialismo e a construção de uma sociedade socialista no Brasil foram os principais objetivos estratégicos do PT no período. De natureza diferente, porém com estreita relação de continuidade, distingue-se dois momentos estratégicos: o primeiro seria a tomada do poder político; o segundo, a construção da nova sociedade, com a eliminação dos resíduos do capitalismo. Para extinguir o capitalismo e iniciar a construção da sociedade socialista seria necessário, primeiramente, realizar uma mudança política radical; os trabalhadores precisariam transformar-se em classe hegemônica e dominante no poder de Estado, acabando com o domínio político exercido pela burguesia. A conquista do poder seria associada à tomada do Estado e a sua utilização pela classe trabalhadora (ou o seu partido), conforme o leninismo. Mas a construção do socialismo não seria realizada com a conquista do poder político, mas através da organização dos trabalhadores ainda na sociedade capitalista.

A estratégia petista para a construção do socialismo identificava **Reforma** e **Revolução** como complementares. Não se considerava a possibilidade imediata da revolução, mas não se descartava a sua necessidade durante o processo de conquista ou de consolidação do poder pelos trabalhadores. Para o partido, a estratégia de luta pelo socialismo não seria indicada por um modelo teórico pré-estabelecido e importado, mas através do *conhecimento* da realidade brasileira. O PT buscava responder com

precisão complexas questões relacionadas à identificação do inimigo ou inimigos principais, às alianças de classes (estratégicas) para derrotar tais inimigos, ao programa de transformações a ser implantado (que serviria de base à mobilização popular e às alianças): qual seria o papel e a força do Estado burguês, qual o grau de desenvolvimento da cultura política dos trabalhadores, bem como o conhecimento das tendências do movimento de cada um desses aspectos e de sua resultante.

O projeto do PT para resolver a crise da perspectiva dos trabalhadores, como oposto do(s) projeto(s) da classe dominante, estava assentado na instauração de um governo democrático-popular, definido como antiimperialista, antimonopolista, contrário ao pagamento da dívida externa, comprometido com a reforma agrária e com o desenvolvimento sobre novas bases, no qual os trabalhadores detivessem a hegemonia e pudessem avançar em direção ao socialismo. Neste sentido, o objetivo imediato da tática “dos trabalhadores” seria a conquista de um governo democrático-popular com a eleição de Lula.

O PT definia a democracia como uma conquista, resultado de uma série de vitórias dos trabalhadores sobre a burguesia. Todavia, historicamente, a construção da democracia não foi realizada somente a partir de vitórias da classe operária, mas também de derrotas de projetos revolucionários do proletariado. E é no sentido de uma defesa radical da democracia que o PT intervém na disputa político-cultural da sociedade contrapondo os valores e ideais do socialismo aos do capitalismo, objetivando construir uma alternativa de poder democrática e socialista. Mesmo que o “socialismo petista” tenha se tornado cada vez mais flexível. Ou menos socialismo...

As diversas administrações petistas nas cidades e estados adotaram o lema “Para Todos”, tentando transmitir a ideia de que governariam não só para os trabalhadores. Entretanto, de forma cada vez mais evidente ao longo dos anos 90 e 2000, foi se transformando no “partido para todos”, para todos os que detém capital...

O transformismo

Na “Carta ao Povo Brasileiro” em 2002 havia o entendimento de que “parcelas significativas do empresariado” estariam aderindo ao projeto petista que, ao mesmo tempo que rejeitava qualquer menção de continuísmo com o governo FHC, afirmava que a superação do modelo, reclamada enfaticamente pela sociedade, não se daria por um passe de mágica, de um

dia para outro ou através de milagres. Seria obtido mediante a redução da vulnerabilidade externa pelo esforço conjugado de exportar mais e de criação de um amplo mercado interno de consumo de massas, da combinação do incremento da atividade econômica com políticas sociais consistentes e criativas e, sobretudo, das reformas estruturais que modernizem o país, tornando-o mais justo, eficiente e, ao mesmo tempo, mais competitivo no mercado internacional, destacando as reformas tributária (“que desonere a produção”), agrária (“que assegure a paz no campo”), previdenciária e trabalhista.

Para facilitar a compreensão do presente, cabe um breve recuo ao momento-chave da eleição presidencial de 1989. O programa econômico do PT na campanha de 1989 – na Frente Brasil Popular – era consciente dos limites impostos pela correlação de forças daquela conjuntura em que foi feito – favorável ao capital. Contudo, pretendia “democratizar” de tal forma a participação no mercado, sob a tutela do Estado e de uma lógica diversa, que até mesmo esse projeto “capitalista” seria visto, naquele contexto, como contrário aos interesses “dependentes e associados da burguesia no Brasil”.

A proposta petista era contra-hegemônica pois considerava a necessidade de reformas dentro dos marcos do modo de produção capitalista, tendo como objetivo estratégico o socialismo. E mais: a implementação desse modelo alteraria as bases de sustentação política e econômica das classes dominantes embora, contraditoriamente, muitos de seus aspectos lhe fossem benéficos. Para o PT, entretanto, não se tratava de buscar parcerias na burguesia nacional, nem confiar em seu interesse no crescimento do mercado interno ou em seu caráter democrático ou anti-imperialista. Entendia o projeto burguês como associado ao capitalismo internacional e, portanto, em regra contrário ao desenvolvimento autônomo de um capitalismo de massas, que ampliasse o mercado de trabalho, o consumo e participação política. O PT representava a defesa de um projeto nacional, democrático, popular e público, quicá socialista, contra a estratégia privatista, liberal-autoritária e internacionalista do capital.

Ainda que contendo ambiguidades e contradições, esse projeto crescia frente à inexistência de uma resposta (ou um projeto) com alguma capacidade de incorporação social por parte das classes dominantes no Brasil. O Partido dos Trabalhadores tornara-se uma ameaça, não porque se propusesse a dismantelar o capitalismo ou a propriedade privada, mas porque, ao aglutinar forças diferentes, ao incorporar trabalhadores urbanos e rurais, oferecia uma alternativa política para o país.

Nas diferentes campanhas de 1994, 1998, até a vitória em 2002, o programa econômico foi cada vez mais se conformando à social-democracia e apresentando concessões ao capital. Não se tratava de *traição*, pois as mudanças foram feitas às claras e gradualmente, movendo-se em direção ao centro, visando a conquista eleitoral, e não apenas com a chegada ao poder. Dessa maneira, como representante do *transformismo* da CUT e do PT e continuador da política de ajuste macroeconômico anterior, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva manteve e consolidou o modelo neoliberal no Brasil sob a hegemonia do capital imperialismo. Esse governo representaria uma etapa superior, que corresponderia a duas modificações: 1) a modificações na correlação de forças no interior do bloco no poder: graças à elevação da posição relativa da burguesia interna voltada para a exportação (origem dos dólares que remuneram o capital financeiro); e 2) a modificações nas relações entre o bloco no poder e as massas populares: sua base social são os trabalhadores pauperizados e politicamente desorganizados.¹⁶

De acordo com a tese de Eurelino Coelho, teria ocorrido um caso histórico de *transformismo*, conceito gramsciano que o autor aplica a análise do processo de abandono do marxismo como expressão de uma mudança de *concepção de mundo* de intelectuais do PT que se deslocaram no terreno da luta de classes. Esses intelectuais formam atualmente o bloco político conhecido como *campo majoritário* do PT. E teriam transformado o Partido dos Trabalhadores, ao longo dos anos noventa, na *esquerda do capital*.¹⁷

Acentuou-se nos Governos Lula (2003-2010) o processo político de acomodação da nova elite política ao sistema político; de cooptação dos dirigentes partidários, sindicais e populares pelo governo e seu alojamento na estrutura burocrática do Estado; de aceitação da elite sindical do modelo neoliberal. Dessa forma, impede-se a superação do modelo, desmobiliza-se o movimento sindical e os movimentos sociais, com graves consequências para a esquerda. Pode-se pensar na constituição de uma classe detentora, que dominaria os altos postos da burocracia, mas que teria pouca ou nenhuma influência sobre o conteúdo e a direção da política econômica e social.¹⁸

¹⁶ ALMEIDA, Gelsom Rozentino de & LOURENÇO NETO, Sydenham. *Estado, Hegemonia e Luta de Classes: interesses organizados no Brasil recente*. São Paulo: Canal 6, 2012.

¹⁷ COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital: o transformismo dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)*. São Paulo: Xamã, 2012.

¹⁸ FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo - teoria e história*. 1ª ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

Não houve nenhuma contradição entre o desenvolvimento da política econômica do governo Lula, voltada para o grande capital, em particular o financeiro, e a realização de programas de transferência de renda, direcionados às parcelas mais pobres da população, tal como o Bolsa Família. Desde o início ficou evidente a busca de um governo “para todos”, buscando a conciliação de interesses de classes e frações, além da incorporação dos setores desorganizados em sua base política. O fato de grande parcela ter sido retirada da pobreza absoluta não significou a eliminação dos fatores determinantes da pobreza, nem impediria a sua reprodução.¹⁹

Referências Bibliográficas:

- ALMEIDA, Gelsom Rozentino de & LOURENÇO NETO, Sydenham. *Estado, Hegemonia e Luta de Classes: interesses organizados no Brasil recente*. São Paulo: Canal 6, 2012.
- ALMEIDA, Gelsom Rozentino. *História de uma década quase perdida*. PT, CUT, crise e democracia no Brasil: 1979-1989. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 2. ed. atualizada e ampliada. Bauru, SP: EDUSC, 2005.
- CARNEIRO, Dionísio Dias, “Crise e Esperança: 1974-1980”. In: ABREU, Marcelo de Paiva, *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- CASTRO, Antonio Barros de & SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. *A Economia Brasileira em Marcha Forçada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital: o transformismo dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)*. São Paulo: Xamã, 2012.
- DECCA, Edgar de. *1930: o silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- DINIZ, Eli, *The Political Transition in Brazil: A Reappraisal of the Dynamics of the Political Opening*. Rio de Janeiro: IUPERJ, Série Estudos nº35, março, 1985.

¹⁹ ALMEIDA & LOURENÇO NETO, op.cit.

- DREIFUSS, René A. *1964: a conquista do Estado*, 3ª ed., Petrópolis: Vozes, 1981.
- _____. *O Jogo da Direita*. Petrópolis, Vozes, 1989.
- FERNANDES, Florestan. *Nova República?*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1986.
- FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo - teoria e história*. 1ª ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, vol. 3, *Maquiavel*. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- MARTINS, Luciano, "A Liberalização do Regime Autoritário no Brasil", In: O'DONELL, Guilherme, SCHMITTER, Philippe C. & WHITEHEAD, Laurence (org.), *Transições do Regime Autoritário*. América Latina. São Paulo: Vértice, 1988
- MENDONÇA, Sonia Regina de & FONTES, Virgínia Maria. *História do Brasil Recente – 1964-1994*. São Paulo: Ática, 2006.
- _____. *Estado e Economia: Opções de Desenvolvimento*. 3a. ed, Rio de Janeiro: Graal, 2003.
- MOISÉS, José Álvaro & ALBUQUERQUE, J.A.Guilhon, *Dilemas da consolidação da democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- O'DONNELL, Guilherme. *O Estado Burocrático-Autoritário*. 2ª ed., S.Paulo: Vértice, 1987.
- _____. *BA: Reflexões Sobre os Estados Burocráticos-Autoritários*. São Paulo: Vértice, 1987.
- OLIVEIRA, Francisco de, *A Economia Brasileira: Critica à Razão Dualista*, 6a. ed, Petrópolis: Vozes, 1988.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. "A Pós-Revolução Brasileira". In: JAGUARIBE, Hélio et alii. *Brasil, Sociedade Democrática*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.
- TRONCA, Ítalo, *Revolução de 1930: a dominação oculta*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

VIANNA, Luiz Werneck, Atualizando uma Bibliografia: “Novo Sindicalismo”, Cidadania e Fábrica, In: *BIB*, Rio de Janeiro, n. 17, 1 sem/1984.

____. O problema da cidadania na hora da transição democrática. In: *Dados*, vol. 26, nº 3, Rio de Janeiro, 1983.

____. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*, 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

Ditadura Militar, transição política e hegemonia neoliberal no Brasil

David Maciel¹

Introdução

Neste trabalho buscaremos discutir de que maneira o neoliberalismo, enquanto projeto hegemônico, se colocou como uma possibilidade histórica para a sociedade brasileira ainda durante a fase de apogeu do bloco histórico do desenvolvimentismo, na primeira metade dos anos 70. É fato que o projeto neoliberal só se tornará hegemônico na sociedade brasileira nos anos 90, porém, em nossa avaliação acreditamos que em função da própria dinâmica de implantação do desenvolvimentismo e de seu caráter conservador, o neoliberalismo emerge como possibilidade histórica dotada de vocação hegemônica a partir das próprias contradições geradas por sua consolidação e apogeu. Assim, por mais que a crise do desenvolvimentismo se arrastasse pelos anos de 1970 e 1980, que teve na crise da Ditadura Militar e no processo de transição política sua face política, dando margem até mesmo à emergência de propostas e iniciativas favoráveis a sua reposição em novas bases, foi a perspectiva neoliberal que prevaleceu como necessidade histórica para o bloco no poder, permitindo a superação do desenvolvimentismo e a constituição de um novo bloco histórico, vigente até os dias de hoje. Assim, procuraremos discutir porque o neoliberalismo prevaleceu ao longo do tempo, o que também implica em avançar as razões pelas quais a perspectiva de manutenção ou mesmo de refundação do desenvolvimentismo fracassou.

As contradições do “Milagre Brasileiro” e a emergência do neoliberalismo como alternativa

Em nossa avaliação o neoliberalismo emerge como possibilidade histórica a partir do próprio processo de formação, desenvolvimento e consolidação do projeto desenvolvimentista no Brasil, especialmente em sua fase de apogeu e crise, os anos de 1970. Tal movimento se deveu ao caráter

¹ Professor da Faculdade de História e do Programa de Pós-graduação em História da UFG, coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em História Contemporânea e do Grupo de estudos “Capitalismo e História”, do CNPq, pesquisador do Núcleo de Pesquisa Marxista (NUPEMARX).

conservador assumido pelo desenvolvimentismo no Brasil, cuja formatação final ocorre com a Ditadura Militar e o chamado “Milagre Brasileiro” (1968-1974). É fato que desde os anos de 1930 o projeto desenvolvimentista vem sendo elaborado e proposto por diversos aparelhos políticos e ideológicos ligados à diversas classes e frações de classe, principalmente a burocracia estatal, a burguesia de Estado e a burguesia industrial, e encaminhado fundamentalmente pelo Estado a partir do intenso processo de luta política e social, e também de acomodação interburguesa, que marcou o período. Porém apesar das incompletudes, dos avanços e recuos que marcaram sua implantação, em linhas gerais podemos definir o desenvolvimentismo como baseado num processo de industrialização sustentado por forte intervencionismo estatal, visto como caminho para a superação do atraso econômico e tecnológico do país.² No entanto, este projeto carregou em seu interior perspectivas bastante distintas e mesmo contraditórias, além de conviver com a oposição permanente de setores políticos e sociais com considerável força política e econômica. No campo político e ideológico do desenvolvimentismo se colocavam desde os setores nacionalistas vinculados ao serviço público, que defendiam um projeto de industrialização apoiado pelo intervencionismo estatal e pelo crescimento das empresas estatais; até os setores não nacionalistas, também do serviço público, que também apoiavam a industrialização, mas com a participação do capital externo e um intervencionismo estatal limitado; passando pelos desenvolvimentistas do setor privado, que reivindicavam o privilegiamento do capital privado nacional pelo intervencionismo estatal. Apesar da primazia das correntes desenvolvimentistas na definição das políticas de Estado e no debate econômico do período 1930-1960, havia correntes alternativas à direita e à esquerda. À direita destas posições colocavam-se os neoliberais, para quem deveriam prevalecer as forças do mercado na definição do desenvolvimento econômico, inclusive na definição do desenvolvimento industrial, sendo a

² Analisando o pensamento econômico brasileiro entre os anos de 1930 e 1960 Bielschowsky conceitua o desenvolvimentismo como “ideologia de transformação da sociedade brasileira definida pelo projeto econômico que se compõe dos seguintes pontos fundamentais: a) a industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro; b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional no Brasil através das forças espontâneas de mercado; por isso, é necessário que o Estado a planeje; c) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão; e d) o Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros, e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada seja insuficiente.” BIELSCHOWSKY, Ricardo. *O pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 7.

intervenção estatal necessariamente nociva e desequilibradora; e à esquerda os socialistas, que vislumbravam um processo de desenvolvimento capitalista como pré-condição para o socialismo, com base na industrialização sob intervenção do Estado, na reforma agrária e na ruptura com o capital externo.³

Antes de prosseguirmos é importante esclarecer nosso entendimento acerca do conceito de neoliberalismo e de sua aplicação no país, pois é a partir destas referências que pretendemos lançar um olhar retrospectivo sobre a crise da Ditadura Militar em busca dos processos que indicam sua emergência como possibilidade histórica. De acordo com José Paulo Netto,⁴ o neoliberalismo busca “erradicar mecanismos reguladores que contenham qualquer componente democrática de controle do movimento do capital”, ou seja, eliminar qualquer procedimento regulador de ordem política ou jurídica que imponha ao movimento do capital limites e custos definidos em conformidade com os interesses de outras classes que não a burguesia, particularmente dos trabalhadores. Isto não significa que os neoliberais recusem a priori o uso de recursos públicos para a acumulação privada, o que recusam é que o mesmo implique em alguma forma de controle. A aplicação prática deste princípio geral variou de país para país, assumindo dinâmicas e profundidades variadas, porém no Brasil dos anos de 1990 a aplicação do projeto neoliberal implicou fundamentalmente numa política de abertura comercial e desregulamentação financeira, na privatização da maior parte das empresas estatais, na desregulamentação do mercado de trabalho, na redução de salários e de gastos e direitos sociais.⁵ A partir da ascensão do PT ao governo federal estas políticas foram matizadas pelo aprofundamento e ampliação das políticas sociais compensatórias, pelo modesto aumento da renda salarial e pelo reforço da capacidade de financiamento e de indução econômica pelo Estado, sem que os pilares fundamentais do neoliberalismo fossem revertidos e abandonados, constituindo uma versão *moderada* do programa neoliberal.⁶

³ Para uma visão detalhada das correntes ideológicas que compunham o campo do desenvolvimentismo ver BIELSCHOWSKY, op. cit.

⁴ NETTO, José Paulo. *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. São Paulo: Cortez, 1993, p. 81. No plano doutrinário Netto define ainda o neoliberalismo como “uma argumentação teórica que restaura o mercado como instância mediadora societal elementar e insuperável e uma proposição política que repõe o *Estado mínimo* como única alternativa e forma para a democracia”. Idem, p. 77.

⁵ BOITO JR., Armando. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*, São Paulo: Xamã, 1999, p. 49-76.

⁶ MACIEL, David. “Melhor impossível””: a nova etapa da hegemonia neoliberal sob o Governo Lula”. *Universidade e Sociedade* (Brasília), v. 46, 2010, p. 120-133.

Dando prosseguimento à nossa argumentação, podemos afirmar que a crise da Ditadura Militar, enquanto forma política do Estado autocrático-burguês, tem por fundamento a crise do bloco histórico⁷ do desenvolvimentismo, gestado a partir dos anos de 1930 com base numa complexa e contraditória composição de interesses burgueses, aí incluídos os do capital externo, num processo onde não faltaram avanços e recuos, crises econômicas e políticas graves e mudanças na forma política do Estado. Consolidado com o golpe de 1964, o bloco histórico do desenvolvimentismo foi articulado e posto em prática ao longo dos anos numa perspectiva que aqui chamamos de conservadora, pois consolidou a passagem definitiva para o modo de produção capitalista, a sociabilidade burguesa e o Estado burguês sem romper com alguns dos institutos históricos fundamentais herdados do passado pré-capitalista, ao contrário, amalgamando-se a eles e os atualizando. Neste processo criou-se um padrão de acumulação capitalista dependente-associado em que as relações sociais capitalistas consolidaram-se e se generalizaram, tornando o Brasil um dos casos exemplares de transição para o capitalismo na periferia. Constituído historicamente com base na dependência-associação ao capital externo; na superexploração do trabalho; no desenvolvimento desigual e combinado entre os setores moderno e atrasado da economia; no forte intervencionismo estatal; na concentração de renda; num sistema de seguridade social socialmente limitado e politicamente restrito; num Estado autocrático-burguês fortemente repressivo e desmobilizador, que recusa aos trabalhadores a condição de sujeito político e, com mais ênfase durante a Ditadura Militar, na associação ideológica entre segurança nacional e desenvolvimento econômico, o bloco histórico do desenvolvimentismo começou a ser construído a partir dos anos de 1930 e atingiu o seu ápice durante a Ditadura Militar, nos anos de 1970, prolongando-se até o final dos anos de 1980. A aliança de classes que lhe deu sustentação aglutinou desde a burocracia de Estado, as frações externa, privada nacional e estatal do capital monopolista, até a nova classe média alta (assalariados de alta renda, profissionais liberais), passando pelo médio e pequeno capital e pelos grandes proprietários de terras.⁸ Este bloco

⁷ Para o conceito de bloco histórico ver especialmente o parágrafo 24 do Caderno 7 (1930-1931) dos Cadernos do Cárcere de Antonio Gramsci. GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, volume 1, 3ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p. 238-240.

⁸ Diversos trabalhos discutem as características fundamentais do processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil entre os anos 1930 e 1980, que aqui estamos associando ao bloco histórico do desenvolvimentismo conservador. Entre os principais indicamos: FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987; MARINI, Rui Mauro. *Dialética da dependência*. Petrópolis: Vozes, 2000;

histórico vive seu apogeu no início dos anos 70, com a consolidação da institucionalidade autoritária e o chamado “Milagre Brasileiro”, quando as relações sociais capitalistas se generalizam nas cidades e também no campo e a economia brasileira atinge taxas de crescimento econômico jamais vistas antes ou depois.⁹

No entanto, este movimento de apogeu desencadeou contradições que abalaram o bloco histórico do desenvolvimentismo, a aliança de classes que lhe deu suporte e sua capacidade de se impor ao conjunto da sociedade; contradições que emergem na cena política de modo particular a partir de meados dos anos 1970, quando o crescimento econômico perde força, dando lugar progressivamente a uma crise econômica, política e social que erodiu suas bases de reprodução e abriu caminho para a emergência do neoliberalismo como projeto dotado de vocação hegemônica e capacidade de se constituir como eixo em torno do qual um novo bloco histórico poderia ser construído.

Por conta do caráter conservador do projeto desenvolvimentista instituído no Brasil, o seu apogeu criou as condições para o seu abandono e superação, não para sua manutenção numa versão mais reformista ou mesmo seu aprofundamento numa perspectiva nacionalista, distributivista ou de esquerda, pois a dependência ao capital externo foi ampliada com a associação subalterna do capital nacional a ele; o latifúndio foi atualizado como realidade econômica predominante no campo, agora em associação com a indústria e o sistema financeiro; a superexploração do trabalho atingiu níveis não vistos desde os anos de 1940; a concentração de renda tornou o país um dos mais desiguais do mundo. Além disso, a Ditadura Militar associou intervencionismo estatal a autoritarismo e gestão tecnocrática,

OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003; DRAIBE, Sonia. *Rumos e Metamorfoses – Estado e industrialização no Brasil (1930-1960)*. São Paulo: Paz e Terra, 1985; SOARES, Alcides Ribeiro. *Formação histórica e papel do setor estatal da economia brasileira, 1930-1989*. São Paulo: Lume, 1991; FIORI, José Luís. *O voo da coruja: uma leitura não liberal da crise do Estado desenvolvimentista*. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 1995 e BIELSCHOWSKY, Ricardo. *O pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996; CRUZ, Sebastião Velasco e. *Empresariado e Estado na transição brasileira: um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-1977)*. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Fapesp, 1995; GOLDENSTEIN, Lidia. *Repensando a dependência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994; GORENDER, Jacob. *A burguesia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1981; OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis: Vozes, 1976; SALLUM JR., Brasília. *Labirintos: dos generais à Nova República*. São Paulo: Hucitec, 1996.

⁹ MACIEL, David. *A argamassa da ordem: da Ditadura Militar à Nova República (1974-1985)*. São Paulo: Xamã, 2004.

como se o mesmo fosse incompatível com a democracia e o controle popular, dando margem à dicotomia tipicamente liberal entre Estado e sociedade civil.

A primeira contradição importante que abala o desenvolvimentismo em sua própria dinâmica interna se dá entre o avanço da presença estatal na economia, tanto em termos de propriedade, quanto em termos de controle da economia, e a perspectiva privatista das frações burguesas. Durante o “Milagre Brasileiro” (1968-1974) o capital estatal, que já vinha aumentando sua participação na economia desde 1964, ampliou ainda mais sua participação no conjunto da economia nacional em função da própria dinâmica do padrão de acumulação dependente-associado, alavancando a acumulação capitalista e a monopolização do mercado, mas também ocupando espaços econômicos importantes e favorecendo a intervenção do governo na economia. Se em todo o período entre os anos de 1930 e 1964 foram criadas 93 empresas estatais no Brasil,¹⁰ nos governos Castelo Branco (1964-1967) e Costa e Silva (1967-1969) foram criadas respectivamente 58 e 55 empresas. No entanto, durante o governo Garrastazu Médici (1969-1974) foram criadas nada menos que 99 novas empresas, evidenciando um crescimento exponencial da presença do Estado no setor produtivo, particularmente nos setores de bens de capital e infra-estrutura.¹¹ Há também um processo de expansão da capacidade orçamentária e extra-orçamentária do Estado, com a criação de dezenas de novos fundos e programas de investimento voltados principalmente para o setor público.¹² Durante a conjuntura do “Milagre Brasileiro - de crescimento acelerado, aprofundamento da superexploração do trabalho e aumento da taxa de lucros - a presença do Estado na economia não foi um problema para o capital privado, porém, quando o ritmo de crescimento diminuiu e a disputa pela mais-valia social se aguçou entre as frações do grande capital, o fortalecimento do intervencionismo estatal começou a ser questionado.

Ao II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), proposto pelo governo Geisel (1974-1979) em reação à queda no ritmo de crescimento e às dificuldades externas, o grande capital privado respondeu de maneira vacilante, com alguns setores adotando uma postura francamente hostil. Isto

¹⁰ LIMA, Haroldo. “Sobre as privatizações no Brasil”. 1998. http://grabois.org.br/portal/cdm/revista.int.php?id_sessao=50&id_publicacao=149&id_indice=916, acessado em 24 em novembro de 2015.

¹¹ “O golpe e a Ditadura Militar - A economia”. <http://arte.folha.uol.com.br/especiais/2014/03/23/o-golpe-e-a-ditadura-militar/a-economia.html>, acessado em 4 de outubro de 2015.

¹² MARTINS, Luciano. *Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 41-82.

porque o plano se baseava na ampliação do intervencionismo estatal, na centralidade das empresas estatais na aceleração do crescimento econômico e da industrialização – durante o governo Geisel ainda foram criadas 50 novas empresas estatais,¹³ no apoio à empresa nacional e no crescimento do setor de bens de capital com vistas a completar o processo de industrialização, o que para muitos representava um aumento perigoso da interferência do Estado na economia. A chamada campanha “antiestatista” revelou o descontentamento de algumas frações burguesas com a ampliação do Capitalismo de Estado, acusando a presença estatal no setor produtivo justamente de promover uma concorrência “desleal” com o setor privado ao ocupar espaços definidos politicamente e imunizar as empresas estatais em relação à lógica do mercado, na medida em que estas poderiam se capitalizar a partir dos recursos públicos. Mesmo da parte da burguesia de Estado o II PND sofreu resistências, na medida em que indicava a preferência das empresas estatais pelos insumos, máquinas e equipamentos produzidos pelas empresas privadas nacionais, o que para muitos gestores significava negar a racionalidade empresarial, pois implicava em privilegiar produtos mais caros e de pior qualidade do que os disponíveis no mercado internacional.¹⁴

Além da crítica à presença do Estado no setor produtivo, a campanha “antiestatista” também criticou duramente o intervencionismo do Estado na economia, associando seus efeitos maléficos para a liberdade de iniciativa ao centralismo decisório do governo Geisel.¹⁵ Diversos críticos agregaram a este discurso um forte componente anticomunista, enxergando no crescimento do Capitalismo de Estado proposto pelo II PND a possibilidade de reversão dos ideais liberais e democráticos da “Revolução de 64” com a criação das condições para uma “transição socialista”, viabilizada por uma hipotética aliança entre militares nacionalistas e classes trabalhadoras.¹⁶

Outra contradição importante gerada pela própria dinâmica do padrão de acumulação capitalista dependente-associado sob o desenvolvimentismo conservador foi aquela entre capital externo e capital nacional. Após o golpe de 1964 ocorre um crescimento exponencial dos investimentos externos e da presença de empresas estrangeiras na economia brasileira. Há um aumento continuado do volume de investimentos e reinvestimentos por parte do capital externo antes e depois do “Milagre

¹³ “O golpe e a Ditadura Militar - A economia”. Op.cit.

¹⁴ MARTINS. Op. cit.

¹⁵ FIORI. Op. cit.; CRUZ, Velasco e. op. cit. e GOLDENSTEIN, op.cit.

¹⁶ MACIEL. *A argamassa ...*, op. cit., p. 112-124.

Brasileiro”. Se no período entre 1951 e 1960 foram investidos 956 milhões de dólares, no período entre 1961 e 1970 o volume de investimentos mais que dobra, chegando a 2,12 bilhões; porém, na década seguinte (1971-1980), os investimentos estrangeiros se multiplicam por quase seis vezes, chegando à cifra de 12.3 bilhões entre 1971 e 1979.¹⁷

O avanço da presença do capital externo na economia brasileira e a crescente dependência às fontes externas de financiamento criaram uma situação de vulnerabilidade em relação à dinâmica da economia internacional e aos ditames do capital imperialista. Com as mudanças suscitadas pelo fim da paridade dólar-ouro (1971) e pelas crises do petróleo de 1973 e de 1979 o problema do financiamento externo da economia se agravou, originando uma situação de grave endividamento e originando a “crise da dívida”, que explode no início dos anos 80 e favorece as pressões combinadas por corte de gastos estatais e liberalização da economia por parte do FMI e do governo Reagan. A dívida externa salta de 3,2 bilhões de dólares em 1967 para 12,5 em 1973 e daí para 53,8 em 1980; em 1984 já estava em 91,0 bilhões de dólares.¹⁸ Além disso, há um processo de “estatização” da dívida externa, com as captações de empréstimos junto aos capitais privados por parte do setor público subindo de 24,9% em 1972, para 76,6% do total em 1980, enquanto nos mesmos anos as captações por parte do capital privado caem de 75,1% para 23,4% do total.¹⁹ Por conta disto, como veremos adiante, já no governo Figueiredo, ao mesmo tempo em que as empresas estatais tornam-se o alvo principal da política de corte de gastos, sendo obrigadas a reduzir ou mesmo eliminar novos investimentos e a se endividar externamente, desencadeia-se uma política econômica que privilegia a especulação financeira, lastreada justamente no tesouro público e na capacidade de endividamento do Estado e das empresas estatais.²⁰ Não foi à toa que o capital externo e o capital bancário foram os principais animadores da campanha “antiestatista” durante o governo Geisel.

Outra contradição importante foi aquela gerada pela monopolização da economia brasileira. O avanço da monopolização do mercado, cada vez mais controlado pelo grande capital externo, estatal e privado nacional

¹⁷ BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Investimentos e reinvestimentos estrangeiros no Brasil*. 1985. <http://www.bcb.gov.br/rex/ied/port/Pa%C3%ADsDaEmpresa-Ano-50-85/Htms/PAISES-EMPRESA-ANO-50-85.asp?idpai=INVEDIR>. Acesso em: 12/5/2014.

¹⁸ ABREU, M. P. (Org.). *A ordem do progresso*. Rio de Janeiro: Campus, 1992, p. 404 e 409.

¹⁹ CRUZ, Paulo Davidoff. “Notas sobre o endividamento externo brasileiro nos anos setenta”. In: BELLUZZO, Luiz G. de M. e COUTINHO, Renata (orgs.). *Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. Volume 2. 2ª Ed. São Paulo: Brasiliense, p. 73.

²⁰ GOLDENSTEIN, op. cit.

aguçou a contradição entre o capital monopolista e as frações média e pequena do capital. Se durante o “Milagre Brasileiro” esta contradição foi escamoteada pelo avanço geral da taxa de lucros e da superexploração do trabalho, no momento de crise ela explode de modo dramático, levando os setores capitalistas subalternos a aproximarem-se da oposição burguesa (MDB) graças à associação entre os governos militares e o privilegiamento dos interesses do capital monopolista. O processo de concentração e centralização do capital promovido não só pelo “Milagre Brasileiro”, mas pela política econômica dos governos militares desencadeou uma dinâmica de monopolização da economia brasileira tão sólida que no final dos anos 80 o grande capital controlava nada menos do que 63% dos setores industriais mais importantes e 71% do comércio.²¹ No setor bancário o número de bancos reduz-se de 329 em 1964 para apenas 109 dez anos depois. Tal dinâmica não se limitou à indústria e ao comércio, mas se disseminou no setor agrícola, com o avanço no processo de concentração fundiária e a criação dos grandes complexos agro-industriais. Entre 1967 e 1978 da área total ocupada pelas atividades agrícolas, a área ocupada pelas grandes propriedades rurais (acima de 10 mil hectares) aumenta de 15,8% para 25%.²²

Por conta disto, a crítica do desenvolvimentismo conservador conquistou uma base social significativa entre o pequeno e o médio capital, setores subalternos do bloco no poder, e entre as classes médias urbanas, que passam a orbitar em torno da oposição burguesa, organizada em termos partidários no MDB, e apoiar uma nova perspectiva desenvolvimentista, de perfil mais nacionalista e não-monopolista.²³

Por outro lado, a combinação entre monopolização econômica, concentração de renda e intensificação da superexploração do trabalho promovida pelo “Milagre Brasileiro” afastou as classes trabalhadoras dos benefícios do crescimento econômico. Por conta disto, a contradição entre este modelo de transformação capitalista e as demandas populares emerge com força na segunda metade dos anos 70. Para se ter uma idéia, entre 1967 e 1974 o valor real do salário mínimo é reduzido em nada menos do que

²¹ SILVA, Nelson do Valle e. “A sociedade”. In: JAGUARIBE, Helio (org.) *Sociedade, Estado e Partidos na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 73-74.

²² Para o processo de concentração bancária e agrícola ver GREMAUD, Amaury P.; SAES, Flávio A. M. de & TONETO JR., Rudinei. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Atlas, 1997, p. 203 e 207.

²³ MACIEL. *A argamassa...*, op. cit., p. 157-159.

25%.²⁴ Enquanto isto o índice de produtividade do trabalho duplicou, subindo de 350 no ano do golpe (1964) para 700 em 1980.²⁵ Por isto, a emergência do protesto popular, marcada pelo avanço do sindicalismo classista, pelo crescimento e generalização das greves, pelo surgimento de novas organizações e formas de mobilização que atraem para a luta social inúmeros contingentes sociais antes desmobilizados, expressa a pressão dos trabalhadores pela superação do desenvolvimentismo conservador em favor de um modelo econômico alternativo. Podemos qualificar este modelo como desenvolvimentista de esquerda, pois voltado para a distribuição de renda, a ampliação dos direitos sociais, a ruptura com a dependência externa, a reforma agrária, a criação de um mercado consumidor de massas e a luta por uma democracia ampliada. Este programa orientou as ações políticas e sociais da oposição popular à Ditadura, mobilizando trabalhadores das cidades e do campo.²⁶

Se as contradições acima elencadas solaparam economicamente as bases de reprodução do desenvolvimentismo, o descontentamento do pequeno e do médio capital, das classes médias urbanas e das classes trabalhadoras com sua versão conservadora e o padrão de acumulação dependente-associado, particularmente do final dos anos 70 em diante, contribuiu de maneira importante para inviabilizar politicamente a sua manutenção pelos governos militares. Isto porque, seja na oposição burguesa, seja na oposição popular, os setores organizados destas classes se mobilizaram política e socialmente pela democracia e por um novo padrão de acumulação capitalista, contribuindo para a crise e superação da Ditadura Militar.²⁷

²⁴ BARBOSA, Walmir. “Padrão de acumulação, reestruturação produtiva e trabalho no Brasil”. http://www.goiania.ifg.edu.br/cienciashumanas/images/downloads/monografias/acumulacao_trabalho_brasil.pdf, p. 72. Acessado em 18 de novembro de 2015.

²⁵ POCHMANN, Marcio. *Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010, p. 31 e 70.

²⁶ MACIEL. *A argamassa...*, op. cit., p. 177-186.

²⁷ Sobre os limites e contradições da perspectiva desenvolvimentista de esquerda ver MACIEL, David. “Crise do desenvolvimentismo e transição política no Brasil”. In: SILVA, Carla Luciana; CALIL, Gilberto Grassi e SILVA, Marcio Antônio Both da (Orgs.). *Ditaduras e democracias: Estudos sobre poder, hegemonia e regimes políticos no Brasil (1945-2014)*. Porto Alegre: FCM Editora, 2014, p. 175-191.

Consolidando o padrão dependente-associado em detrimento do setor público

A partir do final dos anos 1970 e início dos 1980, o acirramento destas contradições e as crescentes dificuldades vivenciadas no cenário externo, do qual o país passou a depender crescentemente em termos de financiamento, tornaram ainda mais difícil a refundação do desenvolvimentismo em novas bases e mesmo sua manutenção em termos conservadores. Se de um lado ocorre o aprofundamento dos processos de fortalecimento do capital externo, de monopolização da economia e de manutenção da superexploração do trabalho, apesar da melhoria da renda salarial num curto período de tempo devido à intensificação da luta dos trabalhadores; de outro lado há o abandono progressivo da política que tinha nas empresas estatais o pivô do crescimento econômico e da industrialização, evidenciando que a manutenção do padrão de acumulação dependente-associado exigiu a anulação progressiva de um dos pilares do desenvolvimentismo conservador. É fato que este processo se dá de maneira gradual e progressiva, mas as crescentes dificuldades de financiamento e a administração da crise econômica o tornam irreversível.

Entre 1980 e 1985 a tendência de elevação dos investimentos e reinvestimentos estrangeiros na economia brasileira continua, apesar das dificuldades externas de financiamento, acumulando 9,9 bilhões de dólares no período, evidenciando a continuidade do processo de internacionalização econômica potencializado pelo “Milagre Brasileiro”.²⁸ Por outro lado, o processo de concentração e centralização do capital que denuncia o processo de monopolização econômica é intensificado pela conjuntura de crise econômica dos anos 80, com determinados setores atingindo níveis de monopolização semelhantes aos dos países capitalistas centrais.²⁹

Paralelamente, o processo de arrocho salarial se mantém, apesar de uma pequena melhoria na renda salarial entre os anos de 1978 e 1982 por conta da forte mobilização grevista ocorrida no período. Tendo o salário mínimo como uma referência para a avaliação deste processo, constatamos que em 1982 o mesmo se eleva em torno de 20% em relação ao ano de 1974, porém, partir de 1983 há uma tendência de queda que se prolonga pelo resto da década, com o salário mínimo chegando a valer em torno 34% menos do

²⁸ BANCO CENTRAL DO BRASIL, *op. cit.*

²⁹ OLIVEIRA, Francisco de. *Os direitos do antivitor: A economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 121-157.

que valia em 1974 e 45% menos do que valia em 1982.³⁰ Enquanto isto, como veremos mais à frente, as empresas estatais sofrem um processo de contenção de seu movimento expansivo.

Apesar desta tendência de longo prazo, as frações do grande capital nacional, particularmente o capital privado nacional do setor de bens de capital, posicionaram-se no final dos anos de 1970 e início dos 80 pela retomada do crescimento econômico numa perspectiva desenvolvimentista, chegando a apoiar o processo de transição política conduzido pelo governo militar ao mesmo tempo em que defendiam a proteção da empresa nacional diante da concorrência estrangeira e condenavam a política econômica recessiva. Lideranças empresariais importantes manifestam-se em favor desta orientação em diversas oportunidades neste período, individual ou coletivamente. Em termos coletivos destacam-se o “Documento dos Oito”, lançado em 1978, ainda no governo Geisel, e o “Documento dos Empresários”, de 1980, já no governo Figueiredo (1979-1985). O médio e o pequeno capital também se manifestam nesta conjuntura contra o processo de monopolização da economia e o favorecimento das empresas estrangeiras. Tais pressões surtem efeito, pois a ascensão de Delfim Neto ao Ministério do Planejamento em meados de 1979, em lugar de Mário Henrique Simonsen, revela o compromisso do novo governo com uma política econômica expansiva e de aceleração do crescimento econômico, apesar das crescentes dificuldades geradas no cenário externo pelo segundo choque do petróleo. Porém, tais iniciativas não foram capazes de reverter a política econômica recessiva adotada a partir do final de 1980, nem a dinâmica de especulação financeira, à qual, inclusive, as frações nacionais do grande capital se incorporaram alegremente.³¹ Os últimos anos do regime militar foram marcados por grave recessão econômica, com déficit público, crescimento da inflação e do desemprego, redução da renda salarial, etc.

O déficit na balança de pagamentos, o aumento da inflação e as crescentes dificuldades de financiamento externo, além da pressão conjunta do FMI, do capital imperialista e da administração Reagan nos EUA, principalmente depois da crise da dívida externa em 1982, levaram o governo a optar por uma política econômica recessiva, de contenção de gastos, juros altos, desvalorizações cambiais, restrição dos investimentos nas empresas

³⁰ OLIVEIRA, Mariana. *Veja a evolução do salário mínimo desde sua criação, há 70 anos*. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2011/02/veja-evolucao-do-salario-minimo-desde-sua-criacao-ha-70-anos.html>. Acessado em: 26/5/2014.

³¹ MACIEL. *A argamassa...*, op. cit., p. 157-159; 207-212, 262-263.

estatais e ampliação do endividamento externo e interno. De um lado a nova orientação da política econômica leva ao abandono da política de expansão das empresas estatais; de outro lado, leva a um processo de financeirização da economia lastreado no tesouro público, desencadeando assim uma dinâmica especulativa que passa a se tornar um dos principais mecanismos do movimento de valorização do capital.³² Durante todo o governo Figueiredo foram criadas 12 novas empresas estatais,³³ porém, desde o seu início havia a perspectiva de redimensionamento do papel das empresas estatais na economia com a criação do Ministério da Desburocratização e do “Programa Nacional de Desburocratização”. Mais tarde estas iniciativas se desdobraram na criação do “Programa de Desestatização” que, além de vender 20 empresas e fundir ou passar para o controle dos estados e municípios mais 22,³⁴ deu início a uma política de restrição dos investimentos das empresas estatais e ampliação de seu endividamento externo, contribuindo para o seu sucateamento e inviabilização econômica. Ao mesmo tempo em que os investimentos das empresas estatais caem mais de 30% entre 1980 e 1985, seus encargos financeiros triplicam entre 1980 e 1986. No mesmo período há um forte achatamento dos preços dos produtos produzidos pelas estatais.³⁵ Ao longo dos anos 1980 o enfraquecimento politicamente orientado das empresas estatais fortaleceu sua demonização como antros de ineficiência, desperdício e cabide de emprego. Foi como “gigantes acorrentados” que as empresas estatais caíram na bacia das almas das privatizações já nos anos 90.³⁶

Paralelamente, o processo de financeirização da economia é estimulado pelo aprofundamento do endividamento interno, com o governo emitindo títulos do Tesouro Nacional como mecanismo de financiamento, criando assim uma “ciranda financeira”, porém garantindo a remuneração do capital privado nesta conjuntura recessiva. Mesmo o grande capital privado nacional, que até pouco tempo ainda defendia uma perspectiva desenvolvimentista, inclusive aproximando-se do PMDB, aderiu à dinâmica especulativa como mecanismo de valorização diante da recessão. De um lado entre os anos de 1980 e 1984 os haveres financeiros quase dobram em relação

³² Idem, p. 262-263.

³³ “O golpe e a Ditadura Militar - A economia”. Op. cit.

³⁴ LIMA, op. cit.

³⁵ SOARES, op. cit. p. 69, 72 e 73.

³⁶ A expressão “gigantes acorrentados” é de Francisco de Oliveira e expressa a subordinação da lógica empresarial das empresas estatais à política econômica dos governos Figueiredo e Sarney. Ver OLIVEIRA, Francisco de. *Os direitos do antivoltor: A economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 152.

ao PIB, passando de 33% para 62,8%.³⁷ Paralelamente, o processo de “estatização” da dívida externa continua, fortalecido pelo endividamento das empresas estatais. Diante disto, não é estranho que na etapa final da Ditadura Militar (1982-1985) as teses neoliberais passem a ganhar uma audiência crescente entre o empresariado nacional, particularmente em torno das propostas de austeridade financeira, combate ao déficit público, abertura ao capital externo, aumento das exportações, privatização das empresas estatais e redução do papel do Estado na economia.³⁸ Enquanto isto, as empresas estatais se viam submetidas à política econômica do governo e obrigadas a se endividar crescentemente no mercado externo, debilitando ainda mais sua capacidade de exercer um papel anticíclico na economia.

Segunda transição e o colapso do desenvolvimentismo

Durante o Governo Sarney (1985-1990) a crise econômica e a inflação foram inicialmente tratadas de um ponto de vista neoliberal, com o Ministério da Fazenda, sob direção de Francisco Dornelles, adotando uma política de austeridade com os gastos públicos e controle das emissões monetárias. Tendo como prioridade o combate à inflação o governo tentou ainda emplacar um pacto social com trabalhadores e empresários, que em sua avaliação, poderia dispensar uma atuação mais incisiva no controle de preços e salários. No entanto, o fracasso desta política econômica já em meados de 1985 abriu caminho para a retomada de uma perspectiva econômica desenvolvimentista que terá no Plano Cruzado, adotado em fevereiro de 1986, seu principal momento. Apesar de conter em seu núcleo uma perspectiva monetarista, presente na proposta de reforma monetária e de controle dos gastos públicos, o Cruzado foi o último suspiro do projeto desenvolvimentista, na medida em que propugnava a intervenção radical do Estado no controle dos preços e salários e tinha como perspectiva de médio prazo a proposta de renegociação da dívida externa em favor da criação de um fundo de investimentos voltado para o fortalecimento das empresas nacionais, a retomada dos investimentos em infra-estrutura, a atualização

³⁷ GREMAUD; SAES & TONETO JR. Op. cit., p. 205.

³⁸ CRUZ, Sebastião Velasco e. “Empresários, economistas e perspectivas da democratização no Brasil”. In: REIS, Fábio Wanderley & O’DONNELL, Guillermo (Orgs.). *Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice e Editora Revista dos Tribunais, 1988, p. 265.

tecnológica da indústria brasileira, incluídas aí as empresas estatais e a criação de um mercado consumidor de massas.³⁹

No entanto, os problemas de gestão do plano e o boicote de setores importantes do grande capital, como o bancário, o comercial e o agrário, levaram ao colapso do Cruzado, em 1987, impedindo a realização da sua proposta mais ambiciosa e abrindo caminho para a aplicação do receituário neoliberal. A partir disto as tentativas de restauração de uma perspectiva desenvolvimentista tornam-se cada vez mais débeis, abrindo caminho para a volta do monetarismo e da austeridade adotados no início do governo, porém numa situação de agravamento da crise econômica e de escalada inflacionária. Com a ascensão de Mailson da Nóbrega no Ministério da Fazenda a política econômica do governo ganha contornos nitidamente neoliberais, manifestos na questão fiscal (austeridade e corte dos gastos públicos), na política de juros (juros altos para conter a inflação) e na política industrial (ausência de política industrial). Além disso, o fracasso do Plano Cruzado favoreceu o aprofundamento da política de restrição dos investimentos nas empresas estatais e uma segunda onda de “desestatização”, atingindo 42 empresas, com 18 delas sendo privatizadas e o restante sendo liquidadas ou transferidas para governos estaduais e municipais.⁴⁰ A aplicação desta política apenas agravou ainda mais a crise econômica, aprofundando a crise de hegemonia em curso.⁴¹

O fato de que a crise do bloco histórico do desenvolvimentismo acirrou as contradições e divisões interburguesas, dando origem a uma crise de hegemonia em que o bloco no poder tinha mais unidade em torno “do que não fazer” - permitir a abolição da autocracia burguesa, do que em torno “do que fazer” - qual projeto de desenvolvimento econômico adotar, permitiu que os movimentos sociais, partidos e demais organizações ligadas aos trabalhadores introduzissem na Constituição de 1988 um conjunto de institutos antineoliberais, como a ampliação dos direitos sociais e trabalhistas, o controle da taxa de juros, o privilegiamento da empresa nacional em relação ao financiamento público, etc. No entanto, devido ao caráter fundamentalmente autocrático da própria Constituição e da

³⁹ MACIEL, David. *De Sarney à Collor: reformas políticas, democratização e crise (1985- 1990)*. São Paulo: Alameda; Goiânia: Funape, 2012, p. 47-221.

⁴⁰ LIMA. op. cit.

⁴¹ Para o conceito de crise de hegemonia ver GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, volume 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 60. Tratamos da crise de hegemonia vivenciada no período no Brasil em MACIEL. *De Sarney à Collor...*, op. cit., p. 229-259.

institucionalidade política por ela criada, diversas destas medidas foram adotadas parcial e/ou tardiamente e outras viraram letra morta.

O avanço da perspectiva contra-hegemônica do movimento dos trabalhadores no final da década de 80 permitiu que o desenvolvimentismo de esquerda, apresentado em sua versão mais radical, o projeto democrático-popular, emergisse como projeto histórico alternativo com a candidatura Lula nas eleições de 1989. A construção de uma candidatura anti-Lula em torno de Collor fortaleceu a perspectiva neoliberal, apesar do bloco no poder se dividir no primeiro turno entre candidaturas neoliberais e desenvolvimentistas, evidenciando que ainda não havia consenso entre as frações burguesas quanto ao caminho a ser seguido. No entanto, a votação dos candidatos do bloco no poder mais claramente identificados com o desenvolvimentismo, como Ulisses Guimarães (PMDB) e Aureliano Chaves (PFL), tiveram uma votação pífia. De maneira incontornável, as eleições de 1989 demonstraram que a retomada do desenvolvimentismo dependia fundamentalmente dos candidatos de esquerda, Lula pelo PT e Brizola pelo PDT. Mário Covas, do PSDB, ficou em quarto lugar, porém apesar dos elementos desenvolvimentistas de perfil social-democrata de seu programa, este também carregava fortes componentes neoliberais. Com a vitória e posse de Collor a transição política iniciada ainda na Ditadura Militar se encerrava, com a vitória eleitoral do projeto neoliberal. Daí em diante a resistência de determinadas classes e frações do bloco no poder ao neoliberalismo girou cada vez mais em torno de seus interesses corporativos, atingidos pela ofensiva neoliberal, do que propriamente em defesa do resgate do projeto desenvolvimentista.

Apesar disto, a vitória de Collor não impediu que as contradições interburguesas se aguçassem, demonstrando a permanência da crise de hegemonia. Porém, durante seu governo (1990-1992) elas se deram basicamente em torno da abertura comercial e financeira, pois na questão da privatização havia razoável consenso entre as frações burguesas e na questão da desregulamentação/flexibilização dos direitos trabalhistas e sociais havia consenso integral, manifestando o grau de adesão das classes burguesas ao projeto neoliberal. Com Itamar Franco (1992-1995) o consenso burguês em torno do neoliberalismo se impõe, permitindo a construção da unidade política e ideológica que leva à ascensão ao governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), um dos principais elaboradores da ideologia liberal que pautou a transição à democracia. Seu governo encerra a crise de hegemonia iniciada ainda durante a transição política, pois a unidade

burguesa em torno das reformas neoliberais se consolida, parte importante do movimento dos trabalhadores adere ao ideário neoliberal, enquanto outra parte adota uma postura crescentemente defensiva,⁴² permitindo a criação de uma nova hegemonia burguesa, neoliberal e a construção do bloco histórico neoliberal.

Conclusão

A força e a rapidez com que o neoliberalismo foi implantado na sociedade brasileira nos anos 1990 deram margem à elaboração de algumas interpretações bastante influentes no debate político e ideológico que nada mais fazem do que justificá-lo ideologicamente. A primeira coloca que sua adoção era inevitável e devia ter sido iniciada antes, sendo a solução mais inteligente e apropriada para a prolongada crise econômica, social e política que atingia o país, o que obrigou os mais variados atores políticos e sociais, mesmo aqueles que resistiam a ele, a renderem-se à realidade e aceitá-lo. Uma outra, a famosa tese sobre o “fim da Era Vargas”, tão alardeada por Fernando Henrique Cardoso, afirma que sua implantação representava uma ruptura absoluta com o projeto desenvolvimentista vigente anteriormente, valorizando seu caráter “moderno” e inovador. Daí o caráter “utópico-regressivo” das proposições anti-neoliberais.

Na verdade, o neoliberalismo tornou-se uma necessidade histórica para o bloco de classes interessado na manutenção e reprodução do padrão de acumulação dependente-associado criado e consolidado pelo próprio projeto desenvolvimentista conservador e para os interesses de classe dele beneficiários. Ou seja, o projeto neoliberal desempenhou como tarefa histórica a eliminação dos elementos econômicos, políticos e sociais que ainda entravavam o pleno desenvolvimento das tendências de internacionalização, monopolização econômica e superexploração do trabalho desencadeadas pelo desenvolvimentismo conservador nos anos 1970. Neste sentido, para seguirem seu curso de maneira plena tais tendências requeriam a abertura comercial e financeira, a privatização das empresas estatais e a eliminação dos instrumentos de intervenção econômica do Estado, a redução da renda salarial, a desregulamentação do mercado de trabalho, o corte de gastos e direitos sociais.

É fato que tal processo não se deu sem contradições e conflitos não apenas entre classes dominantes e classes subalternas, mas também no

⁴² Para uma análise detalhada da implantação do neoliberalismo nos anos 90 no Brasil ver BOITO JR. Op. cit.

interior do bloco no poder. A vitória do capital externo e do grande capital privado nacional, cada vez mais associados entre si e com ramificações econômicas cada vez mais amplas nas finanças, na indústria, no comércio e na agricultura, exigiu não só a derrota dos trabalhadores das cidades e do campo e demais setores assalariados; mas o acerto de contas com a burguesia de Estado, que perde importância econômica e força política; com os setores industriais em geral, principalmente o pequeno e o médio capital industrial, permanentemente ameaçados pelo processo continuado de desindustrialização; e com os grandes proprietários de terra, cada vez mais submetidos à presença do grande capital na agricultura e à lógica do agronegócio. No entanto, foi a própria dinâmica do desenvolvimentismo quem criou as pré-condições para a esta vitória, mesmo que consumada definitivamente apenas vinte anos depois. Neste sentido, apesar de todas as mudanças históricas ocorridas entre o “Milagre Brasileiro” e os anos de 1990, e elas foram muitas, a hegemonia neoliberal tem suas origens no próprio desenvolvimentismo conservador.

Referências Bibliográficas

ABREU, M. P. (Org.). *A ordem do progresso*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Investimentos e reinvestimentos estrangeiros no Brasil*. 1985. <http://www.bcb.gov.br/rex/ied/port/Pa%C3%ADsDaEmpresa-Ano-50-85/Htms/PAISES-EMPRESA-ANO-50-85.asp?idpai=INVEDIR>. Acesso em: 12/5/2014.

BARBOSA, Walmir. “Padrão de acumulação, reestruturação produtiva e trabalho no Brasil”. http://www.goiania.ifg.edu.br/cienciashumanas/images/downloads/monografias/acumulacao_trabalho_brasil.pdf, p. 72. Acessado em 18 de novembro de 2015.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *O pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

- BOITO JR., Armando. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*, São Paulo: Xamã, 1999.
- CRUZ, Paulo Davidoff. “Notas sobre o endividamento externo brasileiro nos anos setenta”. In: BELLUZZO, Luiz G. de M. e COUTINHO, Renata (orgs.). *Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. Volume 2. 2ª Ed. São Paulo: Brasiliense.
- CRUZ, Sebastião Velasco e. “Empresários, economistas e perspectivas da democratização no Brasil”. In: REIS, Fábio Wanderley & O’DONNELL, Guillermo (Orgs.). *Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice e Editora Revista dos Tribunais, 1988.
- _____. *Empresariado e Estado na transição brasileira: um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-1977)*. Campinas-SP: Editora da Unicamp; São Paulo: Fapesp, 1995.
- DRAIBE, Sonia. *Rumos e Metamorfoses – Estado e industrialização no Brasil (1930-1960)*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.
- FIORI, José Luís. *O vôo da coruja: uma leitura não liberal da crise do Estado desenvolvimentista*. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 1995.
- FOLHA DE SÃO PAULO. “O golpe e a Ditadura Militar - A economia”. <http://arte.folha.uol.com.br/especiais/2014/03/23/o-golpe-e-a-ditadura-militar/a-economia.html>, acessado em 4 de outubro de 2015.
- GOLDENSTEIN, Lidia. *Repensando a dependência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- GORENDER, Jacob. *A burguesia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, volume 1, 3ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- _____. *Cadernos do Cárcere*, volume 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- GREMAUD, Amaury P.; SAES, Flávio A. M. de & TONETO JR., Rudinei. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Atlas, 1997.

- LIMA, Haroldo. “Sobre as privatizações no Brasil”. 1998. http://grabois.org.br/portal/cdm/revista.int.php?id_sessao=50&id_publicacao=149&id_indice=916, acessado em 24 em novembro de 2015.
- MACIEL, David. “Melhor impossível”: a nova etapa da hegemonia neoliberal sob o Governo Lula. *Universidade e Sociedade* (Brasília), v. 46, 2010, p. 120-133.
- MACIEL, David. Crise do desenvolvimentismo e transição política no Brasil. In: SILVA, Carla Luciana; CALIL, Gilberto Grassi e SILVA, Marcio Antônio Both da (Orgs.). *Ditaduras e democracias: Estudos sobre poder, hegemonia e regimes políticos no Brasil (1945-2014)*. Porto Alegre: FCM Editora, 2014, p. 175-191.
- _____. *A argamassa da ordem: da Ditadura Militar à Nova República (1974-1985)*. São Paulo: Xamã, 2004.
- _____. *De Sarney à Collor: reformas políticas, democratização e crise (1985-1990)*. São Paulo: Alameda; Goiânia: Funape, 2012.
- MARINI, Rui Mauro. *Dialética da dependência*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MARTINS, Luciano. *Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- NETTO, José Paulo. *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. São Paulo: Cortez, 1993.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista. O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- _____. *Os direitos do antivitor: A economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- OLIVEIRA, Mariana. *Veja evolução do salário mínimo desde sua criação, há 70 anos*. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2011/02/veja-evolucao-do-salario-minimo-desde-sua-criacao-ha-70-anos.html>. Acessado em: 26/5/2014.
- POCHMANN, Marcio. *Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010.

SALLUM JR., Brasílio. *Labirintos: dos generais à Nova República*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, Nelson do Valle e. “A sociedade”. In: JAGUARIBE, Helio (org.) *Sociedade, Estado e Partidos na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

SOARES, Alcides Ribeiro. *Formação histórica e papel do setor estatal da economia brasileira, 1930-1989*. São Paulo: Lume, 1991.

Estado, Capitalismo e Democracia no Brasil recente¹

Gilberto Calil²

Em agosto de 2013, durante o IV Simpósio de Pesquisa Estado e Poder, discutíamos a relação entre a ascensão das mobilizações populares e a escalada repressiva com a qual o Estado e as classes dominantes buscavam neutralizá-la.³ Naquele momento, sob o impacto das massivas manifestações que constituíram as chamadas *Jornadas de Junho* de claro perfil popular e progressista, as expectativas eram positivas em relação à ampliação das liberdades democráticas (ao menos no que se referia à garantia do direito de manifestação) e à possibilidade de construção de um consenso amplo em torno da necessidade de ampliação dos direitos sociais e do investimento nos serviços públicos.

Ainda que grupos reacionários buscassem disputar os rumos das mobilizações e também levassem às ruas suas demandas e perspectivas ideológicas, era claro que se impunha como posição majoritária a afirmação de reivindicações por mais direitos sociais e contra a repressão policial. Naquele contexto, grupos claramente identificados com posições à direita fracassaram continuamente em suas tentativas de organizar manifestações com pautas nitidamente reacionárias – é o caso da chamada “greve geral sem sindicatos” convocada para o início de julho de 2013 e que malogrou rotundamente; da “Marcha da Família contra o Comunismo”, convocada por Maycon Freitas (pateticamente designado como “O líder que surgiu das ruas” pela revista *Veja*) e sua obscura União Contra a Corrupção (UCC), que reuniu menos de 100 manifestantes, na maior parte neointegralistas e neonazistas; e da “Operação 7 de Setembro” que pretendia explicitar a força do nacionalismo de direita nos desfiles do “Dia da Pátria”, com resultados igualmente inexpressivos.

Dois anos passados, é imperativo reconhecer que há um elemento novo na conjuntura política brasileira: organizações e agrupamentos

¹ A redação final deste texto foi concluída em janeiro de 2016, motivo pelo qual se acrescenta algumas atualizações em relação ao texto apresentado no V Simpósio de Pesquisa Estado e Poder, em agosto de 2015.

² Professor Associado do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. gilbertocalil@uol.com.br

³ CALIL, Gilberto. “A repressão e a democracia nas Jornadas de Junho de 2013”. In: CALIL, Gilberto; SILVA, Carla Luciana & SILVA, Marcio Both. *Ditaduras e Democracias: estudos sobre poder, hegemonia e regimes políticos no Brasil (1945-2014)*. Porto Alegre: FCM, 2014. P. 211-223.

claramente reacionários lograram êxito em realizar manifestações massivas, convocadas em defesa do afastamento supostamente constitucional da presidenta da República, nas quais se destacavam faixas e cartazes pedindo “intervenção militar constitucional”, uma reivindicação explicitamente inconstitucional e golpista. As manifestações realizadas em 15 de março de 2015 teriam reunido mais de dois milhões de pessoas de acordo com as sempre suspeitas contagens realizadas pela Polícia Militar. Nos termos nada isentos da revista *Época*, os “protestos de 15 de março levaram às ruas a maior multidão em um único dia na história das manifestações políticas no Brasil”.⁴ Superdimensionamento midiático à parte, é inegável que foram manifestações massivas e que explicitaram uma capacidade de mobilização que dois anos antes a direita não tinha, constituindo-se nas maiores manifestações de perfil conservador/reacionário desde as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, realizadas em 1964.

Temos desta forma uma primeira e fundamental contraposição entre “2013” e “2015”. Nas primeiras, enormes mobilizações populares que colocaram em pauta demandas por ampliação da democracia, denúncia da repressão policial e reivindicação por direitos sociais e melhores serviços públicos. Em síntese, demandas de qualificação da democracia e em defesa do Estado social. Nas últimas, um avanço da direita, com destaque para posições fascizantes, de regeneração da ditadura, hostilização pública da esquerda e mobilizações golpistas sob distintas formas - da defesa do impeachment à reivindicação por “invenção militar”. Esta contraposição é real e verdadeira em termos gerais, mas é necessário matizar alguns aspectos. Em primeiro lugar, é imprescindível observar que as manifestações populares que se generalizaram em junho de 2013 (nomeadamente as manifestações pela redução dos valores das tarifas de ônibus) não deixaram de acontecer em momento algum. Ao contrário, subsistiram enfrentando uma duríssima repressão policial, criminalização judicial e total invisibilidade midiática. Em condições adversas, mantém vivo o legado de Junho de 2013. Outro aspecto fundamental é que a incapacidade das organizações e lideranças de direita em realizar atos públicos massivos em 2013 não significa que já naquele momento não houvesse uma base social ideologicamente adestrada para sustentar posições conservadoras,

⁴ “Manifestação Anti-Dilma entra para a história. Protestos de 15 de março levaram às ruas a maior multidão em um único dia na história das manifestações políticas no Brasil”, *Revista Época*, 15/03.2015. <http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2015/03/bmanifestacao-anti-dilmab-entra-para-historia.html>, consultado em 18/08/2015.

reacionárias, anticomunistas e antipopulares. Finalmente, por mais que pareça paradoxal, o avanço da direita não se dá apenas nas manifestações de rua que reivindicam o afastamento da presidenta da República, mas se dá também e sobretudo como resultado dos atos concretos do governo de Dilma Rousseff, muito particularmente a imposição da Lei Antiterrorismo e da Agenda Brasil, que juntos podem implicar no maior retrocesso social e político desde a promulgação da Constituição de 1988 – um retrocesso simultaneamente às liberdades democráticas e aos direitos sociais.

A Lei Antiterrorismo, em tramitação no Congresso Nacional, implica em um nítido salto de qualidade na escalada repressiva, criando base legal para o enquadramento dos movimentos sociais como organizações terroristas. Como esclarecem os professores Marta Machado e Guilherme Gonçalves, seu objetivo é garantir segurança jurídica para capitais investidos no país (especialmente nos mega-eventos), uma segurança jurídica que “não é aquela que garante as liberdades fundamentais de associação e manifestação, mas a que impede qualquer fonte de riscos para os novos negócios”.⁵ Machado e Gonçalves lembram que a proposição do PL 2.016/2015 é de autoria conjunta dos ministros da Justiça (José Eduardo Cardoso) e da Fazenda de então (Joaquim Levy), demonstrando que a preocupação central é com o interesse dos investidores, especificamente nos termos impostos pelo Grupo de Ação Financeira (GAFI), o que demonstra claramente que os movimentos sociais são seu principal alvo:

Se o fim social último do GAFI é proteger a integridade do sistema financeiro, quando tal integridade está associada à promoção de um megaevento esportivo, seu foco de oposição – os movimentos políticos e sociais – tornam-se fatores de insegurança para os negócios. Neste contexto, não é difícil justificar o temor por parte dos movimentos sociais de serem considerados os “terroristas”, alvo dessa lei. A Análise dos aspectos técnicos e jurídico-penais do PL n. 2.016/2015 mostra que este risco não é apenas uma elocubração conspiratória.⁶

⁵ MACHADO, Marta Rodrigues de Assis & GONÇALVES, Guilherme Leite. “Por uma lei antiterrorismo de Estado. Ou não sobrará ninguém”. *Le Monde Diplomatique Brasil*, Dezembro 2015, n. 101, p. 21-23.

⁶ *Idem*, p. 22.

Em termos práticos, a indefinição dos termos e ações que podem ser objeto de punição aumenta os riscos, pois a Lei “é composta de expressões indeterminadas e maleáveis capazes de comportar, a gosto ou conforme ideologia do intérprete, condutas e contextos dos mais diversos possíveis”.⁷ Para dimensionar os riscos, é bom ter em vista também o caráter classista da Justiça brasileira e sua histórica e sistemática má vontade contra os movimentos populares. O processo de tramitação do PL 2.016/2015 é extremamente elucidativo da cumplicidade entre o governo Rousseff e a oposição de direita quando se trata de avançar no processo de criminalização dos movimentos sociais: a autoria do projeto é de responsabilidade do Governo Federal, em uma redação que claramente favorecia o enquadramento dos movimentos sociais, mas a Câmara dos Deputados incluiu uma emenda que explicitamente excluía tal enquadramento, emenda que foi suprimida pelo Senado Federal de acordo com proposição de uma das lideranças do principal partido da oposição de direita, o senador Aloysio Nunes (PSDB-SP). Evidencia-se desta forma, a total cumplicidade entre PT e PSDB na imposição desta legislação repressiva.

A Agenda Brasil foi apresentada em agosto de 2015, como uma proposta articulada para enfrentar a crise econômica, estruturada em torno de três eixos: “melhoria do ambiente de negócios e infraestrutura”; “equilíbrio fiscal” e “proteção social”. Foi produzida em reuniões que envolveram os ministros da Fazenda, Planejamento, Comunicação e Minas e Energia, e os senadores peemedebistas Renan Calheiros, Romero Jucá e Eunício Oliveira, com o aval da presidenta da República. Objetivamente, implicam em um sistemático ataque aos direitos trabalhistas e favorecimento ao grande capital.⁸ O conjunto das 28 propostas, com a eventual exceção de uma menção à revisão do tributo sobre herança (que ainda assim não propõe progressividade) tem o sentido claro de favorecimento do capital em detrimento do trabalho, incluindo aumento da idade mínima para aposentadoria; imposição de condicionantes aos reajustes salariais do funcionalismo público; possibilidade de cobrança pelo oferecimento da saúde pública; garantia aos “contratos” em detrimento de condicionantes ambientais e trabalhistas; estímulo à mineração e aceleração da avaliação de impactos ambientais; ampliação das terceirizações; e imposição de limites à

⁷ Idem, *ibidem*.

⁸ AGENDA Brasil (2015). <http://imguol.com/blogs/52/files/2015/08/AgendaBrasil-10ago2015.pdf>, consultado em 18/08/2015)

demarcação de terras indígenas. Em síntese, redução de direitos, desregulações e estímulo aos grandes capitais (em particular as mineradoras e o agronegócio). Antes da apresentação da Agenda Brasil, o governo Dilma já tinha encaminhado ao Congresso e obtido a aprovação de outras medidas de retrocesso social, como a mudança das regras do Seguro Desemprego, dificultando sua obtenção; e a imposição de restrições ao recebimento de pensões, diminuindo na maior parte dos casos o valor a ser recebido. Não pode haver dúvidas quanto ao caráter conservador e antipopular deste conjunto de propostas. Ter clareza de que não há no Brasil um governo “de esquerda” ou mesmo de “centro-esquerda” é condição necessária para compreender o sentido geral do processo em curso, ainda que isto crie uma dificuldade evidente: como explicar a constituição de um conjunto de mobilizações estritamente conservadoras e golpistas e que identifica seu adversário como um governo de esquerda (muitas vezes inclusive tratado como “comunista”), se este governo objetivamente coloca em prática medidas conservadoras? A questão é espinhosa e carece de uma reflexão cuidadosa.

A ascensão da direita

Da injustificável hipótese que explica a ascensão da direita como reação ao caráter “progressista” dos governos petistas, deriva-se usualmente a suposição de que as manifestações de junho de 2013 estão na origem da atual “onda conservadora”. Tal posição pode ser exemplificada nos textos do jornalista ultragovernista Paulo Henrique Amorim, que caracterizou o Movimento do Passe Livre como “de classe média”, afirmando que ele “foi abduzido pelo PiG [Partido da Imprensa Golpista] e sobretudo pela Globo”, “que não há passeatas ingênuas” e que seus integrantes foram convertidos na “bucha de canhão do Golpe contra Dilma”. Sua argumentação chega ao extremo de ignorar a violenta repressão comandada pelo governo de Geraldo Alckimin,⁹ acusando paradoxalmente o governo PSDB de não ter reprimido e controlado suficientemente as manifestações: “Onde já se viu uma Secretaria de Segurança não saber com a devida antecedência onde vão 50

⁹ Discutimos a repressão policial em junho de 2013 em CALIL, Gilberto. “Embates e Disputas em torno das Jornadas de Junho”. *Projeto História*, São Paulo, n. 47, Ago. 2013, p. 377-403; e em CALIL (2014), op. cit.

mil manifestantes? E os direitos constitucionais dos não manifestantes?”¹⁰ Os resultados da eleição de 2014 – a vitória apertada de Dilma Rousseff no segundo turno e a eleição do usualmente chamado “Congresso mais conservador da história” levaram a uma nova onda de condenações das *Jornadas de Junho*, identificadas como marco de uma virada ou ascensão conservadora, como se verifica em texto publicado no sítio *Carta Maior*, de perfil claramente governista:

Há dois pontos de partida para entender a decisão deste primeiro turno nacional, encerrado ontem. O primeiro é junho de 2013 e o segundo, o Congresso Nacional eleito. Toda captura de flutuações e acidentes eleitorais não pode deixar de ser sobrepujada pelo fato de que a decisão de domingo (5) contém o moralismo reacionário e uma reação conservadora sem precedentes, pela via eleitoral, em décadas. (...)

A resposta veio com um Congresso mais à direita: mais conservador e mais evangélico. Não há novidade histórica nisso. A todos os *movimentos destabilizadores* mobilizados com ajuda de redes sociais, dos últimos anos, no mundo, seguiram-se reações autoritárias, conservadoras e regressivas socialmente. O que se passa é que a resposta à *demanda moral* é e sempre foi esta: o abrigo seguro da zona de conforto perceptiva representado pela estabilidade prometida da direita. Esse truque moralista da direita tornou-se possível, agora, com a legitimação que as grandes manifestações de junho lhe propiciaram. Poderia ser apenas uma piada ter Aécio Neves reivindicando o “legado” de junho. O problema é a *legitimidade* com que ele faz isso: trata-se de tomar para si a reclamação contra “essa sujeira toda” (grifos meus).¹¹

¹⁰ AMORIM, Paulo Henrique. “PiG enfiou o Passe Livre no Bolso”. <http://www.conversaafiada.com.br/pig/2013/06/19/pig-enfiou-o-passe-livre-no-bolso-e-o-golpe-do-chavez>, consultado em 19/08/2015.

¹¹ PEIXOTO, Catarina. Aécio, Bolsonaro, Feliciano: é este o legado de Junho? *Carta Maior*, 6.10.2014. <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Aecio-Bolsonaro-Feliciano-este-e-o-legado-de-junho-/4/31935>. Consultado em 20/08/2015.

Desta forma, as *Jornadas de Junho* são reduzidas a um *movimento desestabilizador* que teria sido organizado em torno de *demandas morais*, o que teria conferido *legitimidade* a Aécio Neves para reivindicar seu legado. Esta é certamente uma interpretação extremamente cômoda ao governo e ao partido da presidenta, permitindo-lhe explicar seu recuo eleitoral como resultado de uma espécie de conspiração e não como produto do repúdio popular a suas próprias opções. A disseminação desta interpretação fantasiosa, além disto, omite um elemento fundamental: o avanço conservador é muito anterior às *Jornadas de Junho*. Interpretações e visões de mundo conservadoras de diferentes matizes vêm sendo crescentemente disseminadas há anos através de inúmeros aparelhos privados de hegemonia.¹² Estes setores buscaram intervir em junho de 2013, tentaram disputar os rumos do movimento e promoveram agressões contra militantes de esquerda em vários lugares. Sem dúvidas, sua intervenção foi amplificada pela grande mídia, que buscou produzir lideranças conservadoras e construir uma interpretação para os protestos com sentido inteiramente antagônico às demandas sociais que deram origem às manifestações.¹³ No entanto, como discutimos anteriormente, estes setores não lograram alterar o eixo central das *Jornadas*, que seguiu sendo a defesa de direitos sociais e denúncia da repressão, ainda que em parte das manifestações tenham dividido espaço com a pauta anticorrupção sugerida e estimulada pela grande mídia.

Então, se as *Jornadas de Junho* não são a origem da tal “onda conservadora”,¹⁴ porque não impediram e eleição de um Parlamento efetivamente muito conservador, no qual se destacam com grandes votações pastores fundamentalistas, integrantes da bancada da bala e representantes do “agronegócio”? Para além dos limites gerais e das distorções particulares que caracterizam a democracia brasileira e que não podem ser desconsiderados na avaliação de um resultado eleitoral, há que se considerar que ainda que as *Jornadas de Junho* tenham propiciado um momento de ampla disseminação de demandas populares, elas não tiveram a dimensão e solidez necessárias para fazer impulsionar a inversão da tendência geral de propagação de visões antipopulares, socialmente conservadoras,

¹² GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Volume 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

¹³ CALIL, Gilberto. Decifra-me ou te devoro: a grande mídia e as manifestações. *Blog Convergência*, 20/06/2013, <http://blogconvergencia.org/?p=1546>, consultado em 21/08/2015.

¹⁴ A expressão que se consagrou na mídia nos parece insuficiente para compreender o processo, pois a imagem utilizada não permite compreender que tal movimento tem bases solidamente construídas ao longo do tempo, não podendo portanto ser compreendido como uma “onda”.

economicamente liberais e em muitos casos marcadas pelo fundamentalismo religioso e/ou pela negação dos direitos humanos e defesa incondicional da repressão policial. Na televisão, no rádio, nas redes sociais, na imprensa escrita e em inúmeras organizações constitutivas da sociedade civil é notória a presença e agressividade de intelectuais e políticos que sistematicamente disseminam tais posições. Portanto não parece realista imaginar que um momento de mobilização – intensa, mas efêmera -, por mais impacto que tenha tido, fosse capaz de desconstituir um processo de avanço conservador que conta com inúmeras e sólidas bases materiais – ou aparelhos privados de hegemonia.

Diversas outras mobilizações, movimentos, greves e ocupações desde então se colocaram na contramão da “onda conservadora”: as mobilizações de denúncia dos gastos da Copa do Mundo em 2014 que se realizaram enfrentando intensa repressão; as greves do funcionalismo público do Paraná em 2015, cuja repressão teve seu ápice no “Massacre de 29 de abril”;¹⁵ as ocupações estudantis que impediram o fechamento de escolas públicas em São Paulo no final de 2015; e as ocupações estudantis em Goiás em protesto contra a gestão das escolas públicas por Organizações Sociais (OS). São inúmeras lutas que assim como as *Jornadas* têm o mérito de evidenciar o esgotamento da capacidade do Partido dos Trabalhadores e da Central Única dos Trabalhadores de cooptar e paralisar os movimentos sociais, e que ao mesmo tempo constituem enfrentamento concreto de medidas de retrocesso social e ataque aos direitos sociais e trabalhistas impostos pelo governo federal e por governos estaduais e municipais dos diferentes partidos políticos.

Ainda assim, o movimento geral segue sendo de avanço conservador, e isto tem razão muito concreta: não se trata de um movimento espontâneo, mas uma ofensiva ideológica alicerçada em vasta rede de aparelhos privados de hegemonia, que incluem desde páginas do Facebook até organizações inter-empresariais, envolvendo vultuosos recursos e que conta com sólida estrutura organizativa. São as trincheiras da guerra de posição de que fala Gramsci, sistemática e meticulosamente constituídas pelos grupos dominantes, cujo avanço é facilitado pela inexistência no campo das classes trabalhadoras de estruturas organizativas de semelhante dimensão – especialmente porque muitas das trincheiras construídas pelas classes trabalhadoras na década de 1980 (como a Central Única dos Trabalhadores) fragilizaram-se e deixaram de ser instrumentos de luta em virtude do

¹⁵ Ver a respeito o vídeo Registros de um Massacre: <https://www.youtube.com/watch?v=XDOqVm-hVP8>

processo transformista que atravessou o Partido dos Trabalhadores e incidiu nas estruturas por ele comandadas.¹⁶

Do nosso ponto de vista é inegável que há um avanço ideológico de posições socialmente conservadoras, culturalmente obscurantistas e economicamente liberais e antipopulares, aliada a uma expressiva popularização de intelectuais e lideranças políticas que podem ser caracterizadas como de extrema-direita, defendendo posições fascizantes e um discurso violentamente antipopular. É igualmente inegável que a virulenta oposição aos governos petistas e em especial de Dilma Rousseff é combustível decisivo para este avanço. O PT e o governo Rousseff aparecem como objeto principal contra o qual se dirige este discurso. Recoloca-se então um grande paradoxo: como é possível que seja apresentado como “ameaça comunista” um governo que impõe contra-reformas, mantém uma política econômica estritamente neoliberal e ainda consegue manter parte dos movimentos sociais submissa? Nossa hipótese é que se trata da construção de uma tropa de choque fascista, cujo crescimento é fomentado pelas misérias do governo petista, mas que visa sobretudo os movimentos populares autônomos e as eventuais alternativas reais em processo de formação e que têm como perspectiva a construção de uma hegemonia do mundo dos trabalhadores.

A relação da grande burguesia brasileira com tais movimentos de extrema-direita é bastante elucidativa do processo em curso. Não é difícil observar que os aparelhos privados de hegemonia que propagam posições de extrema-direita contam com fartos recursos.¹⁷ Ainda assim, até quase o final de 2015, as entidades representativas da grande burguesia resistiram a aderir abertamente a defesa do afastamento de Dilma Rousseff, certamente preocupados com a instabilidade econômica e social que seria provocada se o processo seguisse os rumos da ruptura institucional propagada pelos adeptos de uma “intervenção militar constitucional” [sic]. A grande burguesia brasileira passou a endossar explicitamente a perspectiva golpista, a partir da adesão da FIESP na manifestação anti-Dilma de 13 de dezembro de 2015 (com a “participação” do pato de borracha que pretende simbolizar seu repúdio aos “altos impostos”). Ainda assim, naquele momento

¹⁶ Ver a respeito COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital: O transformismo dos grupos dirigentes do PT (1978-1998)*. São Paulo / Feira de Santana: Xamã / UEFS, 2012.

¹⁷ Um exemplo bastante expressivo é o sítio eletrônico *Mídia Sem Máscaras*, comandado por Olavo de Carvalho, cujas conexões políticas e empresariais são elucidadas em PATSCHIKI, Lucas. *Os litorais da nossa burguesia: o Mídia Sem Máscara em atuação partidária (2002-2011)*. Dissertação de Mestrado. Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, 2012.

manifestavam-se explicitamente contra o afastamento de Rousseff outras importantes entidades representativas do grande capital, como a FIRJAN,¹⁸ e também lideranças empresariais como o presidente do Banco Itaú-Unibanco, Roberto Setúbal.¹⁹ De forma análoga, também os grandes meios de comunicação – em particular a Rede Globo e a Folha de São Paulo – que durante o ano de 2015 buscavam manter um elevado desgaste do governo Rousseff, com permanentes denúncias e uma cobertura que hiperdimensiona as manifestações da oposição de direita, sem a defesa explícita do afastamento da presidenta, deslizaram sua posição em sentido semelhante ao seguido pela FIESP, conformando claramente um bloco que articulava no sentido de conseguir o afastamento de Dilma Rousseff, com o mínimo possível de sobressaltos institucionais, de forma a desbloquear a agenda de contrarreformas, especialmente os ataques aos direitos trabalhistas e privilégios aos grandes capitais, nos termos propostos no documento “Ponte para o Futuro”, verdadeira plataforma informal pela “candidatura” de Michel Temer, publicado em 29 de outubro de 2015.²⁰

Por que os governos petistas ensejam o avanço ideológico e o crescimento organizativo da direita e da extrema-direita? A despeito dos incontáveis atos em prol do grande capital e em detrimento dos direitos dos trabalhadores, Lula da Silva, Dilma Rousseff e o Partido dos Trabalhadores são ainda percebidos pela maior parte da população como expressão da “esquerda”. Assim o crescimento da direita é impulsionado pelas inconsistências e contradições do governo Dilma, pela desmoralização da ideia do que é “ser de esquerda” em consequência das barganhas e ataques perpetuados por estes governos e também em virtude de sua opção pela afirmação da ordem através da imposição de uma escalada repressiva, particularmente intensa depois de junho de 2013.

A vigência de um governo que se apresenta como sendo de esquerda aliada a sua opção sistemática pelo não enfrentamento ideológico contra a direita – na maior parte dos casos trata-se mesmo da explícita reificação das premissas ideológicas do capitalismo -, oferece condições ótimas para o avanço da direita. Embora tenha falecido em 2013, Edmundo Fernandes Dias produziu a interpretação que a nosso ver melhor permite compreender a

¹⁸ BATISTA, Renata. Para Firjan, impeachment gera tumulto e prejudica a economia. Valor Econômico, 3 dez. 2015. Disponível em <http://bit.ly/IPN5Z7q>. Consultado em 04/01/2015.

¹⁹ FRIEDLANDER, David. Não há motivos para tirar Dilma do cargo, diz presidente do Itaú-Unibanco. Folha de S. Paulo, 23 ago. 2015. Disponível em: <http://bit.ly/1hBgtYY>, Consultado em 04/01/2015.

²⁰ http://pmdb.org.br/wp-content/uploads/2015/10/RELEASE-TEMER_A4-28.10.15-Online.pdf, consultado em 04/01/2015.

relação entre os governos petistas, sua rendição ideológica e a ascensão da direita:

Luís Inácio e o conúbio sindical / movimentos sociais e as direções das frações da classe dominante constituíram uma alternativa política com características relativamente novas na política brasileira. (...) [Luís Inácio] aprofundou a destruição de importantes setores da economia brasileira e da política nacionais. Aprofundou a ópera tucana que já vinha, pelo menos, do (des)governo Collor. Um dos elementos fundamentais foi a ampliação da burocracia controladora das finanças, deixando terreno livre à sanha das frações financeiras. (...) Esta ação se deu nos mais diversos planos. Citemos, de passagem, o processo de destruição do serviço público: educação, saúde, seguridade. Nestes campos, a entrega ao privatismo foi ampla, geral e irrestrita. (...) Caracterizam-se aqui formas de revolução passiva com a incorporação de figuras consideradas (certo ou errado) representantes das classes subalternas. Partidos e movimentos radicalizados antes da sua chegada ao governo, chefiados por personagens de grande legitimidade política e social ao tomar posse, praticaram um programa absolutamente contrário ao que falavam antes. Decapitaram as direções dos subalternos, transformando-nas em administradores ditos modernizantes do Estado capitalista e os antigos *compagnons de route* e movimentos sociais antes partícipes do mesmo movimento são agora tratados como sabotadores, fracassomaníacos, etc. Participaram um giro de 180°, sem sequer ocultar o fato, embora negassem no plano dos discursos para as massas.²¹

Tal decapitação da direção dos subalternos produziu efeitos organizativos e ideológicos dramáticos, que já eram perceptíveis em um momento em que os governos petistas possuíam alta popularidade (a publicação do livro é de 2012), retirando das classes trabalhadoras as

²¹ DIAS, Edmundo Fernandes. *Revolução passiva e modo de vida: Ensaio sobre as classes subalternas, o capitalismo e a hegemonia*. São Paulo: José Luís e Rosa Sundermann, 2012. p. 154.

condições para afirmação de um discurso hegemônico próprio: “A hegemonia sem hegemonia, caso típico de revolução passiva, necessita e requer um discurso que neutralize a voz, o projeto dos antagonistas. Nada de estranho que os dominados reproduzam como seus a voz e o projeto dos antagonistas”.²² A desqualificação dos movimentos sociais autônomos e das perspectivas de organização social que sejam expressão de outro projeto hegemônico, atitudes que são usualmente identificadas com a direita e a grande imprensa, passaram a ser propagadas, com muito maior eficácia, pelos novos convertidos à lógica capitalista. É este o sentido, por exemplo, da manifestação do prefeito de São Paulo Fernando Haddad ironizando a reivindicação de defesa do “passe livre”: “Tem tanta coisa que podia vir na frente, podia ser almoço grátis, jantar grátis, ida pra Disney grátis. Começa a ficar uma conversa que você não sabe aonde vai dar”.²³ A afirmação – proferida por um intelectual capacitado e conhecedor da teoria marxista – não pode ser considerada um engano ou algo irrelevante. A referência explícita ao slogan neoliberal de que “não existe almoço grátis” e a absurda analogia entre a reivindicação do direito ao passe livre com uma “ida a Disney grátis” incidem intencionalmente para a desqualificação do projeto alternativo de organização da cidade proposto pelo Movimento pelo Passe Livre, e portanto para a naturalização da estruturação urbana articulada pelos princípios mercantis. Como indicava Dias, “Trata-se da captura da subjetividade dos antagonistas. A burguesia tratou, com grande êxito, de transformar-se em horizonte ideológico, político e econômico da história. Tudo e todos estavam (e estão) submetidos a este processo de naturalização, de deshistoricização. A vida é vida burguesa, como burguesas são a família, a escola e o trabalho, lugares privilegiados de socialização, onde os subalternos são moldados”.²⁴ Iguamente não pode surpreender, portanto, a explícita adesão de Lula da Silva ao liberalismo: “Eu sou um liberal... Veja, eu, na verdade, o que eu acho, eu sou um cidadão muito pragmático e muito realista entre aquilo que eu sonho e aquilo que é a política real”.²⁵ A oposição entre aquilo que expressa a perspectiva de outra hegemonia – desqualificada como “sonho” – e a “política real”, valorizada como “pragmática” e “realista” tem evidentes

²² Idem, p. 117.

²³ “Para conseguir passe livre em SP ‘é melhor eleger um mágico’, diz Haddad”. *G1*, 21/01/2016. <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/01/para-conseguir-passe-livre-em-sp-e-melhor-eleger-um-magico-diz-haddad.html>, acessado em 27/01/2016.

²⁴ DIAS, op. cit., p. 129.

²⁵ “Lula: ‘não é hora de discutir crise, mas saídas para a crise’”. *Instituto Lula*, 21.01.2016. <http://www.institutolula.org/lula-nao-e-hora-de-discutir-crise-mas-saidas-para-a-crise>, consultado em 24/01/2016.

efeitos ideológico na reificação da ordem vigente. Novamente uma declaração recente confirma a avaliação de Dias: “Partidos que se dizem e se pensam como de esquerda reproduzem e praticam a velha e surrada cantilena capitalista: fora da ordem do Capital não há saída, sequer vida inteligente”.²⁶

É justamente o “pragmatismo” e o “realismo político” que justificam a estratégia de construção da chamada “governabilidade” através da realização das alianças dos mais diversos tipos, fortalecendo lideranças conservadoras, fisiológicas, integrantes das bancadas religiosas, da bala e do agronegócio, quando não guindou diretamente para posições chaves do próprio governo destacadas lideranças reacionárias (caso de Kátia Abreu no Ministério da Agricultura, Gilberto Kassab no Ministério das Cidades, Afif Domingos no Ministério da Micro e Pequena Empresa ou George Hilton no Ministério dos Esportes, dentre muitos outros). Não é difícil imaginar o conteúdo das políticas implementadas por lideranças como estas, além do que quando saírem do governo estarão fortalecidos pelas posições de poder de que usufruíram. Um dos efeitos do pragmatismo e adesão ao liberalismo é que “Ao privilegiar a ação no plano da circulação, a esquerda distributivista deslocou(a) a luta do plano da produção onde o conflito pode ser mais claramente detectado”, impulsionando o “fetiche da igualdade de possibilidades”,²⁷ que como se sabe é a base fundamental sobre a qual se constitui a ideologia meritocrática típica do liberalismo. Além disto, abdicando inteiramente de qualquer interferência no plano da produção, a própria perspectiva distributivista fica subordinada às bases materiais que são determinadas justamente na produção, inviabilizando-se quando ocorrem ataques especulativos ou o agravamento da crise econômica.

A rendição ideológica da pretensa esquerda é portanto elemento fundamental para a compreensão do avanço ideológico da direita, sobretudo porque desqualifica e deslegitima perspectivas e projetos que proponham pensar a organização da sociedade em outras bases, ao mesmo tempo em que tornam possível que a direita atribua à “esquerda” os perversos efeitos sociais da crise capitalista, mesmo permanecendo a economia gerida sob a perspectiva de total subordinação aos interesses e imposições do capital financeiro transnacionalizado. Assim, “a esquerda foi colocada no canto do ringue. Perdeu a iniciativa. Foi (e é) pautada pela direita. (...) A política reduzida a um jogo de emoções favorece sempre o *status quo ante*”.²⁸

²⁶ DIAS, op. cit., p. 153.

²⁷ Idem, p. 352 e 353.

²⁸ Idem, p. 326.

Brilhante conclusão, sobretudo se considerarmos que foi proferida em um momento em que o desgaste do governo petista era infinitamente menor, mas quando as opções fundamentais já estavam colocadas, determinando a impotência e subordinação do governo petista, condenado a negociar sua sobrevivência com os representantes da grande burguesia e com os setores mais tradicionais e fisiológicos da política brasileira, em condições cada vez mais desfavoráveis.

Democracia e liberdades democráticas

O avanço da repressão aos movimentos populares e do processo de restrição das liberdades democráticas obriga a uma reflexão sobre as formas históricas da democracia, tendo presente que não existe uma forma única de democracia pré-definida, pronta e acabada, mas, ao contrário, sua configuração se modifica e redefine historicamente, a todo momento; e também que a despeito das lutas sociais e das conjunturas históricas nas quais foi possível aumentar as liberdades democráticas, sob a vigência do sistema capitalista permanecem alguns limites absolutos intransponíveis determinantes de seu conteúdo de classe, o que é imprescindível não perder de vista.

Retomamos aqui as reflexões da historiadora Ellen Wood²⁹, que nos permitem compreender simultaneamente os limites da democracia representativa e o processo histórico de lutas que propiciou a disseminação de democracias parlamentares em grande parte dos países capitalistas. Sua abordagem permite que se valorize os avanços reais advindos da conquista de importantes liberdades democráticas, sem que isto implique em qualquer idealização do regime democrático sob o capitalismo, cujos limites a autora não perde de vista em momento algum. É com base na reflexão de Wood que enfatizamos em nossa abordagem as ameaças e ataques às *liberdades democráticas* historicamente conquistadas, expressão que nos parece mais precisa e concreta do que falar em ameaça à *democracia* em si, dada a impossibilidade de uma definição intransitiva deste conceito.

Ellen Wood lembra que o pensamento liberal se constituiu em oposição à noção de democracia – cuja acepção corrente então remetia à deliberação direta do povo conforme o modelo da Grécia Antiga. Assim, não é por acaso que o surgimento de regimes democráticos no contexto de afirmação do capitalismo tenha se dado sob bases censitárias e excludentes,

²⁹ Para uma discussão mais detalhada de suas proposições, ver CALIL, “A repressão e a democracia nas Jornadas de Junho de 2013”, op. cit.

em oposição à noção de “poder popular”: “a divisão entre proprietários governantes e súditos camponeses foi condição constitutiva da ‘soberania popular’ que surgiu no início da Europa moderna”.³⁰ A instituição do Parlamento consolidava a imposição de uma barreira que tornaria a deliberação em torno das questões políticas fundamentais ainda mais distantes do “povo” que supostamente seria a base do regime democrático:

A doutrina da supremacia parlamentar viria a operar contra o poder popular mesmo quando a nação política já não se restringia a uma comunidade relativamente pequena de proprietários e quando se ampliou a ideia de “povo” para incluir a “multidão popular” (...) Quanto mais inclusivo se tornava o termo “povo”, mais as ideologias políticas dominantes (...) insistiam na despolitização do mundo fora do Parlamento e na deslegitimação da política “extraparlamentar”.³¹

Mesmo com a expansão do corpo eleitoral, permaneceram os limites e restrições, pois a democracia capitalista “foi capaz de imaginar um corpo abrangente, mas grandemente passivo de cidadãos composto pela elite e pela multidão, embora sua cidadania tivesse alcance limitado”.³² Neste processo, “a multidão trabalhadora finalmente entrou para a comunidade de cidadãos”, mas em compensação, “o pressuposto histórico de sua cidadania foi a *desvalorização* da esfera pública, a nova relação entre ‘econômico’ e ‘político’ que reduziu a importância da cidadania e transferiu alguns de seus poderes exclusivos para o domínio puramente econômico da propriedade privada e do mercado, em que a vantagem puramente econômica toma o lugar do privilégio e do monopólio jurídico”.³³ Desta forma, “a desvalorização da cidadania decorrente das relações sociais capitalistas é atributo essencial da democracia moderna”³⁴ e seu motor fundamental é a separação entre o econômico e o político, estabelecendo uma autonomia para os processos econômicos que os tornam intangíveis à decisão democrática.

³⁰ WOOD, Ellen. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 178.

³¹ Idem, *ibidem*.

³² Idem, p. 180.

³³ Idem, p. 182 e 183

³⁴ Idem, p. 183

Por isto, como indica Edmundo Dias, “o pensamento burguês, nunca é demais repetir, cinde economia e política, mesmo que esta seja vital na existência do capital”.³⁵ A consequência desta cisão é claramente sintetizada pelo autor: “A prática capitalista é clara. No terreno da “esfera” econômica não há nenhuma possibilidade de democracia. *Lasciate ogni speranza*. A cancela da fábrica, a porta do banco e equivalentes, são limites infranqueáveis”.³⁶ Em outras palavras, “na economia reina o despotismo aberto, na política este despotismo aparece nuançado pela ideia de liberdade. A igualdade jurídica como que ‘suprime’ as desigualdades de fato”.³⁷ Foi através deste processo que “o capitalismo tornou possível conceber uma ‘democracia formal’, uma forma de igualdade civil coexistente com a desigualdade social e capaz de deixar intocadas as relações econômicas entre a ‘elite’ e a ‘multidão trabalhadora’”.³⁸

Mesmo partindo da recusa a qualquer idealização de um conceito abstrato de democracia ou de suas formas historicamente adquiridas sob o regime capitalista, com base na cisão entre política e economia e em seu formato de “democracia representativa”, devemos ao mesmo tempo buscar identificar em que aspecto o percurso histórico de afirmação de regimes democráticos propiciou algumas melhoras nas condições de luta para as classes trabalhadoras. A proposição de Dias nos dá um indicativo importante: “A idéia de um Estado democrático de direito, na prática, funciona como limite às transformações sociais embora minoritariamente, sob certas circunstâncias, possa ser usado pelos subalternos como tentativa de limitação do abuso dos dominantes”.³⁹ Esta tentativa de limitação do abuso dos dominantes se efetiva fundamentalmente através do estabelecimento das liberdades democráticas que possibilitam a organização e manifestação de movimentos sociais e organizações políticas para defesa dos interesses históricos dos trabalhadores. Curioso paradoxo observado por Ellen Wood: as liberdades democráticas historicamente conquistadas através de inúmeras lutas sociais “pouco tem a ver com *democracia*” no sentido original do termo estabelecido da Grécia Antiga – o governo pelo *demos* “que dá à democracia o seu significado específico e literal”.⁴⁰ Desta forma:

³⁵ DIAS, Edmundo Fernandes. *Política brasileira: embate de projetos hegemônicos*. São Paulo: Editora José Luis e Rosa Sundermann, 2006, p. 89.

³⁶ Idem, p.94.

³⁷ Idem, p. 97.

³⁸ WOOD, op. cit., p. 184.

³⁹ ³⁹ DIAS, 2006, op. cit, p. 61

⁴⁰ WOOD, op. cit., p. 199.

Hoje estamos completamente acostumados a definir democracia menos (ou quase nunca) em termos de governo pelo *demos* ou poder popular do que em termos de liberdades civis, liberdade de expressão, de imprensa, de reunião, tolerância, proteção de uma esfera de privacidade, defesa dos indivíduos e da “sociedade civil” contra o Estado e coisas tais.⁴¹

Dentre tais liberdades, os direitos de organização política e sindical e de manifestação das classes trabalhadoras têm particular importância. São direitos que em princípio não podem ser explicitamente negados em uma ordem que se afirme como democrática, pois na democracia capitalista “a posição socio-econômica não determina o direito à cidadania”.⁴² Mas nas condições particulares dos processos históricos concretos estes direitos são muitas vezes limitados, “regulamentados”, condicionados por restrições e normatizações que efetivamente criam obstáculos e barreiras à sua efetivação.

Em nossa perspectiva de análise, não se coloca atualmente no cenário brasileiro como possibilidade de curto e médio prazo o risco de uma ruptura institucional que liquide o regime democrático e institua uma ditadura aberta. O que se coloca como ameaça real e presente – e ao mesmo tempo como processo já em curso – é a contínua e progressiva restrição das liberdades democráticas, com fortalecimento do aparato repressivo, desqualificação dos movimentos sociais autônomos e imposição de restrições e limites ao direito de manifestação. Concluiremos nossa reflexão com esta questão.

Crise capitalista e liberdades democráticas no Brasil hoje

O acirramento da crise capitalista - com exigência de manutenção da alta remuneração ao capital financeiro e a conseqüente deterioração das condições de vida dos trabalhadores – é um processo mundial, que atinge, com particularidades e especificidades, países de todos os continentes. De forma particularmente aguda, é sentido na Europa, com imposição de planos

⁴¹ Idem, *ibidem*.

⁴² Idem, p. 184.

de austeridade, retrocesso em direitos sociais que eram garantidos pelos estados nacionais nas últimas décadas e a explícita intromissão na gestão econômica e social dos estados por parte de organismos internacionais (Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional), inteiramente à margem de qualquer controle democrático por parte dos cidadãos europeus. São inúmeras as expressões visíveis deste processo, que colocam em evidência a perda de legitimidade dos regimes democrático-parlamentares, a crescente mobilização contra as consequências dos planos austeritários e os processos de restrição progressiva das liberdades democráticas: os movimentos constituídos na Espanha e em Portugal reivindicando “democracia real”; a realização do plebiscito na Grécia que propiciou a enfática recusa ao acordo proposto pelos organismos internacionais e seu lamentável desfecho, quando o governo grego ignorou a vontade popular manifesta e assinou um acordo muito semelhante ao que fora repudiado pela maioria da população, poucos dias depois da realização do plebiscito; a prorrogação da vigência da legislação de exceção imposta na França no contexto dos atentados terroristas de novembro de 2015; e a aprovação da Lei de Defesa Cidadã (popularmente conhecida como “Lei da Mordaça” na Espanha) – um conjunto de leis restritivas aos direitos de manifestação, criminalizando e prescrevendo elevadas multas para situações como “fotografar ou filmar a polícia”; “realizar atos de desobediência pacífica à autoridade”; “ocupar bancos como meio de protesto”; “não formalizar antecipadamente um protesto”; “impedir ou parar um despejo” e “realizar assembleias ou reuniões em espaços públicos”.⁴³

No processo brasileiro, a escalada repressiva que se seguiu às *Jornadas de Junho* envolveu inúmeras ações persecutórias totalmente desprovidas de qualquer base legal (portanto em explícita contradição com as liberdades democráticas vigentes), que tiveram amplo apoio da mídia, do Judiciário, do Governo Federal e dos governos estaduais comandados por diversos partidos. Destacam-se as detenções de manifestantes por porte de vinagre; a detenção de jornalistas e fotógrafos por estarem filmando as manifestações e a repressão policial, muitas vezes acompanhada de apreensão e/ou destruição do material; proibição de manifestações em cidades com jogos da Copa das Confederações; e inúmeras prisões

⁴³ BOLETÍN Oficial del Estado. Ley Orgánica 4/2015, de 30 de marzo, de protección de la seguridad ciudadana. N. 77, p. 27.216, 31/03/2015. Disponível em <https://www.boe.es/boe/dias/2015/03/31/pdfs/BOE-A-2015-3442.pdf>

claramente forjadas sob os mais diversos pretextos. A brutalidade da repressão policial que surpreendeu a muitos consistiu basicamente na utilização para o enfrentamento de manifestações políticas de procedimentos que há muito tempo são largamente utilizados na repressão social na periferia das grandes cidades e também no campo. Unificam-se métodos de repressão social e repressão política nos termos da Doutrina da Garantia de Lei e Ordem (GLO), espécie de continuidade da Doutrina de Segurança Nacional, que com vocabulário “democrático” justifica as violações e restrição às liberdades políticas em nome da manutenção da ordem.

Há ao mesmo tempo um processo de “legalização” dos abusos cometidos. Atos que claramente vem sendo tomados sem qualquer base legal transformam-se em leis que passam a dar cobertura às restrições ao direito de manifestação. A Lei da Mordaza espanhola e o projeto de Lei Antiterrorismo no Brasil são exemplos claros deste procedimento, mas ele também pode ser encontrado nas interpretações policiais ou judiciais que reinterpretem restritivamente a legislação vigente (caso, por exemplo, de recente nota da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo mencionando a “exigência constitucional” de comunicação prévia do trajeto para que uma manifestação possa ocorrer⁴⁴), e também em ofícios, portarias e normatizações supra-legais, como é o caso da também recente portaria da Agência Nacional de Telecomunicações que autoriza as Forças Armadas a utilizar bloqueadores de celular em “eventuais operações de Garantia da Lei e da Ordem, em que se identifiquem evidências concretas de risco potencial ou iminente de ações necessárias à preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio”.⁴⁵ As noções de “lei e ordem” adotadas são enormemente subjetivas e permitem justificar arbitrariedades as mais variadas, como é o caso, por exemplo, da prisão do palhaço “Tico Bonito” em Cascavel (PR), durante um show de rua, quando a Polícia Militar sentiu-se ofendida pelo teor das críticas políticas proferidas e deu-se ao direito de interromper o show e prender o artista.⁴⁶ A escalada repressiva, assim, envolve três movimentos paralelos: a mudanças na legislação; a reinterpretação restritiva da legislação existente; e a atuação repressiva

⁴⁴ “SSP divulga trajeto de manifestação do MPL”. <http://www.ssp.sp.gov.br/noticia/lenoticia.aspx?id=36830>, consultado em 27 de janeiro de 2016.

⁴⁵ “Forças Armadas: Autorizadas a usar bloqueadores de celular nas Olimpíadas e GLO”. <http://www.defesanet.com.br/eventos/noticia/21411/Forcas-Armadas--Autorizadas-a-usar-bloqueadores-de-celular-nas-Olimpiadas-e-GLO/>, consultado em 27 de janeiro de 2016.

⁴⁶ “Palhaço é preso pela PM durante apresentação no centro de Cascavel”. <http://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2015/08/palhaco-e-presos-pela-pm-durante-apresentacao-no-centro-de-cascavel.html>, consultado em 27 de janeiro de 2016.

realizada à margem da lei ou produzindo interpretações claramente arbitrárias.

Afirmamos anteriormente que está em curso a constituição de uma tropa de choque fascista. Mas, se não está na ordem do dia para as classes dominantes a perspectiva de um golpe contra as instituições democráticas, qual o papel que desempenham estes grupos? Precisamente o apoio e legitimação dos processos de progressiva restrição das liberdades democráticas e de reconfiguração restritiva da democracia, além de manter como ameaça/chantagem um horizonte de regressão muito mais intensa, visando paralisar uma eventual ofensiva de organizações e movimentos sociais anticapitalistas.

Não se trata de um proceso de sentido único. A necessidade sentida pelos setores dominantes de restringir as liberdades democráticas tem relação direta com a crescente insatisfação dos setores populares e reivindicação por direitos sociais. Portanto a própria manutenção das liberdades democráticas depende diretamente da capacidade destes setores em converter insatisfações difusas em capacidade real de organização e mobilização. Os diversos procesos de mobilização ocorridos nos últimos meses (ocupação de escolas em São Paulo e Goiás; greve e ocupação da Assembleia Legislativa no Paraná; lutas contra o aumento das passagens de transporte coletivo em vários estados, lutas contra a violência policial e o genocídio da juventude pobre e negra em diversos estados, etc) demonstram a existência de uma indignação acumulada e grande disposição para luta de expressivos setores dos trabalhadores. Quando tal indignação toma a forma concreta de um processo de mobilização, é capaz de inverter os termos do debate político tradicional e explicitar as misérias do neoliberalismo, obtendo um apoio popular muito expressivo. No caso do Paraná, a mobilização e as manifestações de denúncia contra um conjunto de ataques aos direitos sociais, ao funcionalismo público e à educação pública, para além de algumas vitórias parciais, tiveram o saldo político de aumentar a rejeição popular a um governador neoliberal recém-reeleito (Beto Richa, PSDB) para índices que oscilam entre 80% e 90%.⁴⁷ As lutas desencadeadas e explicitadas na ocupação do Centro Cívico de Curitiba permitiram, neste caso concreto, explicitar o conteúdo esvaziado da democracia burguesa, expresso pelos atropelos cometidos articuladamente pelos três poderes para

⁴⁷ “Quase 85% dos paranaenses desaprovam governo Richa, diz pesquisa”. <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/quase-85-dos-paranaenses-desaprovam-governo-beto-richa-diz-pesquisa/>, consultado em 15/01/2016.

impor a aprovação de políticas que eram amplamente rejeitadas pela população.

O fortalecimento das manifestações e organizações efetivamente orientadas pela defesa dos interesses dos trabalhadores, e sobretudo a construção de instrumentos permanentes de luta, constituem portanto a única alternativa viável para que seja possível confrontar o processo de constituição de uma tropa de choque fascista e a restrição das liberdades democráticas. As resistências sociais são inúmeras e incessantes, mas enquanto não propiciarem a construção de formas organizativas permanentes, sólidas e com ampla capacidade de mobilização, suas lutas serão sempre fragmentadas e tenderão a assumir o caráter de luta defensiva, articulada para evitar novas perdas e derrotas, mas com escassa condição de impor suas próprias demandas, pautar os temas do debate político e obter avanços efetivos em termos sociais, políticos e econômicos.

Referências Bibliográficas

AMORIM, Paulo Henrique. “PiG enfiou o Passe Livre no Bolso”. <http://www.conversaafiada.com.br/pig/2013/06/19/pig-enfiou-o-passe-livre-no-bolso-e-o-golpe-do-chavez>, consultado em 19/08/2015.

AGENDA Brasil (2015). <http://imguol.com/blogs/52/files/2015/08/AgendaBrasil-10ago2015.pdf>, consultado em 18/08/2015)

BATISTA, Renata. Para Firjan, impeachment gera tumulto e prejudica a economia. *Valor Econômico*, 3 dez. 2015. Disponível em <http://bit.ly/1PN5Z7q>. Consultado em 04/01/2015.

BOLETÍN Oficial del Estado. Ley Orgánica 4/2015, de 30 de marzo, de protección de la seguridad ciudadana. N. 77, p. 27.216, 31/03/2015. Disponível em <https://www.boe.es/boe/dias/2015/03/31/pdfs/BOE-A-2015-3442.pdf>

CALIL, Gilberto. “Embates e Disputas em torno das Jornadas de Junho”. *Projeto História*, São Paulo, n. 47, Ago. 2013, p. 377-403.

_____. “A repressão e a democracia nas Jornadas de Junho de 2013”. In: CALIL, Gilberto; SILVA, Carla Luciana & SILVA, Márcio Both. *Ditaduras e Democracias: estudos sobre poder, hegemonia e regimes políticos no Brasil (1945-2014)*. Porto Alegre: FCM, 2014. P. 211-223

____. “Decifra-me ou te devoro: a grande mídia e as manifestações. *Blog Convergência*, 20/06/2013, <http://blogconvergencia.org/?p=1546>, consultado em 21/08/2015.

COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital: O transformismo dos grupos dirigentes do PT (1978-1998)*. São Paulo / Salvador: Xamã / UEFS, 2012.

DIAS, Edmundo Fernandes. *Revolução passiva e modo de vida: Ensaio sobre as classes subalternas, o capitalismo e a hegemonia*. São Paulo: José Luís e Rosa Sundermann, 2012.

ÉPOCA. “Manifestação Anti-Dilma entra para a história Protestos de 15 de março levaram às ruas a maior multidão em um único dia na história das manifestações políticas no Brasil”, 15/03.2015. <http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2015/03/bmanifestacao-anti-dilmab-entra-para-historia.html>, consultado em 18/08/2015.

“Forças Armadas: Autorizadas a usar bloqueadores de celular nas Olimpíadas e GLO”. <http://www.defesanet.com.br/eventos/noticia/21411/Forcas-Armadas--Autorizadas-a-usar-bloqueadores-de-celular-nas-Olimpiadas-e-GLO/>, consultado em 27 de janeiro de 2016.

FRIEDLANDER, David. Não há motivos para tirar Dilma do cargo, diz presidente do Itaú-Unibanco. Folha de S. Paulo, 23 ago. 2015. Disponível em: <http://bit.ly/1hBgtYY>, Consultado em 04/01/2015.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Volume 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

INSTITUTO LULA. “Lula: ‘não é hora de discutir crise, mas saídas para a crise’”. *Instituto Lula*, 21.01.2016. <http://www.institutolula.org/lula-nao-e-hora-de-discutir-crise-mas-saidas-para-a-crise>, consultado em 24/01/2016.

MACHADO, Marta Rodrigues de Assis & GONÇALVES, Guilherme Leite. “Por uma lei antiterrorismo de Estado. Ou não sobrá ninguém”. *Le Monde Diplomatique Brasil*, Dezembro 2015, n. 101, p. 21-23.

“Palhaço é preso pela PM durante apresentação no centro de Cascavel. <http://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2015/08/palhaco-e-presopela-pm-durante-apresentacao-no-centro-de-cascavel.html>, consultado em 27 de janeiro de 2016.

“Para conseguir passe livre em SP ‘é melhor eleger um mágico’, diz Haddad”. *GI*, 21/01/2016. <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/01/para-conseguir-passe-livre-em-sp-e-melhor-eleger-um-magico-diz-haddad.html>, acessado em 27/01/2016.

PATSCHIKI, Lucas. *Os litorais da nossa burguesia: o Mídia Sem Máscara em atuação partidária (2002-2011)*. Dissertação de Mestrado. Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, 2012.

PEIXOTO, Catarina. Aécio, Bolsonaro, Feliciano: é este o legado de Junho? *Carta Maior*, 6.10.2014. <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Aecio-Bolsonaro-Feliciano-este-e-o-legado-de-junho-/4/31935>. Consultado em 20/08/2015

“Quase 85% dos paranaenses desaprovam governo Richa, diz pesquisa”. <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/quase-85-dos-paranaenses-desaprovam-governo-beto-richa-diz-pesquisa/>, consultado em 15/01/2016.

“SSP divulga trajeto de manifestação do MPL”. <http://www.ssp.sp.gov.br/noticia/lenoticia.aspx?id=36830>, consultado em 27 de janeiro de 2016.

WOOD, Ellen. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003

Estado, Hegemonia e classe trabalhadora (a partir do Brasil atual)

Marcelo Badaró Mattos¹

A partir da referência aos conceitos de Estado ampliado/integral e hegemonia, conforme a discussão posta por Antonio Gramsci, proponho-me neste texto a analisar o desenho atual da forma de dominação de classes no Brasil.²

Partindo do debate conceitual, em uma leitura muito sintética, a concepção integral de Estado, formulada por Gramsci, buscou dar conta da compreensão de como as classes dominantes organizam seus interesses, nas sociedades complexas em que vivemos, de modo a exercerem sua dominação da forma a mais ampla possível.

Assim, tais classes dominantes não apenas monopolizam agências de governo para garantir seus interesses (embora o façam), mas, para tanto, já se encontram organizadas em espaços da sociedade civil – associações, sindicatos, clubes, ONGs, fundações privadas etc. – onde fortalecem os laços de unidade entre os que defendem suas propostas, difundem/propagandeiam essas propostas como de interesse geral (nacional, de todos, dos cidadãos etc.) e a partir daí, estabelecem consensos, que muitas vezes incluem setores dominados que aceitam tais propostas como se suas fossem.

Essa é a plataforma para que esses projetos alcancem a sociedade política (ou Estado no sentido mais restrito), para serem executados como políticas públicas que se apresentam como atendendo a interesses gerais. Isso sem abrir mão dos instrumentos coercitivos de que dispõe esse Estado, para reprimir os descontentes e manter sob controle o conjunto dos dominados. O Estado, em seu sentido ampliado, é assim concebido, como Gramsci afirma no Caderno 13, a partir da “dupla perspectiva”, teoricamente sintetizada nos

¹ Professor Titular de História do Brasil da Universidade Federal Fluminense.

² Retomo aqui, de forma mais sintética, algumas das considerações conceituais apresentadas no capítulo “Qualificando a intervenção” de Marcelo Badaró Mattos, *Reorganizando em meio ao refluxo*, Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2009. Também atualizei reflexões sobre lutas sociais recentes publicadas no artigo Marcelo Badaró Mattos, As lutas da classe trabalhadora no Brasil dos “mega-eventos”. *OSAL - Observatorio Social de América Latina*, v.36, 2014.

pólos fundamentais: “da força e do consenso, da autoridade e da hegemonia, da violência e da civilidade...”³

A Gramsci atribuímos um salto na análise das relações de dominação nas sociedades capitalistas contemporâneas, por conta desta – muitas vezes empregada de forma pouco afim ao seu texto – noção de hegemonia. No interior daquela dialética unidade-distinção que caracteriza as reflexões dos *Cadernos*, o conceito de hegemonia aparece não apenas como sinônimo de consenso, mas como a “combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados ‘órgãos de opinião pública’...”⁴

É importante destacar que Gramsci é um marxista que recusa a fossilização dos conceitos ou sua imposição à realidade histórica. Para ele, suas observações teóricas não deviam “ser concebidas como esquemas rígidos, mas apenas como critérios práticos de interpretação histórica e política. Nas análises concretas dos eventos reais, as formas históricas são determinadas e quase ‘únicas’”.⁵

Outra observação importante diz respeito ao fato de que os pares conceituais empregados por Gramsci – Ocidente e Oriente, sociedade civil e sociedade política; consenso e coerção, direção e domínio, entre outros – não se apresentam jamais como mutuamente excludentes, pois “cada termo das díades de Gramsci (...) pressupõe o outro, de tal modo que o emprego de um depende do emprego do outro. Desse modo, o problema reside na determinação empírica da proporção, peso e valor de cada elemento da díade no contexto de uma situação histórica concreta”.⁶ Ou seja, essa fina determinação empírica das proporções em que cada face das díades se manifesta em cada situação histórica “determinada e quase única” é o principal desafio ao se empregar o arsenal conceitual de Gramsci em análises historicamente situadas.

³ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*, vol. 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 33.

⁴ Idem, p. 95.

⁵ Idem, p. 67.

⁶ FONTANA, Benedetto. “Hegemonia e nova ordem mundial”. In: COUTINHO, Carlos Nelson & TEIXEIRA, Andréa. *Ler Gramsci, entender a realidade*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 119-120.

Situando o quadro brasileiro

Em 11 de julho de 2014, às vésperas do jogo final do torneio mundial de seleções de futebol que se realizava no Brasil, a justiça do Rio de Janeiro, local da partida decisiva, expediu um mandado de prisão temporária contra 19 pessoas acusadas de planejarem e executarem atos criminosos durante manifestações públicas, que se realizaram desde 2013. Presos os 19 acusados, após escaramuças judiciárias alguns foram libertados (em um segundo momento se decretaria a prisão preventiva dos 19 e mais outros 4 ativistas), e outros permaneceram encarcerados, até que os mandados acabassem por ser revogados via *habeas corpus* de instância superior, em 23 de julho. Do ponto de vista da legalidade e das regras jurídicas brasileiras, os mandados eram aberrações completas.

A primeira impressão da maioria dos militantes e analistas era de que tal aberração jurídica estava sendo utilizada de forma “preventiva” pelo Estado brasileiro, com o objetivo de tentar evitar manifestações de vulto no dia da “grande final” entre os selecionados de Argentina e Alemanha. De fato, ocorreram manifestações, no domingo 13 de julho, em um bairro próximo ao estádio do Maracanã e a repressão policial foi brutal, com um contingente de 2.000 policiais utilizados para cercar, manter acuados por horas em uma praça, atacando com bombas de gás e violência física um número igual ou inferior de manifestantes desarmados.

No entanto, a Copa do Mundo acabou e as prisões arbitrárias se mantiveram, ampliando-se as informações sobre outros acusados e novos inquéritos que estariam em curso. O que faz surgir outra indagação: seria toda essa fúria repressiva motivada pela garantia à realização da Copa do Mundo de futebol ou, ao revés, o campeonato mundial de seleções foi utilizado como pretexto para mais um avanço na escalada repressiva e criminalizante sobre os movimentos sociais e militantes que se mobilizam com algum tipo de perspectiva de confronto contra a ordem estabelecida?

A questão pode ser uma boa porta de entrada para discutirmos a atuação do Estado brasileiro na conjuntura mais recente, a partir de duas etapas. A primeira, de natureza mais conjuntural, explorando as razões do surto repressivo recente, combinadas às formas mais sofisticadas de construção de consensos (inclusive sobre a “necessidade” da repressão), tendo como ponto de partida as manifestações de protesto multitudinárias ocorridas no ano de 2013, que ficaram conhecidas como “jornadas de junho”, aqui entendidas como portadoras de um sentido de classe (trabalhadora). Em

um segundo momento, pretendo explorar a dimensão mais estrutural do uso dos mecanismos repressivos mais violentos por parte do Estado brasileiro, em sua combinação com todo o aparato de difusão de consensos, como parte constitutiva da forma atual da hegemonia burguesa, ou seja, da dominação de classes nesta, como noutras, sociedade capitalista periférica.

Razões conjunturais: as jornadas de junho e seus desdobramentos

Voltemos a junho de 2013. Naquela ocasião, após um conjunto amplíssimo de manifestações, que chegaram a atingir, numa só tarde/noite, 400 cidades brasileiras, levando 2 milhões de pessoas às ruas, em 20 de junho, uma das características mais discutidas das “jornadas” foi seu perfil “espontâneo”, materializado na rejeição aos partidos políticos e, em alguma medida, às organizações sindicais.

No entanto, indo um pouco além da aparência dos acontecimentos, podemos perceber que as grandes demandas daquelas manifestações – pela redução do preço e melhoria da qualidade do transporte coletivo, contra a violência policial, contra as corporações empresariais de mídia, em defesa da saúde e da educação – possuíam um claro perfil de classe. Isso se vislumbrava desde o momento em que ficou evidente a ampla simpatia que despertou a sua reivindicação original. Capitaneadas pelo Movimento pelo Passe Livre de São Paulo e organizações semelhantes em outros estados, que já possuem cerca de uma década de lutas acumuladas, mobilizando especialmente os estudantes, as primeiras passeatas se opunham ao aumento das tarifas do transporte urbano. Os transportes públicos urbanos, muito caros e de péssima qualidade, são um pesadelo no orçamento e no cotidiano justamente dos setores mais precarizados da classe trabalhadora, que moram mais distante do trabalho e não recebem qualquer tipo de auxílio para o transporte.⁷ Quando as manifestações reuniram milhões nas ruas, mesmo após a revogação dos reajustes de tarifas na maioria das capitais, a pauta mais sensível foi justamente a demanda por serviços públicos de qualidade – além do transporte, saúde e educação –, reivindicação nitidamente orientada pelos interesses da classe trabalhadora, que exige, ainda que de forma difusa, mais do que o acesso a serviços no mercado, seus direitos sociais universais.

⁷ Estimativas de 2014 apontam para 29% da população brasileira vivendo nas periferias dos centros urbanos. Ver <http://revistaforum.com.br/blog/2014/01/quase-um-terco-dos-brasileiros-vive-nas-periferias-urbanas/>, consultado em fevereiro de 2014.

Diante da extrema violência empregada pelos policiais contra os primeiros atos contrários aos reajustes das passagens, nas primeiras semanas de junho, alguns comentários enfatizaram que a polícia cometeu “excessos”, enquanto outros afirmaram que os policiais eram despreparados. Análises como essas geram equívocos e confusões. O simples fato de que o Estado brasileiro manteve polícias militares, mesmo após o fim da ditadura, já deve ser tomado como fator explicativo para muita coisa. E não é despreparo o que os policiais demonstram quando atiram a queima roupa em manifestantes – eles foram treinados para fazer isso todos os dias nas favelas e periferias das grandes cidades (com a diferença de que lá as balas não são de borracha).⁸

Não é também novidade que essa mesma força policial militar seja cotidianamente empregada contra todos os movimentos da classe trabalhadora que nas últimas décadas tenham ousado enfrentar os interesses do latifúndio no campo, da especulação imobiliária nos grandes centros urbanos ou da “paz industrial” nos espaços da produção.

Questionar a violência policial é, portanto, questionar um pilar central da forma atual da dominação de classes no Brasil. As jornadas de junho também questionaram outro dos pilares fundamentais dessa dominação: os monopólios empresariais de comunicação de massas, onde alguns poucos grupos familiares privados controlam a imensa maioria dos canais de comunicação jornalística e rádio-televisiva. Os manifestantes denunciavam a cobertura tendenciosa desses canais, contribuindo assim, não sem contradições, para aclarar o papel de classe fundamental exercido pelos monopólios empresariais de comunicação.

Por isso alguns intérpretes associaram as “Jornadas de Junho” a uma explosão de protesto político justamente daqueles setores da classe trabalhadora brasileira que se submetem às novas formas (ou velhas formas reinventadas) de precarização das relações de trabalho. Ruy Braga, por

⁸ Alguns números: entre 2005 e 2009, a polícia de São Paulo matou 2.045 pessoas, registrando as mortes como resultantes de “confronto” e “resistência à prisão”. O número, para se ter um grau de comparação, é superior aos dos mortos por todos os órgãos policiais dos Estados Unidos no mesmo período. No Rio de Janeiro, a polícia militar, campeã de homicídios registrados como “resistência”, matou 416 pessoas somente em 2013, quase o mesmo número do ano anterior (em 2008 foram 649). Dados que podem ser bem maiores, diante dos mais de 6.000 registros de “desaparecimentos” em 2013, números nos quais por certo se incluem muitos assassinatos por policiais que resultaram em ocultação de cadáveres, como no caso do pedreiro Amarildo, morador da favela da Rocinha, morto por policiais que sumiram com seu corpo, em pleno contexto das jornadas de junho. Informações sistemáticas sobre a violência policial podem ser encontradas nos relatórios de organizações como a Justiça Global, ver: www.global.org.br.

exemplo, acredita que os que foram à rua eram os representantes do “preariado”:

A massa formada por trabalhadores desqualificados e semiqualificados que entram e saem rapidamente do mercado de trabalho, por jovens à procura do primeiro emprego, por trabalhadores recém-saídos da informalidade e por trabalhadores sub-remunerados.⁹

Não é necessário aceitar o conceito de “preariado” sem reservas para concordar com Braga na avaliação de que a explosão política de junho de 2013 teve como protagonistas setores mais precarizados da classe trabalhadora brasileira, justamente aquele setor mais distante da organização sindical tradicional, porque menos representado por ela. Ainda assim, é possível enxergar as “jornadas de junho” como potencializadas por (e potencializadoras de) lutas sindicais.

Em primeiro lugar, porque as reivindicações dos manifestantes estavam longe de ser novidades. Trata-se de um conjunto de bandeiras assumidas e propagandeadas pelos movimentos sociais que mantiveram uma perspectiva mais mobilizadora e combativa, mesmo em meio à maré vazante de lutas dos anos 1990 e 2000. Em especial a defesa de mais verbas e melhor qualidade para saúde e educação públicas teve nos sindicatos de trabalhadores desses dois setores no serviço público brasileiro seus principais propagadores. Ou seja, as lutas sindicais, ainda que fragilizadas e fragmentadas, das duas décadas passadas foram essenciais para manter em pauta a defesa desses direitos fundamentais.

Por outro lado, as manifestações de 2013 impulsionaram greves e táticas de lutas dos sindicatos mais combativos. Em vários estados do país, sindicatos de profissionais da educação fizeram greves no segundo semestre de 2013. No Rio de Janeiro, a greve foi longa, enfrentou a intransigência dos governos estadual e municipal, mas gerou uma nova onda de passeatas multitudinárias em seu apoio, chegando a reunir novamente cerca de 100 mil pessoas nas ruas do Centro da cidade em outubro. Muitos dos manifestantes de junho foram às ruas novamente concretizar a palavra de ordem da defesa

⁹ BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 96.

da educação, consubstanciando-a em apoio ativo à luta dos trabalhadores do setor.

Tratando de greves, de novo podemos perceber essa relação das mobilizações de junho de 2013 com as lutas sindicais. Um dos indicadores mais visíveis do recuo das lutas coletivas da classe trabalhadora brasileira, a partir dos anos 1990, foi a diminuição do número de greves. Em 1989, no auge do ciclo de lutas sociais que marcou o fim da ditadura empresarial-militar instalada em 1964, ocorreram cerca de 4000 greves no Brasil. Em meio ao primeiro mandato presidencial de Lula da Silva, foram registradas 299 greves em 2005, num dos pontos mais baixos da curva (o menor número foi de 298 em 2002). Porém, desde o fim da década passada, a inflexão da curva alterou-se. Depois de 446 greves contabilizadas em 2010 e 554 em 2011, no ano de 2012 aconteceram 873 greves no Brasil, segundo os estudos do Dieese. Foi o maior número registrado desde 1996, revelando um crescimento significativo nos últimos anos do recurso à paralisação do trabalho.

Ou seja, às vésperas da erupção de protestos em 2013 já se registrava um crescimento das lutas sociais, particularmente na modalidade tipicamente sindical das greves. Por outro lado, como vimos em relação à greve dos profissionais em educação do Rio de Janeiro, os protestos em si impulsionaram novas greves. Em 2013, mesmo sem o levantamento concluído, os estudos preliminares dão conta de 1800 greves.¹⁰ E elas continuaram em 2014. A mesma tática de levar a greve para a rua, na forma de grandes manifestações foi empregada pelos trabalhadores da limpeza urbana do Rio de Janeiro (os garis), que em pleno carnaval carioca de 2014 paralisaram suas atividades para garantir melhorias salariais e de condições de trabalho. Nos meses seguintes, chamaram a atenção greves de rodoviários, em várias capitais brasileiras, reivindicando melhores salários e condições de trabalho. Tanto nas greves da limpeza urbana, quanto nas greves de rodoviários, os trabalhadores paralisaram suas atividades sem o apoio das direções sindicais, ou mesmo se enfrentando com diretorias de sindicatos identificadas com as formas mais tradicionais de colaboração de classe no meio sindical brasileiro. Mesmo perfil de várias das greves de trabalhadores da construção civil nos últimos anos.

¹⁰ SOUZA, Davisson Cangussu de & TRÓPIA, Patrícia Vieira. *Greves, conjuntura político-econômica e transformações ideológicas no sindicalismo brasileiro recente (1989-2013)*. Trabalho apresentado ao III Conference Strikes and Social Conflicts, Barcelona, 2015.

Não foi, entretanto, apenas no plano sindical que pudemos observar um efeito retroalimentador das “jornadas de junho” em relação a lutas anteriores e posteriores. No caso dos movimentos sociais urbanos de luta pelo direito à moradia, por exemplo, o crescimento recente das mobilizações é bastante significativo. O melhor exemplo é o do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) que, em junho de 2013, organizou diversas manifestações em conjunto com outras organizações nas periferias dos grandes centros, especialmente em São Paulo, e protagonizou uma série de ocupações de terrenos urbanos por milhares de famílias em busca de uma moradia digna, tendo tido desde então expressivas conquistas nesse terreno, o que confirma a importância das lutas territoriais e por direitos reprodutivos, numa configuração das relações de trabalho marcada pela precariedade e fragmentação espacial da exploração.¹¹

Em 2015, diante do crescimento do desemprego e do conjunto de ataques aos direitos dos trabalhadores, imbricados ao chamado “ajuste fiscal”, as mobilizações grevistas parecem estar voltando a crescer. Voltaremos a 2015 na conclusão desse texto, mas ainda é difícil avaliar se estamos diante de um novo e estável ciclo de crescimento das lutas organizadas da classe trabalhadora no Brasil. No entanto, pode-se dizer desde já que, entre outras questões importantes postas por essas greves e ocupações, parece ser fundamental compreender que uma nova onda de mobilizações grevistas, que possa recolocar a classe trabalhadora organizada no centro do debate político nacional, dependerá: por um lado, da capacidade das bases sindicais e dos dirigentes mais combativos de alargarem as lutas, através de mobilizações de massas, que envolvam os setores mais precarizados e menos organizados da classe trabalhadora, que demonstraram seu potencial de descontentamento em junho de 2013 e nos movimentos seguintes, unindo sindicatos e movimentos mais combativos em uma só frente de lutas; por outro lado, de uma renovação do panorama sindical brasileiro, com a substituição de burocracias, esclerosadas em função do permanente colaboracionismo de classes, por novas lideranças surgidas das greves que se enfrentam com esses burocratas.

De qualquer forma, em todos esses movimentos, sociais em sentido mais amplo e sindicais em um sentido mais restrito, uma característica em comum pode ser destacada: todos, sem exceção, enfrentaram dura repressão estatal. Despejos violentos, no caso das ocupações urbanas; decisões

¹¹ Sobre as lutas do MTST e o impulso das “jornadas de junho” a uma onda de ocupações, ver BOULOS, Guilherme. *Por que ocupamos?* Uma introdução à luta dos sem-teto, 2ª. Ed., São Paulo: Scortecci, 2014.

judiciais favoráveis à punição dos grevistas e violência policial na repressão às manifestações das categorias em greve foram elementos constantes a comprovar a prioridade conferida pelo Estado à repressão das mobilizações, com recurso à criminalização de movimentos, organizações e militantes combativos.

É por conta dessas constatações que, voltando ao caso das prisões no período final da Copa do Mundo combinado à extrema violência na repressão às manifestações naquele momento, podemos levantar a hipótese de que assistimos agora a um esforço de contenção no nascedouro, pela via do uso desabrido da violência exemplar do Estado, de um novo ciclo de lutas da classe trabalhadora brasileira que ameaça despontar no horizonte.

Uma situação dessa natureza, no entanto, não pode ser explicada apenas em função dos acontecimentos de uma conjuntura. É necessário recuperar algumas de suas raízes estruturais.

Raízes estruturais: contrarrevolução permanente/preventiva, revolução passiva e Estado integral na periferia capitalista

Há poucas dúvidas de que vivemos, desde as “jornadas de junho”, um patamar diferenciado de utilização da violência de Estado contra os movimentos sociais e manifestações coletivas organizadas, o que levou muitos analistas a conferirem maior atenção ao uso cotidiano da violência policial como estratégia de controle social sobre os contingentes mais precarizados da classe trabalhadora brasileira, que se concentram nas periferias e favelas das grandes cidades do país.

Uma das vertentes mais instigantes de análise sobre a situação é aquela que acentua como a existência formal da democracia representativa e as regras clássicas do estado de direito podem coexistir – e tem coexistido – com a suspensão de direitos fundamentais consagrados constitucionalmente, sob a justificativa de combater ameaças à ordem, sob justificativas muito semelhantes àquelas utilizadas em períodos ditatoriais (de recente lembrança entre nós). Felipe Brito e Pedro Rocha, por exemplo, explicando a lógica da repressão sobre os moradores das favelas e periferias, chamam a atenção para

“uma cisão/articulação entre estado de direito e ‘estado de sítio’ – a suspensão do estado de direito em nome da defesa do estado de direito.”¹²

A principal referência desse tipo de caracterização, de certa forma já incorporada à terminologia de uso cotidiano pelos movimentos e campanhas de denúncia e resistência à repressão estatal hoje no Brasil, é a ideia do “estado de exceção”, tal como desenvolvida por Giorgio Agamben. Para o filósofo italiano o estado de exceção apresentar-se-ia como “um patamar de indeterminação entre democracia e absolutismo”.¹³ Na via pavimentada pelos fascismos da primeira metade do século XX, abre-se o caminho para a convergência entre dois paradigmas – o da “extensão em âmbito civil dos poderes que são da esfera da autoridade militar em tempo de guerra” e o da “suspensão da constituição (ou das normas constitucionais que protegem as liberdades individuais)”¹⁴ –, que resultam na conformação do estado de exceção como um novo fenômeno jurídico. Retomado mais recentemente pelas “democracias ocidentais”, esse fenômeno estaria se naturalizando, de tal forma que “a partir do momento em que ‘o estado de exceção [...] tornou-se a regra’ (Benjamin), ele não só sempre se apresenta muito mais como uma técnica de governo do que como uma medida excepcional, mas também deixa aparecer sua natureza de paradigma constitutivo da ordem jurídica”.¹⁵

Não temos aqui espaço para aprofundar o debate sobre tal perspectiva. Cabe mencionar, apenas, que tal matriz de análise nos parece precisa ao denunciar os mecanismos e raciocínios jurídicos através dos quais se opera o emprego da violência de Estado contra cidadãos, militantes e movimentos numa lógica certamente contrária à da garantia constitucional dos direitos fundamentais. No entanto, podemos ganhar mais profundidade de análise se conseguirmos localizar tais mecanismos no interior de um debate sobre o sentido de classe da dominação burguesa exercida, através do Estado, sobre a classe trabalhadora.

Outra chave interpretativa interessante é aberta por Felipe Demier, que cunhou o conceito de “democracia blindada” para tentar dar conta da atual configuração dos regimes políticos nas democracias burguesas (sua análise concentra-se nos exemplos, periféricos em diferentes graus, do Sul da

¹² BRITO, Felipe & OLIVEIRA, Pedro Rocha de. “Territórios transversais”, in HARVEY, David *et alli*, *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013, p. 136.

¹³ AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 13.

¹⁴ *Idem*, p. 17.

¹⁵ *Idem*, p. 18.

Europa e no Brasil). O sentido de classe das formas de dominação é, nesse caso, central para a análise. Demier parte de uma leitura própria de Gramsci para definir os regimes como portando um “caráter hegemônico – isto é, combinando de forma equilibrada elementos de consenso e coerção”.¹⁶

Tais regimes políticos, diferentemente dos modelos keynesianos de regulação dos conflitos no pós-guerra, seriam capazes de bloquear “por meio de uma série de artifícios econômicos, políticos e culturais, que as demandas populares de cunho reformista possam adentrar a cena política institucional”.¹⁷ A questão social, nessas situações, recebe um novo tratamento, centrado na “expansão de políticas sociais compensatórias, carentes de universalidade”.¹⁸ Tais políticas, somadas ao “transformismo” das principais representações, nos planos sindical e político, do movimento dos trabalhadores organizados, a saber, a CUT e o PT,¹⁹ teriam sido responsáveis pelo “apassivamento” dos conflitos e pela construção de consensos em torno do regime.

As políticas sociais compensatórias e o transformismo das direções, entretanto, se combinam a outras formas, menos “consensuais” de garantia do controle da ordem. Demier está atento, nesse sentido, ao sentido de classe da violência institucional no contexto recente:

Neste contexto de agressivo ataque aos direitos dos trabalhadores e de crescimento das resistências sociais, faz-se visível igualmente o crescimento da repressão,(...). Fica evidente que a violência policial não é um mal genérico e abstrato, que sobre todos se abate indiscriminadamente, mas sim uma força política concentrada, cuja finalidade é a proteção dos interesses sociais bem concretos do Capital.²⁰

Na recuperação histórica que faz do processo de transição da ditadura ao regime democrático no Brasil, a partir dos anos 1970, uma das referências importantes da análise de Demier é a reflexão de Renato Lemos, que toma a

¹⁶ DEMIER, Felipe. Democracias blindadas: formas de dominação político-social e contrarreformas no tardo capitalismo (Portugal e Brasil), *Libertas*, vol. 12, no. 2, Juiz de Fora, 2012, p. 2.

¹⁷ Idem, p. 2.

¹⁸ Idem, p. 3.

¹⁹ Idem, p. 17.

²⁰ Idem, p. 4.

dimensão da “contrarrevolução preventiva” como elemento central a explicar na natureza das formas de dominação de classes no Brasil do século XX.²¹ Assolada sempre pela ameaça da revolução proletária, ainda que em territórios distantes, a dominação burguesa no Brasil construiu-se sobre o pressuposto da necessidade de prevenir tal ameaça, de forma a garantir as elevadas taxas de exploração da força de trabalho requeridas de uma formação social que se industrializa e urbaniza rapidamente no pós-guerra, em padrão dependente típico do caráter tardio do desenvolvimento capitalista na periferia. Por isso, segundo Lemos, não apenas o golpe de 1964 e a ditadura por ele instalada seriam resultados da lógica da “contrarrevolução preventiva”, mas também a “transição democrática” teria sido dirigida pela mesma lógica. Assim se pode compreender melhor porque, desde as normas constitucionais de 1988 (aperfeiçoadas pelas suas sucessivas “reformas” nas décadas de 1990 e 2000), fossem evidentes os elementos contrarrevolucionários preventivos.

A noção de contrarrevolução preventiva é referenciada na obra de Florestan Fernandes. Em sua explicação sobre a trajetória da afirmação da dominação burguesa no Brasil e, particularmente, ao discutir o sentido do golpe de 1964 e da ditadura por ele instalada. Fernandes caracterizou a especificidade da revolução burguesa numa periferia capitalista dependente como a brasileira justamente a partir dessa dimensão reacionária da dominação. A ditadura seria, assim, mais um episódio (em que as máscaras foram retiradas) da “autocracia burguesa” no Brasil:

A Revolução Burguesa atrasada, da periferia, [é] fortalecida por dinamismos especiais do capitalismo mundial e lev[a], de modo quase sistemático e universal, a ações políticas de classe profundamente reacionárias, pelas quais se revela a essência autocrática da dominação burguesa e sua propensão a salvar-se mediante a aceitação de formas abertas e sistemáticas de ditadura de classe.²²

²¹ LEMOS, Renato L. C. Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964, *Marx e o marxismo*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 2, jan.-jul. 2014.

²² FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*: ensaio de interpretação sociológica. 5ª. Ed., São Paulo: Globo, 2005, p. 343. (1ª edição 1976)

Mesmo tendo apostado politicamente no potencial das lutas da classe trabalhadora, a partir de 1978, para levar adiante uma pressão social que pudesse forçar um processo de democratização mais efetivo, alterando o rumo autocrático da dominação de classes no Brasil (substituindo formalmente a autocracia burguesa pela democracia burguesa), Fernandes não imaginou que a burguesia brasileira fosse abandonar facilmente “a sua inflexibilidade e a sua decisão para empregar a violência institucionalizada na defesa de interesses materiais privados, de fins políticos particularistas.”²³

Carlos Nelson Coutinho apontou a simetria (e a inspiração explícita) entre a ideia de uma “contrarrevolução prolongada” em Fernandes e o conceito de “revolução passiva” de Antonio Gramsci.²⁴ Coutinho, aliás, foi um dos autores a destacar a utilidade do conceito de revolução passiva como critério de interpretação pertinente para pensar a trajetória da dominação burguesa no Brasil até a ditadura militar.²⁵

Não tendo aqui espaço para recuperar todo o debate sobre a “revolução passiva” em Gramsci e seus intérpretes, limito-me a resgatar um aspecto da questão. Tratando do Reino de Piemonte e de sua função no processo da unificação italiana, Gramsci nos fala do Estado nas revoluções passivas, em seu *Caderno 15*:

Um Estado [que] substitui os grupos sociais locais, ao dirigir uma luta de renovação. É um dos casos em que esses grupos têm função de ‘domínio’, e não de ‘direção’: ditadura sem hegemonia. A hegemonia será de uma parte do grupo social sobre todo o grupo, não deste sobre outras forças para fortalecer o movimento, radicalizá-lo, etc., segundo o modelo jacobino.²⁶

O mesmo Coutinho, no entanto, percebe no processo de “modernização conservadora” promovido pela ditadura, que inscreve o Brasil na fase monopolista do capitalismo, a semente de um progressivo

²³ Idem, p. 345. Para as interpretações do autor sobre a transição, ver por exemplo, FERNANDES, Florestan. *Brasil em compasso de espera*. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 2011, pp. 284-285.

²⁴ COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 205.

²⁵ Idem, p. 201 e SS.

²⁶ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*, vol. 5, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 330.

processo de “ocidentalização” da formação social brasileira. Assim, durante o processo de transição política, observou-se um espaço para que “os aparelhos da sociedade civil pude[ssem] de novo voltar à luz, hegemonizados agora por um amplo arco de forças antiditatoriais, que ia da esquerda socialista aos conservadores esclarecidos”.²⁷

Anos mais tarde, Coutinho foi capaz de perceber como a conclusão do processo de transição, longe de resultar em um protagonismo político dos subalternos, foi marcada pela hegemonia burguesa, através de um “consenso passivo” centrado nos temas da “pequena política”.²⁸

Por certo que, independentemente da maior ênfase no processo de “Ocidentalização” ou nos limites de uma “hegemonia da pequena política”, a análise de Coutinho toma como ponto de partida as reflexões de Antonio Gramsci sobre o Estado integral.

Voltando à situação brasileira, é muito difícil duvidar que o Brasil seja hoje um país plenamente capitalista. Também não é difícil perceber que do ponto de vista da complexificação da sociedade civil, com a multiplicação de partidos, “no sentido amplo e não formal” de Gramsci, ou como são mais comumente chamados “aparelhos privados de hegemonia”, o Brasil do início do século XXI é plenamente “Ocidental”. Ao que corresponde uma relativa estabilidade da democracia parlamentar, desde a fase final da transição política de 1985-1989. Caberia então sustentar que a forma atual da dominação burguesa no Brasil está solidamente alicerçada no consenso ativo das massas subalternas? Indo além, isso significaria que o caráter coercitivo das funções típicas do Estado em seu sentido restrito é secundário para as estratégias de dominação burguesa hoje em nosso país?

A resposta a tais questões deve ser cuidadosa. Lembremos que, para Gramsci, como assinalamos no início desta discussão, quando situações concretas são analisadas “as formas históricas são determinadas e quase ‘únicas’”.

O que queremos aqui marcar é a discordância em relação a uma concepção que enfatiza uma evolução das estratégias de dominação em que

²⁷ COUTINHO, C. N. *Gramsci*, op. cit., p. 217.

²⁸ COUTINHO, Carlos Nelson. “A hegemonia da pequena política”. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy & RIKEK, Cibele (orgs.). *Hegemonia às avessas*. São Paulo: Boitempo, 2010. Via Gramsci, o autor recorre ao termo pequena política para definir a “política do dia a dia, política parlamentar, de corredor, de intrigas”, oposta à “grande política”, que compreende “as questões ligadas à fundação dos novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais”. Antonio Gramsci, *Cadernos do Cárcere*, vol. 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, p. 21.

a ampliação das formas de construção do consenso corresponderia a uma diminuição do peso relativo dos mecanismos de coerção. Definitivamente não é a isso que assistimos hoje. O maior investimento nos aparelhos privados de hegemonia, inegável e considerável no Brasil recente,²⁹ não dispensou o recurso constante à violência institucional, característica de uma história pautada pela revolução passiva (e, portanto, pelo sentido contrarrevolucionário preventivo da dominação de classes). Avaliar o elevado investimento das classes dominantes em construir seus aparelhos privados de hegemonia, combinado a um amplo recurso cotidiano aos mecanismos tradicionais de violência institucional, seria um procedimento mais interessante para compreender o grau de articulação historicamente localizado de coerção e consenso através do qual se constrói a dominação capitalista numa formação social ocidental periférica como a brasileira.

Tal processo de Ocidentalização periférica (mas que guarda profundas semelhanças com o que hoje ocorre mesmo no Norte do mundo, de desenvolvimento capitalista mais antigo) já vinha se ensaiando desde o fim da ditadura militar. Para atingir o grau de eficiência que demonstra hoje, entretanto, a dominação burguesa no Brasil teve que lançar mão de novos “parceiros”. Justamente lideranças e organizações que emergiram como elementos de contestação nos anos 1980 e que, dada a sua representatividade junto às massas organizadas de trabalhadores e sua capacidade de controle sobre os setores mais precarizados e pauperizados da classe, foram capazes de articular coerção e consenso com uma eficácia que “nunca antes na história deste país” (para usar o bordão de Lula da Silva) fora vista. Assim, a dominação burguesa se apóia não apenas nos seus próprios aparelhos de construção do consenso, combinados aos recursos hipertrofiados de coerção estatal, mas também no transformismo de camadas inteiras de dirigentes oriundos das lutas da classe trabalhadora.³⁰

Concluindo

Os primeiros meses de 2015 foram marcados por um duplo movimento na dinâmica da luta de classes no Brasil. De um lado, diante do agravamento dos sintomas da crise capitalista na economia brasileira, o

²⁹ Ver por exemplo FONTES, Virgínia. *Reflexões im-pertinentes*. História e capitalismo contemporâneo, Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005. E NEVES, Lúcia (org.). *A nova pedagogia da hegemonia*, São Paulo: Xamã, 2005.

³⁰ Sobre o transformismo petista, ver COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital: O transformismo dos grupos dirigentes do PT (1978-1998)*. São Paulo: Xamã/Edufes, 2012.

governo federal reeleito em 2014, tendo à frente o Partido dos Trabalhadores, respondeu com um programa de medidas de “austeridade” em muito oposto à sua retórica de campanha. A alta dos juros acompanhada de cortes orçamentários nos chamados gastos sociais (gerando lucros recordes no setor bancário), a acelerada retirada de direitos trabalhistas e previdenciários (buscando garantir a taxa lucro das empresas, diante do encolhimento do mercado), e a retomada do programa de privatizações são todas medidas que atendem diretamente à agenda do grande capital. Conforme cresce a pressão da oposição de direita, o governo cede os anéis, dedos, mãos e o que for necessário para garantir o apoio da classe dominante.

Por outro lado, crescem as lutas sociais de resistência a tal programa de “ajuste fiscal”, replicado em todos os entes federativos. Entre os exemplos dessas lutas estão as greves do funcionalismo paranaense nos primeiros meses do ano de 2015 e, nos últimos meses, do funcionalismo federal, especialmente na área educacional, assim como as lutas de metalúrgicos contra as demissões na indústria e dos trabalhadores da construção civil pela mesma razão.

Quando este texto estava sendo concluído (agosto de 2015), ganhou destaque um elo de continuidade entre as reações repressivas às jornadas de junho de 2013 e a resposta programada contra as lutas de resistência ao “ajuste de 2015”. Trata-se do projeto de lei de iniciativa do Executivo, conhecido como Lei Anti-Terrorismo, que cria uma margem enorme para a criminalização de qualquer tipo de manifestação democrática.

Um degrau a mais no já elevado grau de violência institucional cotidianamente empregado no Brasil de hoje (combinado, como se viu, a mecanismos de criação de um consenso passivo, mas também ativo, via transformismo das organizações representativas). Uma lógica coercitiva que corresponde a necessidades evidentes de contenção do potencial conflitivo de uma situação de elevação exponencial do grau de exploração e de expropriação da classe trabalhadora.³¹ Uma violência perceptível especialmente em relação aos setores mais precarizados e pauperizados da classe, concentrados nas periferias e favelas dos grandes centros urbanos do país, regiões cada vez mais segregadas pela dinâmica da acumulação baseada na valorização do solo urbano.

³¹ Pensamos aqui na forma atual de acumulação capitalista, fortemente centrada não apenas na elevação dos patamares de exploração da força de trabalho, como também na continuidade e aperfeiçoamento dos mecanismos de expropriação dos trabalhadores, destacados em FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital imperialismo*, Rio de Janeiro: Edufj, 2010.

Tal recurso à coerção aberta é, portanto, constitutivo da forma de dominação historicamente construída no Brasil e foi redesenhado pelo regime democrático construído após a ditadura, mas vem ficando cada vez mais evidente quando empregado contra lutas coletivas, na conjuntura que se abriu em junho de 2013. Afinal, desde então, não apenas os setores mais organizados, mas também os mais precarizados da classe trabalhadora se envolveram, de forma direta ou indireta, em mobilizações de massa e movimentos coletivos, impulsionados e impulsionadores de ações típicas do setor sindicalmente organizado da classe – como as greves –, como também daqueles mais distantes das formas sindicais de organização, como nas ocupações dos sem-teto.

Estamos, portanto, diante de uma conjuntura em que o caráter contrarrevolucionário da dominação de classes no Brasil se explicita, através de um novo desvelamento da face mais “autocrática” da democracia burguesa. Por mais sofisticados que sejam os mecanismos de construção do consenso na sociedade civil, que caracterizam o Estado integral na formação social brasileira hoje, sua capacidade de contenção das lutas dos subalternos é absolutamente insuficiente se pensada de forma isolada da necessidade – preventiva sempre, pois se trata de antecipar-se para evitar que o potencial emancipatório das mobilizações possa se materializar – de recurso a uma violência institucional de fôlego amplo.

Referências Bibliográficas:

- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- BOULOS, Guilherme. *Por que ocupamos?* Uma introdução à luta dos sem-teto, 2ª. Ed., São Paulo: Scortecci, 2014.
- BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- BRITO, Felipe & OLIVEIRA, Pedro Rocha de. “Territórios transversais”, in HARVEY, David *et ali*. *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013.
- COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital: O transformismo dos grupos dirigentes do PT (1978-1998)*. São Paulo: Xamã/Edufes, 2012.

- COUTINHO, Carlos Nelson. “A hegemonia da pequena política”. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy & RIKEK, Cibele (orgs.). *Hegemonia às avessas*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- _____. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- DEMIER, Felipe. Democracias blindadas: formas de dominação político-social e contrarreformas no tardo capitalismo (Portugal e Brasil), *Libertas*, vol. 12, no. 2, Juiz de Fora, 2012.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5ª. Ed., São Paulo: Globo, 2005.
- _____. *Brasil em compasso de espera*. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 2011.
- FONTANA, Benedetto. “Hegemonia e nova ordem mundial”. In: COUTINHO, Carlos Nelson & TEIXEIRA, Andréa. *Ler Gramsci, entender a realidade*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital imperialismo*, Rio de Janeiro: Edufrj, 2010.
- _____. *Reflexões im-pertinentes*. História e capitalismo contemporâneo, Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005. E NEVES, Lúcia (org.). *A nova pedagogia da hegemonia*, São Paulo: Xamã, 2005.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*, vol. 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*, vol. 5, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- JUSTIÇA GLOBAL. <http://www.global.org.br>.
- LEMONS, Renato L. C. Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964, *Marx e o marxismo*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 2, jan.-jul. 2014.
- MATTOS, Marcelo Badaró. As lutas da classe trabalhadora no Brasil dos “mega-eventos”. *OSAL - Observatorio Social de América Latina*, v.36, 2014.
- _____. *Reorganizando em meio ao refluxo*, Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2009.

REVISTA FORUM. <http://revistaforum.com.br/blog/2014/01/quase-um-terco-dos-brasileiros-vive-nas-periferias-urbanas/>, consultado em fevereiro de 2014.

SOUZA, Davisson Cangussu de & TRÓPIA, Patrícia Vieira. *Greves, conjuntura político-econômica e transformações ideológicas no sindicalismo brasileiro recente (1989-2013)*. Trabalho apresentado ao III Conference Strikes and Social Conflicts, Barcelona, 2015.

